

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA

RAQUEL KERDER

**GESTÃO DE ASSENTAMENTOS IRREGULARES
EM ÁREAS DE FRAGILIDADE AMBIENTAL:
O CASO DA VILA ZUMBI DOS PALMARES NA
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

CURITIBA

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

RAQUEL KERDER

**GESTÃO DE ASSENTAMENTOS IRREGULARES
EM ÁREAS DE FRAGILIDADE AMBIENTAL:
O CASO DA VILA ZUMBI DOS PALMARES NA
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana - PPGTU, do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia - CCET, da Pró-Reitoria de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão Urbana.

Orientadora:
Profa. Dra. Leticia Peret Antunes Hardt

CURITIBA

2009

K39g
2009 Kerder, Raquel
Gestão de assentamentos irregulares em áreas de fragilidade ambiental :
o caso da Vila Zumbi dos Palmares na Região Metropolitana de Curitiba /
Raquel Kerder ; orientadora, Leticia Peret Antunes Hardt. – 2009.
230 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2009

Bibliografia: f. 207-222

1. Assentamentos humanos – Aspectos ambientais. 2. Planejamento urbano. 3. Planejamento regional. 4. Vila Zumbi (Colombo, PR). 5. Gestão ambiental. I. Hardt, Leticia Peret Antunes. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. III. Título.

CDD 20. ed. – 307.12
307.14

A minha família e aos meus amigos pelo
total apoio, incentivo e cooperação.

AGRADECIMENTOS

Em todo o percurso do mestrado, muitas pessoas colaboraram e contribuíram para a conclusão deste trabalho. A todos que fizeram parte desta conquista, meus sinceros agradecimentos.

A todos os professores, colaboradores, e colegas do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU), em especial, à minha orientadora Profa. Dra. Leticia Peret Antunes Hardt, pela confiança e pelas mais valiosas contribuições.

Aos representantes e colaboradores institucionais, pelos contatos estabelecidos, pela colaboração, prestatividade e disponibilização de informações e de documentos importantes para a realização da pesquisa.

Por fim, aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares, pela receptividade com que atenderam de prontidão as entrevistas durante o período de desenvolvimento da pesquisa junto à comunidade.

Não se deve ir atrás de objetivos fáceis, é
preciso buscar o que pode ser alcançado
por meio dos maiores esforços.

Albert Einstein

RESUMO

A progressiva concentração da população em centros urbanos têm produzido significativas alterações no meio, comprometendo sua sustentabilidade socioambiental. Nesse contexto, cabe destaque àquelas interferências oriundas de ocupações irregulares em áreas de fragilidade ambiental, gerando inúmeros desafios à gestão urbana para o ordenamento desses assentamentos. Frente a essas assertivas, o objetivo geral da pesquisa consiste em investigar o processo de gestão de intervenção desenvolvida em assentamento irregular, avaliando a geração de resultados a curto, médio e longo prazo pelas soluções aplicadas à comunidade beneficiada e ao ambiente. Como estudo de caso, foi adotada a Vila Zumbi dos Palmares, no município de Colombo, região metropolitana de Curitiba (RMC), especialmente pela amplitude da intervenção ocorrida, com propostas destinadas à viabilização de melhorias de condições de vida e de resgate da qualidade ambiental da região. Com estrutura multimétodos, os procedimentos metodológicos do estudo se basearam em quatro fases principais. A primeira – pré-ocupação – contempla a contextualização da região metropolitana, a identificação do município e a caracterização da vila. O processo de intervenção corresponde à segunda fase e trata dos aspectos relacionados à transferência de domicílios situados em locais impróprios para moradia (relocação), ao assentamento das famílias relocadas em regiões adequadas ao uso habitacional (reassentamento) no próprio espaço consolidado e à implantação de melhorias (urbanização) na totalidade da área de estudo. A terceira fase, correspondente à pós-intervenção, é dividida em duas partes: interpretação de dados quantitativos (sistema lógico, desenvolvido a partir de contatos com representantes e pesquisa documental das principais instituições envolvidas) e avaliação de informações qualitativas (sistema simbólico, estruturado com aplicação de questionário aos moradores). Além da síntese comparativa das etapas anteriores, a última fase compreende a análise de propostas futuras para o assentamento, realizada especialmente com base em entrevistas com representantes institucionais. Conclui-se que a intervenção contribuiu para organização do assentamento, porém, não alcançou efetivamente os objetivos propostos no projeto, como a permanência da totalidade das famílias relocadas nas novas unidades habitacionais, tornando necessária a implementação de ações de gestão urbana e regional voltadas a essa realidade.

Palavras-chave: Ocupações irregulares. População de baixa renda. Fragilidade ambiental. Sustentabilidade. Reurbanização. Percepção. Gestão.

ABSTRACT

The increasing concentration of population in urban centers has produced significant changes in the environment, affecting the social and environmental sustainability. In this context, those interferences created by irregular occupations in environmentally frail areas should be pointed out, because they generate numerous challenges to urban management with respect to the organization of these settlements. In face of these assertions, the general purpose with this research is to investigate the management of the intervention process developed in an irregular settlement, assessing the results produced in the short, medium and long terms by means of the solutions applied to both, the benefited community and the environment. Vila Zumbi dos Palmares, in the city of Colombo, Metropolitan Region of Curitiba (RMC), was chosen as case study, especially because of the intervention scale that occurred, which included proposals that aimed at making feasible both, to improve living conditions and to recover the region's environmental quality. With a multi-method structure, the study's methodological procedures were based on four main steps. The first one - pre-occupation - addressed the metropolitan region's context, as well as identifying the municipality and characterizing the Vila. The intervention process was the second step and it dealt with issues related to transferring homes located at places that were unfit for living (relocation), settling relocated families (resettlement) in areas suitable for residential use in the consolidated area and implementing improvements (urbanization) in the entire area of study. The third step, which corresponds to post-intervention, is divided into two parts: the interpretation of quantitative data (the logical system developed from contacts with representatives, and the documentary research regarding the main institutions involved) and the evaluation of qualitative information (the symbolic system, structured through questionnaires submitted to local residents). Besides the comparative summary of the previous steps, the last stage involves the analysis of future proposals for that settlement, carried out and based especially on interviews with institutional representatives. The conclusion is that this intervention contributed to organize the settlement, but, however, did not effectively reach the objectives proposed in the project, such as ensuring the permanence of the families relocated to the new housing units, making it necessary to implement urban and regional management actions focused on this reality.

Key words: *Irregular occupations, Low-income population, Environmental fragility, Sustainability, Re-urbanization, Perception, Management.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Organograma de estrutura da revisão de literatura para a pesquisa	27
Figura 2:	Representação esquemática das etapas da pesquisa	66
Figura 3:	Representação esquemática da interpretação e integração de dados quantitativos com qualitativos.....	73
Figura 4:	Mapa dos municípios da região metropolitana de Curitiba (RMC)	78
Figura 5:	Mapa de localização da Vila Zumbi dos Palmares no município de Colombo	86
Figura 6:	Vistas do rio Palmital	89
Figura 7:	Vistas da ocupação junto ao rio Palmital na Vila Zumbi dos Palmares em 2001.....	90
Figura 8:	Planta da ocupação da Vila Zumbi dos Palmares anterior à intervenção em 2004	91
Figura 9:	Vistas de ocupação junto ao rio Palmital na Vila Zumbi dos Palmares em 2004.....	92
Figura 10:	Vistas de ocupação junto ao rio palmital na Vila Zumbi dos Palmares em 2005	92
Figura 11:	Vistas de ocupação próximas a BR 116 na Vila Zumbi dos Palmares em 1997.....	92
Figura 12:	Vistas das condições de moradias na área consolidada da Vila Zumbi dos Palmares em 2005.....	98
Figura 13:	Perspectivas e plantas da tipologia arquitetônica implantada na Vila Zumbi dos Palmares	100
Figura 14:	Vistas da evolução das construções dos sobrados na Vila Zumbi dos Palmares	100
Figura 15:	Vistas de casas próximas ao córrego Santa Mônica anterior à intervenção na Vila Zumbi dos Palmares.....	106
Figura 16:	Vista de construção do sistema de drenagem na Vila Zumbi dos Palmares em 2006	106
Figura 17:	Vista do córrego Santa Mônica na Vila Zumbi dos Palmares em 2008.....	107
Figura 18:	Vistas de cavalos mantidos pelos moradores na Vila Zumbi dos Palmares	110
Figura 19:	Vistas de locais de descarte de lixo pelos moradores na Vila Zumbi dos Palmares em 2008.....	164
Figura 20:	Vistas de uma residência de carrinheiro na Vila Zumbi dos Palmares em 2008	164

Figura 21: Vistas de ruas com buracos na Vila Zumbi dos Palmares em 2008.....	165
Figura 22: Vistas de cães em ruas da Vila Zumbi dos Palmares em 2008.....	171
Figura 23: Vistas do espaço livre do interior da concentração de sobrados na parte alta da Vila Zumbi dos Palmares em 2008.....	174
Figura 24: Planta de ocupação da dinâmica das abordagens dos moradores na Vila Zumbi dos Palmares em 2008.....	179
Figura 25: Vistas da área destinada para futura implantação de creche pela Prefeitura Municipal de Colombo na Vila Zumbi dos Palmares.....	189
Figura 26: Vistas da Feira do Produtor na Vila Zumbi dos Palmares em 2008	193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução populacional da região metropolitana de Curitiba (RMC), de Curitiba e do Paraná – 1970-2000.....	79
Tabela 2: Aspectos socioeconômicos do município de Colombo.....	83
Tabela 3: Número de famílias beneficiárias para regularização fundiária, melhoria e construção em 2004.....	98
Tabela 4: Custos de investimento do projeto na Vila Zumbi dos Palmares em março de 2005.....	115
Tabela 5: Resultados de permanência das famílias na Vila Zumbi dos Palmares.....	120
Tabela 6: Resultados de tempo de residência das famílias cadastradas em 2004 e em 2008 na Vila Zumbi dos Palmares.....	122
Tabela 7: Resultados de aumento de renda familiar e condições de vida das famílias na Vila Zumbi dos Palmares.....	125
Tabela 8: Resultados de melhoria de acesso a serviços de infra-estrutura básica e condições ambientais na Vila Zumbi dos Palmares.....	133
Tabela 9: Resultados de participação da população nos cursos profissionalizantes e ocupacionais ofertados pelas instituições locais na Vila Zumbi dos Palmares.....	136
Tabela 10: Resultado dos dados pessoais dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares.....	139
Tabela 11: Resultados de ocupação profissional dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares.....	142
Tabela 12: Resultados de situação profissional dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares.....	145
Tabela 13: Resultados de renda familiar dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares.....	146
Tabela 14: Resultados de tempo de Residência dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares.....	147
Tabela 15: Resultados de moradores entrevistados residentes nas novas unidades habitacionais na Vila Zumbi dos Palmares.....	149
Tabela 16: Resultados de situação de infra-estrutura básica na residência dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares.....	151

Tabela 17: Resultados de participação em cursos profissionalizantes dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares	153
Tabela 18: Resultados sobre a opção dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares de moradia em outro local.....	155
Tabela 19: Resultados sobre elementos faltantes na Vila Zumbi dos Palmares na opinião dos moradores entrevistados	160
Tabela 20: Resultados dos aspectos positivos na Vila Zumbi dos Palmares na opinião dos moradores entrevistados	166
Tabela 21: Resultados dos aspectos negativos na Vila Zumbi dos Palmares na opinião dos moradores entrevistados	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Valores para cálculo da amostra para aplicação dos questionários junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares	72
Quadro 2: Área, população, e aspectos geográficos do município de Colombo.....	82
Quadro 3: Localização das ocupações junto ao rio Palmital e a Rodovia BR-116 e respectivos diagnósticos e prognósticos na Vila Zumbi dos Palmares em 2001	90
Quadro 4: Localização das ocupações junto ao rio Palmital, a Rodovia BR-116 e em edificações precárias da área consolidada e respectivos diagnósticos e prognósticos na Vila Zumbi dos Palmares em 2004	91
Quadro 5: Aspectos socioeconômicos da Vila Zumbi dos Palmares em 2004.....	93
Quadro 6: Condições de transferência da titularidade de propriedade dos imóveis no âmbito do projeto	104
Quadro 7: Definição das responsabilidades institucionais do processo de intervenção na Vila Zumbi dos Palmares.....	112
Quadro 8: Programas para melhoria das condições de renda e organização comunitária na Vila Zumbi dos Palmares.....	114
Quadro 9: Indicadores de execução do projeto na Vila Zumbi dos Palmares	118
Quadro 10: Comentários relevantes dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares sobre aspectos da intervenção	174
Quadro 11: Comentários relevantes dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares sobre aspectos de legalização da propriedade	175
Quadro 12: Comentários relevantes dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares sobre aspectos socioeconômicos	176
Quadro 13: Comentários relevantes dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares sobre aspectos socioambientais	178
Quadro 14: Atividades realizadas e pretensões futuras das instituições governamentais partícipes do processo de regularização fundiária na Vila Zumbi dos Palmares	188
Quadro 15: Atividades realizadas e pretensões futuras das instituições não governamentais partícipes do processo de regularização fundiária na Vila Zumbi dos Palmares	191

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Permanência das famílias na Vila Zumbi dos Palmares - 1997, 2001, 2004 e 2008	121
Gráfico 2: Relação de permanência das famílias na Vila Zumbi dos Palmares com referência aos anos de 2004 e 2008	121
Gráfico 3: Tempo de residência das famílias na Vila Zumbi dos Palmares - 2004 e 2008.....	122
Gráfico 4: Famílias residentes em áreas impróprias para moradia e edificações precárias na Vila Zumbi dos Palmares - 2001 e 2004	123
Gráfico 5: Renda familiar das famílias residentes na Vila Zumbi dos Palmares - 2004 e 2008	126
Gráfico 6: Ocupação profissional dos moradores da Vila Zumbi dos Palmares - 2004 e 2008	127
Gráfico 7: Nível de escolaridade dos ocupantes da Vila Zumbi dos Palmares no período de 2004 e 2008	129
Gráfico 8: Condições do imóvel dos moradores na Vila Zumbi dos Palmares - 2004 e 2008	131
Gráfico 9: Tipologia das edificações dos imóveis dos moradores na Vila Zumbi dos Palmares - 2004 e 2008	132
Gráfico 10: Acesso ao serviço de abastecimento de água e rede de esgotamento sanitário das famílias na Vila Zumbi dos Palmares - 2004 e 2008.....	133
Gráfico 11: Despejo de esgotamento sanitário no rio Palmital na Vila Zumbi dos Palmares - 2004 e 2008.....	134
Gráfico 12: Coleta de lixo domiciliar na Vila Zumbi dos Palmares - 2004 e 2008.....	134
Gráfico 13: Acesso de serviço de energia elétrica das famílias na Vila Zumbi dos Palmares - 2004 e 2008	135
Gráfico 14: Participação da população nos cursos profissionalizantes na Vila Zumbi dos Palmares - 2008.....	137
Gráfico 15: Faixa etária dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares - 2008	140
Gráfico 16: Nível de escolaridade dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares - 2008.....	141
Gráfico 17: Ocupação profissional dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares - 2008.....	145

Gráfico 18: Renda familiar dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares em 2008	146
Gráfico 19: Tempo de residência dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares - 2008.....	148
Gráfico 20: Moradores entrevistados das novas unidades habitacionais na Vila Zumbi dos Palmares - 2008.....	149
Gráfico 21: Moradores entrevistados já residentes nas novas unidades habitacionais na Vila Zumbi dos Palmares - 2008	150
Gráfico 22: Situação de infra-estrutura dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares - 2008.....	152
Gráfico 23: Participação nos cursos profissionalizantes dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares - 2008	153
Gráfico 24: Opção dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares de moradia em outro local	156
Gráfico 25: Proporção de moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares que não morariam em outro local	156
Gráfico 26: Proporção de moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares que morariam em outro local	157
Gráfico 27: Proporção de principais elementos faltantes na opinião dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares - 2008.....	162
Gráfico 28: Principais aspectos positivos na opinião dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares - 2008.....	167
Gráfico 29: Principais aspectos negativos na opinião dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares - 2008.....	170
Gráfico 30: Comparação de valores quantitativos e qualitativos de tempo de residência dos moradores na Vila Zumbi dos Palmares	182
Gráfico 31: Permanência dos moradores dos moradores entrevistados nas novas unidades habitacionais na Vila Zumbi dos Palmares.....	184

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Apoio	Associação Paranaense de Orientação, Integração e Oficinas
CDI	Comitê para Desenvolvimento da Informática
CMMAD	Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
Cohapar	Companhia de Habitação do Paraná
Comec	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Copel	Companhia Paranaense de Energia
Coopzumbi	Cooperativa de Carrinheiros Zumbi dos Palmares
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Mineropar	Minerais do Paraná S.A.
Metroplan	Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
ONU	Organização das Nações Unidas
Paranacidade	Serviço Social Autônomo Paranacidade
PBA	Plano Básico Ambiental
PELC	Programa Esporte e Lazer das Cidades
PMC	Prefeitura Municipal de Colombo
PRAD	Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
Sanepar	Companhia de Saneamento do Paraná
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPT	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
Sesc	Serviço Social do Comércio

Sesi	Serviço Social da Indústria
Sigprom	Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais
Suderhsa	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
UFPR	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
2.1	EVOLUÇÃO URBANA	27
2.1.1	Metropolização	30
2.1.1.1	Expansão das áreas metropolitanas.....	31
2.1.1.2	Migração e favelização	21
2.2	OCUPAÇÃO PERIFÉRICA.....	34
2.2.1	Crescimento e pobreza	35
2.3	ASSENTAMENTOS IRREGULARES	36
2.3.1	Assentamentos irregulares em áreas ambientalmente frágeis	37
2.4	QUESTÃO AMBIENTAL	43
2.4.1	Áreas urbanas	44
2.4.1.1	Impactos ambientais urbanos.....	46
2.4.2	Sustentabilidade ambiental	47
2.5	GESTÃO E PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DE ASSENTAMENTOS IRREGULARES	52
2.5.1	Reurbanização e recuperação do espaço urbano	54
2.5.2	Gestão para assentamentos sustentáveis	61
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	66
3.1	PRIMEIRA ETAPA – REFERENCIAL TEÓRICO	67
3.2	SEGUNDA ETAPA – PRÉ-OCUPAÇÃO	68
3.3	TERCEIRA ETAPA – PROCESSO DE INTERVENÇÃO	69
3.4	QUARTA ETAPA – PÓS-INTERVENÇÃO	70
3.5	QUINTA ETAPA – PROPOSTAS FUTURAS	73
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	75
4.1	PRÉ-OCUPAÇÃO.....	75
4.1.1	Região Metropolitana de Curitiba	77
4.1.2	Município de Colombo	81
4.1.3	Vila Zumbi dos Palmares	85
4.2	PROCESSO DE INTERVENÇÃO.....	96
4.2.1	Identificação das famílias	97
4.2.2	Proposta de moradia	99
4.2.3	Infra-estrutura e serviços	106
4.2.4	Processo institucional	111
4.3	PÓS-INTERVENÇÃO	120
4.3.1	Avaliação quantitativa	120
4.3.2	Avaliação qualitativa	139
4.3.3	Síntese comparativa dos resultados quantitativos e qualitativos	180

4.4	PROPOSTAS FUTURAS	186
5	CONCLUSÃO.....	195
	REFERÊNCIAS.....	207
	APÊNDICES.....	223
	APÊNDICE A	
	MODELO DE QUESTIONÁRIO DE PESQUISA JUNTO AOS MORADORES DA VILA ZUMBI DOS PALMARES	223
	APÊNDICE B	
	MODELO DE QUESTIONÁRIO DE PESQUISA JUNTO A REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES ATUANTE NA VILA ZUMBI DOS PALMARES	225
	ANEXO.....	226
	ANEXO A	
	DADOS DA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA VILA ZUMBI DOS PALMARES REALIZADA PELA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR) EM MARÇO DE 2008	226

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da civilização, prevalece a necessidade de formação de sociedades compartilhadas. Inserida nesse contexto, a cidade é compreendida como a criação humana que mais proporcionou a aglomeração de comunidades. Seu processo evolutivo é marcado por diversas modificações, as quais permitiram o estabelecimento de uma identidade contemporânea de novas escalas e dimensões da forma urbana. A Revolução Industrial integra um desses momentos modeladores do espaço das cidades, facilitando a estruturação de redes regionais e maximizando o imperativo de geração de pensamentos inovadores e de métodos atualizados de planejamento territorial e socioeconômico (KERDER; HARDT, 2008).

Após o advento da Revolução Industrial, as modernas técnicas agrícolas e conseqüentes migrações do campo para as cidades contribuíram para a expressiva concentração da população nas áreas urbanas (PEREIRA, 2001). Não se pode deixar de acrescentar alguns fatores distintos de contribuição do êxodo rural, como novos nexos de inovações econômicas e sociais, além da integração pelos transportes e pelas comunicações, com formação de novos arranjos tecnológicos (SOUZA; 2006). As cidades, portanto, atraíram expressivos migrantes pelas suas condições de vida diferenciada.

A crescente aglomeração humana nos grandes centros tem polarizado muitas discussões, tanto em nível governamental quanto no meio acadêmico, sobre os problemas gerados pela expansão das cidades e sobre os limites e controles dos usos do solo como condição fundamental para a sua superação (PEREIRA, 2001).

O cenário de concentração urbana tem contribuído para o desenvolvimento do fenômeno de metropolização e para a intensificação das regiões periféricas em curto espaço de tempo. Diante da sua acelerada expansão, a cidade vai se tornando cada vez mais complexa, promovendo significativas alterações ambientais, especialmente em áreas mais suscetíveis, onde a dinâmica da ocupação desordenada do espaço configura um processo de degradação, com implicações na saúde da população (ROMERO, 2003).

A periferação tem se apresentado como opção de moradia para comunidades de baixa renda, que assume a ocupação irregular, em precárias condições de vida e em áreas de fragilidade ambiental, como uma das raras alternativas para a sua sobrevivência.

Essa situação, de promoção de significativas alterações no ambiente e de necessidade de adoção de políticas públicas para minimização dos impactos socioambientais, revela inúmeros desafios aos gestores urbanos pela sua elevada complexidade na formulação de planos visando à recuperação desses espaços.

Siedenberg (2003) alerta para a importância de ações e estratégias realistas no âmbito da gestão do desenvolvimento. Todavia, muitas intervenções urbanas vêm se realizando de forma pontual e restrita, carecendo de requalificação adequada ao contexto social, morfologia espacial ou tipologia arquitetônica, com preservação dos valores locais. Não é mais possível deixar de reconhecer a irreversível proliferação urbano-caótica no Brasil, embora existam exemplos isolados de boa vontade progressista com vistas ao alinhamento das operações no desenho urbano como possível instauração da cidadania (ARANTES, 1998).

O tipo de intervenção mais praticado para enfrentamento da problemática das ocupações irregulares passou a ser a urbanização desses locais informais (DENALDI, 2004). No entanto, persistem as dúvidas se esta opção realmente produz resultados revelantes ou se é a mais acertada, pois não se têm provas concretas de sua efetividade, uma vez que a situação não incide apenas em um espaço desordenado, mas se vincula a questões sociais. Ultimamente, as medidas adotadas para ordenamento desses assentamentos estão freqüentemente associadas à sua recuperação.

A solução atualmente adotada tem sido a urbanização de favelas, procurando manter a comunidade no local, implantando redes de infra-estrutura e procurando regularizar a situação fundiária. A permanência da comunidade no local depende da situação de risco em que ela se encontra pois algumas vezes a remoção é necessária, por conta de sua localização junto a lixões, sob viadutos, o perigo de escorregamento ou freqüentes inundações à beira de córregos. A recuperação dos assentamentos degradados representa um desafio para os técnicos e para suas instituições, quer sejam elas as prefeituras, órgãos governamentais, empresas estatais ou organizações não governamentais. Já existem no país inúmeras experiências procurando recuperar estes assentamentos, porém conhece-se ainda pouco a respeito do desempenho de tais intervenções (ABIKO, 2003, p.226).

Nos últimos anos, as cidades têm motivado o desenvolvimento de vários estudos considerando a conservação de aspectos ambientais, inclusive frente à relevância e à urgência de mitigação da degradação motivada por ocupações

desordenadas. A discussão fomenta a adoção de vários mecanismos possíveis para reintegração da configuração físico-territorial embasada em questões socioambientais.

À luz das considerações anteriores, a **problemática** da pesquisa se volta aos assentamentos irregulares em regiões ambientalmente frágeis e à sua relação com o comprometimento do capital natural, provocando significativas interferências em áreas urbanas e na qualidade de vida da população.

Nesse contexto, o **objetivo geral** da pesquisa consiste em investigar o processo de gestão de intervenção desenvolvida em assentamento irregular, avaliando a geração de resultados a curto, médio e longo prazo pelas soluções aplicadas à comunidade beneficiada e ao ambiente. Para tanto, adota-se a Vila Zumbi dos Palmares, no município de Colombo, região metropolitana de Curitiba (RMC), como estudo de caso.

Para o alcance dessa meta e a partir do estabelecimento do referencial teórico sobre o tema, são destacados os seguintes **objetivos específicos** para o estudo:

- a) contextualizar a região, identificar o município e caracterizar a área de estudo, inclusive na sua fase de pré-ocupação, por meio de pesquisa bibliográfica e eletrônica, levantamento documental e visita institucional;
- b) descrever o processo de intervenção aplicado à área de estudo, a partir de pesquisa documental institucional, caracterizando a fase de execução dos trabalhos;
- c) apurar indicadores dos objetivos propostos no projeto aplicado à área de estudo e interpretar os resultados alcançados na fase de pós-intervenção, a partir de dados quantitativos (sistema lógico) coletados por intermédio de contatos com representantes e pesquisa documental institucional;
- d) identificar o perfil dos moradores da área de estudo e avaliar sua percepção em relação à sua comunidade, interpretando os resultados alcançados na fase pós-intervenção, a partir de informações qualitativas (sistema simbólico), levantadas por meio de aplicação de questionários junto aos moradores;

- e) identificar a continuidade de trabalhos e propostas futuras na área de estudo, com base em entrevistas com responsáveis envolvidos no processo.

As razões da seleção do objeto de estudo são justificadas pela incidência de forte pressão de ocupações irregulares em locais ambientalmente frágeis da RMC, onde o município de Colombo se destaca pelo seu crescimento populacional expressivo, marcado pela pobreza e pela intensidade de ocorrência das ocupações irregulares (COMEC, 2006); principalmente no início dos anos 1970 e sobre áreas rurais, resultando em regiões precariamente urbanizadas (LIMA, 2001, 2004).

A adoção da Vila Zumbi dos Palmares como estudo de caso, localizada no município de Colombo, é justificada por tratar-se de assentamento que enfrentou intenso processo de ocupação e em precárias condições por população de baixa renda na primeira década de sua existência, no início dos anos de 1990. Já em 1992, era considerada a maior invasão da RMC (COMEC; 1992; 2001a; 2001b). Houve, portanto, a necessidade de realização de intervenções no local com fixação de metas e objetivos a serem cumpridos.

No entanto, a pesquisa se baseia na **hipótese** de que a intervenção ocorrida na ocupação irregular não alcançou efetivamente as metas e objetivos propostos no projeto implantado, especialmente aqueles relacionados à permanência das famílias relocadas nos novos lotes, à participação da população nos cursos ofertados pelas instituições locais, ao aumento da renda familiar, à redução de descarte de resíduos nas margens dos cursos d'água e à melhoria da qualidade hídrica.

Como solução adotada no âmbito do processo de gestão de intervenções em assentamentos informais, tem-se a análise do projeto de regularização fundiária aplicado na Vila Zumbi dos Palmares. Tanto o **recorte espacial** quanto o **temático** são justificados por constituir experiência recente e representativa sob o aspecto de transformação do espaço e do modo de vida da população envolvida, uma vez que se trata de local caracterizado como uma das maiores ocupações irregulares da RMC, com origem desordenada e intensa por camada social de baixa renda, necessitando, portanto, de ações voltadas à urbanização desse espaço.

O estudo corresponde à intervenção ocorrida no período de 2004 a 2007, que trata da relocação e reassentamento de famílias residentes em áreas impróprias

à moradia e da urbanização (especialmente por meio de melhorias físicas) da área consolidada. Este **recorte temporal** é justificado pelas propostas apresentadas no projeto, destinadas a alavancar resultados de melhoria de condições de vida da população e de resgate da qualidade ambiental da região.

As causas da intervenção residem no fato da Vila Zumbi dos Palmares apresentar, naquele período, o seguinte quadro: ocupada irregularmente, de forma parcialmente desordenada; desprovida totalmente de sistema de esgotamento sanitário; atendida precariamente por valas de drenagem a céu aberto; localizada parcialmente em área de fragilidade ambiental; e caracterizada por população residente com renda familiar mensal predominantemente na faixa de até três salários mínimos, em sua maioria proveniente de atividade econômica informal (COHAPAR, 2005).

A segunda seção do presente estudo, adiante apresentada, abrange o conjunto de informações sobre aspectos teórico-conceituais, com vistas à adequada compreensão do tema, buscando a aproximação de subsídios que permitam a explicitação das ocorrências dos assentamentos irregulares. Assim, aborda assuntos relevantes vinculados ao surgimento e respectivas causas das ocupações irregulares, à identificação da ocupação periférica, ao reconhecimento da existência de assentamentos irregulares por população de baixa renda, ao comprometimento ambiental decorrente desses assentamentos e à gestão e participação no processo de reestruturação dessas localidades.

A seção seguinte expõe os procedimentos metodológicos de pesquisa científica adotados para desenvolvimento da análise acerca do processo de intervenção na ocupação irregular objeto de estudo, constituindo uma abordagem fundamentada em estrutura multimétodos.

A quarta seção compreende a avaliação e discussão dos resultados das fases de pesquisa. Com base na contextualização da região metropolitana, na identificação do município e na caracterização da área de estudo, a fase de análise da pré-ocupação é fundamentada no levantamento de dados sobre aspectos socioeconômicos e ambientais. A investigação da fase relacionada ao processo de intervenção procura descrever os procedimentos que tratam da transferência de domicílios (relocação), da instalação da população no próprio espaço consolidado (reassentamento) e da implantação de melhorias (urbanização) na totalidade da

área de estudo. A interpretação da fase de pós-intervenção constitui etapa avaliativa do projeto aplicado na região estudada, correspondendo à apuração de variáveis quantitativas (sistema lógico) e qualitativas (sistema simbólico). A última fase, compreendendo propostas futuras, consiste em síntese comparativa das etapas anteriores, englobando a identificação da continuidade de atividades e ações para o assentamento.

A última seção se volta à apresentação das principais conclusões acerca dos aspectos teórico-conceituais e dos resultados obtidos com o estudo de caso, verificando-se o alcance dos objetivos propostos. Também são tecidas considerações sobre os procedimentos metodológicos utilizados e sobre a importância do tema relacionado a ocupações irregulares, especialmente para a gestão urbana. Por fim, são destacadas as principais contribuições da pesquisa e as recomendações para investigações futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme Alves (1992), a transferência da população do campo para a zona urbana é um fenômeno que vem ocorrendo há muito tempo em todo o mundo. A autora também destaca que raramente pessoas voltam ao seu lugar de origem ou saem das grandes cidades à procura de alguma outra onde possam encontrar melhores situações.

A partir dessa configuração, percebe-se, de fato, a existência de um padrão de crescimento acelerado das metrópoles brasileiras; como consequência, presencia-se o aumento da população não empregada se alojando nos maiores núcleos urbanos (SPOSITO, 2005), um fenômeno claro na história das cidades.

Segundo Ribeiro (2005), este processo consolida-se com o advento da expansão industrial, com as técnicas agrícolas modernas e com a liberação de excedentes de força de trabalho do campo para a cidade, agravando-se com a migração de pequenas para os grandes centros. O processo de crescimento descontrolado das cidades brasileiras decorre, também, do fato de que muitos habitantes de pequenos e médios municípios são atraídos às grandes áreas urbanas na esperança de sua alocação em empregos, possibilidades de aperfeiçoamento profissional e maiores facilidades de acesso a serviços e bens de consumo, dentre outros fatores (ALVES, 1992).

Para Alva (1997), a eleição do lugar de residência da maior parte dessa população que migra para os centros urbanos é muitas vezes imposta por condições de trabalho não disponíveis em seus locais de origem.

Destaca-se que os fenômenos de urbanização acelerada e de formação de grandes cidades estão associados à industrialização, que integra um processo vinculado a um conjunto de fatores, como fluxos migratórios do campo para as áreas urbanizadas, além da expansão e inovação nos transportes, energia e comunicações; dentre outros (GOUVÊA, 2005).

Segundo Sposito (2005), a expressão “urbanização via industrialização” não deve ser associada apenas ao elevado número de pessoas que passaram a

viver nas cidades. É preciso observar também, que o desenvolvimento industrial provocou expressivas transformações na estrutura interna das cidades, pois o novo ritmo de produção, não mais artesanal, passou a exigir e a provocar mudanças estruturais, sendo o crescimento populacional apenas decorrência, uma vez que havia necessidade de desenvolvimento pleno da capacidade produtiva e de expansão do próprio mercado. Dessa forma, o espaço foi se alterando para atender a nova realidade, a da economia baseada no desenvolvimento industrial.

Assim, com o passar dos anos, este cenário pode incluir o fenômeno da metropolização, com a intensificação das áreas periféricas como opção de moradia por população de baixa renda, bem como a preocupação com o ambiente (RIBEIRO, 2005). Conforme Garcias (2000, p.215), “há nessas regiões forte atrativo, com a abundância de áreas livres para ocupações desordenadas e desestruturadas”.

É importante destacar que, conforme Kleinke et al. (2000), os fluxos de migração no padrão atual não resultam mais de saídas predominantemente rurais, mas de fluxos vinculados às dificuldades de sustentação da população, até mesmo nos centros urbanos.

Diante das colocações apresentadas, pode-se afirmar que, inicialmente, as migrações relacionavam-se com saídas da população rural para os núcleos urbanos pela modernização de técnicas agrícolas e pela liberação de força de trabalho. Na seqüência, os fatores também se referem à procura de melhores oportunidades de emprego e de condições de vida, assim como à facilidade de acesso a vários serviços e equipamentos de consumo pela situação diferenciada de vivência na cidade e pelo desempenho industrial. A evolução destes fatos e das formas de mobilidade contribuíram para o surgimento do fenômeno da metropolização e para o crescimento da preocupação em torno do ambiente urbano, uma vez que a população de baixa renda instala-se em geral nas áreas periféricas, mais acessíveis em termos financeiros e normalmente com maior capital natural.

Identifica-se, atualmente, não apenas fluxos migratórios do campo para as cidades, mas a associação de uma cidade à outra, de acordo com as necessidades da população e suas garantias de sobrevivência.

Face ao anteriormente exposto, é estruturada a base da conceituação necessária à compreensão de assuntos pertinentes à pesquisa, de acordo com o constante na Figura 1.

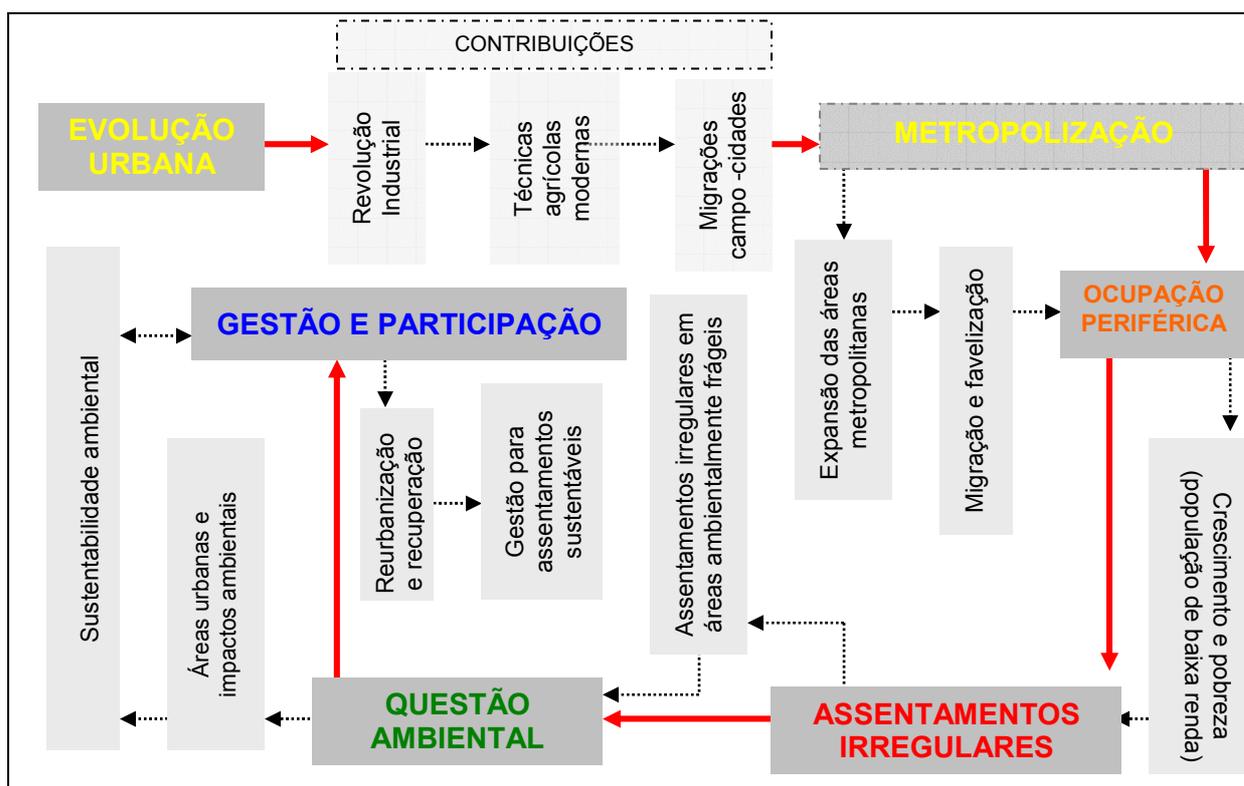


Figura 1: Organograma de estrutura da revisão de literatura para a pesquisa
 Fonte: Elaborada a partir das referências consultadas.

A lógica interpretativa prevê a abordagem de conceitos importantes para a sustentação da pesquisa, ou seja, para a leitura da realidade sobre os assentamentos irregulares em áreas ambientalmente frágeis, faz-se necessário o inventário de informações a partir de um contexto histórico que auxilie na explicação das suas ocorrências. Também se tornam fundamentais as abordagens de temas relacionados que explicam a problemática e a forma resolutiva destas questões.

De acordo com Sposito (2005, p.11), “entender as cidades de hoje, aprender quais os processos dão conformação à complexidade de sua organização e explicam a extensão da urbanização neste século, exige uma volta às suas origens e a tentativa de reconstruir, ainda que de forma sintética, a sua trajetória”.

2.1 EVOLUÇÃO URBANA

Em linhas gerais, numa seqüência cronológica, Benevolo (2005) expõe os seguintes momentos no processo de surgimento da cidade:

- a) o homem apareceu na face da terra há, talvez, 500.000 anos;

- durante um longo período de tempo, viveu coletando seu alimento e procurando abrigo no ambiente natural, sem modificá-lo de maneira profunda e permanente;
- b) há cerca de 10.000 anos, os habitantes aprenderam tanto a produzir seu alimento, cultivando plantas e criando animais, quanto a organizar os primeiros estabelecimentos estáveis – as aldeias;
 - c) há aproximadamente 5.000 anos, algumas aldeias se transformaram em espaços mais complexos – as cidades. Com as novas técnicas agrícolas, relacionadas principalmente à utilização de instrumentos de metal, ocorreu o aumento da produção, acarretando o crescimento populacional e respectivo excesso de mão-de-obra. Assim, essa população passou a residir em um ambiente distinto do rural – a cidade;
 - d) após, com o desenvolvimento da produção e com os métodos científicos, que caracterizaram a civilização industrial, nasceu a idéia de um novo estabelecimento – a cidade moderna.

Para a compreensão desse processo evolutivo, é importante destacar as transformações do meio urbano ao longo da história (SPOSITO, 2005). Assim, a Pré-História propiciou o surgimento das primeiras cidades a partir de pequenas povoações. Na Idade Antiga, o comércio estabelecido pela base de trocas gerou o crescimento das cidades (BENEVOLO, 2005).

A Idade Média constituiu um período de modificações constantes, ao longo do qual as cidades se multiplicaram. O núcleo urbano medieval possuía bairros residenciais e ruas dotadas de calçamento destinado aos pedestres. As casas, por sua vez, eram construídas geralmente em fileiras contínuas, formando um quarteirão (MUMFORD, 1998).

A Idade Moderna foi marcada por novos traçados de cidades, na busca da organização dos espaços. Já a Idade Contemporânea foi caracterizada, inicialmente, pela Revolução Industrial e, na seqüência, pelo caos urbano, com superpopulações e formação de periferias deterioradas (HARDT; HARDT, 2006). No início do período contemporâneo, foram realizados vários estudos sobre a cidade, especialmente porque lhe foi conferido um importante papel na evolução humana (ABREU, 1994).

Conforme Sposito (2005), com a Revolução Industrial ocorrida na segunda metade do século XVIII, as ferramentas e algumas máquinas – ainda que movidas pela energia humana – aperfeiçoaram-se e também se tornaram mais caras, o que fortaleceu o controle da produção por parte daqueles que detinham capital acumulado e podiam fazer frente a estes investimentos. Assim, a produção industrial passou a ser realizada nas fábricas, que, por meio dos investimentos realizados, concentraram instrumentos mais modernos, permitindo a produção mais acelerada e de menor custo. O aumento das taxas de crescimento populacional também permitiu a ampliação do contingente da força de trabalho, constituindo mão-de-obra abundante para a produção fabril.

Um novo rumo ocorre a partir da Revolução Industrial com a máquina a vapor, teares mecânicos de fiação, locomotivas e estradas de ferro, decorrentes de processos de transformação pelos quais passava a indústria. Esses elementos produziram investimentos por meio da aquisição de meios de produção necessários – matéria-prima, ferramentas, máquinas e força de trabalho, predominantemente assalariado. Registros no século XIX apontam a existência de jornadas de trabalho de até 16 horas diárias, incluindo-se o trabalho de mulheres e crianças, de forma a garantir a sobrevivência da família (SPOSITO, 2005). Pode-se dizer que os salários eram ínfimos e a jornada longa, conformando um ambiente que não contava com benefícios como férias, por exemplo.

A implementação de técnicas agrícolas modernas provocou a liberação de expressivo contingente de mão-de-obra do campo e, conseqüentemente, produziu o deslocamento de grande parte da população rural para os centros urbanos. Esses migrantes, sem a devida qualificação profissional, acabaram desempregados ou sujeitos a subempregos, acarretando a precarização da sua situação financeira (AZEVEDO, 2002).

Destaca-se também, que a cidade reuniu ótimas condições para o desenvolvimento, produção e consumo de produtos, atraindo muitos migrantes do campo para os centros urbanos pela geração de oportunidades de renda e emprego. Com a eliminação da força de trabalho no meio rural em função da especialização das unidades produtivas, passou a ocupar um papel importante de comando na divisão social do trabalho (SPOSITO, 2005), que, na atualidade, conta com diversos benefícios, como férias, décimo terceiro salário e licença maternidade, dentre outros.

Sposito (2005) relembra que o início da industrialização revolucionou o processo de urbanização, o qual, a partir do seu pleno desenvolvimento, impulsionou o aumento da população que vive em cidades em relação à totalidade populacional.

Ao apresentar esse fenômeno, Lefebvre (1999) define duas fases atravessadas pelas cidades ao longo do tempo: agrária (associada à produção agrícola, vida rural e sociedade camponesa), por muito tempo dominante, e a inversão com a indústria dominante, tal como no Brasil, um país predominantemente agrário transformando-se em uma nação urbanizada (DEÁK, 1999).

Portanto, o Brasil se transformou a partir do impulso da industrialização. Este processo coincidiu com períodos de relevante redução das oportunidades nas áreas agrícolas, restando à população a migração para os centros urbanos distribuídos no território nacional, contribuindo para as aglomerações metropolitanas (CUNHA, 2003).

2.1.1 Metropolização

Segundo Gouvêa (2005), o fenômeno da metropolização, em especial no Brasil, caracterizou-se basicamente por um ritmo de acentuado crescimento urbano em torno das principais capitais estaduais.

Diante do acontecimento, historicamente, é a partir dos anos 1950 que se nota, mais francamente, a elevação da densidade demográfica nas cidades brasileiras e, conseqüentemente, das taxas de urbanização (SANTOS, 1996).

Conforme Alves (1992), já na década de 1970, o processo de urbanização brasileira adquiriu características significativamente diferentes das que vinha mantendo até então. Por todo o país, cresceram núcleos urbanos de pequeno e médio porte, ao mesmo tempo em que outros novos começaram a se formar. A autora elege, como exemplo, as cidades litorâneas do Nordeste, que começaram a receber, cada vez mais, os fugitivos da seca. Nos municípios do interior, aglomerações periféricas começaram a se formar a partir do estabelecimento de bóias-frias. Já na Região Sul, muitos camponeses, expulsos pela concentração da propriedade – sob a forma de extensos latifúndios – e pela mecanização da agricultura, transferiram-se para outras regiões em busca de trabalho em grandes

obras de infra-estrutura, indicando, com isso, uma tomada de novos rumos pelo deslocamento da população brasileira. A autora conclui que a cidade tem sido, e será ainda por longo período, o destino inevitável da humanidade.

Silva (2006, p.390) relata nesses acontecimentos que “a partir dos anos 1980, o fenômeno da metropolização tem mutações importantes na sua face político-administrativa e de gestão territorial”, salientando que a gestão deixa de ser competência da esfera federal passando a ser de responsabilidade dos governos estaduais.

No que concerne à estruturação das regiões metropolitanas brasileiras, Gouvêa (2005) afirma que este fenômeno ocorreu simultaneamente à concentração de atividades industriais, devido ao significativo contingente de migrantes para os grandes centros urbanos, em função das oportunidades e vantagens oferecidas pelo mercado.

2.1.1.1 Expansão das áreas metropolitanas

O processo de urbanização acelerada resultou em expansão do núcleo central e em absorção gradativa de espaços periféricos, intensificando as relações entre pólo e periferia, com ciclos de crescimento, de deterioração e de mudanças nos padrões de uso e ocupação do solo (GOUVÊA, 2005; HARDT, 2004).

Segundo Gouvêa (2005), a expansão das áreas metropolitanas brasileiras conferiu a problemas urbanos uma dimensão que, por exemplo, os países europeus, no processo de industrialização e urbanização, não conheceram.

Para Gouvêa (2005), a configuração da expansão brasileira em curto espaço de tempo passou a exigir a implantação de novas estruturas urbanas, o que, de modo geral, não foi atendido por completo em função dos disputados recursos disponíveis para atender às crescentes demandas pelo intenso crescimento das metrópoles do país.

Moysés (2005, p.323) comenta sobre a expansão que “à medida que as cidades expandem-se horizontalmente, a tendência inevitável é a consolidação do processo de conurbação [...]”. O autor entende por “espaço conurbado”, o processo que torna as cidades contínuas, integradas fisicamente. Portanto, os problemas como os de infra-estrutura, por exemplo, passaram a ser comuns às administrações

dos municípios que integram a região metropolitana.

2.1.1.2 Migração e favelização

Evidencia Deschamps (2004) que a dinâmica migratória se manifesta fortemente em regiões metropolitanas, as quais se constituem em espaços de referência para os migrantes.

Para aprofundar o assunto, um estudo desenvolvido no estado do Paraná para os períodos de 1986 a 1991 e de 1991 a 1996, realizado por Kleinke, Deschamps e Moura (1999), confirma o potencial migratório que envolve elevada população urbana e rural. Kleinke et al. (2000) concluem a inversão migratória predominantemente do campo para as cidades até então, apontando que, na atualidade, a dinâmica de fluxos migratórios é observada também, fortemente, nos centros urbanos.

Lima (2004) ressalta que o processo migratório no Paraná foi marcado por expressivo crescimento da população de baixa renda, mais intensamente nos anos 1970. Nesta época, o estado paranaense modernizava a produção agrícola, fazendo com que significativos contingentes populacionais se deslocassem do campo em direção às cidades. Em função da acessibilidade de terra para moradia, tal fato determinou a formação periférica de Curitiba. De acordo com a autora, “esse movimento ainda se verifica sendo que, atualmente, apresenta um dinamismo não mais oriundo de movimento de êxodo rural mas de um fluxo de população entre municípios da região metropolitana ao redor do pólo” (p.5), destacando que há uma circularidade intra-regional de mobilidade, uma vez que, na cidade de Curitiba, os imóveis se tornam inacessíveis para esta população.

Identificada a dinâmica das migrações urbanas e o envolvimento da população de baixa renda como protagonistas desse processo, há que se ressaltar também o fenômeno da metropolização e o processo de favelização.

Não se pode deixar de questionar, no entanto, as condições de geração de oportunidades de emprego e renda oferecidos nas cidades, as quais atraíram expressivo número de migrantes. Reforçado pela economia nacional e regional, também pode ser apontado como fator de influência para a favelização.

O termo ‘favela’ diz respeito a um aglomerado localizado em terrenos não

pertencentes aos moradores. Os favelados não são proprietários jurídicos das terras que ocupam. Na medida da necessidade de moradia e sobrevivência, ocupam cotidianamente uma determinada – normalmente reduzida – parcela do território. A favela surge da não possibilidade de compra da moradia, sendo, portanto, uma solução para a classe mais empobrecida a constituição da sua habitação ilegalmente (RODRIGUES, 2003).

De acordo com Nigro (2007), o aparecimento das favelas caracteriza-se sobre a influência de fatores de causas diversas, mas o principal destaque relaciona-se, principalmente, a grupos de pessoas que, no processo de urbanização brasileira, ficaram ausentes de assistência, ou seja, “desassistidos”. Discute-se, entretanto, o termo colocado pelo autor, pois o aparecimento dessas ocupações possivelmente ocorre porque a sociedade não aplica a legislação de forma efetiva, ou seja, poucos são os programas que se apropriam de instrumentos para prevenção de favelas.

Segundo Nigro (2007, p.87), a favela “representa e justifica a insustentabilidade e a vulnerabilidade de um sistema ambiental urbano devido ao crescimento desordenado que o invade, causando rupturas sistêmicas e, por fim, desequilibrando-o e degenerando-o”. Em outras palavras, o autor explica que as favelas se proliferam rapidamente, de forma frágil e deficiente para o enfrentamento de seus próprios problemas.

Garcias (2000) destaca os seguintes fatores como os de maior influência no estabelecimento de favelas:

- a) antrópicos, incluindo migrantes rurais para as cidades que se dirigiram para as favelas e aqueles moradores dos núcleos urbanos que não possuíam condições de se manter nas áreas mais centrais e foram forçados a viver nos assentamentos irregulares; o autor considera, também, os fatores que levaram estas pessoas a viverem nessas condições, destacando, dentre outros, a super urbanização, a mecanização e o conseqüente desemprego;
- b) naturais, em que se observa diferenciação na tipologia arquitetônica pela precariedade das edificações e a localização das favelas, em morros ou subúrbios da zona urbana, em regiões de declividades acentuadas ou inundáveis e em áreas de proteção ambiental, dentre vários outros aspectos, identificados de acordo com as

características de cada cidade e que, de modo geral, interferem no ambiente urbano.

A população favelada tem crescido a taxas muito maiores que a da cidade como um todo (MARICATO, 1996). A favela constitui uma ocupação juridicamente ilegal de terras, com a maioria dos seus ocupantes se estabelecendo em regiões metropolitanas, ocupando, muitas vezes, terras públicas. Em geral, estas ocupações ocorrem em áreas ambientalmente frágeis (RODRIGUES, 2003).

Maricato (1996) confirma que é nas regiões metropolitanas, principalmente nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário e nos terrenos públicos situados em regiões desvalorizadas, que a população de baixa renda, dita favelada, se instala. Permanece a questão, no entanto, se o fato de instalação de favelas em terras públicas ou privadas e de fragilidade ambiental não é consequência de uma proposta urbanística, no caso, muito generosa.

Conforme Borges Netto (2005), o desenvolvimento econômico da década de 1970 teve como uma das suas principais consequências, o crescimento de municípios da região metropolitana das capitais brasileiras, o que tornou perceptível a periferização das favelas.

Diante dessas colocações, percebe-se que as pessoas que foram e continuam indo morar em unidades domiciliares constituídas precariamente distribuídas de forma desordenada e em áreas ou terrenos impróprios e não legalizados, ou seja, na favela, trata-se simplesmente da população de baixa renda.

Moreira (2000) reforça que este é um grupo que tem acesso somente a empregos de níveis salariais inferiores, caracterizados, em muitos casos, como informais, e, em geral, se instala em locais mais distantes da cidade para morar.

2.2 OCUPAÇÃO PERIFÉRICA

De acordo com Sposito (2005), as cidades crescem num ritmo acelerado em um processo que dá conformação às extensões da urbanização, gerando a formação, ao seu redor, da faixa considerada periférica, onde o acesso à moradia está subordinado ao nível salarial.

Esse processo é abordado por Maricato (1996), cujos estudos demonstram que a periferização se desencadeou como alternativa de habitação

para a população migrante. Assim, a malha urbanizada se estendeu para as áreas periféricas devido ao baixo poder aquisitivo destes grupos, impossibilitando sua permanência nas regiões valorizadas pelo mercado imobiliário.

Portanto, a grande maioria dessa população, por não apresentar condições de adquirir sua habitação, procura as regiões periféricas, as quais se constituem como espaços construídos precariamente, prontos para serem incorporados à cidade (MAUTNER, 1999).

Moura e Ultramari (1996), ao descreverem a formação das áreas periféricas e sua relação com o crescimento das cidades, expressam, além do seu conhecido aumento vertical, também sua expansão, extensa e horizontalmente, em direção a locais distantes do centro tradicional. Este tipo de ocupação é responsável pela criação de periferias, entendidas, pelos autores, como áreas de concentração de moradias de população de baixa renda.

2.2.1 Crescimento e pobreza

A maior parte da população humana vive em cidades, ou seja, quase todo o crescimento demográfico tem se processado em áreas urbanizadas (DIAS, 2002). Gouvêa (2005) aponta o Brasil como a quinta nação do mundo em população, apresentando – quando comparado aos demais países mais populosos do planeta – taxas expressivas de crescimento demográfico, conferido basicamente nos centros urbanos.

Na concepção de Moreira (2000), o crescimento das cidades é um dos principais problemas urbanos atuais. Uma das mais graves dificuldades se relaciona à habitação, pois os preços dos imóveis destinados à moradia se elevam em função da demanda. Como os mais distantes do centro são, em geral, de menor custo, a população mais empobrecida passa a morar cada vez mais longe.

Neste sentido, os grupos de menor renda propagam-se nas periferias, pois não lhes resta outra possibilidade senão manter-se nestas áreas, muitas vezes impróprias e acompanhadas de insuficiências de infra-estrutura, decorrendo em sérias conseqüências sociais e ambientais (CAMPOS FILHO, 1999; ROCHEFORT, 1998).

Segundo Rodrigues (2003, p.11), “é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço”. No entanto, a autora caracteriza os que moram bem e os que habitam mal. Os primeiros encontram-se bem servidos de equipamentos coletivos e em casas com certo grau de conforto; os que não possuem renda suficiente, vivem nos arredores das cidades, nas periferias – muitos sob condições de miséria – em ocupações irregulares, invasões clandestinas ou outra forma qualquer de moradia.

O processo de urbanização brasileiro, marcado por crescimento desigual, resultou em expressiva concentração espacial da pobreza (MARICATO, 1996). Gouvêa (2005) coloca que a miséria é percebida, nos dias de hoje, como endêmica, registrando altos índices nas cidades brasileiras.

Maricato (1996) aponta que o crescimento da população pobre é rápido e sucessivo, apresentando, como exemplos das suas condições de vida, os locais à beira de cursos d’água e sujeitos a enchentes, os terrenos com processos erosivos, as glebas com depósito de lixo, as áreas de proteção ambiental etc., acentuando que as ocupações irregulares são o caminho alternativo das comunidades de menor renda.

2.3 ASSENTAMENTOS IRREGULARES

Rodrigues (2003) conclui que uma das maneiras da classe da população de baixa renda resolver o problema de moradia é por meio de assentamentos em áreas da periferia – especialmente em processos de autoconstrução – sujeitando-se a morar numa localidade carente de serviços. A autora classifica tais ocupações da seguinte forma:

- a) irregulares – consistem na utilização, em sua maior parte, de terras públicas e, em geral, ocorrem em áreas impróprias para moradia ou vulneráveis em termos ambientais, constituindo, na maior parte das vezes, locais de declividades elevadas, insalubres, de preservação ambiental etc.;
- b) invasões – representam a ocupação de terras em propriedades públicas ou privadas sem uso;

- c) clandestinas – normalmente correspondem aos loteamentos que não obedecem às normas previstas em lei; ou seja, não há aprovação do projeto ou, quando há, não é executado como previsto.

Dessa forma, identifica-se que a expressão de assentamento irregular abrange qualquer forma de ocupação do solo urbano – irregular, invasão, clandestina – não legalizada ou licenciada segundo os padrões urbanísticos, a qual, em muitos casos, ocorre em regiões periféricas em áreas inadequadas para habitação ou urbanização. A favela, então, é vista como assentamentos informais porque é uma forma de ocupação irregular.

Na visão de Alfonsin (2001), as conseqüências desse processo de irregularidade geralmente são relacionadas à degradação ambiental dos cenários urbanos, uma vez que a falta de acesso da população de baixa renda a induz à busca de alternativas de sobrevivência, loteando ilegalmente regiões ambientalmente frágeis – a exemplo de encostas e topos de morros e matas nativas, bem como áreas de mananciais e margens de cursos e corpos d'água, dentre outras.

A partir do exposto, pode-se aferir que tais características de ocupações irregulares produzem reflexos no agravamento dos problemas ambientais nas metrópoles.

2.3.1 Assentamentos irregulares em áreas ambientalmente frágeis

Tucci (2004) constata que processos inadequados de urbanização e impacto ambiental são observados fortemente nas regiões metropolitanas brasileiras. Com isso, o autor aponta que “o crescimento urbano tem sido caracterizado por expansão irregular de periferia com pouca obediência à regulamentação urbana [...] e normas específicas de loteamentos, além da ocupação irregular de áreas públicas por população de baixa renda” (p.278-279). O autor coloca que este processo de desenvolvimento urbano resulta em expansão, geralmente irregular, e ocorre freqüentemente em áreas ambientalmente frágeis, comprometendo o suporte natural das cidades. Os impactos apontados pelo autor correspondem à expressiva carga de efluentes domésticos sem tratamento despejada nos rios, junto com material sólido do lixo e da erosão, num quadro que

também interfere diretamente sobre a saúde da população.

Kran e Ferreira (2006) argumentam que tanto a qualidade ambiental urbana é fundamental para a qualidade de vida, quanto a moradia, compreendendo condicionantes básicos para a sobrevivência dos habitantes em uma cidade.

Diante ao exposto, a introdução do conceito de qualidade de vida surgiu a partir da década de 1970, no contexto do progresso da medicina, ocasionando o prolongamento na expectativa de vida. Segundo Panzini et al. (2007), “ainda não há consenso definitivo na literatura sobre o conceito de qualidade de vida”; entretanto, uma de suas características mais relevantes, diz respeito ao “modo de viver das sociedades e indivíduos, em termos socioeconômicos, demográficos e de cuidados básicos de saúde disponíveis” (p.108).

De acordo com Kran e Ferreira (2006), em conjunto tem-se a qualidade do ambiente onde as pessoas habitam; assim, a dimensão ambiental também passa a incorporar o conceito de qualidade de vida, promovendo relações que têm como pressupostos: as práticas do cotidiano vinculadas ao local de domicílio, as condições de habitabilidade da moradia e as formas como a população interage e participa em processos comunitários.

Neste sentido, a questão ambiental surge como uma dimensão de problemas a partir de condições precárias de habitação, em interface com as demais dimensões, ou seja, econômica, social e cultural. Desta forma, a moradia constitui importante elemento da qualidade de vida urbana, que exige, dentre outros aspectos, disponibilidade de infra-estrutura, aplicada com a finalidade de manter o ambiente sem deterioração e contaminação, o que significa melhorar as condições de habitação e, com ela, a qualidade de vida e ambiental urbana (KRAN; FERREIRA; 2006).

Nesse contexto, Gomes e Soares (2004) afirmam que compreender a preocupação com a qualidade ambiental urbana é fundamental para o alcance da melhoria da qualidade de vida. Assim, considera-se que para que determinado espaço urbano possa apresentar qualidade ambiental satisfatória,

torna-se condição necessária uma composição paisagística que privilegie, sobretudo, mas não somente, a vegetação; vista desde um simples gramado às mais frondosas espécies arbóreas. Nessas condições, a vegetação constitui componente chave da qualidade ambiental, embora outros componentes também sejam necessários ao alcance de um padrão mínimo de qualidade do ambiente como os espaços livres públicos destinados ao lazer e a coerência entre os padrões de edificações desse ambiente. De acordo com o que foi colocado anteriormente só é possível conceber um ambiente como dotado de boa qualidade desde que este apresente satisfação pessoal

ao homem, em todas as dimensões da vida humana. Assim sendo, atributos como sujeira; trânsito; concentração populacional demasiada; construções desordenadas; ausência de elementos naturais como solo permeável, água e vegetação; bem como os diversos tipos de poluição em todas as suas dimensões são considerados fatores degradantes de um ambiente. Acrescente-se a tudo isso as mais diferentes formas de problemas (mazelas) sociais presentes nesse meio. Portanto, a salubridade de cada lugar não pode ser percebida nem tão pouco compreendida se não se pensar que aquele lugar está sendo produzido pelo homem e para o homem. Logo, nessa relação, este não pode ser o elemento degradante, mas reestruturante do ponto de vista da relação homem-meio (GOMES; SOARES, 2004, p.27-28).

Diante dessas colocações, identifica-se a importância da relação entre qualidade de vida e ambiental urbana, estreitamente relacionada às condições de moradia da população.

Santos, Ultramari e Dutra (2004) apontam que, nas cidades brasileiras, existe um número expressivo de ocupações em áreas ambientalmente frágeis, identificadas tanto nas metrópoles quanto nas cidades médias e pequenas, gerando conflitos entre vetores de ocupação e as regiões a serem preservadas. Os autores elencam, como exemplo, a região metropolitana de Curitiba, que apresenta forte tendência de crescimento urbano em direção às áreas de mananciais, onde “se combinam baixos padrões de habitabilidade (solos hidromórficos e risco de enchentes) e perda da principal fonte de recursos hídricos para a população metropolitana” (SANTOS; ULTRAMARI; DUTRA, 2004, p.352), indiciando problemas ambientais urbanos. Os autores também observam que o processo acelerado de urbanização acarreta sérios problemas ao meio, citando, em especial, as condições impróprias de moradia, que levam a pressões crescentes, devido a utilização de locais ambientalmente sensíveis.

Jacobi (2004) reforça que espaços como morros, pântanos e áreas de proteção aos mananciais de água doce foram utilizados inadequadamente para moradias e que, em geral, essas ocupações se constituem em habitações precárias e em áreas com escassos serviços urbanos. O autor toma, como exemplo, a periferia da cidade de São Paulo, a qual é desprovida de serviços urbanos básicos e tem sido ocupada pela população de baixa renda – principalmente em áreas de mananciais hídricos –, gerando ocupação desordenada, uma vez que essas áreas possuem fatores de atração para localização de loteamentos irregulares. Segundo o autor, situações como essa provocam agravos ambientais, pela redução das áreas verdes, pela falta de medidas práticas e definidas, pela contaminação dos mananciais e pelo despejo inadequado de resíduos sólidos, dentre outras causas.

Maricato (2003b), tomando por base a realidade constatada nos arredores da cidade de Curitiba, relata que as regiões de proteção ambiental são ocupadas irregularmente pela população de baixa renda, ou seja, a capital paranaense está cercada por essas ocupações. Ianni e Quitério (2006) compreendem que as áreas metropolitanas representam realidades socioambientais diversas, evidenciando a problemática gerada por essas ocupações e salientando a necessidade de conservação do solo e dos mananciais hídricos, pois defendem que há problemas ambientais que acarretam implicações na saúde da população.

É importante destacar que a condição de pobreza e a degradação ambiental nestas áreas agravam os problemas de saúde da população. Um dos motivos é a falta de infra-estrutura ali instalada; um exemplo consiste na ausência de saneamento básico, que faz um número expressivo de vítimas de internações hospitalares, principalmente crianças com menos de 10 anos, atacadas por doenças causadas pela poluição das águas (LEROY et al., 2002).

Jacobi (2006), por sua vez, destaca que os problemas ambientais resultam da precariedade dos serviços e das condições de vida dessa população, como também, do descuido dos próprios moradores. Corroborando essa idéia, Mulder (2006) aponta a questão da insuficiência do sistema de infra-estrutura, reportando-se, em muitos casos, aos países europeus, que vêm tomando consciência e se mobilizando com atitudes de conservação e preservação, com visão atual e futura, minimizando os impactos negativos das ações humanas sobre o meio.

Segundo Palomo (2003), no caso das cidades européias, os problemas ambientais apresentam menor grau de gravidade devido à presença de indicadores positivos, ou seja, os impactos se converteram em novas formas de urbanização. O desenho de um “cenário cotidiano de vida para o homem e seu entrono natural e construído se converte, assim, em um tema de ação pública de grande responsabilidade” (PALOMO, 2003, p.69), que se volta à vegetação, à fauna, aos microorganismos e ao ser humano.

É necessária uma política expressa de conservação e proteção, pela presença direta e concentrada do homem e por sua forte atividade predadora e invasora de todo tipo de estrutura prévia. Uma seleção adequada dos usos do solo facilita o desenvolvimento das atividades que tendem a conservar o equilíbrio ecológico do seu território (PALOMO, 2003, p.186).

O autor enfatiza que é preciso considerar os espaços naturais e antrópicos da cidade e de seu entorno, cuidar da sua imagem e evitar a instalação da população de baixa renda em periferias onde existem áreas de risco – como montanhas, por exemplo. Aponta, ainda, alguns mecanismos de conservação e atitudes, como as praticadas na Europa, que podem ser utilizados como modelo.

Com relação à realidade europeia, Mendonça (2004) afirma que nos países desenvolvidos, a preocupação com o ordenamento dos espaços urbanos e com o controle do processo de urbanização foi anterior à dos países em desenvolvimento. Nestes, somente de maneira tardia, foram observadas as disparidades nas formas desordenadas dos espaços periféricos, como os flagrantes casos da urbanização latino-americana, africana e asiática. Pode-se afirmar, neste caso, que a política pública encontra-se defasada.

Reportando-se à realidade brasileira, Moretti (2004) expõe o acelerado crescimento dos assentamentos irregulares nas áreas urbanas, especialmente nas regiões periféricas e próximas aos cursos d'água, muitas vezes destinados ao abastecimento humano. Segundo Leroy et al. (2002), essas regiões ocupadas pela população de baixa renda, mantêm estreitas relações com o ambiente natural, embora o destruam, pois vivem em precárias condições. Repreende-se, portanto, que a adoção de políticas socioambientais urbanas é fundamental para o alcance da sustentabilidade desses assentamentos.

Nesse sentido, há necessidade de compreensão da realidade vivida por estas famílias e do seu envolvimento com o espaço habitado e com o ambiente que o cerca, com vistas à implementação de estratégias de qualidade de vida e de atenção à saúde, tanto humana quanto ambiental, enquanto prática para a sustentabilidade. Para essas estratégias promoverem melhorias nas condições ambientais e da qualidade de vida, esta população precisa estar inserida nessas ações (NORONHA; CENTA, 2005). Conforme reforça Hardt (2006, p.164), “há que se ressaltar, porém, que no centro de todas essas preocupações encontra-se o ser humano”.

Considerando a complexidade do contexto urbano metropolitano brasileiro, Jacobi (2002) aponta que os desafios para a sustentabilidade são excessivos, uma vez que os problemas ambientais se avolumaram. Para o autor, não há como negar a estreita relação entre riscos urbanos e os usos e ocupação do

solo. "Entre as questões determinantes das condições ambientais da cidade, é aquela onde se delineiam os problemas ambientais de maior dificuldade de enfrentamento e, contraditoriamente, onde mais se identificam competências de âmbito municipal" (JACOBI, 2004, p.170).

Conforme Rossetto, Orth e Rossetto (2006), nesses desafios está embutida a necessidade de instituição de modelos de políticas urbanas, como solução possível para o enfrentamento da questão ambiental.

Tal medida é necessária em função da força desta questão ter adquirido, na última década, o interesse na defesa de regiões de proteção ambiental, uma vez que as periferias urbanas apresentam componentes de insustentabilidade. Tal situação é caracterizada pelo padrão inadequado de urbanização, num processo de expansão e ocupação desses espaços, que configura uma realidade marcada pela baixa qualidade de vida (GROSTEIN, 2001).

Em um território urbanizado, onde prevalecem a escassez de terra adequada e acessível para o assentamento das populações de baixa renda e a precariedade nas periferias em um quadro de exclusão e pobreza, dificilmente poderão ser equacionados os problemas ambientais, sem uma política habitacional (GROSTEIN, 2001, p.18).

Dessa forma, "as políticas que sustentam o parcelamento, uso e ocupação do solo e as práticas urbanísticas que viabilizam estas ações têm papel efetivo na meta de conduzir as cidades no percurso do desenvolvimento sustentável" (GROSTEIN, 2001, p.14), a fim de reverter a situação de insustentabilidade, detectada em locais de riscos, como as de solos frágeis, agravando os problemas ambientais, devido à ocupação irregular. No entanto,

é evidente que muitos assentamentos humanos informais não poderão ser regularizados exatamente no mesmo local em que se encontram. Há que fazer uma ponderação caso a caso do impacto potencialmente gerado pela permanência na população, que inclua os efeitos ambientais negativos e os efeitos sociais positivos (ARAÚJO, 2002, p.9).

Também é preciso levar em consideração o reconhecimento entre os diversos setores,

quer na conservação e na proteção do meio ambiente, quer no acompanhamento do impacto que as mudanças no ambiente provocam a saúde, quer ainda nas conquistas de melhores condições de vida na habitação (COHEN; BODSTEIN; KLIGERMAN; MARCONDES, 2007, p.196).

Fica evidente, portanto, a necessidade de criação de condições que assegurem a qualidade do ambiente urbano, de forma preventiva para evitar a continuidade do nível de degradação. Tal assertiva é notadamente importante com

relação às áreas habitadas pela população de baixa renda, devido às “condições predatórias à urbanização existente e seu impacto de degradação ambiental” e implicações na saúde da população (JACOBI, 2006, p.119).

2.4 QUESTÃO AMBIENTAL

A ausência de cuidados com o ambiente natural evidencia a insustentabilidade, porque ameaça a estabilidade dos seus sistemas de sustentação, como a desfiguração do solo, a poluição da água e a perda de biodiversidade, dentre outras decorrências (PORTILHO, 2005).

Para Hough (1998), o crescimento das áreas urbanas ocasiona alterações no meio natural e, em consequência, gera pressões insustentáveis ao ecossistema antes auto-suficiente. A visão deste autor, de que as influências humanas sobre a natureza são destrutivas, aborda a concepção de que o homem, para sobreviver, torna-se agente modificador da terra.

Tachizawa (2005) adverte que um dos maiores desafios que o mundo enfrenta neste milênio é o esforço em proteger e melhorar a qualidade do meio. Andrade, Tachizawa e Carvalho (2002) afirmam que, para a melhoria da qualidade ambiental, é necessário considerar as variáveis naturais, sociais, demográficas e físicas. Cabe ressaltar que, conforme Braga et al. (2002), o fenômeno mundial do crescimento populacional resulta em danos ao meio.

Destaca-se, nesse processo, que a forma de distribuição da população constitui uma dinâmica de alterações ambientais. No caso do Brasil, país servido de rica diversidade ecológica, o rápido processo de urbanização e a significativa desigualdade social resultaram em preocupações de âmbito ecológico, podendo-se perceber nas entrelinhas desse processo, uma ameaça à notável biodiversidade brasileira, devido à condição distributiva da população no território (HOGAN, 2001).

Sobre a questão ambiental no Brasil, Andrade, Tachizawa e Carvalho (2002) apontam que o país vem sofrendo expressivas transformações, em função do crescimento demográfico, proveniente de acelerado ritmo de concentração de contingentes populacionais em áreas urbanas, que, principalmente a partir da década de 1960, passou a provocar profundos impactos. Segundo os autores, o agravamento da questão ambiental começou a ser sentido em áreas cujo fenômeno

de concentração de atividades urbanas e industriais foi mais intenso, ou seja, principalmente nas grandes metrópoles brasileiras.

Nesse contexto, conforme Costa e Braga (2002), insere-se o uso e ocupação do solo estruturado em torno da questão urbano-ambiental, com as cidades convivendo com problemas típicos de pobreza, especialmente nas regiões periféricas: ocupações irregulares em áreas ambientalmente frágeis, como encostas e áreas alagáveis, e baixo índice de coleta e tratamento de esgotos. A questão ambiental, portanto, passa a ser social.

Evidencia-se que esta situação faz emergir um processo de degradação ambiental com efeitos nas condições de saúde humana (MARICATO, 2000; LEFF, 2004), originando conflitos socioambientais de grandes proporções, pois a dinâmica de ocupação por população de baixa renda é vista como causadora da redução da qualidade de vida e do ambiente, devido ao nível de comprometimento ambiental do meio urbano.

Entretanto, a falta de alternativas para a habitação dessa população pressupõe uma dinâmica de ocupação irregular e predatória de terra urbana (MARICATO, 2003b).

Noronha e Centa (2005) definem a questão ambiental como determinante para a qualidade de vida, destacando que a habitação se constitui em espaço de construção da saúde. Assim, os autores evidenciam que as condições sanitárias dos habitantes das cidades dependem de ambientes urbanos saudáveis.

2.4.1 Áreas urbanas

Inserida no processo evolutivo da humanidade, a ação humana alterou o meio natural conforme suas necessidades de ordenamento espacial, processo expresso claramente no ambiente urbano (HARDT, 2006).

Nesse contexto, cabe destacar que o ecossistema é formado por elementos naturais e antrópicos (MOTA, 2003). Os primeiros são aqueles criados pela natureza sem a interferência do homem, enquanto os segundos são resultantes das ações humanas sobre o meio natural (MOREIRA, 2000).

Hardt (2000) detalha essas colocações, explicitando que o ecossistema urbano é formado pelos sistemas:

- a) natural – engloba componentes abióticos (meio físico – clima e ar, água, solo e subsolo) e bióticos (meio biológico –flora e fauna);
- b) antrópico – compreende o homem e suas atividades, envolvendo aspectos territoriais, sociais, econômicos e institucionais.

As ações antrópicas exercem um processo contínuo de pressão sobre o meio natural, gerando preocupações no padrão dos usos do solo (CONSTANTINO et al., 2005). A configuração da ocupação, inserida no processo de urbanização e crescimento populacional, resulta em pressões direcionadas à ameaça ao patrimônio natural, uma vez que a população brasileira concentra-se cada vez mais nas áreas urbanas (FISZON et al., 2005).

Rochefort (1998) cita que o poder público não dispõe de meios à altura das necessidades da população. Com isso, são criados mecanismos originais na tentativa de resolução dos problemas, que vão da produção da favela pelo próprio habitante ao estabelecimento informal de habitações precárias.

Branco e Martins (2007) comentam que a moradia desses grupos de baixa renda implica em ocupações de áreas muitas vezes impróprias ou não adequadas para habitação, agravando ainda mais o problema, uma vez que não há infra-estrutura. Araújo, Almeida e Guerra (2005) também enfatizam esta questão ao afirmarem que, conforme o andamento do processo de urbanização, alterações no espaço natural são inevitáveis, pois o uso dessas áreas se converte em algo distinto do previsto, provocando, geralmente, impactos ambientais.

Segundo Coelho (2001), a realidade de um espaço urbano é representativa de um estágio histórico que modifica permanentemente o espaço em questão. Assim, são originados problemas ambientais que atingem mais expressivamente espaços físicos de ocupações das classes sociais menos favorecidas, que se aglomeram e aumentam a densidade populacional, alterando a capacidade de suporte do solo. Uma vez que a distribuição espacial desta classe está associada à desvalorização espacial por estarem inseridas em áreas de riscos ambientais, como os leitos de rios, tem-se, como resultado, impactos ambientais de grandes proporções.

Conforme expõe Mendonça (2004), a ocupação de áreas urbanas com potencial de preservação é um fator de risco para as bases naturais, por comprometerem as dimensões bióticas e abióticas, que sustentam as condições de vida humana.

2.4.1.1 Impactos ambientais urbanos

A avaliação de impactos ambientais passou a ser desenvolvida no Brasil a partir de 1986, com o advento da Resolução Nº 001, de 23 de janeiro do mesmo ano, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) (CONAMA, 1986). Este instrumento normativo definiu impacto ambiental como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que, direta ou indiretamente afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota e as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, bem como a qualidade dos recursos naturais (MOTA, 2003).

A acelerada expansão urbana criou mudanças e impactos provenientes das atividades humanas sobre o ambiente, uma vez que a crescente concentração populacional nas áreas urbanas aumenta a demanda habitacional (BRANCO; MARTINS, 2007), numa tendência que gera falta de moradia adequada para uma população em constante crescimento (FONTANELLE, 2007). Porém, não se pode deixar de citar que, no atual contexto de migrações (intra-urbanas), ainda há problemas referentes à habitação; ou seja, esta questão continua como um agravante, como no período em que a maior expressividade era de migrantes do campo para as cidades.

Camargo, Capobianco e Oliveira (2004) apresentam a preocupante situação relacionada ao ambiente urbano ao relatar que a população brasileira está cada vez mais concentrada nas cidades. Segundo estimativas apuradas em 1970, a concentração urbana era de 30,5%, passando a 81,2% no ano de 2000 (IBGE, 2000). Os dados levantados pelos autores evidenciam um crescimento desordenado das cidades.

Nesse contexto, Santos, Ultramari e Dutra (2004, p.355) reforçam que “a contaminação das águas tem contribuído, de maneira significativa, para agravar os

problemas de escassez de água nas cidades brasileiras”.

De acordo com Braga et al. (2002), a urbanização pode comprometer o ciclo hidrológico, bem como a qualidade da água e do solo, gerando problemas de desequilíbrio ambiental. Para Tucci (2004, p.276), essas questões são devidas “ao aumento da população e à falta de controle dos impactos das atividades humanas sobre o espaço natural”, estabelecendo forte pressão ambiental (DIAS, 2002).

Araújo, Almeida e Guerra (2005) comentam que tanto a água quanto o solo são recursos vitais para a humanidade. Os autores salientam que a degradação do solo é séria, no sentido de que não é facilmente reversível, uma vez que seu processo de formação e regeneração é lento.

A ocupação do ambiente natural oriunda do processo de urbanização alterou a cobertura vegetal, devido ao extensivo desmatamento, resultando em vários impactos ambientais, exemplificados por Mota (2003) como danos à flora e fauna, empobrecimento do solo fértil e poluição de mananciais hídricos – todos prejudiciais à saúde do homem. O autor define a poluição ambiental como “qualquer alteração das características de um ambiente (água, ar ou solo) de modo a torná-lo impróprio ao homem e às formas de vida que normalmente abriga, ou prejudique os usos definidos para o mesmo” (MOTA, 2003, p.56).

Segundo Leroy et al. (2002, p.34), “a degradação ambiental, por exemplo, se dá em partes porque a maioria pobre da população não tem condições estruturais básicas de viver num ambiente minimamente sadio”. Os autores complementam que essa situação é devida à falta de condições financeiras dessas pessoas, que acabam por ocupar, em sua grande maioria, áreas ambientalmente frágeis e ecologicamente sensíveis, induzindo o surgimento de graves problemas de degradação no espaço urbano.

Dessa forma, pode-se afirmar que a questão ambiental frente a ocupações irregulares em áreas ambientalmente frágeis é oriunda, na verdade, da exclusão social existente.

2.4.2 Sustentabilidade ambiental

A partir da eclosão da crise ambiental, surgiu como atividade de planejamento, a necessidade do envolvimento aprofundado desta dimensão na

condução da gestão urbana (MENDONÇA, 2001). Fernandes (2004) sintetiza que a noção do impacto ambiental surgiu efetivamente na década de 1960, mais especificamente junto ao contexto de discussões sobre a poluição industrial nas cidades. Contudo, uma maior articulação dessa questão ocorreu na década de 1970, com os discursos ambientalistas. A partir da década de 1980, passou-se a falar em impacto socioambiental e, posteriormente, em sustentabilidade.

Esse percurso tem levado à incorporação da dimensão ambiental nos processos de planejamento, tomada de decisões e gestão das áreas urbanas, assim como à formulação de diversos programas, nos vários níveis de governo, sobretudo no contexto dos municípios (FERNANDES, 2004).

Diniz Filho e Vicentini (2004, p.142) colocam que “o enfoque ambiental também passa a expressar a temática e meta de desenvolvimento urbano, metropolitano e regional e tem sido assimilado por diferentes contextos, em uma difusão sem precedentes de um novo modo de planejar”. Este modelo surge como alternativa e nova estratégia para a formulação de políticas no processo de desenvolvimento.

Como diagnóstico, a crise ambiental se converteu, ao final da década de 1960 e início dos anos 1970, na necessidade de rediscussão da forma de desenvolvimento, devido à contaminação ambiental e à depredação dos recursos naturais, gerados pelo modelo capitalista e seu crescimento ilimitado. Diante deste fato, surgiu a preocupação com a natureza e com o ser humano, possibilitando a edição do conceito de desenvolvimento sustentável, o qual incorpora três dimensões para a sustentabilidade: ambiental – conservação da natureza e equilíbrio dos ecossistemas, social – relações humanas e qualidade de vida, e econômica – desenvolvimento capitalista sustentável (FOLADORI, 2002).

Com o desdobramento da ordem social e do desenvolvimento econômico, surgiram muitas necessidades, advindas da urbanização maciça. Ao lado dos problemas sociais – como a pobreza, emergiram, igualmente, outros de caráter ambiental – a exemplo da poluição das águas e do solo, do desmatamento em larga escala, e da ocupação antrópica desordenada, que foram incorporados ao ambiente urbano (BRUNACCI; PHILIPPI JR., 2005).

Capra (2006) enfatiza essas questões como geradoras de um ambiente doentio e de comprometimento à saúde das pessoas, não se tratando apenas de

simples casualidade decorrente do progresso tecnológico, mas de características de um sistema econômico obcecado com o crescimento, com a expansão e com a continuidade de intensificação da tecnologia, na tentativa de aumento da produtividade.

Grazia e Queiroz (2001) enfatizam que o processo de urbanização no Brasil teve início com a industrialização e produziu um modelo de desenvolvimento que desconsidera a sustentabilidade socioambiental do meio urbano, contribuindo apenas para a concentração de renda, poder, informação e conhecimento. Para a maioria da população, restaram os problemas sociais na forma de segregação espacial, em áreas com infra-estrutura e serviços urbanos precários.

Esse modelo representa a dependência de um suprimento contínuo e inesgotável de matéria e energia. Porém, para que adquira êxito de desenvolvimento e garanta a sobrevivência humana, faz-se necessário o respeito à capacidade e limitações dos recursos naturais, revisando e adaptando os padrões, para que possam ser vinculados ao desenvolvimento sustentável (BRAGA et al., 2002), com capacidade de suprir o presente sem comprometer as necessidades futuras (CMMAD, 1988; MOTA, 2003).

Nessas dimensões e visões sobre os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, Dresner (2002) argumenta que, embora sejam diferentes, são sinônimos em muitas situações; porém, no caso de adotados com o mesmo sentido, a palavra desenvolvimento seria dispensável.

Para Ultramari (2003), o desenvolvimento é um processo e a sustentabilidade, um fim. Argumenta-se que esses termos afloram em um processo no qual o segundo se relaciona com a finalidade – estando vinculado ao lugar que se pretende chegar – e o desenvolvimento sustentável é relativo ao meio e à forma de como se pretende chegar. Assim, ambos constituem conceitos dinâmicos, pois os caminhos e os destinos se alteram com o tempo, podendo, portanto, ser considerados momentos distintos. Assim, tem-se “o presente para o processo de desenvolvimento e o futuro para a sustentabilidade” (SILVA, 2005, p.13).

Fazendo menção ao anteriormente exposto, Branco e Martins (2007, p.37) concluem que “não há uma definição clara e concisa de Desenvolvimento Sustentável [...]”, o que existe é a necessidade de que o desenvolvimento seja sustentável, considerando restrições impostas e, assim, garantindo a sobrevivência.

De acordo com os autores, o desenvolvimento sustentável é um caminho evolutivo de pensamentos e práticas, direcionadas a condições favoráveis de sobrevivência e à necessidade de respeito aos limites físicos do ambiente.

Uma vez estabelecida a noção de desenvolvimento sustentável, os autores abordam a sustentabilidade em um breve histórico, relatando seu surgimento na Europa durante os séculos XVIII e XIX, resultante do intenso desflorestamento frente à crescente procura por madeira e produtos derivados, por meio de um processo economicamente viável para as madeiras e ambientalmente danoso às florestas. A partir do momento em que houve a utilização de um novo método para desenvolvimento de florestas sustentáveis, o termo passou a ser utilizado. Dessa forma, “a sustentabilidade confere um caráter restritivo a determinado sistema. Um sistema sustentável pode ser definido como aquele que perdurará indefinidamente, caso não haja interferência externa que prejudique a dinâmica de seu funcionamento” (BRANCO; MARTINS, 2007, p.44). No entanto, o processo evolutivo humano e a crescente dependência dos recursos naturais agravaram o seu estoque.

Santos e Motta (2001) especificam que o conceito de sustentabilidade foi colocado em pauta inicialmente pelo movimento ambientalista, para enfatizar a preocupação no âmbito da ecologia, ou seja, dos espaços naturais ameaçados pela degradação das águas, do solo, do ar, da flora e da fauna. Posteriormente, foi ampliado além desses espaços, passando a ser referência àqueles que tiveram sua natureza transformada pela urbanização – em virtude dos efeitos negativos oriundos de tal processo.

Atualmente, o termo sustentabilidade é abordado mundialmente, como meta a ser alcançada pelos países neste milênio. O reconhecimento da crise ambiental ao longo da história induziu a sociedade a repensar sua conduta e a buscar meios que conciliem o desenvolvimento social e econômico com a proteção ambiental, levando-se em conta que “a vida humana é dependente das demais formas de vida existentes no planeta e que sem elas está fadada à extinção” (BACELLAR, 2006, p.139)

Como base à sustentabilidade, a noção de desenvolvimento sustentável foi ganhando espaço nos trabalhos realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1972, na Conferência de Estocolmo e nas demais convenções

internacionais. Conforme Bacellar (2006, p.141), seu conceito foi definido mediante o terceiro princípio da Declaração da Rio-92 – Conferência da Terra –, em que se estabelece que o “desenvolvimento deve ser promovido de forma a garantir as necessidades das presentes e futuras gerações”. Sua interpretação se dá no sentido de que “se trata de um desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem também suas próprias necessidades”.

Neste âmbito, Franco (2001) apresenta os seguintes acontecimentos:

- a) **Clube de Roma** – criado em 1968, por cientistas de vários países, para o propósito de sugestão de soluções para problemas decorrentes das crescentes pressões demográficas sobre o equilíbrio dos ecossistemas do planeta e sobre os recursos não-renováveis;
- b) **Conferência de Estocolmo** – realizada no ano de 1972, com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, com a finalidade de elaborar metas ambientais e sociais, centrando sua atenção nos países em vias de desenvolvimento;
- c) **Comissão Brudtland** – criada em 1983, com os objetivos de reexaminar os problemas do ambiente e de desenvolvimento do planeta, além de formular propostas de soluções. Em 1987, foi elaborado o relatório intitulado *Our common future* (Nosso futuro comum) (CMMAD, 1988), registrando falhas e sucessos mundiais, com o reconhecimento do termo desenvolvimento sustentável;
- d) **Cúpula da Terra – Declaração Rio-92** – estabelecida em 1989, quando a Assembléia Geral das Nações Unidas convocou um encontro global para elaborar estratégias de reversão dos processos de degradação ambiental. A resposta a essa convocação foi dada por meio da Agenda 21, em 1992, no Rio de Janeiro, firmada por 179 países em um documento prescrevendo 27 princípios inter-relacionados e estabelecendo bases para o alcance do desenvolvimento sustentável em escala global, fixando direitos e obrigações individuais e coletivas;

- e) **Agenda 21** – este documento constitui importante marco referencial para ações mundiais, emprega as palavras cooperação e solidariedade e contribui com medidas para contenção da degradação do ambiente mundial, com recomendação para que as nações reduzam e eliminem os sistemas de produção e consumo insustentáveis e fomentem políticas demográficas adequadas.

Considerando os desafios e exposições sobre sustentabilidade ambiental, Ribeiro (2005) reforça e confere importância ao fato de que está relacionada à capacidade de suporte dos ecossistemas, sendo associada ao processo natural e absorção ou recuperação das agressões derivadas das ações humanas. Esse processo de recuperação implica no equilíbrio da base natural de recursos. Assim, para que uma forma de vida social seja sustentável, é preciso ultrapassar barreiras para o alcance do equilíbrio dos ecossistemas, o que também depende da base cultural no padrão de consumo e estilo de vida, a qual inclui formas de assentamentos à capacidade e suporte dos recursos naturais.

Borges Netto (2005), considerando que ocupações irregulares de áreas ambientalmente frágeis geram implicações ao ambiente e à habitação, conclui que atitudes simples da administração pública e dos atores sociais visando ao interesse coletivo podem contribuir para o alcance de moradias sustentáveis nesses locais.

2.5 GESTÃO E PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DE ASSENTAMENTOS IRREGULARES

Rezende e Castor (2006) destacam os seguintes conceitos de interesse:

- a) **gestão** – sob a ótica da administração, está relacionada com o conjunto de recursos e com a aplicação das atividades destinadas ao ato de gerir. Em termos gerais, a governança pode ser entendida como competência dos gestores nas atividades e nas ações de gestão;
- b) **gestão urbana** – refere-se ao conjunto de recursos e instrumentos da administração aplicados na cidade como um todo, visando à garantia da qualidade da infra-estrutura e dos serviços urbanos, propiciando melhores condições de vida e aproximando os cidadãos

- nas decisões e ações da governança pública municipal;
- c) **gestão municipal** – pode ser entendida como o processo de gestão da prefeitura e de seus órgãos, institutos, autarquias e secretarias. Vincula-se ao conjunto de recursos e instrumentos aplicados na administração local por meio de seus servidores municipais;
 - d) **planejamento estratégico municipal** – processo dinâmico e interativo para determinação dos objetivos, estratégias e ações a serem desenvolvidas no município pela prefeitura, essencialmente;
 - e) **participação** – está inserida no modo de planejamento estratégico, o qual conta com a participação tanto de seus agentes como dos cidadãos, de forma integrada e extensiva, para que idéias possam ser desenvolvidas e construídas, consistindo em ferramenta para soluções de problemas e para a administração participativa.

Monteiro (2004) coloca em pauta a dificuldade de planejar e ordenar as cidades frente ao seu acelerado ritmo de crescimento. Conforme o autor, essa situação deve ser encarada por gestores responsáveis, que devem implantar soluções com a finalidade de sanar conflitos e mitigar impactos ambientais e sociais, uma vez que esses estão intimamente relacionados.

Pelicioni e Philippi Jr. (2005) reforçam que, para se trabalhar com a realidade, preliminarmente é preciso conhecê-la, ou seja, realizar inicialmente um diagnóstico situacional que estabeleça os objetivos a serem alcançados. Os autores questionam a respeito desse ponto, pois, trata-se não somente de atuar sobre a problemática, mas também de estabelecer as relações entre causa e efeito, como subsídios para a tomada de decisões. Desta forma, “poder-se-á agregar novas e positivas formas de abordagem e de planejamento para o processo de desenvolvimento local e nacional com sustentabilidade” (PELICIONI; PHILIPPI JR, p.11).

Lima (2000) complementa que o planejamento urbano estrutura-se, de forma sistêmica, de acordo com o processo, ou seja, engloba vários aspectos que contribuem para o funcionamento da cidade. Tratando-se de planejamento, pode-se elencar duas vertentes: ambiental, a qual tem por princípio recuperar e conservar o meio, considerando a ação humana sobre o ecossistema; e estratégica que se associa aos princípios de desenvolvimento sustentável, voltados basicamente para

assegurar as condições físico-biológicas, as quais tratam dos elementos essenciais como ar, água, fontes de alimento e energia, para as gerações atuais e futuras.

Nesse contexto, Rezende e Castor (2006) apresentam a necessidade de redesenho de modelos administrativos, com base na evolução de algumas realidades, destacando a urbanização, uma vez que sua aceleração resultou na aglomeração de populações rurais dispersas em espaços nem sempre organizados. Diante desse fato, reforça-se a necessidade de fortalecimento da atuação política e do trabalho dos técnicos na elaboração dos planos municipais para que possam ser bem sucedidos.

Gouvêa (2005) constata que, nos últimos anos, no âmbito dos municípios e regiões metropolitanas, o planejamento passou a representar importante referencial de gestão local, visando viabilizar estruturas municipais e metropolitanas equilibradas. Como desafio, tem-se a formulação de planos que coloquem em prática a eficiência e manutenção do processo de planejamento. Exemplificando o caso da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), cujo pólo foi a primeira cidade planejada do país, destaca que a falta de continuidade do planejamento inicial, aliada a fenômenos como o surgimento de expressivo contingente populacional pobre, provocaram crescimento desordenado, degradação ambiental e deterioração da qualidade de vida urbana.

Segundo Lourenço (2005), a gerência pública deve passar por transformações estruturais, inserindo na estrutura das suas políticas, os grupos populares, os quais eram até então excluídos das decisões. Somente assim, poderá emergir um modelo de desenvolvimento sustentável. O autor salienta que essa é uma alternativa para resolver questões locais, como os assentamentos irregulares; entretanto, indica que não é uma tarefa de fácil realização, sendo, todavia, uma ferramenta para alcançar objetivos que visem à sustentabilidade.

2.5.1 Reurbanização e recuperação do espaço urbano

Na atualidade, existem esforços para superação das práticas insustentáveis, espelhando-se em estratégias voltadas para a preservação, conservação e sustentabilidade. Nesse âmbito, são adotados modelos de gestão visando à reurbanização, ou seja, reordenação – visando melhorias – e recuperação

do espaço da cidade que, dentre suas causas de deterioração, pode ser destacada a dinâmica de ocupação e moradia (MARQUES; LOUREIRO, 2003). A esse contexto, somam-se medidas de organização dos espaços, tais como as dinâmicas do planejamento urbano (MONTE-MÓR, 2003); no entanto, não se tem informações precisas de que a reurbanização resolve, por exemplo, a questão de áreas de risco ambiental.

Palomo (2003) cita que as práticas sustentáveis devem: propiciar coordenação e coesão econômica e social, defender os espaços rurais e naturais e controlar a qualidade ambiental urbana. Diante dessa colocação, enfoca que devem ser realizadas análises dos problemas e necessidades das cidades, bem como aferidas a noção espacial e orientação, a fim de definir as tendências e opções possíveis, eleger atitudes e adotar critérios para locais como as áreas metropolitanas, objetivando-se evitar a deterioração do meio urbano.

O autor também evidencia a importância da análise da estrutura territorial de uma cidade e seu entorno, pois a procura e movimento por terras urbanas aumentam sensivelmente e alteram seus sistemas naturais. Também ressalta que a análise revela informações básicas, que proporcionam respostas e justificativas para as formas de ocorrência dos assentamentos, sendo útil na tentativa de explicar como surgiram os problemas relativos às questões fundiárias.

No tocante à dinâmica de uso e ocupação do solo para moradia, especialmente, nas áreas ambientalmente frágeis, Maricato (2003a) destaca a regularização fundiária como forma de ordenamento dos assentamentos irregulares, além de contribuir para melhoria tanto da saúde pública e das condições de vida da população quanto do ambiente.

Cabe esclarecer que regularizar significa enquadrar de acordo com o modelo de parcelamento e desenvolvimento urbano ou ambiental de um determinado local, sendo o termo fundiário relativo a terrenos (FERNANDES, 2005).

O Estatuto da Cidade, estabelecido pela Lei Federal N 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamenta o capítulo da Constituição Federal referente à política urbana, estabelecendo as diretrizes para esta política no país. Abarca um conjunto de princípios e uma série de instrumentos, que são meios para atingir as finalidades desejadas. Também reafirma a diretriz do plano diretor (obrigatório para cidades com população acima de vinte mil habitantes, dentre outras características). A base

para aplicação dos instrumentos do Estatuto é o projeto de cidade que se produzirá no nível municipal, o qual deve ser explicitado pelo plano diretor (ESTATUTO DA CIDADE, 2002).

O inciso XIV do Artigo 2º do Estatuto da Cidade (2002) dispõe que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante diretrizes gerais, dentre as quais se destacam aquelas relativas à regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e os preceitos ambientais.

Fernandes (2005) define projeto de regularização fundiária como programa de regularização para assentamentos informais de enfrentamento ao fenômeno do crescimento da pobreza urbana e da produção do espaço, com o propósito de oferecer soluções imediatas, tanto para os próprios moradores quanto para a cidade como um todo. Tais programas visam promover a integração e a garantia de permanência da população nos locais onde moram, ou seja, a segurança de posse.

No entanto, conforme Maricato (2003a), essa medida exige cuidados, pois pode acabar incompleta diante da sua dificuldade de implementação. Uma delas diz respeito à fragmentação das instituições partícipes do processo; neste caso, torna-se necessário reforçar o entendimento entre essas partes, além de um plano alinhado às estratégias de gestão.

Um processo de intervenção pode ser entendido como uma forma de promover transformações em determinado assentamento, constituindo-se da implantação de infra-estrutura e do acesso a serviços urbanos, construções e melhorias habitacionais, regularização fundiária e programas de desenvolvimento comunitário, dentre outros componentes (FERNANDES, 2005).

De acordo com Nigro (2007), na gestão desses assentamentos irregulares são aplicados programas de intervenção como forma de reurbanização e regularização, como o processo de desfavelamento, devendo-se reconhecer que programas dessa ordem possibilitam que as favelas não permaneçam no esquecimento, em especial pelos municípios. No entanto, o autor alerta que,

enquanto algumas são integradas pela reurbanização, outras já se proliferam, bem como também pela natural lentidão de tal processo, devido às demandas

(necessidade de programas de inclusão, de assentamentos assistidos) serem em maior número que as ofertas (NIGRO, 2007, p.112).

Nesse sentido, o autor observa que programas vêm sendo executados isoladamente, ou seja, como forma de impedir a expansão desses assentamentos, sem levar em conta uma política que considere todas as variáveis envolvidas. Portanto, devem contemplar intervenções além dos quesitos habitação e saneamento básico, por exemplo, porque, dessa maneira, passa a ser considerado o processo de inclusão social e econômica. Do contrário, o problema estará sendo apenas adiado.

Com base nesse pressuposto,

o enfrentamento da pobreza é algo que requer todo um conjunto articulado de ações de programas, de investimentos, de políticas de geração de renda e emprego. Naturalmente, um programa de regularização bem encaminhado tem um impacto positivo no cotidiano dos moradores – por exemplo, a mulher que já não precisa andar 40 minutos para pegar água pode costurar em casa nesse tempo gerando algum tipo de renda para a família. Contudo, ainda que importantes, esses ganhos não são ganhos estruturais do ponto-de-vista da redução da pobreza. Além disso, os programas de regularização, quando existem (e são poucos), ainda são pensados de maneira isolada, setorial e marginal no contexto das políticas públicas, como se estivessem tratando de uma situação excepcional. São raros os municípios e governos centrais que trazem essa discussão sobre o enfrentamento da irregularidade para o coração do planejamento urbano e das leis urbanísticas e planos municipais. De modo geral, as políticas de regularização existentes são políticas específicas, que não levam em conta o caráter estrutural e estruturante dos processos de produção informal do espaço urbano (FERNANDES, 2005, p.7).

Ultramari (2005) propõe que se as cidades estivessem fundamentadas para o atendimento de padrões mínimos de habitabilidade, as regiões de fundos de vale, por exemplo, teriam sua conservação e preservação justificadas pelos riscos ambientais, mesmo pelos moradores que ali se instalassem. Em uma análise das cidades nas últimas décadas, pode-se identificar que o processo atual de gestão confere maior importância à questão ambiental, o que significa avanços em termos de compreensão da problemática urbano-ambiental. Todavia, não assegura, exatamente, todas as resoluções necessárias, que, pela complexidade da situação, não contam com a eliminação das desigualdades no acesso aos serviços e infraestrutura urbana, frente à dificuldade de aproximação entre discurso e prática.

A aplicação de medidas, ou seu conjunto, representa uma fase importante a ser considerada no processo, pressupondo a formulação de propostas adequadas que sejam efetivamente concretizadas, sendo estruturadas:

por meio da resolução executiva (ações físico-territoriais, sociais, econômicas e/ou institucionais) e/ou política das propostas (condicionada ao grau de governabilidade, às condições sociopolíticas e ao nível de participação comunitária); do

acompanhamento, manutenção e/ou manejo das áreas de intervenção e seu respectivo monitoramento, com coleta, tratamento, arquivamento, manutenção e operação de indicadores de qualidade, que podem, inclusive, subsidiar tomadas de decisões; do controle e fiscalização das ações propostas, com a devida conscientização para sua melhor viabilização e avaliação do processo de gestão; e da revisão, com adoção das medidas necessárias à atualização constante, total ou parcial, das diretrizes adotadas (HARDT, 2006, p.168).

Araújo (2006) expressa que as propostas de projetos e programas de intervenção em assentamentos irregulares devem possibilitar a combinação de ações econômicas, sociais, culturais, urbanísticas e ambientais, tanto para a reconstrução desses locais precários quanto dos espaços degradados, e, assim, promover as comunidades beneficiadas.

Moreno (2006) expõe que o plano diretor é um instrumento básico da política de desenvolvimento municipal, pois abrange expressiva variedade de aspectos em sua formulação, sendo destinada atenção especial às questões relacionadas ao uso e ocupação do solo.

Como exemplo, Araújo (2006) relata a intervenção do bairro Jardim Catarina, no município de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Entre as décadas de 1950 e 1970, a expansão urbana deu início ao processo de favelização, que, ao longo do tempo, recebeu novos assentamentos, sem o ordenamento do uso e ocupação do solo, crescendo praticamente sem infraestrutura. Esse cenário trouxe a necessidade de desenvolvimento de projeto com o objetivo principal de melhorar as condições socioambientais do bairro, retrato da especulação imobiliária. Atualmente, é um dos maiores – com cerca de 7 milhões de metros quadrados e 115 mil habitantes – e mais carentes do município de São Gonçalo e da RMRJ. As ruas apresentavam-se cortadas por valas a céu aberto, com ausência de pavimentação e de coleta regular de lixo em grande parte do território, além da inexistência de água encanada e de esgotamento sanitário.

A formulação do projeto de melhoria contou com mecanismos de urbanização integrada e de obras e serviços, a exemplo do saneamento. No processo de elaboração do projeto, foi adotada uma metodologia de planejamento participativo, em que a comunidade foi incorporada desde o início dos levantamentos, visando alcançar o desenvolvimento integral, numa “visão em que o indivíduo, a sociedade e a natureza formam um conjunto indissociável, independente e em constante movimento” (ARAÚJO, 2006, p.199). Esse projeto, na sua concepção inicial, foi compreendido como uma ação governamental, estabelecendo-

se uma parceria entre poder público e as comunidades envolvidas.

Para o cumprimento do objetivo, foi necessário conhecer e dimensionar corretamente os problemas existentes no bairro, para que as propostas de soluções pudessem ser incorporadas ao projeto em questão.

O diagnóstico foi elaborado pela equipe municipal e enriquecido por pesquisas de opinião junto à população sobre suas necessidades básicas não atendidas. A integração dos diversos atores envolvidos foi considerada como decisiva para o alcance dos objetivos do projeto, que buscou alternativas de soluções, sempre que possível, de baixo custo e de fácil manutenção.

Este projeto é considerado como uma experiência a ser aperfeiçoada ao longo do seu processo de execução, com envolvimento e responsabilidades do município para que as etapas sejam ampliadas na medida em que a população a ser atendida for crescendo e, possivelmente, lançando bases de novos projetos no futuro (ARAÚJO, 2006).

Fernandes (2005) traz em pauta, análises sobre processo de intervenção das cidades latino-americanas, no caso de um projeto em uma localidade no Peru, reduzido apenas à distribuição de títulos imobiliários. A falta de preocupação com as dimensões urbanística, ambiental e social durante o processo de regularização gerou áreas legalizadas, porém não sustentáveis, pois não contou com serviços, transportes e outros componentes urbanos essenciais. Nesse caso, os objetivos propostos no projeto não se materializaram por completo, a população ocupante até contou com a segurança contra a remoção, porém, conforme o autor, “não se pode dizer que houve uma integração socioespacial dessas pessoas e áreas” (p.8), uma situação que, como efeito, ameaça a permanência desses ocupantes no local e sua apropriação por outras pessoas.

Comparando os dois exemplos expostos, o primeiro apresenta uma experiência ainda a ser aperfeiçoada ao longo do tempo, com indícios, a princípio, de alcance dos objetivos propostos; já o caso peruano não foi bem sucedido.

Uma questão colocada por Fernandes (2005) reside na forma de escolha da melhor opção para a tratativa dos assentamentos irregulares. Para o autor, não se trata apenas levar em consideração as preocupações urbanísticas e socioambientais, mas de “reservar o solo urbano para a função de habitação de interesse social” e acima de tudo, “garantir que essa área regularizada continue se

prestando a essa função social” (p.9).

Tonucci Filho e Ávila (2006) apresentam o programa Vila Viva, que trata de projeto de regularização de favelas em assentamentos informais de Belo Horizonte. Sua abrangência compreende três principais eixos básicos de ação: legalização fundiária, urbanização com pavimento de infra-estrutura e desenvolvimento socioeconômico. No caso, ao contrário do que foi realizado no Peru.

Outro exemplo é o caso do Aglomerado da Serra, localizado na região centro sul de Belo Horizonte. O programa começou as obras em 2005 com conclusão prevista para 2008, sendo viabilizado com recursos na ordem de R\$ 190 milhões. A intervenção prevista consta de obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais (edifícios de até quatro andares, com apartamentos de dois e três quartos), erradicação de áreas de risco, reestruturação de vias, implantação de parques e áreas para prática de esportes e urbanização (pavimentação, rede de drenagem e construção de muros de contenção e escadarias).

Até a sua finalização, o projeto Vila Viva previu a construção de 1.457 unidades habitacionais distribuídas em diversos edifícios de 10 conjuntos cada, para abrigar a população removida.

Conforme Tonucci Filho e Ávila (2006), apesar do oferecimento de indenizações, cerca de 75% das famílias relocadas preferiram os novos apartamentos.

Com relação ao desenvolvimento socioeconômico da comunidade beneficiada, foi utilizada mão-de-obra local na construção civil, em cerca de 450 empregos. Outros programas destacados para serem implantados com a intervenção foi o da criação de até 1.500 postos de trabalho, bem como cursos de educação sanitária e ambiental para a população e qualificação profissional, além de orientação sobre regras e administração de condomínios para os moradores dos novos conjuntos habitacionais.

Também foram realizados trabalhos com a finalidade de capacitar e estimular os habitantes para sua inserção no mercado de trabalho com a finalidade de ampliar a geração de renda. Um exemplo é o da criação de unidades produtivas, como a associação das costureiras, em que as primeiras encomendas recebidas se

referiram à confecção de uniformes dos trabalhadores das obras de construção das novas moradias.

Como aspecto de relevância desse programa, é destinada maior atenção ao fato de que o mesmo envolve três dimensões essenciais de uma regularização para que seja bem sucedida: legalização fundiária, urbanização e desenvolvimento socioeconômico.

Os autores relatam que, dentre as críticas mais comuns do projeto, está o fato de que as grandes obras viárias que cruzaram a favela favoreceram apenas usuários com veículos motorizados. Todavia, os esforços para evitar que a população original fosse expulsa para outras localidades foram diversos, como oferecimento de novas moradias e assistência social, dentre outros.

Embora haja tais críticas, a maioria da população removida permaneceu no local após o reassentamento; em casos de preferência pela indenização, a maior parte deles pretendia a compra de uma casa inserida na própria favela.

Para finalizar, Sposito (2005) coloca em pauta a importância do mapeamento de informações e observações, como objeto de estudo, o qual compreende uma atividade de busca por ações e transformações necessárias ao processo de reurbanização e à recuperação das características espaciais da cidade ou de um determinado local específico.

Regiota e Santos (2005) adicionam a esse mapeamento de informações, a importância da inclusão dos grupos sociais moradores das áreas de intervenção, pois apresentam características sociais e culturais específicas e relacionamentos diferenciados com a problemática do local, reforçando que esse processo deve ser cauteloso para não haver conflitos.

2.5.2 Gestão para assentamentos sustentáveis

A estrutura de uma região, cidade ou bairro deve propiciar e dar suporte às atividades humanas. Assim, é de suma importância que seja levada em consideração na organização espacial urbana e regional (LIMA, 2001), a qual deve contemplar as seguintes questões: ritmo de crescimento populacional (vegetativo e migrações), condições socioeconômicas e culturais da população, formas de uso e ocupação do solo, implicações das formas de ocupação do solo e dos meios de

produção com o ambiente (recursos naturais) e processos de gestão ou linhas estratégicas de estruturação da ocupação e demandas. Além dessas, cabe destaque à viabilidade das diretrizes de planejamento e de investimentos públicos e privados.

Fernandes (2004) identifica que a proliferação de formas ilegais de uso e ocupação do solo é uma problemática que necessita urgência em ser enfrentada, por meio de políticas urbanas e ambientais, com a finalidade de promover o acesso à infra-estrutura urbana existente, à terra e à habitação.

Maglio (1999) considera a necessidade de alinhamento do processo de gestão com a perspectiva de sustentabilidade dos assentamentos humanos. Portanto, faz-se urgente o estabelecimento de um processo de planejamento urbano com implementação de estratégias de gestão ambiental, a fim de prevenir e controlar os impactos em áreas urbanas. O autor relata que os problemas ambientais se acumularam nos centros urbanos, de modo a afetar a cidade como um todo e, em especial, as populações de baixa renda. Sobre estas comunidades recaem as consequências negativas desse processo, devido à precariedade de moradia e do acesso aos serviços básicos de infra-estrutura urbana, tais como abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O mesmo autor enfatiza que a busca pela sustentabilidade dos assentamentos humanos depende do esforço dos gestores urbanos em implementar políticas públicas, inserindo a variável ambiental em seus níveis de formulação.

A esse contexto, soma-se a importância do plano diretor municipal, o qual pode permitir desenvolvimento equilibrado da vida humana e do ambiente e que

deve ser compreendido não apenas como um instrumento de gestão urbana e ambiental, mas sobretudo como o processo compreensivo e participativo no qual pode se dar o enfrentamento dos diversos conflitos existentes acerca do uso e ocupação do solo urbano e de seus recursos" (FERNANDES, 2004, p.117)

Para Philippi Jr. e Zulauf (1999), cabe aos municípios se estruturarem para a implementação, ou aperfeiçoamento, dos seus sistemas de gestão, sendo fundamental identificar as atribuições que serão assumidas pelo órgão local.

Mota (2003) demonstra que, por meio de vários instrumentos, além do plano diretor, o planejamento urbano pode indicar a utilização dos recursos ambientais disponíveis, respeitando seus limites.

Dentre vários instrumentos visando ao estabelecimento de assentamentos sustentáveis, o autor cita:

- a) **disciplinamento do uso do solo** – devem ser definidas áreas de preservação para terrenos às margens de cursos hídricos e demais situações previstas em lei, além de locais de recarga de aquíferos, destinadas à preservação permanente, entre outras regiões de suscetibilidade ambiental;
- b) **controle do parcelamento do solo** – o projeto de loteamento deve considerar a topografia do terreno e a drenagem natural das águas pluviais, procurando adequar-se às mesmas.

De acordo com o autor, as medidas de conservação ambiental consideradas no processo de planejamento do uso e ocupação do solo contribuem para minimizar os efeitos de degradação.

Rodrigues (2003) relata que as atuações públicas voltadas aos assentamentos informais, ao longo dos anos, foram marcadas por duas propostas básicas: a erradicação – por meio da remoção dos moradores – e a liberação da área antes ocupada.

Atualmente, ganham destaque as novas propostas e programas para o enfrentamento da questão das ocupações, a qual é considerada como assunto de interesse estratégico, tanto político quanto social (RODRIGUES, 2003). Um exemplo é a região metropolitana de Porto Alegre (RMPA), apresentado por Hamester, Volpi e Jobim (2001) e ocupada, em larga escala, por população de baixa renda.

Buscando solucionar os problemas relativos às ocupações irregulares, dentre vários outros, foi instituído, pelo Estado, um órgão técnico de apoio à gestão metropolitana, a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), para programação e execução de projetos e serviços de interesse comum, que, ao longo do tempo, produziu expressivos estudos, planos e projetos na escala regional e local, tanto no campo do planejamento territorial e ambiental quanto em outros setores, como o da habitação (HAMESTER; VOLPI; JOBIM, 2001).

Hamester, Volpi e Jobim (2001) relatam que para a questão da habitação destinada à população de baixa renda em ocupações irregulares, desde então vem sendo adotada uma visão que vincula a moradia à infra-estrutura, basicamente em

termos de saneamento e de fornecimento de energia elétrica.

No entanto, o acesso à moradia para esta população depende,

de se poder pagar por elas. Alguns podem fazê-lo; para a maioria isto se apresenta como um problema. A possibilidade de acesso à moradia, por exemplo, está subordinada ao nível salarial (SPOSITO, 2005, p.73).

Sposito (2005) exemplifica o caso de regularização fundiária da favela de Heliópolis, com aproximadamente sessenta mil pessoas, localizada no estado de São Paulo, em que, por meio do programa de desfavelização da área, foram construídas duzentas moradias para atender a essa população. No entanto, a faixa salarial exigida para aquisição de uma das casas foi de quatro pisos salariais. A autora questiona, nesse caso em que a maioria dessas pessoas não tinha alcance sequer do provimento alimentar devido à sua própria família, “o que dizer de ter acesso a uma moradia, pela compra ou aluguel do imóvel” (p.73).

Diante dessa indagação,

é preciso dizer que programas de regularização têm uma natureza essencialmente remedial, puramente curativa. Eles estão aí para dar conta de realidades constituídas ao longo do tempo, situações consolidadas onde inclusive direitos se constituíram. Esses programas só têm sentido e eficácia se forem concebidos no contexto de um conjunto mais amplo de políticas públicas preventivas que quebrem o círculo vicioso, e viciado, que ao longo das décadas têm produzido as cidades informalmente. Nesse sentido, programas de regularização têm que ser combinados com novas opções de habitação social construídas pelo poder público, em todos os níveis, e com a abertura de novas linhas de crédito, sobretudo para a população mais pobre que tem sido tradicionalmente excluída do acesso ao crédito oficial (FERNANDES, 2005, p.4).

De acordo com o Ministério das Cidades (2007), todo trabalho relativo a urbanização de assentamentos irregulares deve garantir condições tanto da participação da comunidade como para a elevação da qualidade de vida dos residentes na área do projeto. Seu desenvolvimento é previsto por meio de conjunto de ações e atividades de acordo com as suas necessidades, facilitando seu acesso ao trabalho e a melhoria de renda familiar. Dentre as diretrizes específicas para reassentamento e remanejamento de uma população, são citadas:

- a) não podem ser considerados isoladamente, apenas como projetos de obras, uma vez que afetam não somente a vida das famílias envolvidas e a área do objeto de intervenção, mas, também, todo o entorno social e urbanístico;
- b) a extensão do impacto social poderá ser minimizado se forem garantidos, na formulação do projeto, os conteúdos básicos relacionados a: estudo das alternativas possíveis para minimização

da necessidade de remanejamento ou reassentamento; admissão exclusiva das famílias enquadradas em casos como inundação, desabamento, deslizamento, próximas a regiões insalubres, áreas destinadas a preservação e locais imprescindíveis à regularização urbanística, dentre outros; inclusão do custo no projeto, devendo ser avaliada a viabilidade econômica; participação indispensável das famílias em todo o processo de elaboração e aprovação da proposta; proximidade do local à região original, em respeito aos laços de vizinhança e trabalho já estabelecidos; existência na área receptora de infra-estrutura básica e equipamentos comunitários que atendam à demanda da comunidade; e atendimento pelo projeto social das famílias afetadas, contemplando informações claras e precisas de todo o processo, em tempo adequado, que permita determinado grau de conhecimento e entendimento satisfatório para a tomada de decisões; dentre outros.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento da pesquisa partiu do processo de intervenção como subsídio proposto para melhoria ambiental e de vida no âmbito da gestão urbana e regional. Fundamentado em estrutura multimétodos, o trabalho foi baseado no estudo de caso, pois direcionou a compreensão de fatos, com vistas à explicação sistemática das suas ocorrências por meio de interpretação de dados representativos da sua caracterização (FACHIN, 2005).

Investigando-se, no presente estudo de caso, o processo de intervenção ocorrido em uma ocupação irregular, as análises referiram-se especificamente a Vila Zumbi dos Palmares, na região metropolitana de Curitiba (RMC), limitando-se a análise a quatro momentos: anterior, durante e após a intervenção, bem como projeções futuras para o assentamento, como forma de averiguar e comparar a situação do antes e depois, o que era previsto para o local e o que efetivamente foi adotado, bem como a quem atendeu. Nesse contexto, a pesquisa foi estruturada, a partir do estabelecimento do referencial teórico, nas seguintes partes (Figura 2): pré-ocupação – características determinantes; processo de intervenção – concepção do projeto; pós-intervenção – projeto implantado; e propostas institucionais futuras para o assentamento.

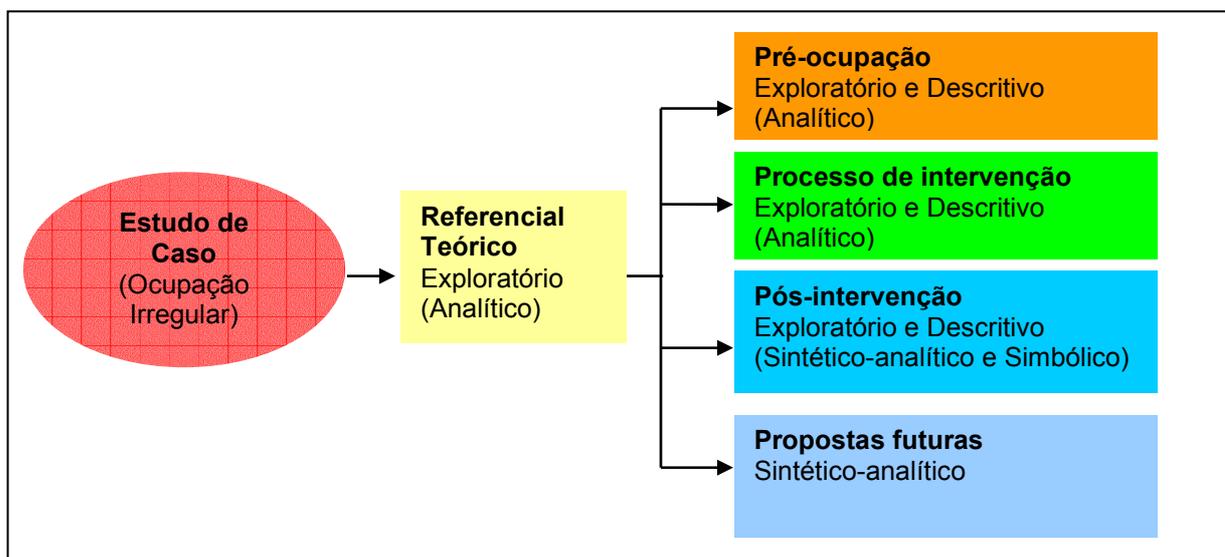


Figura 2: Representação esquemática das etapas da pesquisa
Fonte: Elaborada com base em conceitos de Gil (2002).

Conforme Gil (2002), a pesquisa exploratória identifica conhecimento acerca do assunto tratado. O método possibilita a consideração de vários aspectos, proporcionando, primordialmente, familiaridade com o tema de estudo; neste contexto, a interpretação analítica tem por finalidades ordenar e resumir informações a partir de textos selecionados.

De acordo com o mesmo autor, o modo descritivo tem como objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno, sendo a coleta de dados uma das mais significativas técnicas para a sua consecução.

Para a leitura analítica mais adequada em termos práticos, também pode ser estabelecida a síntese, a fim de eliminar da análise os dados secundários, com fixação nos aspectos essencialmente relevantes (GIL, 2002).

Por sua vez, o modo simbólico “consiste nos significados subjetivos que os indivíduos atribuem a suas atividades e a seus ambientes” (FLICK, 2004, p.33).

3.1 PRIMEIRA ETAPA – REFERENCIAL TEÓRICO

Apoiada em método exploratório e de modo analítico, esta etapa, de base conceitual, foi estruturada a partir do desenvolvimento dos seguintes assuntos relevantes vinculados:

- a) surgimento e causas da ocorrência das ocupações irregulares, considerando os fenômenos da evolução urbana, metropolização, expansão das áreas metropolitanas, migração e favelização;
- b) identificação da ocupação periférica pelo processo de expansão das áreas metropolitanas, abordando as questões relativas a crescimento e pobreza;
- c) reconhecimento da existência dos assentamentos irregulares por população de baixa renda, trazendo em pauta os assentamentos irregulares em áreas ambientalmente frágeis;
- d) explicitação do comprometimento do ambiente com a ocorrência de ocupações irregulares em regiões impróprias para moradia, abordando aspectos relativos a áreas urbanas e respectivos impactos por ações humanas e à sustentabilidade socioambiental;

- e) apresentação e indicação da importância da gestão e participação no processo de reestruturação de assentamentos irregulares, comportando características relacionadas à reurbanização e recuperação do espaço urbano, assim como à gestão para assentamentos irregulares.

Buscando a aproximação de subsídios que permitam a explicitação das ocorrências dos assentamentos irregulares, o referencial teórico envolveu o inventário de informações, desenvolvendo-se basicamente por meio de levantamento bibliográfico.

A base bibliográfica para esta etapa da pesquisa constituiu-se de fontes determinadas por materiais escritos, livros, *sítes* e artigos de caráter científico.

3.2 SEGUNDA ETAPA – PRÉ-OCUPAÇÃO

Iniciando com breve contexto histórico sobre características e transformações da RMC e visando à adequada noção da região de estudo, assim como à identificação e reconhecimento da ocupação irregular objeto de análise, esta etapa consistiu em levantamentos de dados com o intuito de:

- a) contextualização da RMC, abordando aspectos do espaço metropolitano e da evolução da população urbana, regional e das ocupações irregulares, além da produção do espacial e da degradação ambiental;
- b) identificação do município de Colombo, com a finalidade de reconhecimento da área na qual está inserida a Vila Zumbi dos Palmares, ocupação irregular objeto de estudo, apresentando informações acerca do local, população, aspectos geográficos e socioeconômicos;
- c) caracterização da Vila Zumbi dos Palmares, estruturando o inventário de informações e a identificação acerca da ocupação irregular, compreendendo sua localização, área, histórico e aspectos socioeconômicos e ambientais; como subsídio para fatores de referência para comparação anterior e posterior à intervenção.

Com base nos métodos exploratório e descritivo, e de modo analítico, a etapa foi desenvolvida por meio de referências bibliográficas e eletrônicas, de pesquisa documental institucional e de visita a entidades públicas. Dentre estas, cabe destaque à Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec), para contatos e obtenção de informações adicionais, e à Mineropar (Minerais do Paraná), para realização de pesquisa no acervo bibliográfico e contato com geólogo da instituição¹, visando à coleta de dados geológicos da Vila Zumbi dos Palmares.

3.3 TERCEIRA ETAPA – PROCESSO DE INTERVENÇÃO

Esta etapa correspondeu à avaliação do processo de intervenção aplicado na Vila Zumbi dos Palmares, tratando da transferência de domicílios localizados em área imprópria para moradia (relocação), do assentamento das famílias relocadas em áreas próprias para uso habitacional (reassentamento) na própria área consolidada e da implantação de melhorias (urbanização) na totalidade da área. Buscando descrever o processo, foi estruturada nos métodos exploratório e descritivo, de modo analítico.

Iniciou-se com apuração e identificação do plano de relocação de famílias, regularização e urbanização, construção de habitações e melhoria da área consolidada, concebido e implantado no local. Os assuntos tratados nesta etapa constam de:

- a) identificação das principais instituições participantes no processo de intervenção, com a finalidade de reconhecimento dos parceiros envolvidos e suas respectivas responsabilidades na implementação do projeto;
- b) levantamento de informações sobre a solução habitacional adotada na Vila Zumbi dos Palmares, como: população afetada e benefícios oferecidos; critérios de seleção do local; proposta habitacional: mecanismos de financiamento e transferência de titularidade de propriedade; e previsão de infra-estrutura e serviços urbanos básicos;

¹ Contato pessoal com Geólogo Diclécio Falcade, em 04 de junho de 2008.

- c) descrição das propostas de melhoria de condições de renda da comunidade da área da Vila Zumbi dos Palmares, com o intuito de identificação dos programas a serem implementados e atividades a serem desenvolvidas;
- d) apuração de valores orçamentários do projeto, com a finalidade de levantamento dos custos de investimentos realizados na Vila Zumbi dos Palmares;
- e) identificação dos parâmetros de avaliação propostos para a área socioambiental e das medidas sugeridas, com o propósito de estabelecimento de base para medição e aferição dos resultados alcançados no processo de intervenção.

A base para desenvolvimento desta etapa constituiu-se das técnicas de pesquisa documental institucional, e outras referências bibliográficas de apoio. Envolveu, também, visitas a campo com acompanhamento da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), para aprofundamento do conhecimento da Vila Zumbi dos Palmares, com o intuito da sua melhor compreensão e de forma a auxiliar na elaboração dos registros de dados e em análises posteriores.

3.4 QUARTA ETAPA – PÓS-INTERVENÇÃO

Com a finalidade de analisar o projeto aplicado, esta etapa consistiu na apuração de suas variáveis representativas, classificadas em quantitativas e qualitativas, como unidades de medida para comparação.

De acordo com Fachin (2005), a variável quantitativa é determinada em relação aos dados ou à proporção numérica, enquadrada num sistema lógico que sustenta a atribuição de números; a variável qualitativa, por sua vez, caracteriza-se por atributos, relacionando-se não somente a aspectos mensuráveis, mas também descritivos. Demo (2004) complementa que os dados qualitativos são considerados complementares aos quantitativos.

A etapa correspondeu à uma fase avaliativa do projeto implantado na Vila Zumbi dos Palmares, visando apurar resultados e analisar informações relevantes vinculadas ao estudo, baseando-se nos métodos exploratório, descritivo, sintético-analítico e simbólico.

Assim, pretendeu-se averiguar o alcance dos objetivos propostos no projeto como soluções para a área de estudo, por meio da técnica de levantamento de dados numéricos e subjetivos.

A primeira parte desta etapa – interpretação de dados quantitativos – teve a finalidade de identificação de indicadores dos objetivos propostos no projeto implantado na Vila Zumbi dos Palmares, os quais levaram em consideração aspectos sociais, econômicos e ambientais, como: permanência ou não das famílias relocadas nos novos lotes, participação da população nos cursos ofertados pelas instituições locais, aumento da renda familiar, redução de descarte de lixo nas margens do rio Palmital e melhoria da qualidade hídrica deste curso d'água.

A base para esta pesquisa se deu a partir de contatos com representantes e pesquisa documental das principais instituições envolvidas: Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar); Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar); Prefeitura Municipal de Colombo (PMC); Companhia Paranaense de Energia (Copel); Centro de Convivência e Aprendizado Graciosa – Fundação Alphaville; Associação Paranaense de Orientação, Integração e Ofícios (Apoio); Cooperativa de Carrinheiros Zumbi dos Palmares (Coopzumbi), Santa Mônica Clube de Campo e Associação dos Moradores da Vila Zumbi dos Palmares. Os procedimentos envolveram o levantamento e atualização cadastral sobre as famílias residentes (composição, renda etc.) e de informações sobre questões ambientais da área e sobre programas relativos aos cursos realizados (inscritos e graduados).

A segunda parte desta etapa – avaliação de dados qualitativos (valores subjetivos) – foi desenvolvida a partir de quesitos quantitativos passíveis de observação para melhor relacionamento lógico. Estruturada com base em aspectos sociais, econômicos e ambientais, visou à identificação dos graus de melhoria da condição de vida e ambiental da comunidade envolvida na intervenção, sua permanência na Vila Zumbi dos Palmares e a intensidade da sua participação, aceitação e adaptação a esta nova realidade.

O instrumento de pesquisa compreendeu a aplicação de questionário aos moradores (Apêndice A), contendo questões: fechadas, para perguntas com respostas limitadas; semi-abertas, para informações desconhecidas; e abertas, dentro de espaço delimitado, para dar condições do morador discorrer espontaneamente e detectar sua atitude e opinião.

Gil (2002) comenta que a amostragem consiste em técnica apropriada à redução da população amostral para a obtenção de resultados próximos à realidade da totalidade do universo.

Para o cálculo da amostra destinada à aplicação dos questionários junto aos moradores, considerou-se o universo de 6.482 pessoas instaladas na Vila Zumbi dos Palmares, o que, segundo Gil (2002), configura uma população de amplitude finita.

Adotou-se a margem de erro de 5%, inserida, portanto, no limite da variação de 3% a 5% para pesquisas sociais (GIL, 2002), com confiabilidade de 95%, o que resultou, de acordo com o estabelecido por Gil (2002), numa amostra de 377 questionários a serem aplicados, conforme a seguinte fórmula:

$$n = \frac{(\sigma^2 \times p \times q \times N)}{\{e^2 \times (N-1) + \sigma^2 \times p \times q\}}$$

Para o cálculo da amostra, foram considerados os valores do Quadro 1.

Símbolo	Descrição	Valor adotado
σ	Nível de confiança (1 = 68%, 2 = 95% e 3 = 99%)	2
p	Porcentagem de possível verificação do fenômeno	50
q	Porcentagem complementar (100 - p)	50
e	Erro máximo permitido (de 3% a 5% para pesquisas sociais)	5
N	Universo da pesquisa	6.482 pessoas
n	Amostra para aplicação	377 questionários

Quadro 1: Valores para cálculo da amostra para aplicação dos questionários junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares

Fonte: Elaborada com base em Gil (2002).

A técnica de interpretação envolveu a comparação das pesquisas quantitativa e qualitativa (Figura 3), uma após a outra e ao mesmo tempo (complementares entre si), com a finalidade de combinação e aproximação dos dados das duas abordagens na tentativa de validação mútua e sustentação – ou divergência e contradição – dos resultados.

A partir do exame dos dados obtidos, das informações e opiniões coletadas e das observações oriundas da visita de campo, buscou-se a constatação – ou não – da hipótese da pesquisa. Assim, foi possível verificar que a intervenção

ocorrida na ocupação irregular não alcançou efetivamente todos as metas e objetivos propostos no projeto implantado, principalmente no que se refere à permanência da totalidade das famílias relocadas nos novos lotes, à participação da população nos cursos ofertados pelas instituições locais, ao aumento da renda familiar, à redução de descarte de lixo nas margens do rio Palmital e à melhoria da qualidade hídrica deste curso d'água.

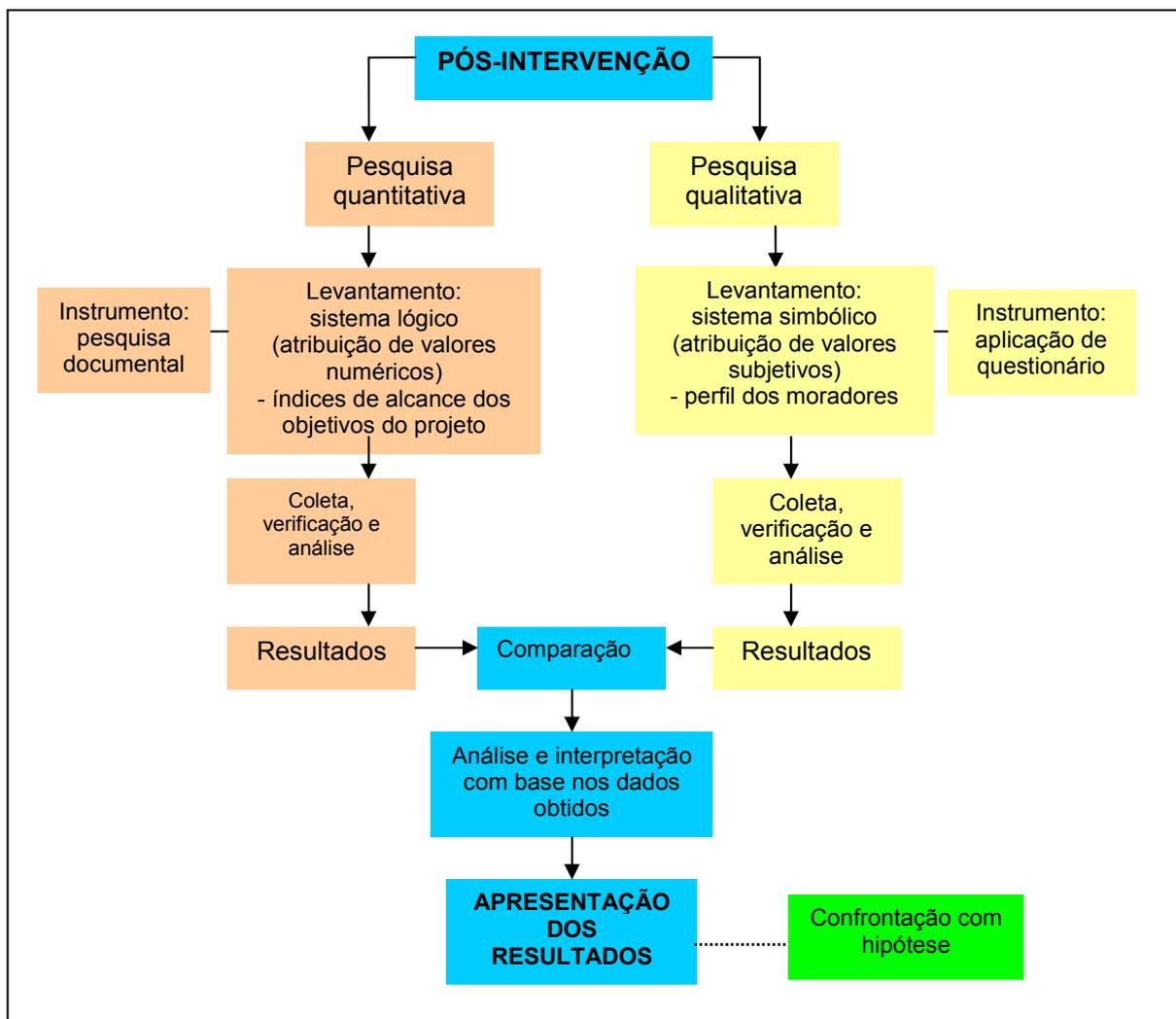


Figura 3: Representação esquemática da interpretação e integração de dados quantitativos com qualitativos

Fonte: Elaborada com base em conceitos de Demo (2004), Fachin (2005) e Gil (2002).

3.5 QUINTA ETAPA – PROPOSTAS FUTURAS

Apoiada no método sintético-analítico, esta etapa consistiu em síntese comparativa das etapas anteriores (pré-ocupação, processo de intervenção e pós-

intervenção), considerando os aspectos sociais, econômicos e ambientais. Também se fundamentou na identificação da continuidade e de propostas futuras das instituições envolvidas e da própria comunidade, voltadas à elevação da qualidade de vida e ambiental da Vila Zumbi dos Palmares.

A base para sua concretização se deu por meio de entrevistas (Apêndice B), realizadas por intermédio de visitas e por meio eletrônico, com responsáveis e envolvidos no processo de planejamento, acompanhamento e monitoramento, das principais instituições:

- a) Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar): Lorena Mylla Gonçalves – Assistente Social;
- b) Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar): Ismael Epifanio da Silva – Agente Sócio-ambiental da Coordenadoria Regional do Meio Ambiente Curitiba Norte;
- c) Prefeitura Municipal de Colombo (PMC): Gilmar Santini – Diretor da Secretaria de Planejamento – e Engenheiro Eduardo Ueda – Diretor de Obras;
- d) Companhia Paranaense de Energia (Copel): Juscelino de Castro – Coordenador Comunitário da Presidência da Coordenação de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial;
- e) Centro de Convivência e Aprendizado Graciosa – Fundação Alphaville: Diva Pagnardi – Diretora da Associação Empreendedores Zumbi dos Palmares;
- f) Associação Paranaense de Orientação, Integração e Ofícios (Apoio): Terezinha Trevisan – Gestora e Coordenadora de Cursos e Projetos;
- g) Cooperativa de Carrinheiros Zumbi dos Palmares (Coopzumbi): Lina Maria Jaramillo – Assessora da Cooperativa;
- h) Santa Mônica Clube de Campo: Perci Jorge Neto – Membro do Departamento de Ecologia;
- i) Associação dos Moradores da Vila Zumbi dos Palmares: Genésio Medeiros Filho – Presidente.

As entrevistas objetivaram identificar as atividades realizadas, a continuidade de trabalhos e a existência e características das pretensões futuras para a Vila Zumbi dos Palmares.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos procedimentos metodológicos adotados, adiante são apresentados os resultados de acordo com as seguintes etapas de análise: pré-ocupação, processo de intervenção, pós-intervenção e propostas futuras.

4.1 PRÉ-OCUPAÇÃO

Segundo Firkowski (2004), houve expressiva e contínua alteração do espaço da região metropolitana de Curitiba (RMC) e da sua sociedade, demandando esforços preliminares de compreensão, como no caso de retrocesso a um contexto histórico e resgate de pontos importantes para a leitura da realidade atual.

A origem de Curitiba está ligada ao desenvolvimento socioeconômico e político do período colonial, sendo formada a partir da exploração do ouro e de outros minerais, integrando vários outros ciclos de desenvolvimento. Sua posição geográfica é favorável em termos estratégicos, pois integra a chamada “rota dos tropeiros”² e constitui o ponto terminal dos caminhos do Itupava e da Graciosa, que ligavam Curitiba aos portos marítimos (MENEZES, 2001).

Com o ciclo do ouro no Paraná, no início do século XVII, a região começou a ser ocupada e povoada. No decorrer de alguns anos, os exploradores retiraram certa quantidade do minério, porém, com muito trabalho e pouco rendimento; a partir da descoberta do ouro em Minas Gerais, no final do século, a reduzida mineração paranaense perdeu importância (WACHOWICZ, 1988).

² Consistem em vias utilizadas por tropas de gado que eram levadas de Viamão, no Rio Grande do Sul, passando por Lages e Curitiba, em Santa Catarina, até Sorocaba, no estado de São Paulo.

Wachowicz (1988) relata que a mineração estimulou outras atividades dependentes, apesar de seu esgotamento, surgindo, assim, pequena agricultura destinada a abastecer os arraiais e vilas. Dessa forma, a população passou a viver da atividade agrícola.

Os caminhos do ciclo do tropeirismo foram abertos no início do século XVIII para atender necessidades de alimentação e transporte dos mineradores viajantes, o que estimulou nova organização econômica – a criação de gado, uma vez que era preciso atender os tropeiros que traziam animais para confinamento com vistas ao ganho de peso. Assim, Curitiba ganhou novo impulso e intensificou a ocupação de áreas dos campos gerais. Vários caminhos se formaram pelo território paranaense, propiciando o surgimento de novas cidades e vilas. Este ciclo se estendeu até o início do século XX (MENEZES, 2001).

No século XVIII, o ciclo da erva-mate, além do comércio de gado, também foi importante para a expansão e desenvolvimento da região, criando cidades e ampliando fronteiras, sendo o porto de Paranaguá a principal via de escoamento para o exterior (FREITAS, 1999).

Esse ciclo tornou-se a principal atividade econômica na segunda metade do século XIX e início do século XX, viabilizando a ligação ferroviária e a rodovia da Graciosa, entre Curitiba e Paranaguá. Nesse momento, ocorreram acentuados fluxos migratórios, principalmente de italianos, poloneses e ucranianos, cujas colônias ao redor da capital começaram a adensar o futuro território da região metropolitana (COMEC, 2002).

Complementa Fenianos (2002) que os imigrantes europeus muitas vezes escolhiam a região de Curitiba pelo seu clima similar ao europeu. A partir desta época, instalaram-se novas técnicas de construção e de agricultura, associadas a modificações na arquitetura e hábitos da população.

No início do século XX, Curitiba firmou-se como centro econômico regional e em 1939, o município já respondia por 26,4% dos estabelecimentos industriais do Paraná, empregava 42,4% dos trabalhadores, pagava 46,7% dos salários da indústria e gerava quase 50% do valor da transformação industrial paranaense (COMEC, 2002).

Neste contexto evolutivo em termos econômicos, os novos rumos da industrialização definiram os limites de ampliação das economias regionais e

induziram um processo de desconcentração relativa, em que uma das bases foi a modernização da agricultura, a partir da crescente industrialização e de mudanças no padrão tecnológico, com a incorporação de tratores, colheitadeiras e insumos industriais. O vetor do processo foi a expansão da produção de soja e um de seus principais impactos se constituiu na geração de fortes fluxos migratórios rurais, para outros estados e para a RMC. Em decorrência desse intenso processo de crescimento, expansão e diversificação da estrutura industrial do Paraná, a participação da indústria da região metropolitana no total do estado aumentou de 33,0%, em 1970, para 51,2%, em 1985. Paralelamente, com o aporte de intensos e expressivos fluxos migratórios, a participação da população da RMC no total do estado cresceu de 12,6%, em 1970, para 24,4%, em 1990, e para 29,0%, em 2000 (COMEC, 2002).

4.1.1 Região Metropolitana de Curitiba

A RMC situa-se quase totalmente no primeiro planalto paranaense, na porção leste do estado, limitando-se, ao norte, com o estado de São Paulo; ao sul, com o estado de Santa Catarina; a leste, com a serra do Mar, acidente geográfico divisor com a planície litorânea; e a oeste, com o segundo planalto paranaense (COMEC, 2006).

De acordo com Comec (2006), a RMC é composta atualmente por 26 municípios (Figura 4), dentre os quais se destaca a capital do Estado – Curitiba (cidade-pólo), somando uma área de aproximadamente 15,5 mil km² (equivalente a menos de 8% do território estadual).



Figura 4: Mapa dos municípios da região metropolitana de Curitiba (RMC)
 Fonte: COMEC (2006)

Segundo Ipea (2001), os municípios que compõem a RMC podem ser subdivididos em: pólo (Curitiba), limítrofes (na divisa com a capital paranaense), internos à área de influência direta (com predominância de espaços rurais e sob a polarização de Curitiba quanto ao fornecimento de bens de consumo e de serviços) e periféricos (na periferia da região, muitas vezes com menor grau de relações funcionais com o pólo).

Segundo Comec (2006), o crescimento da população da RMC (Tabela 1), como tendência, se relaciona com índices relativamente elevados nos próximos 20 anos, estimando-se apresentar taxas superiores a 2,5% a.a. até 2010 e próximas

a 2,1% a.a. até 2020. Os dados demográficos apontam saldos positivos de trocas migratórias para a região, tanto em deslocamentos interestaduais quanto intraestaduais, sublinhando o ritmo intenso deste processo.

Tabela 1: Evolução populacional da região metropolitana de Curitiba (RMC), de Curitiba e do Paraná – 1970-2000

	1970		1980		1991		1996		2000	
	NÚMEROS ABSOLUTOS	%								
Curitiba	609.026	8,7	1.024.975	13,4	1.315.035	15,6	1.465.698	16,3	1.587.315	16,6
RMC	869.837	12,6	1.492.108	19,5	2.055.455	24,3	2.409.131	26,7	2.768.394	28,9
Paraná	6.929.868	100	7.629.392	100	8.448.713	100	9.003.804	100	9.563.458	100

Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 1996; 2000)

Lima (2004) observa que os aspectos socioeconômicos deste processo evolutivo foram acompanhados por expressivo crescimento da população de baixa renda em ocupações irregulares na RMC, que, de acordo com Comec (2002), não foram providas ao mesmo ritmo de infra-estrutura, configurando situações de degradação ambiental (LIMA; MENDONÇA, 2001).

Para Comec (2006), a maioria das áreas ocupadas irregularmente na RMC se concentra no município de Curitiba, seguido por Colombo.

De forma geral, Castro Neto (2002) coloca que a mancha urbana de Curitiba cresceu forçando os limites municipais, gerando expressiva demanda espacial, como, por exemplo, às margens de rios. Neste sentido, Amaral e Mendonça (2002) verificam uma problemática de ordem ambiental, especialmente pela deficiência de infra-estrutura, a qual constitui uma questão que envolve a preservação dos recursos naturais da RMC.

Fernandes (2004) reforça que a condição de pobreza resultou em grupos populacionais menos favorecidos, vivendo em assentamentos informais inadequados do ponto de vista das condições urbanísticas e ambientais. De acordo com Moura (2004), o mapeamento desta situação acompanha principalmente o curso hidrográfico dos limites municipais de Curitiba.

Freire (2004) expõe que a ocupação nestas áreas ocorre sem conhecimento prévio da fragilidade ambiental e do significativo potencial desses recursos naturais. A população que ocupa estas áreas como alternativa de

sobrevivência se situa em precárias condições de vida, o que facilita a disposição de resíduos em locais impróprios.

De acordo com Comec (2006), as ocupações irregulares margeiam áreas ambientalmente frágeis e de mananciais hídricos, com carência de infra-estrutura – como instalações sanitárias e destinação do lixo –, devendo-se levar em conta também a existência de número considerável de moradias não supridas por condições mínimas de habitabilidade.

Diante da situação anteriormente exposta para a RMC, consideram-se fundamentais as discussões acerca da pobreza, população periférica, questão ambiental e planejamento urbano-regional (LIMA; MENDONÇA, 2001). O complexo cenário metropolitano gira em torno de vários quesitos ao mesmo tempo, envolvendo tanto questões de ordem social, econômica e ambiental, quanto desafios freqüentemente lançados aos gestores municipais.

Destaca-se, ainda, a importância da tendência de ocupação irregular nas áreas metropolitanas consideradas ambientalmente frágeis e de expressivo aporte natural, principalmente em direção a mananciais hídricos. A população de baixa renda as elege por não contarem com condições financeiras suficientes para a aquisição da moradia legal, onde acabam edificando habitações extremamente precárias (SANTOS; ULTRAMARI; DUTRA, 2004). Resta, todavia, a discussão sobre as opções dos planejadores frente a essa situação, ou seja, sobre as alternativas que os municípios poderiam oferecer a esse grupo social para que os mesmos não ocupem essas regiões, além das alternativas para contenção do alastramento dos assentamentos irregulares.

A realidade exposta demonstra que regiões nos arredores de Curitiba, principalmente as destinadas à conservação ambiental (COMEC, 2006), não foram suficientemente contidas e se consolidaram com contingente populacional empobrecido ocupando irregularmente áreas para sua moradia e em precárias condições. Esta realidade configura uma situação preocupante e de comprometimento tanto do ambiente como da qualidade de vida da população, principalmente dos habitantes instalados nessas localidades (MARICATO, 2003b).

Cabem, também, reflexões sobre a polêmica de que essa mancha urbana, uma vez ocupada, passa a ser problema público, trazendo à frente das soluções, os municípios, com seus planejadores e técnicos urbanos responsáveis

pela proposição de alternativas para o enfrentamento desses problemas.

Questiona-se, entretanto, até que ponto é possível resolver e controlar a urbanização dessas áreas, quais encaminhamentos poderiam ser adotados e como preservar o ambiente metropolitano, questões essas que incluem, necessariamente, o combate à pobreza.

O diagnóstico da RMC sobre a problemática exposta prescreve aos gestores urbanos situações explicitamente desafiadoras. Nesse âmbito, Mineropar (2004) alerta que áreas ambientalmente frágeis e de mananciais hídricos na RMC encontram-se sob forte pressão de ocupação, a qual também atinge o município de Colombo.

4.1.2 Município de Colombo

Como já citado, o presente estudo corresponde a Vila Zumbi dos Palmares, localizada no município de Colombo e considerada uma das maiores ocupações irregulares da RMC (COMEC, 2001a; 2001b)

De acordo com PMC (2008), o município de Colombo situa-se no planalto de Curitiba e sua sede a 20 km da capital do Estado. Com seus 118 anos, conta com uma população de pouco mais de 230 mil habitantes.

O município de Colombo recebeu este nome em homenagem a Cristóvão Colombo, que descobriu a América em 1492. Originalmente, chamava-se Colônia Alfredo Chaves, em homenagem ao Conselheiro e Ministro da Agricultura Dr. Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, por serviços políticos realizados no local (FERRARINI, 1992).

O povoamento teve início no ano de 1878, quando uma leva de imigrantes italianos, oriundos de Morretes, subiu a serra do Mar em direção a Curitiba (PMC, 2008). Em janeiro de 1890, a Colônia Alfredo Chaves foi elevada à categoria de Vila, denominada Colombo; em fevereiro do mesmo ano, foi instalado oficialmente o Município de Colombo (FERRARINI, 1992).

O crescimento populacional do município tornou-se expressivo a partir de 1950; sua área urbanizada aumentou significativamente no período de 1960 a 1990. Colombo foi o município de maior taxa de crescimento populacional nas décadas de 1970 e 1980 na RMC, recebendo significativo contingente, oriundo, sobretudo, do

interior do Paraná. Na atualidade, a maioria dos munícipes mora em áreas urbanizadas (Quadro 2), em 42 bairros e mais de 200 loteamentos (PMC, 2008).

ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO (habitantes)	CARACTERÍSTICAS
Urbana: 70,40	Urbana: 224.593	Relevo de ondulado a plano, com vasta área urbanizada, limitada no seu crescimento leste pelo umbral dos mananciais de abastecimento público Clima subtropical mesotérmico, de verões frescos e com ocorrência de geadas severas e freqüentes, não apresentando estação seca Vegetação característica da Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucária) À exceção do rio Atuba e seus afluentes, os demais cursos d'água fazem parte de mananciais para abastecimento de água da RMC
Rural: 128,30	Rural: 8.714	
Total: 198,70	Total: 233.308	

Quadro 2: Área, população, e aspectos geográficos do município de Colombo
Fonte: COMEC (2006); MINEROPAR (2004); PMC (2008)

Conforme Comec (2006), é previsto significativo acréscimo populacional nos municípios do arco nordeste-leste-sudeste, o qual inclui Colombo.

Sobre os aspectos socioeconômicos (Tabela 2), no ano de 2000 constatou-se Colombo como o segundo município com maiores taxas de aglomerados subnormais, perdendo apenas para Curitiba. Também se apresentava na segunda posição no levantamento realizado no ano de 1997 quanto à ocupação irregular do solo urbano e à concentração da pobreza, quando havia, na RMC, 811 áreas ocupadas irregularmente (COMEC, 2006).

Por levantamento efetuado em 2000 pela Prefeitura Municipal de Curitiba, foi possível visualizar 89 áreas colombenses ocupadas irregularmente naquele ano (SCHMIDT, 2003).

Tabela 2: Aspectos socioeconômicos do município de Colombo

TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL POR DÉCADAS - 1970 a 2000 (% a.a.)									
Município	1970 a 1980	1980 a 1991	1991 a 2000						
Colombo	12,56	5,87	5,04						
Total RMC	5,35	2,91	3,11						
Total Paraná	0,97	0,93	1,39						
PROJEÇÃO POPULACIONAL – BASE MÉDIA – 2000 a 2020									
Município	População total 2000	População total 2010	Taxa de crescimento (% a.a.)	População total 2020	Taxa de crescimento (% a.a.)				
Colombo	183.329	268.243	3,88	355.266	3,36				
Total RMC	2.768.394	3.544.682	2,50	4.196.145	2,10				
POPULAÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS DE CRIANÇAS E IDOSOS (2000)									
Município	0 a 14 anos		65 anos e mais						
Colombo	59.175		5.836						
Total RMC	769.026		135.897						
Total Paraná	2.747.130		540.594						
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL E SEUS COMPONENTES – 1991 e 2000									
Município	IDH-M		Componentes do IDH-M				Ranking Estadual IDH-M 2000	Taxa de Pobreza*	Ranking RMC IDH-M 2000
	1991	2000	Esperança de Vida ao Nascer (anos)	Taxa de Alfabetização (15 anos e mais) (%)	Taxa Bruta de Frequência à escola (%)	Renda per capita (R\$)			
Colombo	0,69	0,76	69,3	92,8	75,5	236,16	106	17,3	8
Total RMC	0,76	0,82	70,87	94,55	84,35	457,97	50,85	13,66	274
Total Paraná	0,76	0,79	69,80	90,50	82,90	321,40	n.d.	20,90	n.d.
NÚMERO DE EMPREGOS, ANOS DE ESTUDO E REMUNERAÇÃO MÉDIA – 2001									
Município	Empregos	Anos Médios de Estudo	Massa de Rendimento Médio (sm S.M.)	Remuneração Média por Trabalhador (em S.M.)					
Colombo	21.159	7,47	66.811,09	3,16					
Total RMC	747.557	9,31	3.856.483,75	5,20					
TOTAL DE DOMICÍLIOS E INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR INFRA-ESTRUTURA E POR ADENSAMENTO EXCESSIVO - 2000									
Município	Domicílios Particulares Permanentes	Déficit Habitacional		Inadequação Habitacional					
		Absoluto	Relativo (%)	Por Infra-Estrutura		Por Adensamento Excessivo			
Colombo	49.015	2.516	5,13	5.879	5.469	3.737			
Total RMC	787.244	42.784	5,43	78.948	81.960	37.690			
Total Paraná	2.663.037	169.227	6,35	494.958	820.767	117.595			
DOMICÍLIOS E MORADORES EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS – 2000									
Município	Domicílios		Moradores						
Colombo	1.675		6.711						
Total RMC	43.127		169.462						
OCUPAÇÕES IRREGULARES E UNIDADES HABITACIONAIS – 1997									
Município	Número de Ocupações Irregulares	Número de Unidades Habitacionais	% Número de Unidades Habitacionais – RMC						
Colombo	92	624	10,17						
Total RMC	811	61.712	100						

Fonte: Elaborado com base em COMEC (2006).

Nota: * = a taxa de pobreza indica o percentual de famílias com renda familiar mensal per capita de até ½ salário mínimo, em relação ao número total de famílias residentes na área de estudo

a.a. = ano a ano

S.M. = Salário Mínimo

n.d. = não disponível

Com relação ao exposto na Tabela 2, em comparação com o total da RMC, o município de Colombo apresenta superioridade de taxas de crescimento populacional tanto por décadas quanto por projeções, destacando também a de pobreza, em termos de desenvolvimento humano e seus componentes; no entanto, a remuneração média por trabalhador é inferior. Neste contexto, vale ressaltar os expressivos valores e taxas de ocupações irregulares no município.

Ressalta-se que o índice de crianças e idosos orienta para o grau de envelhecimento da população, pois a população mais jovem se sobrepõe a com mais idade. Segundo Comec (2006), os municípios no entorno de Curitiba apresentam-se populosos e o peso de pessoas mais envelhecidas é relativamente menor. Essa característica é decorrente de um processo associado à tendência de localização de força de trabalho metropolitana.

No ano de 1968, foi viabilizado crédito ao município de Colombo para construção de casas populares. Entre 1977 e 1983, observou-se o surgimento desordenado de loteamentos, aumentando a preocupação com moradias para a população de baixa renda. Das 89 ocupações irregulares identificadas em 2000, 5 haviam sido comercializadas até 1999. Outras 33 já haviam sofrido algum tipo de intervenção por parte do Serviço Social e do Departamento de Habitação da Prefeitura Municipal de Colombo (SCHMIDT, 2003).

Após, dois levantamentos foram realizados – um socioeconômico e outro topográfico. Observou-se que o processo de regularização fundiária pretendido ainda se encontrava em fase inicial. Em 51 áreas, nada foi realizado; nas intervenções realizadas nas outras 33, prevaleceu a relocação de famílias para loteamentos regularizados ou o remanejamento interno da própria localidade (SCHMIDT, 2003).

Vale lembrar que o processo de periferização da RMC foi expressivo nas duas últimas décadas. No caso de Colombo, ocupações irregulares no início dos anos 1970 foram intensas, principalmente sobre áreas rurais. Em 1980, o município contava com significativas regiões precariamente urbanizadas, preocupantes do ponto de vista da sustentabilidade metropolitana (LIMA, 2001; 2004).

Verifica-se que Colombo recebeu expressivo contingente populacional nas décadas de 1970 e 1980, favorecendo a ocupação dos seus espaços limítrofes ao pólo metropolitano; no entanto, é surpreendente a dinâmica pela qual se deu o

seu crescimento, fazendo com que áreas não urbanizadas fossem invadidas. Fica evidente que nesse período o Município não conseguia acompanhar o ritmo da ocupação, ou seja, o controle dessa questão não estava ao seu alcance, em função do processo acelerado de crescimento.

Cabe ressaltar dessa época que uma das preocupações destacadas pela administração municipal de Colombo foi o surgimento desordenado desses loteamentos informais, principalmente por tratar-se de opção de habitação por população de baixa renda. Durante esse período, foram realizados estudos com o propósito de alcance de alternativa para solucionar a questão de moradia para esse contingente populacional (FERRARINI, 1992).

Dessa forma, percebe-se que o momento destacado induziu as autoridades a refletirem sobre a problemática generalizada no município voltada às ocupações irregulares por população de baixa renda. Devido ao processo rápido e sucessivo de instalação desses assentamentos, medidas urgentes deveriam ser providenciadas. No entanto, não foi viabilizada a contenção do crescimento da população do município, nem tampouco das ocupações irregulares em precárias condições, pois se observou seu extravasamento no período compreendido entre 1991 e 2000 (SCHMIDT, 2003). Essa questão provocou interferências no espaço urbano, refletindo em degradação ambiental, especialmente pela velocidade com que o fenômeno se processou (LIMA, 2001).

Frente ao exposto, argumenta-se sobre as medidas da época para contenção das ocupações irregulares, se provavelmente não foram além das pesquisas ou não tenham sido suficientes, faltando visão de longo alcance para prescrever estimativas futuras ao município. Assim, pode-se afirmar que, na atualidade, Colombo é contemplado com expressivos assentamentos informais e população de baixa renda, ocupando principalmente áreas não urbanizáveis, como aquelas consideradas ambientalmente frágeis, revelando situações de preocupação ao Município e à população em geral.

4.1.3 Vila Zumbi dos Palmares

A Vila Zumbi dos Palmares (Figura 5), caracterizada como uma das maiores ocupações irregulares da RMC, está localizada no município de Colombo,

em área de 501.125 m², abrigando, em 2008, 6.482 pessoas (COHAPAR, 2005; 2008). Situa-se à margem esquerda do rio Palmital e à direita da rodovia BR-116, o principal eixo viário de ligação entre Curitiba e São Paulo (COHAPAR, 2005). Tais barreiras físicas (uma construída – rodovia – e outra natural – curso d'água) caracterizam a área como imprópria para ocupação por constituir planície de inundação.

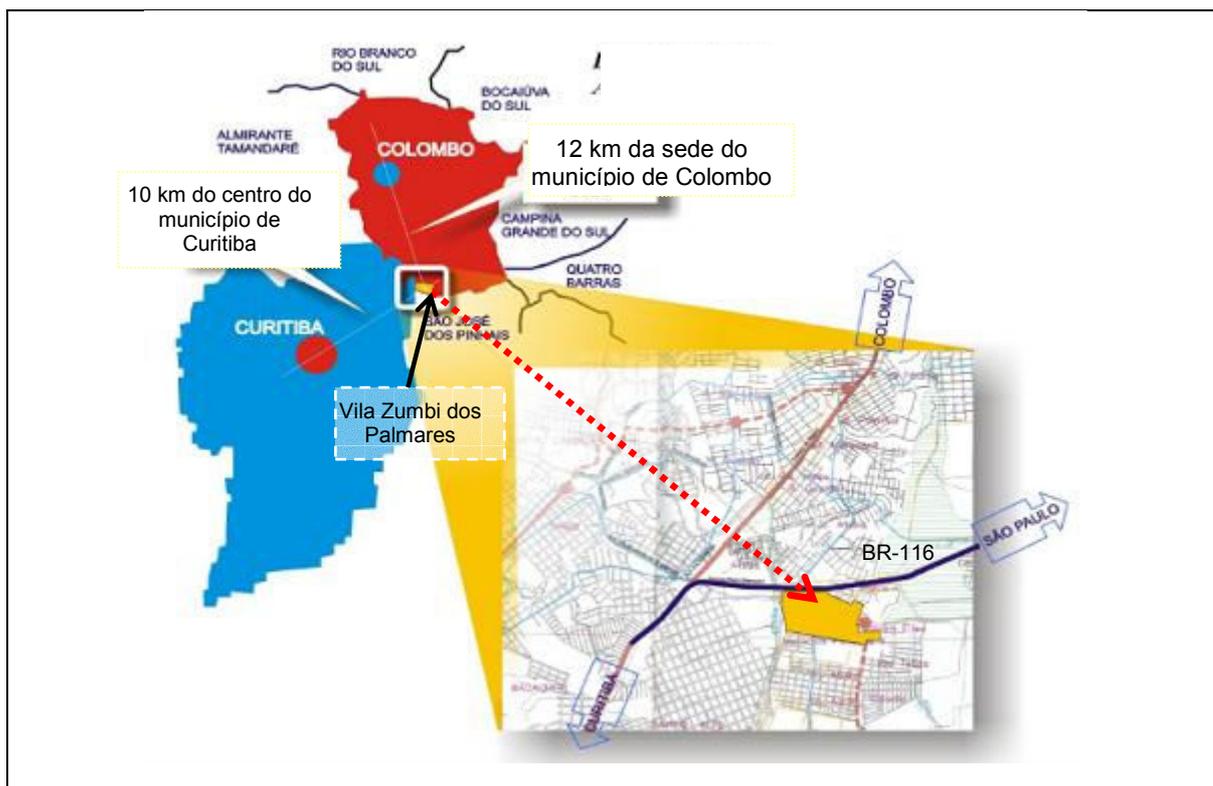


Figura 5: Mapa de localização da Vila Zumbi dos Palmares no município de Colombo
 Fonte: Adaptado de Cohapar (2005).

Com a implantação da BR-116 em 1961, ligando Curitiba a Região Sudeste do Brasil, a gleba foi interceptada em sua porção central. Como foi construída em nível mais elevado e sem tratamento adequado de drenagem, a rodovia constituiu uma barreira física e transformou a área numa bacia de acumulação de águas pluviais. Por essas razões, os loteamentos ficaram desocupados até a década de 1990, quando foram invadidos pela população de baixa renda, sendo o processo de invasão incentivado por especuladores imobiliários e interesses políticos (COMEC, 1992; 1997).

A Vila Zumbi dos Palmares recebeu o primeiro contingente de famílias em 1991, que se instalou de forma precária e sem infra-estrutura básica, uma vez que o

local não apresentava condições mínimas para ocupação, além das restrições relacionadas ao terreno alagadiço. A população que se instalou no local desde 1991 é oriunda do êxodo de alguns municípios da RMC e do interior do estado do Paraná, migrando em função da falta de moradia e de oportunidades de trabalho nos locais de origem. A área ocupa uma extensão de antigos loteamentos – Vila Palmital, Centro Industrial Mauá e Jardim Graciosa –, além de uma parcela pertencente à família Greca. A invasão foi incentivada na época por representantes políticos, que, após, abandonaram a população ali instalada (COHAPAR, 2005; COMEC, 2001a; 2001b).

Conforme Polli (2006), o incentivo à invasão do local pode estar relacionado a outros interesses, como os dos proprietários dessas terras, que realizaram o seu parcelamento em locais impróprios para a implantação de edificações, especialmente pela tipologia e condições dos terrenos, sujeitos a constantes inundações, dentre outros motivos.

Em estudos sobre a ocupação e as condições de vida da população da Vila Zumbi dos Palmares, Polli (2006) constatou que a instalação de rede para abastecimento de água ocorreu apenas em 2001, após 10 anos do início da ocupação, o que, conforme a autora, retrata o descaso de órgãos públicos com o atendimento das necessidades básicas dessa comunidade. Entrevistas com os moradores sobre dificuldades na época da invasão relatam a inexistência de água potável e de energia elétrica, além da ocorrência de alagamentos constantes. As inundações e a falta de água representavam as maiores dificuldades para essa população. Para o consumo humano, esta era captada pelos moradores a partir de deslocamentos distantes ou, então, em poços contaminados. Segundo um residente, a captação para lavagem de roupas era realizada em uma vala, que, de início, não era muito poluída; no entanto, com o passar do tempo, sua contaminação com o lixo descartado pelos próprios moradores impediu a continuidade deste uso. Outras situações nos primeiros períodos de ocupação se referem a questões de saúde, pois havia um número expressivo de crianças que sofriam de desidratação e febre, bem como passavam fome.

Conforme o exposto, o início da ocupação na Vila Zumbi dos Palmares retrata muitas dificuldades vividas por essa população. A precariedade de serviços básicos se estendeu por muitos anos, refletindo no agravamento da saúde dos

moradores e na degradação do ambiente.

Vale ressaltar que a origem do nome da vila está ligada a questões políticas, que, de acordo com entrevistas realizadas por Polli (2006), foi sugerida pelo Advogado Paulino Pastre, que incentivou e orientou a ocupação no início e depois elegeu-se vereador do Município de Colombo. A idéia do nome é justificada pela coincidência do início da ocupação em maio de 1991, mês do aniversário de morte do líder dos negros. Esse ato ocorreu em assembléia local, que atualmente constitui a Associação dos Moradores. Convém acrescentar que, segundo a autora, este nome causa desconforto aos moradores, o que, juntamente com sua posição geográfica, delinea uma imagem associada à fraqueza e à pobreza de uma população.

O processo de crescimento desse assentamento foi intenso na primeira década da sua existência. Em 1992, a Vila Zumbi dos Palmares era considerada a maior invasão encontrada na RMC, com 924 habitações (COMEC, 1992; 2001a; 2001b).

O rio Palmital (Figura 6), limite esquerdo da Vila Zumbi dos Palmares, nasce a leste do município de Colombo, em áreas de pequenas propriedades (COMEC, 1995). Pelo Decreto Estadual Nº 2.964, de 19 de setembro de 1980 (PARANÁ, 1980), fazia parte das bacias que compunham os mananciais hídricos da RMC; no entanto, pelo Decreto Estadual Nº 6.390, de 05 de abril de 2006 (PARANÁ, 2006), que dispõe acerca das diretrizes sobre mananciais para abastecimento, a bacia do Palmital foi definida como área de transição, em função do expressivo adensamento e pressão urbana nas regiões contíguas à bacia e do seu respectivo comprometimento (COMEC, 2006). Porém, o Decreto Estadual Nº 3.411, de 10 de setembro de 2008, reformulando o anterior, inclui a bacia como aproveitamento existente (PARANÁ, 2008).

É importante citar nesse contexto, a Lei Estadual Nº 12.248, de 31 de julho de 1998 (PARANÁ, 1998), que institui o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais (SIGPROM) da RMC, tendo como um dos objetivos assegurar as condições essenciais à recuperação e preservação dos mananciais para o abastecimento público. Atualmente, tem-se um novo sistema, cujo foco especializa-se em variáveis de uso e ocupação do solo em áreas de mananciais sobre forte pressão por ocupação urbana (COMEC, 2006).



Figura 6: Vistas do rio Palmital
 Fonte: A = COMEC (1995) – vista parcial
 B= COHAPAR (2007) – vista da área da Vila Zumbi dos Palmares após relocação das famílias instaladas na faixa de preservação permanente

A Vila Zumbi dos Palmares encontra-se sobre área ambientalmente frágil³ pelas características do solo, ou seja, este assentamento está localizado sobre a calha natural do rio Palmital, a qual, conforme configurações da Mineropar (1998), possui o seguinte perfil edáfico: camada superficial orgânica escura (solo turfoso ou turfa); argilas plásticas moles; areias e cascalhos basais. Estes sedimentos são considerados problemáticos porque se constituem de solos extremamente compressíveis, moles, com baixa capacidade de suporte de carga e que podem inviabilizar tecnicamente obras de engenharia sobre o local (fundações, aterros e outras).

O local é sujeito à dinâmica fluvial, onde as inundações são fenômenos comuns, atingindo periodicamente as várzeas ou planícies de inundação. O rio Palmital, como todo e qualquer curso d'água, tem sua área natural de extravasamento, a qual passa a ser alvo de inúmeros problemas quando ocupada; um deles diz respeito ao desequilíbrio ambiental pela remoção da vegetação, especialmente da mata ciliar; por conseguinte, perde a capacidade de retenção hídrica por meio da cobertura vegetal, bem como de infiltração no solo, potencializando as cheias, afetando, assim, principalmente a população ali instalada.

Em levantamento realizado em 1997, havia na Vila Zumbi dos Palmares 1.584 famílias (COMEC, 2002). Em outro, elaborado em 2001, abrigava 1.784; deste total (Quadro 3), 100 famílias localizavam-se muito próximas ao rio Palmital e 46 em

³ Informação decorrente de aspectos geológicos do local, obtida em contato pessoal com técnico da Mineropar, Geólogo Diclécio Falcade, em 04 de junho de 2008.

faixa não edificável da BR-116 (Figura 7) (COMEC, 2001a; 2001b).

LOCALIZAÇÃO (FAMÍLIAS)	DIAGNÓSTICO	PROGNÓSTICO
37 dentro da faixa de 30 metros às margens do rio Palmital	- População carente, de baixa renda e habitação precária - Área alagadiça, com ausência de infraestrutura - Área frágil ambientalmente	- Relocação das famílias para loteamento regular a ser implantado - Preservação ambiental da região
63 na faixa de 30 a 75 metros às margens do rio Palmital		
46 na faixa não edificável da BR-116	- População carente - Traçado de vias pública de área consolidada	

Quadro 3: Localização das ocupações junto ao rio Palmital e a rodovia BR-116 e respectivos diagnósticos e prognósticos na Vila Zumbi dos Palmares em 2001

Fonte: COMEC (2001a; 2001b)



Figura 7: Vistas da ocupação junto ao rio Palmital na Vila Zumbi dos Palmares em 2001

Fonte: COMEC (2001a)

Em levantamento realizado por Cohapar (2005) em maio de 2004, foram registradas 1.797 famílias; deste total (Quadro 4), 137 residiam na faixa de preservação às margens do rio (Figuras 8, 9 e 10) e 90 na faixa não edificável da BR 116 (Figura 11).

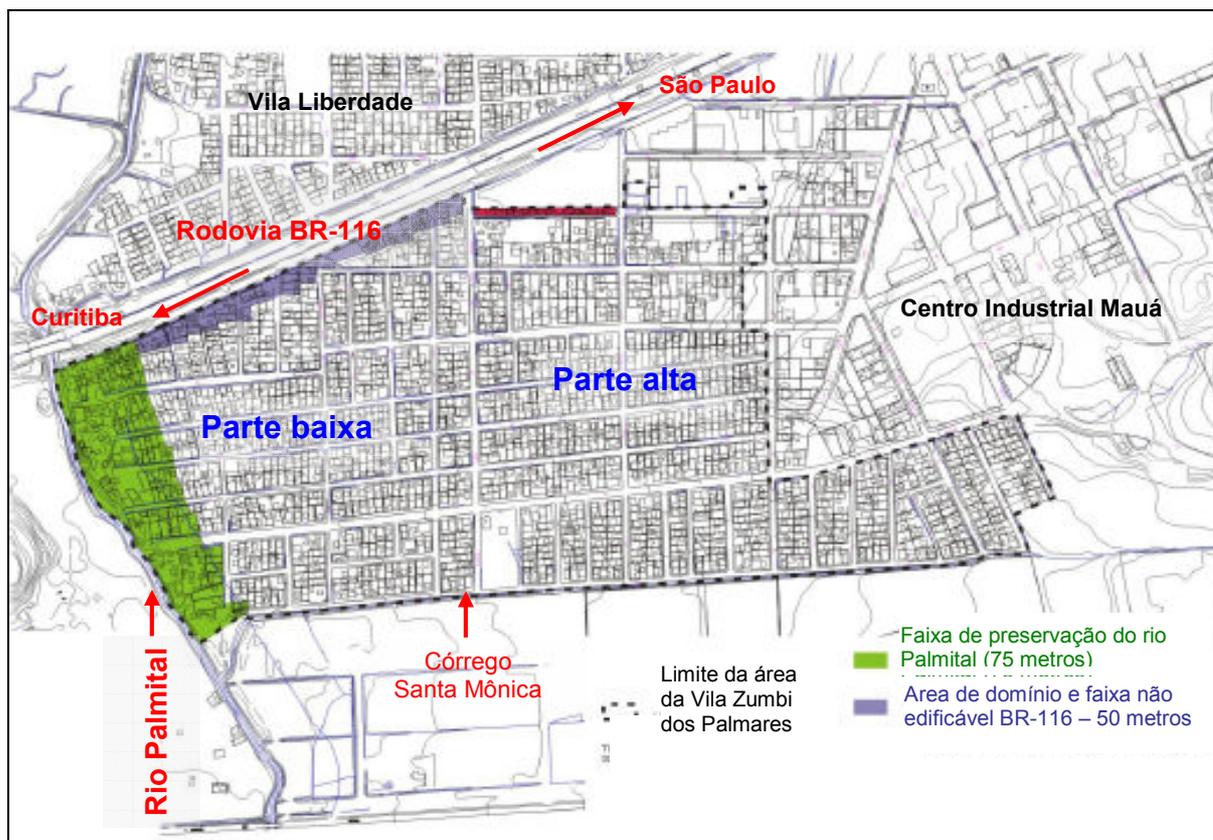


Figura 8: Planta da ocupação da Vila Zumbi dos Palmares anterior à intervenção em 2004
 Fonte: Adaptado de Cohapar (2005).

LOCALIZAÇÃO 272 FAMÍLIAS	DIAGNÓSTICO	PROGNÓSTICO
137 na faixa de preservação (75 metros) do lado esquerdo do rio Palmital	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupada irregularmente, de forma parcialmente desordenada - Desprovida totalmente de sistema de esgotamento sanitário - Atendida precariamente por valas de drenagem a céu aberto - População carente - Área de preservação permanente (fundo de vale do rio Palmital) 	<ul style="list-style-type: none"> - População a ser relocada das faixas impróprias para moradia (transferência de domicílio) - Reassentamento (relocação das famílias em áreas próprias para uso habitacional)
90 na faixa não edificável da BR-116	<ul style="list-style-type: none"> - População carente - Traçado em faixa não edificável (50 metros) 	
45 em edificações em condições extremamente precárias (área consolidada)	<ul style="list-style-type: none"> - População carente - Reconstrução de moradias 	<ul style="list-style-type: none"> - População a ser relocada - Proposta de construção nesta área de excedente de unidades habitacionais

Quadro 4: Localização das ocupações junto ao rio Palmital, a rodovia BR-116 e em edificações precárias da área consolidada e respectivos diagnósticos e prognósticos na Vila Zumbi dos Palmares em 2004

Fonte: COHAPAR (2005)



Figura 9: Vistas de ocupação junto ao rio Palmital na Vila Zumbi dos Palmares em 2004
Fonte: COHAPAR (2007)



Figura 10: Vistas de ocupação junto ao rio Palmital na Vila Zumbi dos Palmares em 2005
Fonte: POLLI (2006)



Figura 11: Vista de ocupação próxima a BR 116 na Vila Zumbi dos Palmares em 1997
Fonte: POLLI (2006)

O Quadro 5 apresenta informações socioeconômicas da Vila Zumbi dos Palmares inventariadas no levantamento realizado em 2004, considerando o universo de pesquisa das famílias abordadas no Quadro 4.

DADOS DO LEVANTAMENTO DE 2004	
COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA	70,1% compostas por até 4 pessoas 30,0% com 5 ou mais componentes
ESCOLARIDADE	33,7% de 1ª a 4ª série 19,1% de 5ª a 8ª série 1,9% de 2º grau Pessoas alfabetizadas representando 5,8% dos ocupantes
RENDA MÉDIA FAMILIAR MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO)	Até 1 para 64,8% das famílias 1 a 2 para 28,6% as famílias 2 a 3 para 4,0% das famílias
PROFISSÃO DOS TITULARES DOS IMÓVEIS	80,9% de trabalhadores informais 19,1% inseridos no mercado formal de trabalho 6,3% dos titulares desempregados
TITULAR DO IMÓVEL	56,4%, do sexo masculino e 43,6% do sexo feminino Declaração de 74,0% das famílias como titulares * dos imóveis que habitam; 5,3% com imóvel cedido ** e 1,8% com ocupação de imóveis alugados ***
TEMPO DE RESIDÊNCIA NA ÁREA	De até 1 ano para 45,81% das famílias de 1 a 5 para 33,9% das famílias Mais de 6 anos para 20,3% das famílias
TIPO DA EDIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS	48,9% de madeira 22,0% de alvenaria 8,4% mistas
SERVIÇOS BÁSICOS	Infra-estrutura precária: dificuldades de acesso à rede de água; inviabilidade de acesso para coleta de lixo; rede de energia elétrica irregular; esgotamento sanitário de cerca de 80% das famílias por meio de despejo direto em valas com escoamento direto para o rio Palmital; sistema de drenagem precário (valetamento a céu aberto)

Quadro 5: Aspectos socioeconômicos da Vila Zumbi dos Palmares em 2004

Fonte: COHAPAR (2005)

Nota: * = titular classificado como imóvel próprio, com compra da posse da terra pelo ocupante
 ** = imóvel cedido significa que foi ocupado temporariamente por outra família que não o possuidor
 *** = Para o imóvel alugado, é auferida renda com a ocupação.

Os dados do Quadro 5 referem-se apenas aos dados da população que foi indicada para relocação e mostram que o nível de renda, por exemplo, é baixo; mais da metade dessa população apresentava, em 2004, o recebimento mensal de apenas um salário mínimo, sendo a maior parte inserida no mercado informal. As condições de vida indicam como principais dificuldades enfrentadas neste período: inexistência de serviços-básicos, baixo nível escolar e, curioso destacar, tempo de residência, em maior grau (45,8%) de até um ano, o que pode significar que havia nestes locais de instalação das famílias, vasta gama de problemas a serem enfrentados, o que forçava a sua retirada para outra localidade e, conseqüentemente, a vaga para entrada de outras famílias em condições de precariedade.

Pode-se observar que as características da área sobrepujam a retirada das famílias para outra localidade, conforme exposto por Comec⁴; no entanto, a transferência dessas famílias instaladas em áreas de fragilidade ambiental e já consolidada para outras localidades, normalmente mais distantes, acarretaria sérios impactos negativos, agravando conflitos sociais já existentes. Diante deste fato, as possibilidades de intervenção sugeridas para solucionar a problemática dessa ocupação, segundo a mesma fonte, deveria acontecer de forma integrativa, benéfica, e não conflituosa, com vistas a alavancar ações acertadas, de maneira a não criar novos problemas em uma situação crítica já existente.

Recapitulando, regiões metropolitanas constituíram-se em espaços referenciais para migrantes (DESCHAMPS, 2004), abrigando expressivo contingente populacional para essas áreas, movimentos ainda existentes, porém, na atualidade com ocorrências significativas de fluxos entre municípios (LIMA, 2004). A maioria refere-se à população de baixa renda que procura a periferia para habitar, devido ao seu baixo poder aquisitivo (MAUTNER, 1999). Essas famílias se instalam irregularmente e em precárias condições em locais como, por exemplo, margens de cursos d'água e áreas sujeitas a inundações (MARICATO, 1996), situações essas, que provocam degradação ambiental pelas práticas inadequadas de ocupação (JACOBI, 2004).

Como acima exposto, reflete-se a forma como se consolidou a Vila Zumbi dos Palmares. Tal como em conceitos anteriormente expressos, essa ocupação irregular se iniciou por meio de migrantes de baixa renda, que se instalaram ao redor de Curitiba, em uma região ambientalmente frágil e em precárias condições. É uma população de reduzido nível de renda e de escolaridade e parte dela abrigou-se em áreas de risco, como às margens do rio Palmital, e ausentes de infra-estrutura básica.

⁴ Informações obtidas em contato com a Coordenadora de Planejamento da Comec, Arquiteta e Urbanista Maria Luiza Malucelli Araújo, em 28 de maio de 2008.

Pode-se dizer, portanto, que a dinâmica deste local faz parte de um contexto padrão que configura um assentamento informal. A problemática identificada é de ordem social, econômica e ambiental. Assim, a situação da Vila Zumbi dos Palmares é crítica por envolver várias questões, ao mesmo tempo em que a própria comunidade local não dispõe de recursos e condições suficientes para enfrentar seus próprios problemas e, portanto, tem necessidade de realização de intervenções com a finalidade de suprir essas deficiências.

Dessa forma, embora a regularização fundiária seja apontada como uma das principais soluções para o enfrentamento dessa problemática, podendo contribuir para a melhoria das condições de vida da população e do ambiente (FERNANDES, 2005; MARICATO, 2003a), questiona-se até que ponto pode solucionar os problemas da Vila Zumbi dos Palmares e se essa seria a opção acertada para esta ocupação irregular. Mesmo assim, toda e qualquer solução demanda custos a serem arcados; resta saber se garante que a população consiga assegurar esse compromisso.

4.2 PROCESSO DE INTERVENÇÃO

A Vila Zumbi dos Palmares passou por um processo de intervenção vinculado ao plano de reassentamento integrante do programa habitacional Direito de Morar, implantado pela Cohapar no ano de 2003, que trata da regularização, urbanização e relocação, quando necessária, das ocupações irregulares.

No caso, a Vila Zumbi dos Palmares foi submetida a um processo de regularização fundiária e urbanística, em que famílias foram relocadas de um local impróprio e sujeito a riscos e reassentadas na própria área consolidada, nas novas unidades habitacionais construídas.

A área foi desapropriada pelo Governo do Estado do Paraná e repassada à Cohapar, sendo a Vila Zumbi dos Palmares selecionada como projeto piloto de regularização na RMC, tanto por ser área de invasão de grandes extensões como por apresentar inúmeros problemas e situações de precariedade aos moradores locais (COHAPAR, 2005; POLLI, 2006).

No entanto, pesquisas realizadas por Polli (2006) apontam que existem problemas na intervenção ocorrida na Vila, pois, além da situação de precariedade da ocupação, há críticas e suposições de que também pode ter sido associada ao fator de influência do empreendimento Alphaville Graciosa⁵, cujos proprietários pressionaram entidades governamentais para a promoção e agilização da regularização. Conforme Rodrigues (2003), uma favela sem dúvidas interfere nas proximidades e imediações, seja no aspecto visual, seja na desvalorização de terrenos, dentre vários outros motivos.

Polli (2006) também relata que o local sempre foi considerado um entrave à regularização, especialmente devido à questão ambiental, pelo fato da Vila estar localizada em área de inundação, dificultando a implantação de alguns empreendimentos, como, por exemplo, a instalação de rede de esgoto. Tentativas

⁵ Trata-se de um padrão de condomínio residencial fechado, inaugurado no ano de 2000, caracterizado como de grande porte e de luxo, que, além de moradia, integra outros serviços como lazer e segurança, situando-se nas proximidades da Vila Zumbi dos Palmares. A seqüência de acontecimentos e discussões para efetivação da implantação do empreendimento acabou por incluir a preocupação social com a Vila (POLLI, 2006).

anteriores foram realizadas neste sentido, porém, sem apoio e investimentos do Estado para a regularização, os recursos não eram suficientes e, dessa forma, as instituições não viabilizavam por completo os projetos elaborados para tal fim.

Na seqüência de acontecimentos na Vila, com finalidade de reconhecimento da evolução da ocupação, no ano de 1997 foi realizado pela Comec um levantamento para identificação do número de famílias residentes no local. Em 2001, foi elaborada nova pesquisa para atualização das informações anteriores, a qual sugeria a transferência de parte da população por meio de um plano de relocação (COMEC, 2001a; 2001b; 2002).

Em 2003, o Governo do Estado apoiou trabalhos sobre ocupações irregulares na RMC, com objetivo de enfrentar o problema de famílias que viviam em favelas. A relocação da população assentada em área de preservação ambiental, situação de risco, ruas e faixa de domínio público ficou sob a responsabilidade da Cohapar. Dessa forma, foi desenvolvido o plano de reassentamento com objetivo de transferência de parte da população, implantado em 2004, com a proposta do projeto básico de regularização fundiária, urbanização e desenvolvimento socioambiental na Vila Zumbi dos Palmares (COHAPAR, 2005).

O programa foi pautado na interação entre órgãos governamentais (Companhia de Habitação do Paraná – Cohapar, Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, Prefeitura Municipal de Colombo – PMC – e Companhia Paranaense de Energia – Copel), entidades não governamentais e comunidade beneficiada.

O plano de relocação e reassentamento foi elaborado pela Cohapar, e abrangeu tanto famílias localizadas nas faixas de preservação do rio Palmital e não edificáveis da rodovia BR-116, quanto em edificações precárias da área consolidada.

4.2.1 Identificação das famílias

A definição da população afetada pelo projeto foi realizada em maio de 2004 para identificação dos moradores alvos e respectivos domicílios (COHAPAR, 2005). Tal determinação foi viabilizada por meio de avaliação da ocupação da área pela confrontação dos terrenos ocupados com imóveis legalmente registrados,

contatos com as principais lideranças comunitárias, treinamento das equipes técnicas das instituições envolvidas e cadastro socioeconômico das famílias locais. Por meio deste cadastro, foram identificadas as famílias residentes na Vila Zumbi dos Palmares (Tabela 3).

Tabela 3: Número de famílias beneficiárias para regularização fundiária, melhoria e construção em 2004

LOCALIZAÇÃO E CONDIÇÕES HABITACIONAIS	NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS POR SUBPROJETOS NA ÁREA CONSOLIDADA	
	Regularização Fundiária e Urbanização – Melhoria	Regularização Fundiária Habitação – Construção
Faixa de preservação permanente (margem esquerda do rio Palmital – 75 metros)	-	137
Faixa de domínio da rodovia BR-116 (não edificável – 50 metros do eixo)	-	90
Área consolidada – edificações extremamente precárias	-	45
Área consolidada – edificações em condições de habitabilidade, em lotes com dimensões que atendem os parâmetros urbanísticos	1.525	-
SUBTOTAL	1.525	272
TOTAL	1.797 (6.649 pessoas)	

Fonte: COHAPAR (2005)

Verifica-se que 272 famílias seriam alvos de relocação e reassentamento nas novas unidades habitacionais que deveriam ser construídas na área consolidada; esta contava com 1.525 famílias, que seriam contempladas com melhorias urbanísticas do local (Figura 12).



Figura 12: Vista das condições de moradias na área consolidada da Vila Zumbi dos Palmares em 2005

Fonte: POLLI (2006)

Com base nesse diagnóstico de relocação de famílias, foi analisada a possibilidade de utilização de terrenos livres disponíveis por meio de novo parcelamento, além de demolição de residências extremamente precárias e de tamanhos reduzidos na área consolidada, para a construção das novas unidades habitacionais.

A ambivalência entre solução para uma população favelada e melhoria de suas condições de vida, oferecendo habitação e infra-estrutura básica apenas, não garante que esse problema que aflige a cidade como um todo fique estanque, se não for compartilhado esse quesito com um processo de inclusão social e econômica (NIGRO, 2007).

Dessa forma, discute-se que não seria suficiente o processo de intervenção aplicado na Vila Zumbi dos Palmares apenas identificando beneficiários, pois este procedimento poderia remediar a situação num primeiro momento, porém não resolveria a questão de pobreza, por exemplo. Questiona-se, por exemplo, se o diagnóstico realizado sobre as famílias que seriam alvos de relocação concerniu em algo além da moradia.

Rodrigues (2003) reforça essa questão ao expressar que “não se coloca a remoção dos moradores, mas a remoção das características de favela” (p.42); em outras palavras, há de se trabalhar também com as causas de sua existência. De maneira similar, Araújo (2006) considera que não basta regularizar e urbanizar favelas, pois a maior dificuldade “está no fato de a regularização fundiária e urbanística não ser suficiente para a integração social e econômica dessas áreas” (p.194).

Assim, argumenta-se que todo e qualquer projeto nesse âmbito deva considerar que as necessidades não se reduzem apenas à identificação de beneficiários e à produção de habitação.

4.2.2 Proposta de moradia

A solução habitacional adotada é relacionada à tipologia arquitetônica de sobrado (Figura 13), com área aproximada de 40 m², compostos por sala, cozinha e banheiro, no piso inferior, e dois quartos, no pavimento superior, implantados de forma germinada, com recuos frontais e quintais. A coordenação e execução das

obras (Figura 14) foram de responsabilidade da Cohapar (COHAPAR, 2005).



Figura 13: Perspectivas e plantas da tipologia arquitetônica implantada na Vila Zumbi dos Palmares
Fonte: COHAPAR (2005)



Figura 14: Vistas da evolução das construções dos sobrados na Vila Zumbi dos Palmares
Fonte: COHAPAR (2007)
Nota: A = 2006
B = 2007

Rodrigues (2003) discute a tipologia arquitetônica adotada em programas da produção de habitação para população de baixa renda, que, em sua maioria, se desdobram na construção de moradias populares como conjuntos habitacionais de casas térreas, sobrados ou, ainda, apartamentos.

Nesse sentido, questiona-se a tipologia arquitetônica implantada na Vila Zumbi dos Palmares – sobrado – para otimização do espaço do local e, assim, alocar todas as famílias que precisavam ser relocadas das áreas impróprias. O tamanho dessas habitações é reduzido, porém não há como oferecer algo personalizado a uma população que mal pode pagar por uma casa popular, tampouco uma residência diferenciada.

Do ponto de vista de apropriação do espaço, a idéia do sobrado é aceita, uma vez que a área já se encontrava expressivamente ocupada. Por outro lado, tratando-se de região ambientalmente frágil, para o tipo de empreendimento escolhido, provavelmente foram dispensados maiores esforços quanto à impermeabilização do solo, fundações etc. Porém, se no momento da seleção do modelo de habitação a ser adotado for avaliada a mobilidade interna de pessoas com necessidades especiais no sobrado, a exemplo de idosos e deficientes físicos, certamente seriam encontradas dificuldades para subir e descer escadas.

Para encaminhamento das informações sobre a intervenção aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares, foi criada a Comissão Paritária, composta por representantes institucionais e da comunidade, com a finalidade de estabelecer canal de comunicação por meio de reuniões com a população para o aperfeiçoamento das articulações dos envolvidos no processo. Nessas reuniões, foi identificada a necessidade de implementação de equipamentos comunitários para melhoria no atendimento à comunidade, como creches, centro comunitário e barracão de reciclagem de resíduos sólidos (COHAPAR, 2005; SANEPAR, 2007).

A distribuição das unidades habitacionais construídas entre as famílias beneficiadas foi realizada por meio de sorteio, sendo os eventuais conflitos surgidos nessa tramitação mediados pela Comissão Paritária, à qual foi atribuída a definição dos critérios a serem adotados. O projeto, em sua concepção, previu que as famílias relocadas continuassem a residir na Vila para manter seus vínculos familiares, sociais e econômicos, assim como suas condições de trabalho e renda não seriam prejudicadas (COHAPAR, 2005).

Souza (2008), em leitura socioespacial realizada na Vila para identificação do quadro situacional do projeto urbano implantado e seus resultados subseqüentes, identificou que a distribuição dos sobrados por meio de sorteio não agradou a população; um dos conflitos diz respeito aos localizados na divisa de uma área na Vila caracterizada como conturbada, com concentração de atividades noturnas em bares, dentre outras. Nestes casos, algumas pessoas realizaram trocas; outras, por sua vez, colocaram seus imóveis à venda mesmo sem regularização de posse.

É importante levar em conta essa questão, pois localidades como esta apresentam conflitos existenciais, como relacionamentos diferenciados, os quais geram séria problemática no local. Portanto, ao se lidar com esse grupo, é preciso identificar esses segmentos internos no processo para não criar situações conflituosas a posteriori (REGIOTA; SANTOS, 2005).

Dessa forma, argumenta-se que a entrega dos sobrados na Vila Zumbi dos Palmares tenha sido articulada de forma equivocada, uma vez que há indícios de conflitos internos. Discute-se, portanto, que preliminarmente à concepção de um projeto urbano como esse deva ser realizado estudo dos grupos internos com vistas à identificação das diferenças e atritos, que possivelmente provocariam insatisfação dos moradores e, conseqüentemente, manifestações como troca e venda dos imóveis.

Outra causa de conflitos que surgiram com a proposta de moradia para as famílias relocadas pode estar relacionado ao modelo do sobrado. Conforme contato presencial com Geólogo Diclécio Falcade da Mineropar em junho de 2008 para obtenção de informações sobre aspectos físicos do local, o técnico expôs que, em suas visitas à Vila, observou que a maioria dos moradores possui, como fonte de renda, o trabalho de carrinheiro. Com isso, essas famílias geralmente acondicionam e acumulam o lixo em suas próprias casas, nos seus fundos ou na sua frente ou em ambos os locais. Durante a coleta e separação, tais resíduos não são vendidos ou não servem para a reciclagem; entretanto, nos novos sobrados, não há espaço externo para a disposição deste material. Este é um fator de preocupação, pois a quantidade de lixo acumulada na Vila como um todo é excessivamente elevada e não há coleta dos mesmos.

Em sua maioria, o lixo é coletado pelos carrinheiros em Curitiba, sendo o descarte realizado no município de Colombo, o qual, ao realizar a coleta e enviar os resíduos ao destino final – aterro sanitário em Curitiba, precisa arcar com custos deste descarte no município pólo da RMC, que, muitas vezes, nada mais é do que o local de onde veio o lixo.

Os resíduos sólidos descartados que se acumulam no local podem comprometer seriamente o solo da região (ARAÚJO; ALMEIDA; GUERRA, 2005), dano ainda mais expressivo por tratar-se de área frágil em termos ambientais.

Conforme o pensamento de Jacobi (2006), pode-se dizer que um problema como esse acontece algumas vezes por descuido dos próprios moradores.

Diante dessa colocação, observa-se que as novas unidades habitacionais não contemplam espaços para acondicionamento de resíduos sólidos uma vez que sua função é a moradia e não depósito. Se a questão é o número de carrinheiros, a opção que lhe foi dada certamente não é o descarte em seu próprio terreno. Assim, resta saber as alternativas apresentadas ou a sua inexistência ou, ainda, se as pessoas não se comprometeram com o encaminhamento adequado do lixo. Discute-se, também, até que ponto os serviços de coleta atendem a população nessas situações e qual o real comprometimento dos moradores com essa questão.

O mecanismo de financiamento dos sobrados adotado para as famílias reassentadas como futuros titulares foi elaborado considerando a compatibilidade com a capacidade de pagamento das mesmas e o comprometimento máximo de 20% da renda familiar (COHAPAR, 2005). Porém, conforme Souza (2008), para estas famílias, o comprometimento com as despesas para quitação da casa própria apresentou dificuldades em função da baixa renda.

O mecanismo de financiamento para aquisição de casa própria desse mercado popular conta com longo prazo para pagamento, em função do preço final de comercialização do imóvel ser elevado e a renda dos adquirentes ser baixa. Dessa forma, é preciso privilegiar os recursos disponíveis para construção e comercialização com as prestações acompanhando a renda mensal dessa população (RODRIGUES, 2003).

Destaca-se que o acesso à moradia para esse contingente populacional depende da existência de condições para o seu pagamento. Para a maioria das comunidades envolvidas, essa questão se apresenta não como solução, mas como problema (SPOSITO, 2005).

Restam, então, as dificuldades em torno de um procedimento que pode facilitar a solução de um lado e dificultar de outro. Ainda que essa seja uma problemática, a discussão mais significativa diz respeito ao financiamento, pois questiona-se as formas como a população da Vila Zumbi dos Palmares, com inúmeras dificuldades financeiras, pode pagar prestações fixas num período de longo prazo. Nesse contexto, a garantia de que conseguirá honrar tal compromisso torna-se uma incógnita.

O procedimento para transferência de titularidade da propriedade para o futuro titular (Quadro 6) dos imóveis a serem regularizados e construídos de acordo com as propostas do projeto, foi tratado conforme situação peculiar de cada um (COHAPAR, 2005).

IMÓVEL	INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DO IMÓVEL	RRESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA OBRA	FUTURO TITULAR
Lotes urbanizados	Contrato de Compra e Venda com Hipoteca	Cohapar	Família ocupante
Unidade habitacional			Família reassentada
Creche	Doação ao Município	Município	Município
Centro comunitário			
Barracão de reciclagem			

Quadro 6: Condições de transferência da titularidade de propriedade dos imóveis no âmbito do projeto

Fonte: COHAPAR (2005)

Tradicionalmente, programas de regularização têm como meta a legalização da propriedade. A titularidade em assentamentos irregulares trata de formas de reconhecimento do direito social de moradia, tanto como propriedade individual quanto coletiva, podendo ser adquirida via procedimento de usucapião ou por meio de compra ou doação. Em outras palavras, trata-se de reserva de áreas que sofreram intervenção pública por meio de investimentos de urbanização para beneficiários finais. No entanto, não assegura que o morador vá permanecer no local, pois se o mesmo quiser vender sua casa para se lançar na informalidade, por exemplo, não há muito que se possa fazer para impedi-lo. O importante é garantir que a área regularizada continue se prestando à função social (FERNANDES, 2005).

Os moradores da Vila Zumbi dos Palmares antecedentes à intervenção de alguma forma eram considerados invasores do local; entretanto, no momento em que a área foi alvo de regularização fundiária, passaram a ser elegíveis ao direito de posse. Para essa condição, ocorreram outros procedimentos, como a identificação dos proprietários legais com vistas à desapropriação e indenizações. Todo esse processo teve a finalidade de reservar a região para o investimento no direito de moradia aos ocupantes da Vila.

Contudo, a titularidade em um processo de regularização fundiária não garante a permanência do ocupante, tampouco do morador da Vila Zumbi dos Palmares. A princípio, uma localidade que sofre intervenção deve manter a continuidade da função social; todavia, não se pode impedir que as famílias, como as relocadas, por exemplo, vendam suas casas mesmo num processo de financiamento e passem a ocupar informalmente outra área. Nesse caso, verifica-se que um dos motivos que levam essas pessoas a tais atitudes pode estar relacionado à questão financeira, já que não costumavam manter contas fixas da casa própria ou, ainda, estavam habituados habitualidade à informalidade. Assim, qualquer forma de arrecadação, como transferência de propriedade, inspira situação de vantagem para elas.

É importante destacar nesses processos de regularização fundiária que somente a proposta de moradia para população de baixa renda não é suficiente para o enfrentamento da pobreza (FERNANDES, 2005). Ou seja, não assegura exatamente a resolução de todos os problemas, pois representa situações muito complexas (ULTRAMARI, 2005). Dessa forma, há de se articular todo um conjunto de ações (FERNANDES, 2005).

Assim, diagnostica-se que a problemática da Vila Zumbi dos Palmares não se resume apenas ao investimento em benfeitorias, mas em um conjunto de esforços em programas que amenizem a desigualdade social.

4.2.3 Infra-estrutura e serviços

De acordo com o projeto, a Vila Zumbi dos Palmares passou a contar tanto com a implantação de sistema de drenagem de captação das águas pluviais a montante de um canal de concreto, sendo conduzida diretamente ao córrego Santa Mônica (Figura 15), afluente do rio Palmital, quanto com a construção de dique ao longo deste curso d'água com a função de impedir o avanço das águas (inundações) sobre as áreas objeto de regularização (Figuras 16 e 17) (COHAPAR, 2005).



Figura 15: Vista de casas próximas ao córrego Santa Mônica anterior à intervenção na Vila Zumbi dos Palmares
Fonte: COHAPAR (2007)



Figura 16: Vistas de construção do sistema de drenagem na Vila Zumbi dos Palmares em 2006
Fonte: COHAPAR (2007)
A = canal de concreto junto ao córrego Santa Mônica
B = dique de contenção ao longo do rio Palmital



Figura 17: Vista do córrego Santa Mônica na Vila Zumbi dos Palmares em 2008
Fonte: KERDER (2008)

Conforme preceitos da Resolução Conama N°001, de 23 de janeiro de 1986 (CONAMA, 1986), comentada na subseção 2.4.1.1 – Impactos ambientais urbanos – e que considera as definições, responsabilidades, critérios básicos e diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental, o sistema de drenagem na Vila Zumbi dos Palmares pode ser enquadrado como empreendimento potencialmente modificador do ambiente, pois desestrutura as características naturais e contraria o desenvolvimento orientado para preocupações ambientais, neste caso, voltadas à preservação das margens dos cursos d’água.

As medidas a serem adotadas, de acordo com a legislação (em especial, a Resolução Conama N° 303, de 20 de março de 2002 – CONAMA, 2002, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente), deveriam promover, como estratégia, a proteção desses cursos d’água ao invés de provocar profundas alterações no meio.

É expressamente importante incluir no planejamento urbano a necessidade de manutenção da cobertura vegetal do solo e de preservação dos cursos d'água para o equilíbrio do ecossistema; para tanto, é fundamental a adoção de mecanismos adequados e que favoreçam sua conservação (MOTA, 2003).

Conforme Jacobs e Rizzi (2003), a manutenção da vegetação em fundos de vale, por exemplo, contribui para o não empobrecimento do solo. Uma vez que também pode prevenir processos erosivos, a cobertura vegetal é ainda mais importante em áreas de mananciais, pois trata-se de região sensível e valiosa devido ao fornecimento de elemento indispensável à vida humana, a água (GARCIAS, ANDREOLI, MERKL; 2003).

Dessa forma, qualquer empreendimento que altere ou interrompa um ciclo natural de uma área urbana pode ser altamente prejudicial aos seus habitantes. Assim, é preciso considerar ações visando preservar as margens de cursos d'água, como manutenção da mata ciliar, a fim de favorecer a infiltração e não causar danos à flora e à fauna, além de uma série de outros fatores de minimização de efeitos negativos (MOTA, 2003).

Diante ao exposto, discute-se até que ponto são válidas as formas pelas quais foram empreendidos o canal de concreto junto ao córrego Santa Mônica e o dique de contenção ao longo do rio Palmital. Se, por um lado, o modelo aplicado resolveu a problemática do local com relação a inundações, dentre outras questões, por outro, promoveu condições para alteração do ambiente. Questionando-se, portanto, acerca de solução ideais nesse caso, argumenta-se que tais alternativas deveriam respeitar os critérios ambientais, ou seja, garantir a conservação do curso natural de escoamento da água.

Com a relocação das famílias residentes na margem esquerda do rio Palmital na Vila Zumbi dos Palmares, foi implantada no local uma lagoa artificial de acumulação do sistema de drenagem e construído um interceptor do sistema de esgoto, interligando as redes coletoras, concomitantes às ligações domiciliares. Para a região remanescente entre o rio Palmital e o dique, o propósito foi a recuperação ambiental da área degradada pelas ocupações, promovida por meio de recomposição vegetal mediante técnicas de reflorestamento com espécies autóctones (nativas) (COHAPAR, 2005).

A recuperação de áreas degradadas, como as de fundo de vale e de proteção ambiental, é fundamental como forma de contraposição a um quadro de deterioração das condições de vida, tanto do ambiente quanto da população humana. A magnitude do problema pela ausência de medidas práticas está diretamente relacionada aos efeitos de insustentabilidade urbana (JACOBI, 2004). É evidente a necessidade de reversão dessa situação, uma vez que o substrato natural é a base de sustentação para o desenvolvimento da vida do homem (MENDONÇA, 2004).

Face às colocações anteriores, restam indagações a respeito da recuperação ambiental da área degradada na Vila Zumbi dos Palmares. É perceptível a necessidade de recomposição vegetal do local alvo de ocupação, com retirada da mata ciliar. Contudo, permanece a questão sobre a eficácia das atividades realizadas na região para promoção do florestamento e regeneração de espécies nativas, sua continuidade e monitoramento. Também subsistem dúvidas sobre a elaboração de diagnóstico de possíveis descuidos, até mesmo dos próprios moradores, e de fatores relacionados à falta de zelo por parte da população e, fundamentalmente, do que seria necessário para que tal situação fosse resolvida e para que fossem prevenidas novas prováveis ocorrências.

Em visita realizada a Vila Zumbi dos Palmares no mês de junho de 2008, verificou-se que, por meio do programa Viva a Natureza – Se Ligue na Rede, implantado pela Sanepar, os moradores tiveram a possibilidade de participação, em janeiro do mesmo ano, no plantio de cinco mil mudas nativas para recuperação da mata ciliar. No entanto, alguns moradores possuem cavalos para condução de suas carroças (Figura 18), os quais, por falta de opções, alimentam-se da vegetação que aflora às margens do rio Palmital e da lagoa de contenção; assim, em alguns trechos, foram implantadas cercas para impedir a proximidade destes animais; porém, esta solução não resolve a problemática, nem do morador e tampouco do ambiente.



Figura 18: Vistas de cavalos mantidos pelos moradores na Vila Zumbi dos Palmares

Fonte: KERDER (2008)

A = cavalo com seu dono carrineiro

B = cavalo se alimentando as margens da lagoa de contenção e do rio Palmital

De modo geral, toda a área atendida por rede coletora de esgotos passaria a interromper a descarga de efluentes domésticos, a qual vinha contaminando o sistema natural de várzea, dadas as características do terreno (solo argiloso) e a profundidade do lençol freático (COHAPAR, 2005; SANEPAR, 2007).

Em geral, os recursos hídricos para abastecimento humano provêm de protegidas áreas de mananciais. No entanto, a presença dos resíduos lançados indevidamente contribui para a contaminação da água, bem como afetam o solo e as condições de vida da fauna e da flora. O lixo descartado em um rio é carregado em seu percurso e, além de resultar na maior ocorrência de enchentes, também se manifesta sob a forma de poluição, assim como acontece com o esgotamento sanitário irregular, que traz sérios reflexos às redes coletoras (MORETTI, 2004). A presença de esgotos nos pontos de tomada de água para abastecimento humano influi em maior custo de tratamento e contribui significativamente para sua escassez (ULTRAMARI, DUTRA; 2004).

A rede coletora de esgotos implantada na Vila Zumbi dos Palmares foi fundamental tanto para melhoria de condições de vida da população quanto para amenização da problemática de descartes sanitários no rio Palmital e no córrego Santa Mônica. Tais locais são suscetíveis à contaminação de outras bacias de captação para abastecimento humano. Porém, esse serviço de infra-estrutura não se resume na única solução do problema, pois a recuperação de uma área contaminada repercute também no fortalecimento de ações para o combate de lançamento indevido de resíduos sólidos nesses cursos d'água.

A Vila Zumbi dos Palmares já era provida com serviço de coleta de lixo, realizado três vezes por semana, pela PMC, nos locais em que era possível o tráfego dos caminhões. Foi proposta a ampliação deste serviço, com a mesma periodicidade, nas novas vias públicas implantadas (COHAPAR, 2005).

A regularização fundiária e urbanística em ocupações irregulares leva em consideração a concentração de pessoas e atividades; para tanto, necessita de organização, da qual depende seu adequado funcionamento, cabendo destaque à oferta de infra-estrutura e serviços. A introdução de melhorias urbanas, como pavimentação de vias públicas e implantação de redes sanitárias nessas áreas destituídas desses benefícios, representa medidas políticas relevantes em relação às condições de vida dessa população (ARAÚJO, 2006). A disponibilização desses recursos em assentamentos informais propicia melhores condições de vida da comunidade, bem como ambiental urbana (KRAN, FERREIRA; 2006).

Pode-se afirmar que a disposição de infra-estrutura e serviços na Vila Zumbi dos Palmares promoveu condições mínimas essenciais para tornar o local urbanizado. Todos os moradores passaram a contar formalmente com redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica, além de coleta de lixo e pavimentação de ruas, dentre outros serviços. Resta saber, entre a teoria e a prática, como ocorrerá a fluidez do processo e seus pormenores, e se estarão razoavelmente contidas a execução de ligações irregulares e a inadimplência de pagamentos, dentre outros fatores deletérios.

4.2.4 Processo institucional

Com vistas ao cumprimento e viabilização das ações prospectadas, foram definidas as responsabilidades institucionais apresentadas no Quadro 7 para atuações em parceria no projeto aplicado na Vila Zumbi dos Palmares.

RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS		
ATIVIDADE	AGENTE RESPONSÁVEL	
PROCEDIMENTOS INICIAIS		
Desapropriação, indenização, registro de propriedade e titularidade	Cohapar	
ESTUDOS INICIAIS E DIAGNÓSTICOS		
Levantamento aerofotogramétrico	Cohapar	
Levantamento dos registros de propriedade		
Levantamento socioeconômico das famílias		
Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)		
Plano Básico Ambiental (PBA)		
Sistema de Drenagem e Controle de Cheias	Suderhsa	
Sistema de Esgotamento Sanitário	Sanepar	
IMPLANTAÇÃO		
Subprojeto de urbanização – edificação de unidades habitacionais		
Construção das moradias	Cohapar	
Financiamento das moradias		
Subprojeto de urbanização – recuperação ambiental		
Implantação de infra-estrutura – execução		
Sistema de drenagem de águas pluviais	Suderhsa / Cohapar / Município	
Pavimentação e paisagismo das vias públicas	Cohapar	
Rede coletora de esgoto	Sanepar	
Recuperação ambiental de área degradada	Cohapar / IAP	
Implantação de infra-estrutura – operação e manutenção		
Sistema de drenagem de águas pluviais	Município	
Pavimentação e paisagismo das vias públicas		
Recuperação ambiental da área degradada		
Rede coletora de esgoto		
Subprojeto de urbanização – construção e instalação de equipamentos comunitários		
Equipamento Social e Comunitário	Execução	Operação e Manutenção
2 creches	Município	Município
1 centro comunitário		Associação de Moradores / Município
1 barracão de reciclagem de resíduos		Cooperativa de Reciclagem / Fundação Alphaville / Município
OUTRAS RESPONSABILIDADES		
Transferência das famílias deslocadas para as novas unidades habitacionais		COHAPAR
Monitoramento do projeto (elaboração do Plano Anual de Monitoramento)		Paranacidade
Medidas preventivas para impedir a reocupação das áreas recuperadas (supervisão das áreas de várzea)		Município
Inibição ou impedimento da reocupação irregular (medidas de contenção de ocupação)		
Regularização do abastecimento de água tratada	Tarifa diferenciada para população de baixa renda*	Sanepar
Regularização de energia elétrica		Copel

Quadro 7: Definição das responsabilidades Institucionais do processo de intervenção na Vila Zumbi dos Palmares

Fonte: Elaborado com base em Cohapar (2005) e Sanepar (2007)

Nota: ** = Tarifa Social de Água, limitada ao valor de R\$ 5,00 – consumo até 10 m³/mês a R\$ 0,50 o metro cúbico excedente (residências de até 70 m²); Programa Luz Fraterna isenta o consumo até 100 kW mensais (famílias participantes de programas sociais do Governo Federal).

A implementação de parcerias representa a possibilidade de estimular mudanças necessárias, as quais sustentam determinadas comunidades urbanas. Essa prática fortalece as organizações; redistribui recursos, informação e capacitação; constituindo o encaminhamento pautado por uma lógica de sustentabilidade (JACOBI, 2004). É na verdade uma forma de atuação na execução de projetos em intervenções controladas pelo poder público, com ações de responsabilidades de organizações do setor privado e, ainda, não-governamentais, (REZENDE, CASTOR; 2006). É uma possibilidade que o poder público dispõe na delegação de suas atividades (BRANCO, MARTINS; 2007).

A importância das parcerias em ocupações irregulares, por exemplo, reside no compromisso em um processo de regularização, uma vez que trata de uma operação complexa em que várias dimensões se conjugam ao mesmo – social, cultural, econômica e ambiental –, introduzindo parâmetros que demandam tratamento integrado na execução dos trabalhos (ARAÚJO, 2006).

Dessa forma, a intervenção ocorrida na Vila Zumbi dos Palmares não poderia ter sido diferente dada a importância do trabalho em conjunto em situações como essa. Foram distribuídas atividades e responsabilidades conforme o segmento de cada instituição partícipe no projeto e cada qual desempenhou seu papel. Um processo de regularização fundiária dessa natureza e amplitude não teria alcance sem atribuição de atividades em parceria, pois existe a complementaridade. Porém, discute-se também a importância significativa do compromisso com a conclusão dos trabalhos.

Como estratégia de participação da comunidade e de melhoria das condições de renda e organização comunitária, previa-se a implementação de programas (Quadro 8), dentre os quais destaca-se o de formação e qualificação profissional.

OBJETIVO	PRINCIPAIS ATORES RESPONSÁVEIS	IMPLEMENTAÇÃO / OCORRÊNCIA	FATOR ESTRATÉGICO
PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (Inclui Plano de Relocação e Reassentamento)			
Divulgação, apresentação e discussão da proposta do projeto na Vila Zumbi dos Palmares	Comissão Paritária	Início anterior à intervenção com reuniões periódicas para encaminhamentos da comunidade após término das obras	Esclarecimento às famílias: informações relativas ao escopo do projeto
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO			
Construção social de alternativas de enfrentamento da pobreza, e promoção das relações interpessoais e interinstitucionais	Prefeitura Municipal / Fundação Alphaville / Sociedade de Apoio / Centro de Convivência e Aprendizado Graciosa / Associação Beneficente Curitibaana	Contínua e permanente (com intuito de ampliação de parcerias atuantes)	Melhoria da qualidade de vida da população
Subprograma de Apoio à Rede Assistencial			
Fortalecimento das atividades desenvolvidas pelas instituições (principais atores responsáveis)	Os mesmos acima e a Cohapar, em particular, destaca-se Sociedade de Apoio / Fundação Alphaville e o Comitê para Desenvolvimento da Informática (CDI)	Contínua e permanente (com intuito de ampliação de parcerias atuantes)	Promoção de cursos profissionalizantes para qualificação em diferentes áreas do mercado de trabalho
Subprograma de Apoio à Cooperativa de Reciclagem			
Possibilitar o desempenho da atividade de reciclagem de materiais coletados pelos catadores nas ruas	Apoio a esta iniciativa da Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Turismo do Município de Colombo, e a Fundação Alphaville; em parceria com Sanepar	Em processo de implantação e desenvolvimento, para execução contínua e permanente (com intuito de ampliação de parcerias atuantes)	Possibilidade de aumento do orçamento doméstico familiar, aliado à conservação do meio ambiente local
PROGRAMA CANTEIRO-ESCOLA			
Qualificação profissional por meio de aproveitamento de mão-de-obra existente dos moradores da Vila	Cohapar em parceria com o Município, Secretaria do Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SEPT); convênios: SESI, SENAI, SESC, SENAC	No decorrer das obras de construção de moradias	Melhoria das condições socioeconômicas da população envolvida
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL			
Construção de comportamentos e ações coletivas ambientalmente adequadas	Implantação pela Sanepar Condução pela Sanepar e IAP	Dois mecanismos de difusão: educação formal (focada nas escolas da região); educação não formal (desencadeada nos múltiplos espaços da comunidade)	Princípios voltados à percepção do meio ambiente da região e dos moradores como importantes agentes de transformação local

Quadro 8: Programas para melhoria das condições de renda e organização comunitária na Vila Zumbi dos Palmares

Fonte: Elaborado com base em Cohapar (2005) e Sanepar (2007).

O desenvolvimento comunitário é importante, pois evoca a minoração de problemas socioambientais, mediante iniciativas e participação de entidades em ações nos mais variados projetos aplicados em comunidades carentes, como instrumento necessário de sensibilização e mobilização, a fim de que esses cidadãos tornem-se co-responsáveis na busca de melhores condições de vida e do ambiente (KLIGERMAN et al., 2005). O pressuposto consiste na promoção e

concretização de benefícios em prol de uma região (BODSTEIN et al., 2004).

Identifica-se, portanto, que desenvolvimento comunitário é uma forma de desenvolver conjuntamente todos os membros de uma localidade. Espera-se, conforme o exposto, que os programas propostos e aplicados na Vila Zumbi dos Palmares promovam melhorias das condições de vida desses moradores no futuro. Diagnostica-se, porém, que os desafios são numerosos e o processo é lento, pois a resolução da questão da pobreza, por exemplo, envolve um processo complexo que requer muito esforço, seja na Vila, seja em qualquer outra região. Questiona-se, no entanto, se essa tática beneficia a todos e até que ponto desenvolver essa comunidade vai garantir a efetividade de melhoria das condições de renda dessa população.

O orçamento do projeto com as ações do plano de desenvolvimento é apresentado na Tabela 4.

Tabela 4: Custos de investimento do projeto na Vila Zumbi dos Palmares em março de 2005

SUBPROJETO	QUANTIDADE	UNIDADE	INVESTIMENTO (Em R\$)
Regularização fundiária	433.685,5	m ²	3.104.644,25
Urbanização e recuperação ambiental			9.603.508,70
Sistema de drenagem de águas pluviais			4.647.494,28
Pavimentação e paisagismo das vias públicas	83.672	m ²	3.470.017,10
Rede coletora de esgotos	19.818	m	1.202.431,10
Recuperação ambiental da área degradada	35.068	m ²	283.566,22
Habitação			6.347.194,00
Melhoria das instalações de 400 moradias na área consolidada			2.561.000,00
Construção de 281 sobrados	40	m ²	3.786.194,00
Equipamento Comunitário			1.045.421,30
Construção de 2 creches		m ²	858.897,34
Construção de 1 centro comunitário	117	m ²	36.523,96
Construção de 1 barracão	600	m ²	150.000,00
Programa			142.500,00
Comunicação social	1.797	famílias	47.500,00
Relocação e reassentamento	281	famílias	95.000,00
Desenvolvimento comunitário (apoio a rede assistencial)	1.797	famílias	-
Desenvolvimento comunitário (canteiro-escola)	200	famílias	-
Desenvolvimento comunitário (apoio a Cooperativa de reciclagem de material)	200	famílias	-
Desenvolvimento comunitário (educação ambiental)	1.797	famílias	-
Total			20.243.268,25

Fonte: COHAPAR (2005)

Projetos de regularização fundiária em assentamentos irregulares buscam, quase em sua totalidade, alternativas de baixo custo. É importante conhecer e considerar todas as despesas envolvidas, não somente as voltadas a aspectos físicos e tecnológicos, mas também jurídicos, sociais e vinculados à participação comunitária e à educação ambiental (ABIKO, 2003).

É interessante notar, neste contexto, que qualquer assentamento irregular em área frágil ambientalmente, mesmo quando envolvido em processo de regularização fundiária com alternativas de baixo custo, continua sendo palco de riscos ambientais, pois o local não é adequado para moradia. Portanto, não há incentivo ou forma de resolução desta questão ambiental. Dessa forma, questiona-se sobre os limites da intervenção, ou seja, que área pode ser limitante desse processo.

Os investimentos podem variar de acordo com as características de cada favela e das obras e serviços a serem implementados. Há que se observar que, em muitos casos, o orçamento refere-se mais especificamente a valores de implantação. Os de operação e manutenção são normalmente organizados de forma superficial, ou seja, inexistente freqüentemente a inclusão do monitoramento e do acompanhamento, fato esse que altera o escopo de recursos em relação aos inicialmente orçados (ABIKO, 2003).

Verifica-se que os custos de investimento do projeto implantado na Vila Zumbi dos Palmares considerou componentes importantes, porém relacionados apenas a recursos financeiros de implantação. Não há articulação com valores de acompanhamento e monitoramento, nem com programas de educação ambiental, por exemplo. Dessa forma, pressupõe-se a probabilidade de ocorrência de alterações e aumento do escopo inicial no decorrer do processo.

A análise de custos financeiros requer muitos esforços, pois certas informações são de difícil obtenção. Por exemplo, em algumas situações determinados valores não são contabilizados por falta de critérios de registro de gastos ou não são apropriados de forma adequada nas etapas do projeto. Dentre eles, vale ressaltar as ações de operação e manutenção, que por muitas vezes acabam não se realizando. Também não são geralmente considerados outros ajustes complementares, como de sistema viário e obras de micro drenagem, dentre outros (ABIKO, 2003).

Em outros casos, algumas favelas urbanizadas continuam com a mesma aparência, não por dificuldades de informações, mas por terem sido objeto, por exemplo, de baixa qualidade de construção habitacional (DENALDI, 2004). Questiona-se, assim, se um processo de intervenção pode constituir mera ilusão dos governantes, pois subsistem dúvidas acerca do alcance dos seus reais objetivos.

No caso da Vila Zumbi dos Palmares, verifica-se que o orçamento de ações do plano não contabilizou determinados custos, fato que pode estar relacionado a dificuldades na apuração de certos valores ou à falta de critérios para esta atividade. Portanto, permanecem dúvidas sobre as reais pretensões do projeto, ou se houve falta de recursos ou falhas de previsão. Cabe ressaltar que um processo de intervenção em ocupações irregulares requer, acima de tudo, a incorporação das favelas à cidade. Para tanto, é preciso realizar manutenção e também orientar a construção, ampliação ou reforma das moradias, com a finalidade de elevar a qualidade da edificação (DENALDI, 2004).

Não podem ser relegados os custos desse processo por parte da população beneficiada, pois, de uma forma ou de outra, ela mesma vai arcar com boa parte do total. Permanece, assim, a questão de contrapartida do orçamento, o qual gera incertezas quanto ao retorno do investimento, por tratar-se de população de baixa renda.

O monitoramento e avaliação do projeto foram divididos em dois momentos principais: execução do projeto (Quadro 9), de modo a assegurar o acompanhamento e verificação dos resultados intermediários, e impactos do projeto, os quais dependem da eficácia das medidas sugeridas na área socioambiental.

SUBPROJETO	INDICADOR	
	Quantidade	Unidade
Regularização fundiária	1.797	Lotes
Urbanização e recuperação ambiental		
Sistema de drenagem pluvial	1	Global
Pavimentação e paisagismo das vias públicas	1	
Sistema de esgoto	1	
Recuperação ambiental da área degradada	1	
Habitação		
Construção de sobrados	281	Unidades habitacionais
Equipamento Comunitário		
Construção de 2 creches	2	Edificação
Construção de 1 centro comunitário	1	
Construção de 1 barracão	1	
Programa	RESULTADOS / INSTRUMENTOS	
Comunicação Social	Reuniões periódicas com a comunidade / Atas de reuniões, com resultados alcançados	
Relocação e reassentamento	Constituição da Comissão Paritária / Estatuto Documentação de Constituição Legal	
	Aprovação do plano de relocação e reassentamento / Atas e documentação legal	
	272 famílias reassentadas / Contratos com os beneficiários – relatórios periódicos e final	
Desenvolvimento Comunitário	Diagnóstico das demandas sociais / Levantamento de Dados e relatório	
	Definição de projetos de intervenção social / Programa elaborado	
	Parcerias com instituições governamentais / Termos de Parceria	
	Implementação dos projetos sociais (cursos, atividades)	
Canteiro-escola	Implementação do Projeto / Relatórios periódicos e final – certificados de conclusão	
Apoio a Cooperativa de Reciclagem de Material	Cooperativa regularizada e famílias associadas / Documentação legal e relatórios sobre atividades	
Educação Ambiental	Palestras, folhetos educativos e educação formal / Relatórios de atividades	

Quadro 9: Indicadores de execução do projeto na Vila Zumbi dos Palmares
Fonte: COHAPAR (2005)

Se um dos principais locais alternativos para moradia da população de baixa renda compreende as margens de rios (MARICATO, 1996; 2003a; 2003b) e as conseqüências desse processo se manifesta em degradação ambiental (ALFONSIN, 2001), é evidente a necessidade de conter a situação (JACOBI, 2006), as quais se manifestam em propostas de intervenções (ARAÚJO, 2006).

Com base nesses pressupostos, questiona-se se os problemas que existiam na Vila Zumbi dos Palmares, dentre os quais se destacam aqueles relacionados a famílias que viviam nas margens do rio Palmital, refletindo em degradação ambiental pela ausência de infra-estrutura, sobrepuseram os demais envolvidos no processo de intervenção como alternativa para esse assentamento, com a finalidade de melhoria nas condições de vida e do ambiente.

Ultimamente, a solução adotada nessas circunstâncias consiste na urbanização desses assentamentos, procurando manter a comunidade no local,

implantando serviços de infra-estrutura e regularização da situação fundiária e remoção, quando necessário, com permanência na própria área (ABIKO, 2003). Por essas razões, observa-se que a implantação do projeto na Vila Zumbi dos Palmares fundamenta-se em princípios de validade e aceitação, uma vez que se traduziu em propostas de benefícios para a população.

É importante destacar que todo processo de intervenção em assentamentos irregulares requer investimentos expressivos, recursos muitas vezes incompatíveis com a capacidade do poder público municipal. Esta dificuldade é ainda maior quando se trata de atender a população que não tem condições financeiras suficientes para arcar com os custos de um projeto nesse âmbito. Por essas razões, muitas vezes se consolidam condições urbanísticas possíveis, mas não exatamente adequadas (DENALDI, 2004).

O processo de intervenção na Vila Zumbi dos Palmares disponibilizou e equacionou recursos expressivos para a implementação do projeto, como também integrou instituições, cada qual com suas especialidades técnicas, nos mais variados serviços. Porém, sob a ótica dos moradores, provavelmente o dispêndio dessa nova estrutura urbana para o local também representou proporções significativas, pois é incompatível para uma comunidade que se mantém com dificuldades financeiras.

Permanece, então, em questionamento se o projeto implantado no local se consolidou como condição possível ou adequada. Perante uma população de baixa renda, que se instalou irregularmente em uma área ambientalmente frágil, onde a alternativa foi mantê-la na localidade e enquadrada em padrões urbanísticos de baixo custo, acredita-se que lhe foram oferecidas soluções mínimas possíveis, na certeza do retorno do investimento, porém não da permanência dos moradores no local.

4.3 PÓS-INTERVENÇÃO

Mediante a análise da situação pós-intervenção, busca-se a sistematização de resultados quantitativos e qualitativos dos itens de avaliação sugeridos pelo projeto, a fim de se identificar o alcance dos objetivos propostos. Ao final desta subseção, tem-se a avaliação conjunta dos resultados do estado após a implementação das ações previstas.

4.3.1 Avaliação quantitativa

As Tabelas 5 a 9, adiante apresentadas, consideram os itens quantitativos e os dados passíveis de medição para a avaliação das soluções adotadas na Vila Zumbi dos Palmares.

Tabela 5: Resultados de permanência das famílias na Vila Zumbi dos Palmares

Modalidade	Situação anterior	Leitura	PERMANÊNCIA (%)
	PRÉ-OCUPAÇÃO	PÓS-INTERVENÇÃO	
	2004	Março 2008	
Famílias cadastradas	1.797	1.650	91,8
Construção de sobrados	A construir: 281	Construídos: 289	102,9
Relocação de famílias	A relocar: 272	Relocadas 288	105,9

Fonte: Elaborada com base em Cohapar (2005; 2008).

Das famílias cadastradas em 2004 e atualizadas em 2008, constata-se uma queda de permanência de 8,2% do total, ou seja, 147 famílias a menos residindo no local (Gráficos 1 e 2). Esse resultado pode estar relacionado ao fato de que algumas famílias não tenham aceitado ou se adaptado à intervenção, preferindo o deslocamento para outras localidades; ainda, pode estar vinculado à expulsão da camada mais pobre. Outra questão rebate na mobilidade dessas pessoas, uma vez que não existe necessariamente obrigatoriedade da sua permanência, pois o deslocamento desta camada social pode ser absolutamente normal principalmente em função de novas oportunidades, já que, nesse nível da sociedade, qualquer proposta rentável financeiramente é válida.

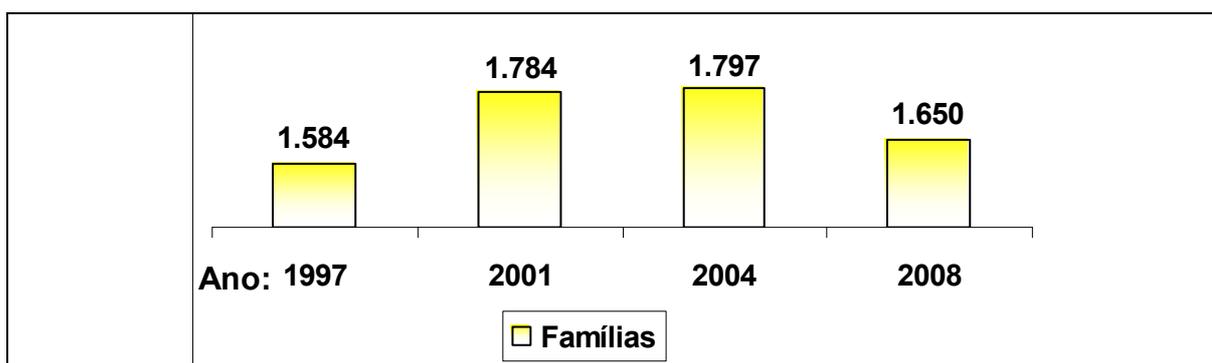


Gráfico 1: Permanência das famílias na Vila Zumbi dos Palmares – 1997, 2001, 2004 e 2008
 Fonte: Elaborado com base em COHAPAR (2005; 2008) e COMEC (2001a; 2001b; 2002).

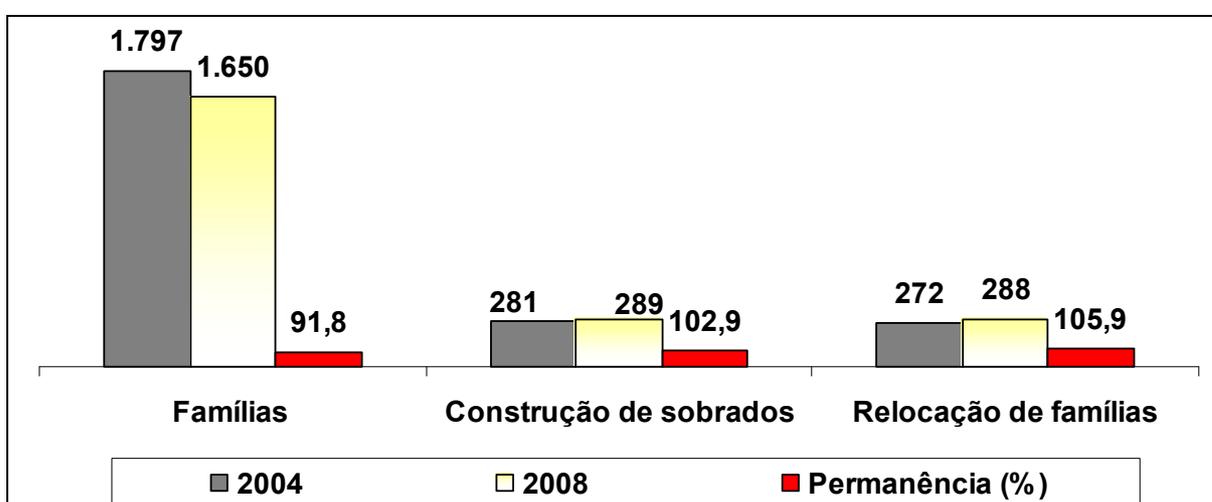


Gráfico 2: Relação de permanência das famílias na Vila Zumbi dos Palmares com referência aos anos de 2004 e 2008
 Fonte: Elaborado com base em Cohapar (2005; 2008).

A regularização de assentamentos informais requer tempo e investimento. Porém, por outro lado, o custo de um imóvel legalizado por processo de intervenção para cada família também é expressivo, o que ameaça a permanência dessas pessoas (DENALDI, 2004; FERNANDES, 2005).

Pode-se afirmar, portanto, que regularização em ocupações irregulares representa alto custo econômico para a população, fator este que se sobressai como um dos motivos de relevância da retirada voluntária das pessoas de áreas que sofreram intervenção, pois, se o problema básico é a renda, doar a casa não representa solução adequada porque compromete o orçamento deste grupo.

A Tabela 6 e o Gráfico 3 identificam o tempo de residência das famílias moradoras em 2004 e em 2008 na Vila Zumbi dos Palmares.

Tabela 6: Resultados de tempo de residência das famílias cadastradas em 2004 e em 2008 na Vila Zumbi dos Palmares

TEMPO	Situação anterior PRÉ-OCUPAÇÃO 2004 (1.797 famílias)		Leitura PÓS-INTERVENÇÃO 2008 (1.650 famílias)
	A relocar (%)	Área consolidada (%)	Famílias totais (%)
Até um ano	45,8	30,2	61,4
De um a seis anos	33,9	22,7	37,4
Mais de seis anos	20,3	47,1	1,2

Fonte: COHAPAR (2005; 2008)

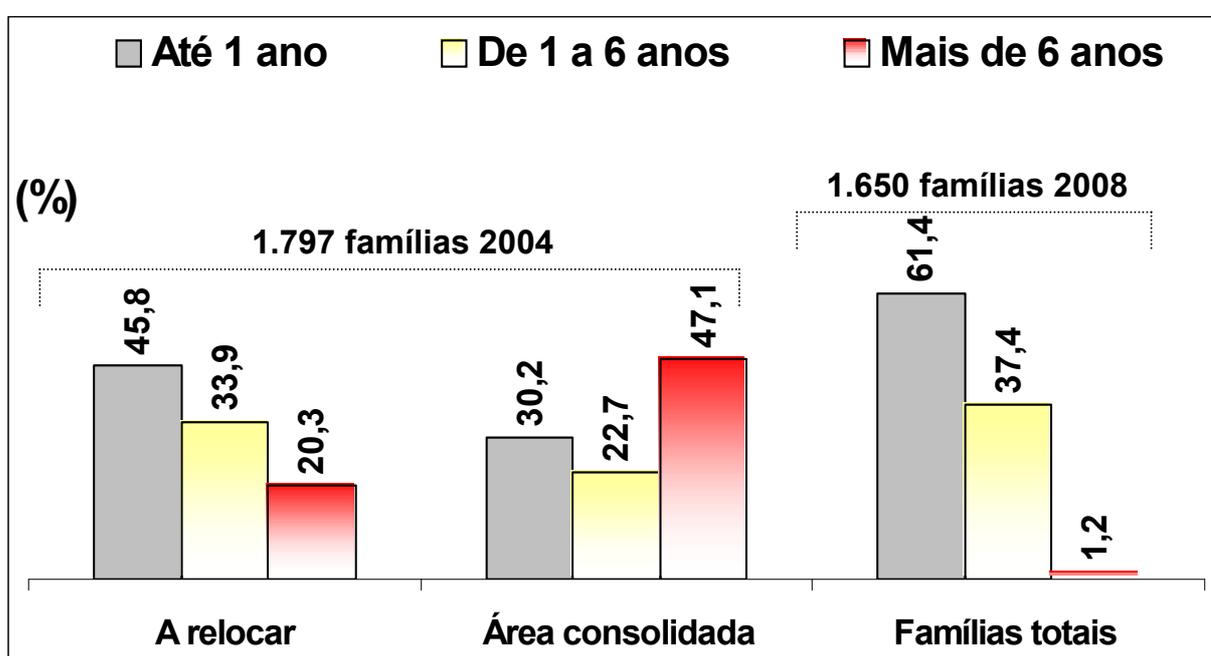


Gráfico 3: Tempo de residência das famílias na Vila Zumbi dos Palmares – 2004 e 2008

Fonte: Elaborado com base em Cohapar (2005; 2008).

Da análise dos dados da Tabela 6, constata-se expressivo crescimento em 2008 das famílias com tempo de residência de até um ano, identificadas como parte daquelas instaladas após a intervenção. Observa-se também, o aumento das famílias moradoras de um a seis anos; contudo, aquelas com mais de seis anos de moradia na área apresentam queda em grandes proporções, envolvendo, provavelmente, tanto as que foram relocadas como as da área consolidada. Como comentado, esta situação pode estar relacionada à expulsão dos mais pobres e ao não aceite às novas condições e estrutura do local.

A regularização fundiária apresenta resistência por parte de alguns moradores pela exigência de padrões inviáveis e de alto custo de habitação para esta população, bem como pela indução à uma nova realidade, a qual altera seus

estilos de vida, ou seja, as formas com que estavam habituados anteriormente. A barreira imposta pela baixa renda e, no caos, pelo pagamento do espaço regularizado e urbanizado se manifesta freqüentemente em invasões de outras áreas (TONUCCI FILHO; ÁVILA, 2006), ou seja, reforça uma nova situação de moradia inadequada (DENALDI, 2004; FERNANDES, 2005).

Evidencia-se, portanto, que um processo de intervenção pode expulsar muitas pessoas da área por exigir delas o pagamento da nova habitação, despesas com as quais não contavam anteriormente. Um agravante desta situação consiste na invasão de outra área como alternativa de sobrevivência dessa população retirante.

Cabe destacar que a proporção de 5,9% das famílias deslocadas (Gráfico 4) superior à quantidade prevista pode se referir ao fato da presença de edificações extremamente precárias na própria área consolidada. Houve excedente de 2,9% de sobrados construídos em relação ao número necessário, pois, conforme exposto no projeto pela Cohapar (2005), havia interesse em quantidade maior de moradias novas para possível atendimento de outras famílias em condições semelhantes.

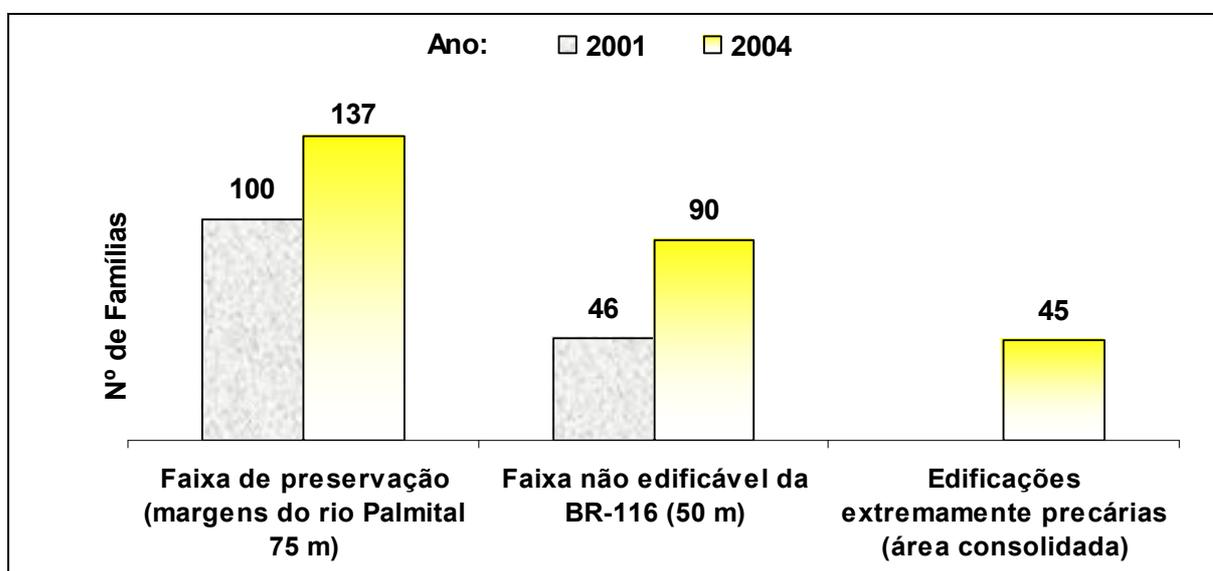


Gráfico 4: Famílias residentes em áreas impróprias para moradia e edificações precárias na Vila Zumbi dos Palmares – 2001 e 2004

Fonte: Elaborado com base em COHAPAR (2005) e COMEC (2001a; 2001b).

Constata-se que 99,6% das novas unidades habitacionais destinadas única e exclusivamente para as famílias deslocadas encontram-se ocupadas, com apenas uma delas não enquadrada nesta situação. Estima-se, com isso, que a

família que ali residia – ou deveria residir – tenha desistido de morar no sobrado, talvez por integrar a camada das mais pobres como tantas outras expulsas do local.

Em visita a campo no mês de junho de 2008, observou-se que esta unidade vaga foi invadida pelo parente de um morador, fato que provocou a mobilização da Cohapar, juntamente com uma viatura policial, para o processo de negociação ou retirada do invasor.

Quanto ao número de permanência nas novas unidades habitacionais, não há dados precisos, pois muitas destas famílias fizeram permuta de sobrado por casa – e vice-versa⁶, sem ao menos terem regularizado a propriedade. Esta situação também pode estar relacionada a outras situações, como a expulsão da classe mais empobrecida, especialmente de famílias com tempo de residência maior que seis anos, pelo fato da queda de sua permanência na Vila.

Em 2008, verifica-se aumento de composição das famílias até quatro pessoas, em comparação com a situação em 2004 (Tabela 7). Para as famílias a relocar, o acréscimo foi de 5,5%, sendo de 3,5% para as da área consolidada. Em relação às famílias compostas por cinco ou mais pessoas, houve queda, tanto em comparação com as da área de relocação (12,8%) como da consolidada (8,6%).

Esses dados podem estar relacionados a vários fatores, como a saída de famílias maiores e a entrada de novas com menor quantidade de membros, bem como com a saída de apenas um integrante da família ou, até mesmo, com casos de óbito, dentre outros motivos. Como os dados apurados apontam queda expressiva de famílias com mais de seis anos de residência, esta situação configura-se como uma nova realidade de componentes das famílias atuais. Assim, pode-se afirmar que as comparações não se relacionam exatamente às famílias do período de 2004, mas com as novas instaladas no local, não dizendo mais respeito, portanto, àquelas do momento anterior à intervenção.

Alguns empreendimentos em um processo de intervenção contam com pavimentos reduzidos de habitação (DENALDI, 2003). Dessa forma, verifica-se que famílias com maior número de integrantes encontram dificuldades para sua

⁶ A Cohapar realiza acompanhamento e atende esta população todas as segundas-feiras, das 09h00 às 15h00, em escritório próprio na Vila Zumbi dos Palmares, para comercialização da propriedade e resolução e regularização contratual, pois ainda existem solicitações de trocas de sobrados por casas, assim como de casas por sobrados; por esta razão, tais dados são alterados semanalmente.

acomodação na nova estrutura apresentada.

Muitas vezes, os moradores abandonam os locais de intervenção para constituírem novas favelas (ABIKO, 2003). Assim, há possibilidade dos retirantes fazerem parte de famílias com vários integrantes.

Com a saída de pessoas de área de intervenção, ocorre apropriação de imóveis por outros moradores (FERNANDES, 2005). Esta situação gera especulação e interesses de aquisição da propriedade.

Tabela 7: Resultados de aumento de renda familiar e condições de vida das famílias na Vila Zumbi dos Palmares

Modalidade	Situação anterior PRÉ-OCUPAÇÃO (%) (a relocar – A)		Situação anterior PRÉ-OCUPAÇÃO (%) (área consolidada – B)		Leitura PÓS-INTERVENÇÃO (%)		RESULTADOS (%)	
	2004		2004		Março 2008		Em relação A B	
Composição familiar (pessoas)	Até 4	70,1	Até 4	71,4	Até 4	73,9	105,5	103,5
	5 ou mais	30,0	5 ou mais	28,6	5 ou mais	26,1	87,2	91,4
Renda familiar (salário mínimo)	Até 1	64,8	Até 1	37,5	Até 1	32,1	49,5	85,4
	1 a 2	28,6	1 a 2	39,1	1 a 2	41,2	143,7	105,2
	2 a 3	4,0	2 a 3	14,8	2 a 3	19,8	499,0	133,7
	3 a 5	0,0	3 a 5	0,0	3 a 5	6,4	0,0	6,4
	5 a 10	0,0	5 a 10	0,0	5 a 10	0,7	0,0	0,7
Ocupação profissional	Formal	19,1			Formal	9,3	48,5	s/inf.
	Outros	80,9		s/inf.	Outros	81,5	100,8	s/inf.
	Aposent./Pens.	0,0			Aposent./Pens.	6,2	6,2	s/inf.
	Desempregados	6,3			Desempregados	3,0	48,1	s/inf.
Nível de escolaridade (ocupantes)	1ª a 4ª	33,7	1ª a 4ª	33,2	1ª a 4ª	31,9	94,6	96,0
	5ª a 8ª	19,1	5ª a 8ª	26,0	5ª a 8ª	27,5	144,0	105,6
	2º grau	1,9	2º grau	7,9	2º grau	11,8	613,0	149,9
	Superior	0,0	Superior	0,0	Superior	0,9	0,0	0,9
	Não alfabetizado	5,8	Não alfabetizado	2,6	Não alfabetizado	6,4	110,7	244,1
Faixa etária (ocupantes)	Não informado	s/inf.	Não informado	s/inf.	Não informado	18,9	s/inf.	18,9
	S/Data de nasc.	s/inf.			S/Data de nasc.	8,9	8,9	s/inf.
	Até 10 anos	36,2			Até 10 anos	23,9	65,9	s/inf.
	11 a 21 anos	s/inf.		s/inf.	11 a 21 anos	23,2	23,2	s/inf.
	22 a 60 anos	s/inf.			22 a 60 anos	40,4	40,4	s/inf.
Mais de 60anos	3,0			Mais de 60 anos	3,6	120,9	s/inf.	
Condições do imóvel	Próprio	0,0	Próprio	0,0	Próprio	1,8	0,0	1,8
	Cedido	5,3	Cedido	7,4	Cedido	0,0	1,1	0,8
	Alugado	1,8	Alugado	5,7	Alugado	0,0	3,4	1,0
	Outros	74,0	Outros	85,4	Outros	98,0	132,5	114,9
Tipologia da edificação	Madeira	48,9	Madeira	33,1	Madeira	15,2	31,0	45,8
	Mista	8,4	Mista	6,4	Mista	9,1	108,6	141,4
	Alvenaria	22,0	Alvenaria	48,6	Alvenaria	74,9	339,8	154,0
	Outros	20,7	Outros	11,9	Outros	0,9	4,6	7,7

Fonte: Elaborada com base em Cohapar (2005; 2008).

Também houve diminuição de famílias com renda de até 1 salário mínimo, tanto na área de relocação (50,5%) quanto na consolidada (14,6%), paralelamente ao aumento daquelas com 1 a 2 salários, expressivamente maior para a área de relocação (43,7%) do que para a consolidada (5,2%). Esta situação é semelhante à

encontrada para as famílias de 2 a 3 salários, tanto para as famílias a relocar como para as da área consolidada. Cabe destacar, também, que no ano de 2004 não havia registro de famílias com rendas de 3 a 5 e de 5 a 10 salários mínimos; já em 2008, do total, 6,4% das famílias registraram renda de 3 a 5 e 0,7% de 5 a 10 salários mínimos (Gráfico 5).

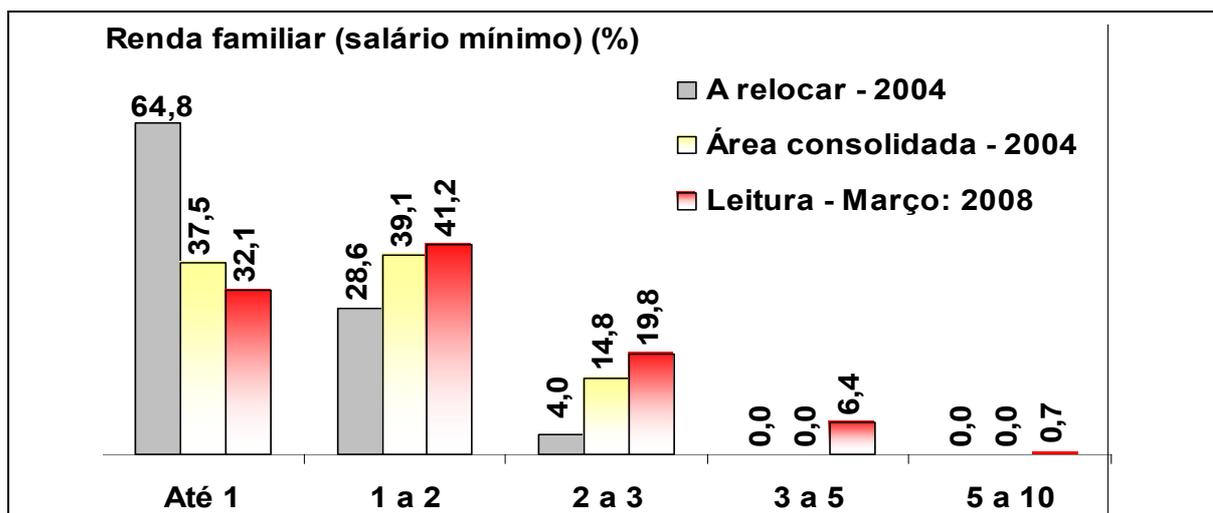


Gráfico 5: Renda familiar das famílias residentes na Vila Zumbi dos Palmares – 2004 e 2008
Fonte: Elaborado com base em Cohapar (2005; 2008).

Estes dados apontam que as condições de renda familiar da população da Vila apresentam melhoria em comparação com o período anterior à intervenção, o que pode estar relacionado aos incentivos das instituições locais com a oferta de cursos profissionalizantes e com apoio ao processo de reciclagem de lixo, dentre outros fatores. A própria intervenção impulsionou a população na busca de melhores oportunidades. Porém, cabe destacar que as novas famílias instaladas no local possuem nível de renda mais significativo do que aquelas cadastradas na leitura de 2004, muitas provavelmente expulsas com o processo de regularização fundiária.

Embora a renda confira melhorias, as comparações diferem pelo fato das famílias com mais tempo de residência, muitas delas possivelmente do período de intervenção, apresentarem queda.

Além de execução de obras, as intervenções envolvem programas sociais de capacitação profissional, com a finalidade de promoção de melhor remuneração para a comunidade. Os resultados dessas iniciativas repercutem positivamente em alguns casos; em outros, no entanto, os avanços obtidos não são expressivos pela falta de recursos para manutenção dos trabalhos (DENALDI, 2003).

Constata-se que para aumento de renda familiar após intervenção, há necessidade de investimentos em cursos profissionalizantes, inclusive de forma contínua, intensa e persistente, que, acima de tudo, incentive e encaminhe ao emprego formal.

Na leitura de 2004, as informações sobre a ocupação profissional contidas no projeto de relocação e reassentamento se referem apenas à população a ser relocada (Gráfico 6), podendo não se relacionar mais com as mesmas pessoas. Frente aos índices de 2008, houve queda de 51,5% de empregos formais e acréscimo de ocupação de 0,8% em outros, provavelmente na categoria da informalidade. Aposentados e pensionistas correspondem a 6,2%, não existindo dados sobre esta categoria em 2004 para comparação.

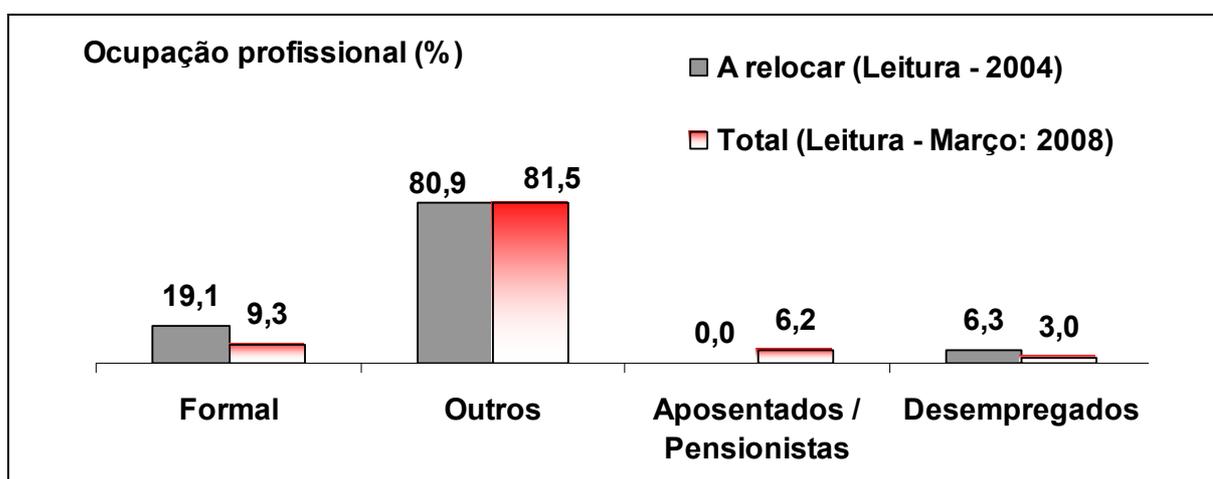


Gráfico 6: Ocupação profissional dos moradores da Vila Zumbi dos Palmares – 2004 e 2008
Fonte: Elaborado com base em Cohapar (2005; 2008).

Paralelamente à melhoria da renda familiar, houve, inclusive, redução na taxa de desemprego de 48,1%; no entanto, a situação ocupacional é preocupante por apresentar queda na formalidade e aumento em outras colocações, possivelmente informais, representando, com isso, uma população carente de regularização de registros contratuais de trabalho e contribuições previdenciárias. Porém, cabe lembrar que os dados de 2008 se referem à uma nova realidade que não exatamente a das famílias do período anterior à intervenção.

No mercado de trabalho, a informalidade prevalece sobre o desemprego e constitui uma alternativa de vida. Esse grupo geralmente atua na prestação de serviços e se prende à obtenção de montante para sua sobrevivência e de sua família. A dificuldade dessas pessoas para ingresso na formalidade é devida à redução de oferta de empregos formais, às opções por esse tipo de ocupação; à desistência na procura de postos de trabalho, à idade e ao nível de escolaridade, dentre outros motivos. O fato é que esses trabalhadores informais não possuem registros contratuais e os que não contribuem com o sistema previdenciário ficam ausentes dos respectivos benefícios (SABADINI; NAKATANI, 2002).

Em se tratando de grupo específico de menor renda, percebe-se as dificuldades para o ingresso formal de emprego. As exigências do mercado de trabalho são expressivas, impondo barreiras para essas pessoas. A informalidade não garante renda fixa mensal; na maioria dos casos, as pessoas submetem-se a atividades com recebimento de valores irrisórios e as conseqüências desse fato são atreladas à vivência sob condições de miséria. Nesta situação em que não há benefícios previdenciários nem estrutura financeira sequer para suprir as necessidades básicas, não se tem perspectivas de significativa melhoria da qualidade de vida.

Comparando o nível de escolaridade em 2004 com os registros de 2008 (Gráfico 7), há queda 5,4% da classe de 1ª a 4ª série para ocupantes a relocar e de 4,0% para os da área consolidada, enquanto há acréscimo de 44,0% e de 5,57% da classe de 5ª a 8ª série para as áreas de relocação e consolidada, respectivamente. Todavia, nota-se expressivo aumento das pessoas com 2º grau tanto na área a relocar como na outra. Os residentes com curso superior apresentam a novidade de 0,9% da população em 2008, provavelmente pela presença de novas famílias no local. Este não é o caso, porém, de pessoas não alfabetizadas, pois estas apresentam acréscimo de 10,7% e 44,1% para as áreas de relocação e consolidada, respectivamente, integrando-se na população, assim como os novos moradores de melhor grau de instrução.

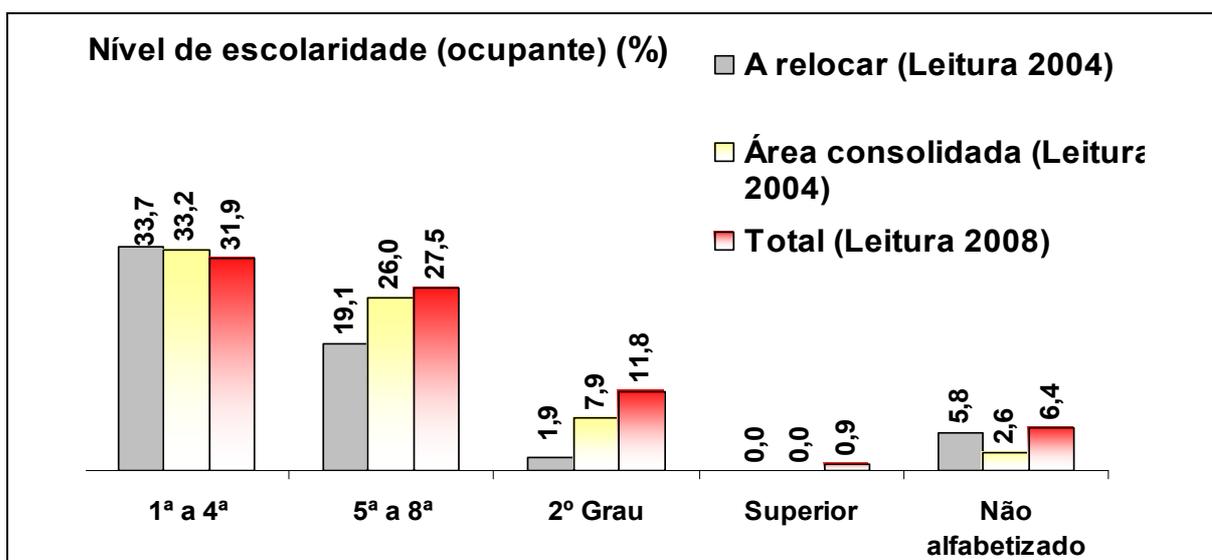


Gráfico 7: Nível de escolaridade dos ocupantes da Vila Zumbi dos Palmares – 2004 e 2008
 Fonte: Elaborado com base em Cohapar (2005; 2008).

Diante desses resultados, percebe-se que o fato de uma gama da população apresentar melhores qualificações em termos de escolaridade pode estar relacionado com o impulso na melhoria das condições financeiras; entretanto, também pode estar vinculado à situação de menor nível escolar das famílias que se retiraram da Vila e de melhor grau de instrução das que se instalaram no período pós-intervenção, dentre vários outros motivos. Este fato é muito relevante, pois se verifica que a intervenção enquadrou a população em um patamar mais elevado de condições de vida; porém, não se trata exatamente das pessoas que passaram pelo processo de intervenção, pois estas provavelmente não residem mais no local, conforme os dados apresentados sobre o tempo de residência.

Além da precariedade em termos de emprego e renda, o perfil do nível de escolaridade da população de baixa renda é, em geral, baixo (GIORGETTI, 2008). A oferta no mercado de trabalho para esse grupo social é reduzida frente ao requisito mínimo exigido de escolaridade. Ocorre que o maior grau de instrução passou a ser relevante num processo de contratação, o que agrava ainda mais a situação dessas pessoas perante a atividade formal (DEDECCA et al., 2006).

Percebe-se que a elevação do nível de escolaridade das famílias de baixa renda pode significar melhorias no campo profissional. Porém, este é um processo dificultoso, pois não depende apenas desses grupos sociais, uma vez que há muita disputa e competição por uma vaga de emprego ao alcance dessas pessoas. Para melhorar o nível de renda dessa população, é fundamental que seja alterado seu perfil educacional; no entanto, isso também depende da aceitação e inserção da ocupação nos postos de trabalho.

É interessante notar a importância da educação na relação de todos esses fatos, pois se há maior nível de instrução, as oportunidades de emprego são mais amplas e, conseqüentemente, a renda também. Com essas necessidades básicas atendidas, a moradia certamente encontra um patamar ideal para proporcionar conforto e segurança, o que reflete em saúde e bem-estar, pois o ambiente de vivência contribui para o equilíbrio e harmonia. Porém, esta situação pode não ocorrer com a população pobre, pois a transferência da base da pirâmide a este patamar de vida, ou seja, com elevado nível de educação, é geralmente enfraquecida pelas reduzidas chances nos campos educacional e empresarial; em função desse impasse, tais chances são inferiores.

Em relação às famílias a relocar em 2004, nota-se queda, em 2008, de 34,1% da faixa etária até 10 anos, ao mesmo tempo em que se verifica acréscimo de 20,9% para o estrato acima de 60 anos. Não há informações precisas para comparação com outras idades do período de 2004; no entanto, diagnostica-se que, em 2008, a maior parte da população encontra-se em torno de 22 a 60 anos (40,4%), seguida pelas faixas até 10 anos (23,9%) e de 11 a 21 anos.

Não há dados referentes aos imóveis próprios para comparação. Em 2008, esta situação correspondia à parcela de 1,8%. O acréscimo em outros é uma posição que está relacionada ao aumento de famílias em processo de registro de propriedades, com regularização contratual do imóvel – terrenos e unidades habitacionais –, contando com 20 anos de financiamento, ou seja, 240 meses para quitação⁷ (Gráfico 8).

7

De acordo com o representante financeiro da Cohapar em visita de campo realizada no mês de junho de 2008, expressiva parcela da população nas novas unidades habitacionais está inadimplente com os pagamentos das parcelas, inclusive há famílias que ainda não haviam pago nenhuma delas até aquele momento.

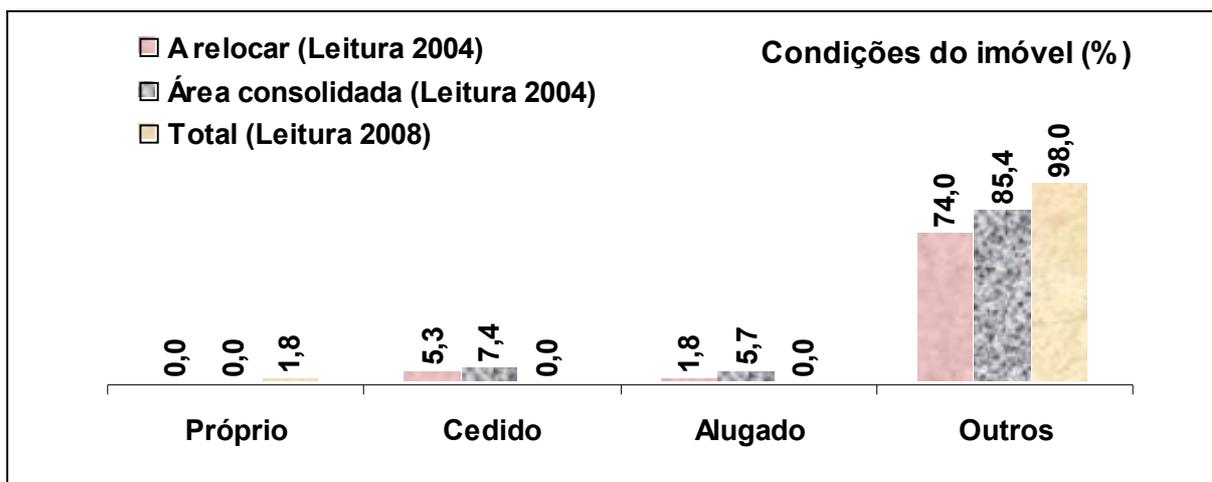


Gráfico 8: Condições do imóvel dos moradores na Vila Zumbi dos Palmares – 2004 e 2008
 Fonte: Elaborado com base em Cohapar (2005; 2008).

As condições dos imóveis da população de baixa renda implicam em moradias precárias (BRANCO; MARTINS, 2007). Na medida em que ocorrem intervenções nessas áreas, os projetos viabilizam recursos para obras de melhorias e construções, os quais elevam o nível de estrutura urbanística do local (TONUCCI FILHO; ÁVILA, 2006). A partir deste pressuposto, um processo de regularização fundiária representa um ponto positivo sob o aspecto de melhoria das condições das edificações em assentamentos irregulares.

Destacam-se melhorias na tipologia das edificações o que se deve especialmente ao processo de intervenção, com a construção de sobrados e relocação de famílias (Gráfico 9). Houve queda na quantidade de edificações de madeira, tanto das famílias a relocar (69,0%) como da área consolidada (54,2%); para outros tipos, de 95,4% e 92,3%, respectivamente, fato provavelmente relacionado a moradias subnormais. Houve acréscimo das edificações mistas e principalmente em alvenaria, respectivamente de 8,6% e de 39,8% para as áreas de relocação e de 41,4% e 54,0% para as áreas consolidadas. O aumento de edificações em alvenaria indica, provavelmente, a relocação de moradores das áreas impróprias e substituição de casas em condições de precariedade na área consolidada.

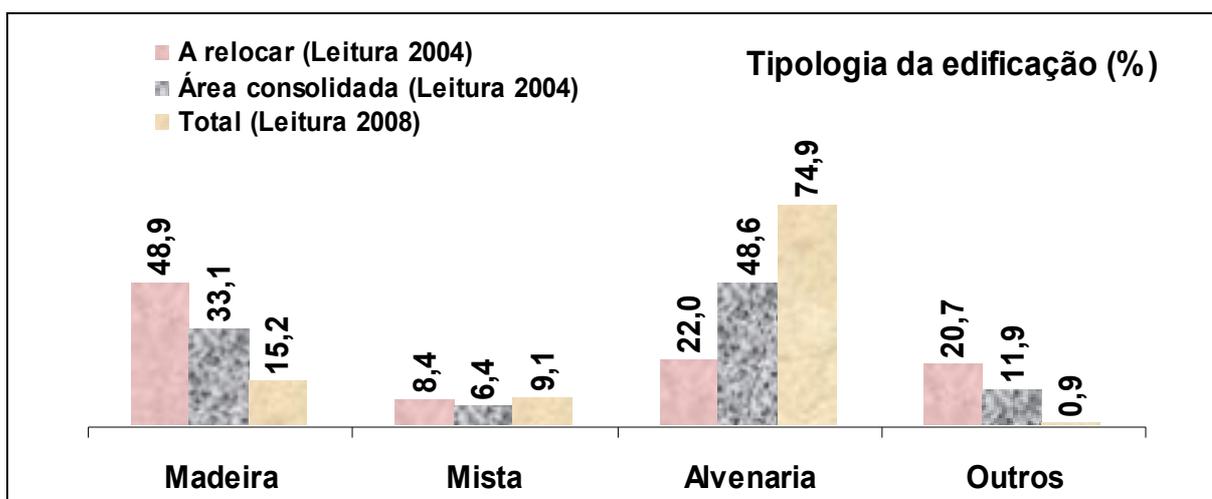


Gráfico 9: Tipologia das edificações dos imóveis dos moradores na Vila Zumbi dos Palmares – 2004 e 2008

Fonte: Elaborado com base em Cohapar (2005; 2008).

As casas precárias foram destruídas e a população que ali residia foi relocada e reassentada nas novas unidades habitacionais inseridas na própria área consolidada da Vila Zumbi dos Palmares, conforme previsão do próprio plano (COHAPAR, 2005). Porém, com os índices de permanência das famílias, há indicativos de que a maioria dessa população tenha sido expulsa do local, provavelmente por tratar-se da camada mais empobrecida.

Em geral, conforme exposições de Denaldi (2003), Rodrigues (2003) e Tonucci Filho e Ávila (2006), a execução de obras de edificação de unidades habitacionais na maioria dos processos de intervenção em ocupações irregulares conta com tipologia arquitetônica no padrão em alvenaria.

Normalmente, a estrutura da tipologia das edificações em alvenaria empregada nos processos de intervenção garante maior segurança e conforto para as famílias que moravam em casas construídas precariamente, mas também é fundamental a conexão com serviços de infra-estrutura básica.

Conforme a Tabela 8, as redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário atingiram 100% de população atendida, o mesmo ocorrendo com a coleta de lixo domiciliar, condições estas que eliminam o despejo de esgotos direto no rio Palmital, bem como o descarte irregular de lixo, uma vez que todos usufruem dos serviços (Gráficos 10 a 13).

Tabela 8: Resultados de melhoria de acesso a serviços de infra-estrutura básica e condições ambientais na Vila Zumbi dos Palmares

Modalidade (Acesso)	Situação anterior PRÉ-OCUPAÇÃO (%) (famílias a relocar)		Leitura PÓS-INTERVENÇÃO (%) (famílias totais)		Famílias atendidas (%)	Despejo de esgoto no rio Palmital (%)
	2004		2008			
	Regular	Irregular	Regular	Irregular		
Rede de energia elétrica	Regular	3,0	Regular	49,0**	49,0	-
	Irregular	97,0	Irregular	51,0**		
Rede de abastecimento de água	Torneira individual	63,0	Torneira individual	100,0***	100,0	-
	Torneiras comunitárias	37,0	Torneiras comunitárias	0,0		
Rede de esgotamento sanitário	Regular	20,0	Regular	100,0***	100,0	-
	Irregular	80,0	Irregular	0,0		
Esgotamento sanitário – rio	Despejo no rio	80,0	Despejo no rio	0,0***	-	0,0
Coleta de lixo domiciliar*	Atendida	0,0	Atendida	100,0****	100,0	-
	Não atendida	100,0	Não atendida	0,0		

Fonte: Elaborada com base em Cohapar (2005) e em entrevistas realizadas junto a Copel, PMC e Sanepar.

Nota: * = famílias da faixa de preservação do rio Palmital;
 ** = informações da Copel, obtidas em contato com o Coordenador Comunitário da Presidência da Coordenação de Meio Ambiente e Cidadania, Sr. Juscelino de Castro, em 20 de novembro de 2008;
 *** = informações da Sanepar, obtidas em contato com o Coordenador Regional de Meio Ambiente – Curitiba Norte, Sr. Arion Garcia da Silva, e Gestor Socioambiental, Sr. Guilherme Zavatara, em 09 de junho de 2008;
 **** = informações da PMC, obtidas em contato com o Diretor da Secretaria de planejamento, Sr. Gilmar Santini, em 05 de novembro de 2008.

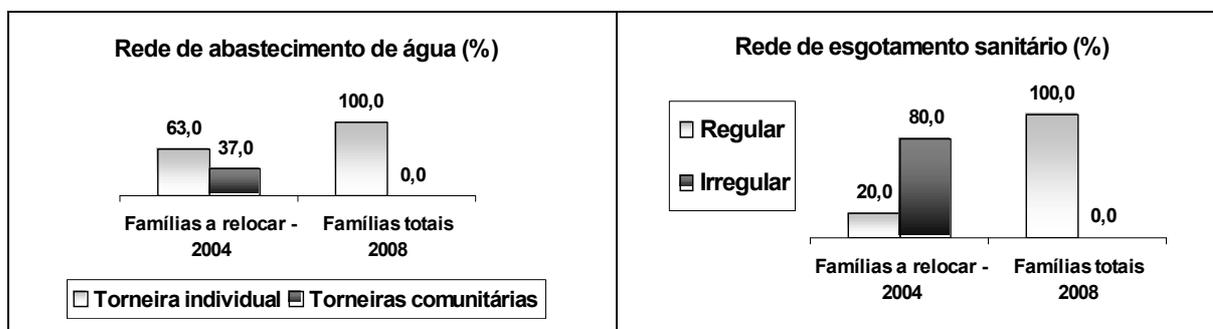


Gráfico 10: Acesso aos serviços de abastecimento de água e à rede de esgotamento sanitário das famílias na Vila Zumbi dos Palmares – 2004 e 2008

Fonte: Elaborado com base em Cohapar (2005) e Sanepar (por meio de contato com o Coordenador Regional de Meio Ambiente – Curitiba Norte, Sr. Arion Garcia da Silva, e com o Gestor Socioambiental, Sr. Guilherme Zavatara, em 09 de junho de 2008).

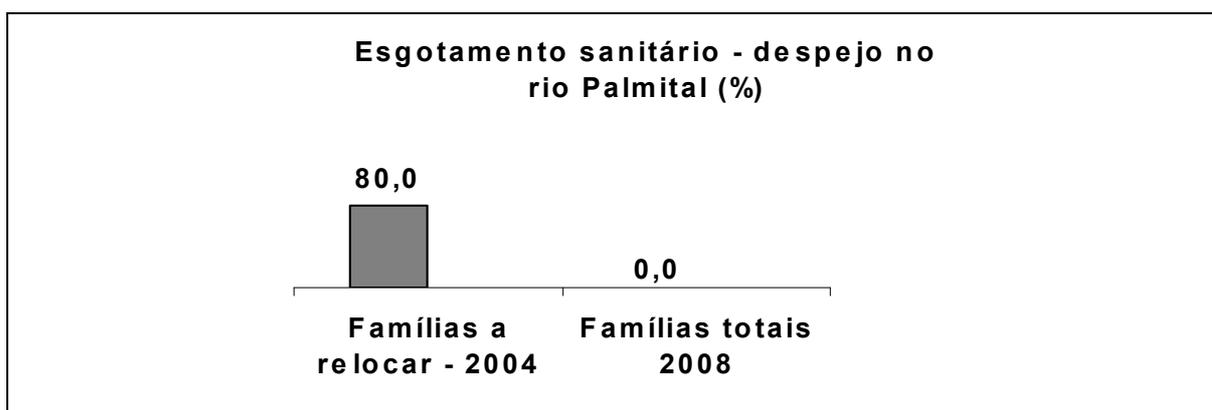


Gráfico 11: Despejo de esgotamento sanitário no rio Palmital por famílias da Vila Zumbi dos Palmares – 2004 e 2008

Fonte: Elaborado com base em Cohapar (2005) e Sanepar (por meio de contato com o Coordenador Regional de Meio Ambiente – Curitiba Norte, Sr. Arion Garcia da Silva, e com o Gestor Socioambiental, Sr. Guilherme Zavataro, em 09 de junho de 2008).

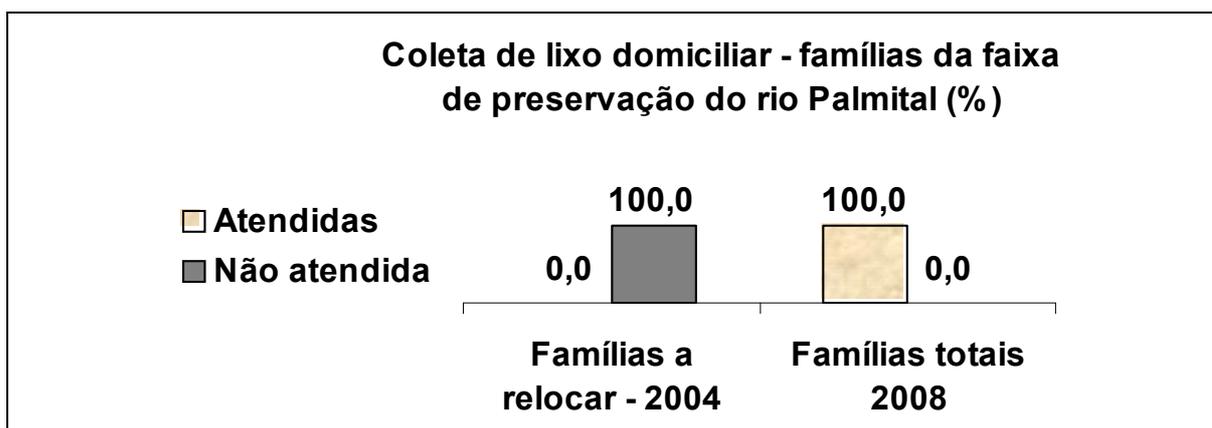


Gráfico 12: Coleta de lixo domiciliar na Vila Zumbi dos Palmares – 2004 e 2008

Fonte: Elaborado com base em Cohapar (2005) e PMC (por meio de contato com o Diretor da Secretaria de Planejamento, Sr. Gilmar Santini, em 05 de novembro de 2008).

Apenas 49% das famílias têm acesso regular ao serviço de energia elétrica, enquanto 51% possuem ligações irregulares (“rabicho” ou “gato”) (Gráfico 13). Nas novas unidades habitacionais, as instalações foram realizadas no padrão de residência com todos os serviços básicos oferecidos; portanto, com fornecimento legalizado de energia, enquanto as outras moradias detêm expressiva parcela da população em condições irregulares.

A Copel⁸ não regularizou a situação por não contar com dados precisos sobre essas ligações até o momento da pesquisa. Esta situação prejudica o fornecimento do serviço com qualidade, assim como há dificuldades para determinação de parâmetros que indiquem que muitas famílias excedem a cota estabelecida de 100 kW/mês, que isenta o pequeno consumidor por meio de programa promovido pelo Governo Federal.

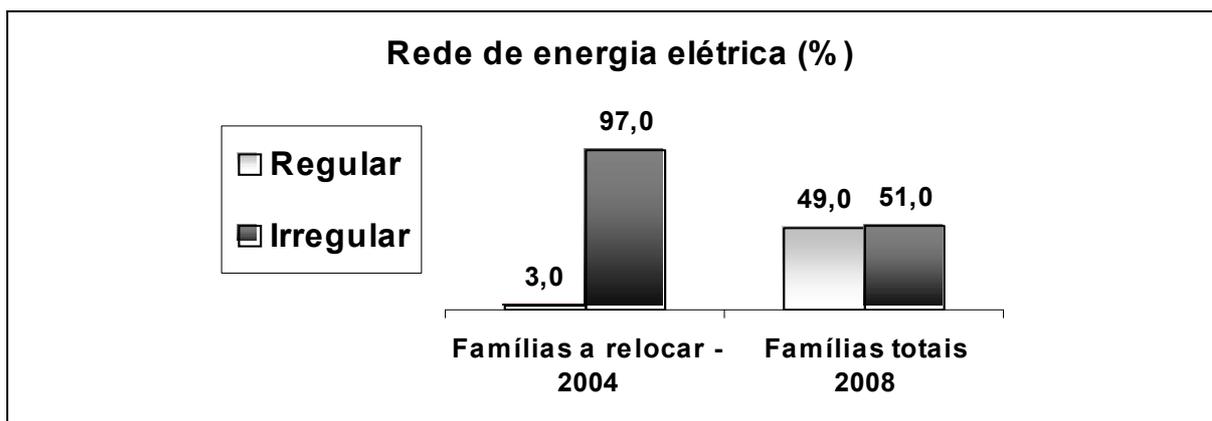


Gráfico 13: Acesso ao serviço de energia elétrica das famílias na Vila Zumbi dos Palmares – 2004 e 2008

Fonte: Elaborado com base em Cohapar (2005) e Copel (por meio de contato com o Coordenador Comunitário da Presidência da Coordenação de Meio Ambiente e Cidadania, Sr. Juscelino de Castro, em 20 de novembro de 2008).

A disponibilização de infra-estrutura em intervenções é um componente importante para a qualidade de vida e do ambiente (KRAN; FERREIRA, 2006), pois tem a finalidade de melhorar as condições socioambientais da comunidade (ARAÚJO, 2006; FERNANDES, 2004). Verifica-se, portanto, a importância do acesso a estes serviços, pois são componentes essenciais para a sobrevivência humana e que integram a rotina diária de uma família.

Os dados contidos na Tabela 9 apresentam resultados de participação da população em cursos no decorrer do ano de 2008 (Gráfico 14). Não foram fornecidas informações acerca dos períodos anteriores pelo fato de que alguns cursos foram eliminados e outros criados.

8

Informações obtidas em contato com Coordenador Comunitário da Presidência da Coordenação de Meio Ambiente e Cidadania da Copel, Sr. Juscelino de Castro, em 20 de novembro de 2008.

Também não havia ampla aceitação por parte da população⁹, ou seja, existia resistência e dificuldades em iniciar, pois as pessoas começavam e desistiam muito facilmente.

Com isso, pode-se afirmar que atualmente as pessoas da Vila Zumbi dos Palmares aceitam melhor essas ofertas, ainda que o processo seja lento.

Tabela 9: Resultados de participação da população nos cursos profissionalizantes e ocupacionais ofertados pelas instituições locais na Vila Zumbi dos Palmares

Instituição	Cursos profissionalizantes ofertados*	Inscritos e Graduados**	PARTICIPAÇÃO (%)
	2008	2008	6.482 moradores
Associação Paranaense de Orientação, Integração e Ofícios (Apoio)***	Panificação	63	1,0
	Informática	164	2,5
	Manicure	19	0,3
	Cabeleireiro	35	0,5
	Auxiliar de montagem eletrônica	69	1,1
	Eletrônica básica	25	0,4
	Corte e costura	14	0,2
Cursos ocupacionais ****	570 participantes		8,8
Centro de Convivência e Aprendizado Graciosa – Fundação Alphaville****	Corte e costura	11	0,2
	Informática	48	0,7
	Sabonete	11	0,2
	Serigrafia	14	0,2
Cursos ocupacionais*****	179 participantes		2,8

Fonte: Elaborada com base em entrevistas às instituições.

Nota: * = compreende todos os cursos quadrimestrais e semestrais ofertados no ano de 2008, a uma taxa simbólica de R\$ 5,00/mês para a maioria dos profissionalizantes;
 ** = compreende todos os participantes de 2008, exceto desistentes;
 *** = informações obtidas em contato com a Gestora e Coordenadora de Cursos e Projetos, Sra. Terezinha Trevisan, em 03 e 24 de novembro de 2008;
 **** = informações obtidas em contato com a Diretora da Associação Empreendedores Zumbi dos Palmares, Sra. Diva Pagnardi, em 21 de outubro e 25 de novembro de 2008;
 ***** = compreende todos os participantes de 2008 em cursos, projetos, palestras, atividades de lazer e recreação, do público infantil, adulto e da terceira idade.

⁹ Informações obtidas em contato com Diretora do Centro de Convivência Graciosa, Sra. Diva Pagnardi, em 21 de outubro e 25 de novembro de 2008; e com a Gestora da Apoio, Sra. Teresinha Trevisan, em 03 e 24 de novembro de 2008.

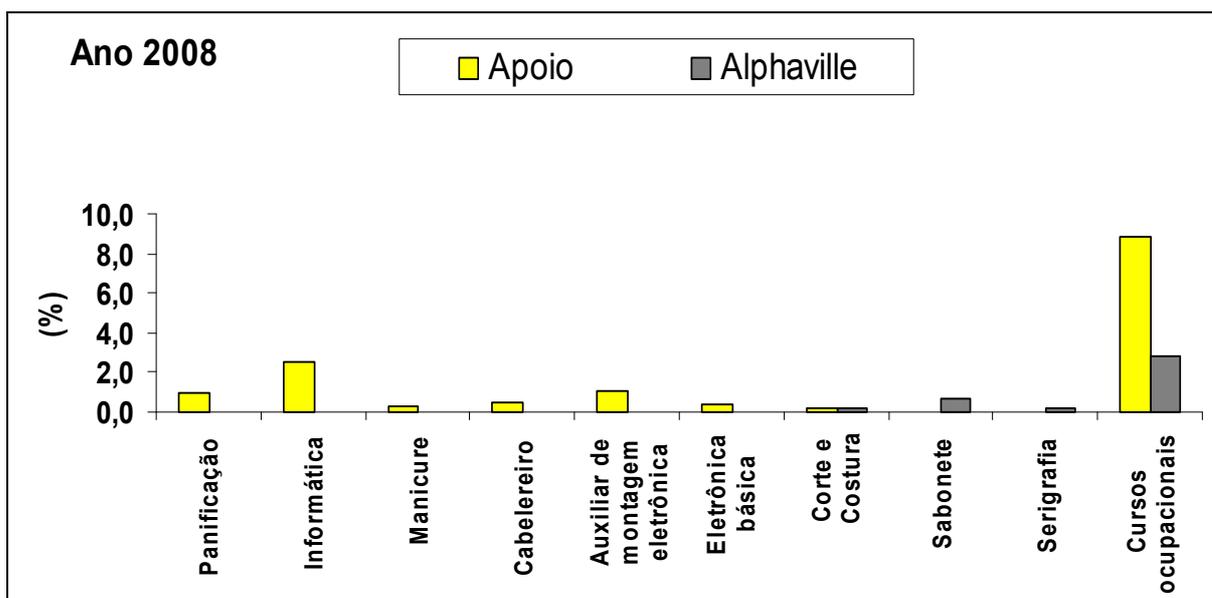


Gráfico 14: Participação da população nos cursos profissionalizantes na Vila Zumbi dos Palmares – 2008

Fonte: Elaborado com base em entrevistas nas instituições.

Dos cursos profissionalizantes ofertados, o de maior aceitação e procura no ano de 2008 na Associação Paranaense de Orientação, Integração e Ofícios (Apoio) foi o de informática, representando a proporção de 2,5% do total dos moradores da comunidade. O de corte e costura apresentou o menor índice (0,2%). Situação semelhante é detectada no Centro de Convivência Graciosa, com o curso de informática sendo o mais procurado (0,7%) e o de corte e costura, bem como o de sabonete, com menor frequência (apenas 0,17% para ambos). Merecem destaque os cursos de panificação e principalmente os de auxiliar de montagem eletrônica e de eletrônica básica, pois estes exigem que o aluno tenha o 2º grau completo, compreendendo 1,1% e 0,4% da população total em 2008.

As diferenças nas taxas de uma instituição para outra se dá pelas estruturas de cada uma. As instalações da Apoio são mais amplas, mais equipadas e preparadas para oferta de cursos do que as do Centro de Convivência Graciosa; porém, ambas atuam investindo e insistindo para que haja maior participação da população. No entanto, o público participante ainda é reduzido. Em consideração aos cursos ocupacionais, as taxas se elevam uma vez que abrange diversidade de atividades, de horários e de faixas etárias.

Além da resistência aparente da população com referência aos cursos profissionalizantes, outra problemática pode estar relacionada com a questão do horário, pois todos são diurnos e as pessoas que trabalham regularmente não disponibilizam de tempo livre neste período. Cabe destacar, porém, que existem dificuldades de recursos, corpo técnico, parcerias e, principalmente, segurança para o funcionamento noturno. Outra questão reside na localização das instituições, no Centro Industrial Mauá, ou seja, na divisa com a parte alta da Vila, o que de certa forma inibe a participação da parte baixa em função do seu deslocamento. É importante a participação da população de baixa renda nos cursos profissionalizantes ofertados em comunidades que sofreram intervenção, pois estimula o desenvolvimento socioeconômico (TONUCCI FILHO; ÁVILA, 2006).

Não se pode negar que tais cursos se propõem a capacitar os moradores de determinada comunidade carente para sua inserção no mercado de trabalho e para melhoria de renda. No entanto, conforme verificado na Vila Zumbi dos Palmares, o alcance desses objetivos faz parte de um processo lento e que requer muitos esforços empreendidos ao longo do tempo.

É interessante discutir o fato da demanda do curso de informática ser mais expressiva que a dos demais, restando saber os reais motivos que levam essa população em especial a procurar este especificamente, uma vez que se trata de pessoas que convivem com deficiências de energia elétrica, baixo grau de instrução e elevado índice de desocupação.

O questionamento gira em torno dos benefícios que um curso de informática pode oferecer para melhorar as condições de vida dessas pessoas. Percebe-se que não lhe é atribuído valor na condição de aumento de renda familiar, porque, para este grupo em especial, a situação atual permanecerá praticamente inalterada. Dessa forma, pode-se deduzir que essa demanda seja mais relacionada com uma questão de *status* do que de aprimoramento das suas chances em oportunidades de emprego.

4.3.2 Avaliação qualitativa

Para os itens qualitativos, foram entrevistados 400 moradores da Vila Zumbi dos Palmares, no período de 13 a 31 de outubro de 2008. Destes, 171 são homens e 229 são mulheres¹⁰, considerando a faixa etária de 13 a 99 anos. As abordagens se deram nas residências, em maior grau, e em vias públicas, abrangendo a área em sua totalidade. Os resultados estão representados nas Tabelas 10 a 20, a seguir expostas¹¹.

Tabela 10: Resultados dos dados pessoais dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares

Informação		Homens (%)	Mulheres (%)	Total (%)		
Idade (anos)	Sexo	Nº	42,7	57,3	100	
	De 13 a 20	28	2,3	4,7	7,0	
	De 21 a 30	59	4,0	10,7	14,7	
	De 31 a 40	102	10,5	15,0	25,5	
	De 41 a 50	86	10,7	10,7	21,5	
	De 51 a 60	62	6,7	8,7	15,5	
	De 61 a 70	43	5,7	5,0	10,7	
	De 71 a 80	15	2,3	1,5	3,8	
	De 81 a 90	3	0,5	0,3	0,8	
	De 91 a 99	2	0,0	0,5	0,5	
Total		400	42,7	57,3	100,0	
Nível de escolaridade	1ª a 4ª série	Completo	70	7,0	10,5	17,5
		Incompleto	83	11,0	9,7	20,7
		Andamento	2	0,5	-	0,5
	5ª a 8ª série	Completo	43	4,5	6,3	10,8
		Incompleto	79	6,5	13,3	19,8
		Andamento	6	0,3	1,3	1,5
	2º grau	Completo	39	5,7	4,0	9,7
		Incompleto	17	1,7	2,5	4,2
		Andamento	4	0,3	0,7	1,0
	Superior	Completo	2	0,5	0,0	0,5
		Incompleto	0	0,0	0,0	0,0
		Andamento	0	0,0	0,0	0,0
Não alfabetizado		55	4,7	9,0	13,7	

Fonte: Elaborada com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

¹⁰ O horário da pesquisa influenciou na disponibilidade de gênero, pois a maioria dos respondentes mulheres se deve provavelmente ao fato das entrevistas terem sido realizadas no período diurno de dias úteis, momento em que muitos moradores se encontram em horário de trabalho.

¹¹ Algumas tabelas apresentadas na avaliação qualitativa trazem dados similares aos apresentados na avaliação quantitativa, o que se deve ao fato de aproveitamento da pesquisa realizada, com vistas à aproximação, análise e comparação dos resultados.

Conforme a Tabela 10, o maior índice de entrevistados encontra-se na faixa de 31 a 40 anos (Gráfico 15). Em geral, a grande massa pesquisada se enquadra em idades entre 21 a 70 anos. As mulheres são mais numerosas que os homens, representando acréscimo de 14,6% do sexo feminino frente ao masculino; em quase todas as faixas etárias, aparecem com maior proporção, enfatizando-se aquela entre 21 a 30 anos, cuja diferença é de 6,7% a mais para o sexo feminino.

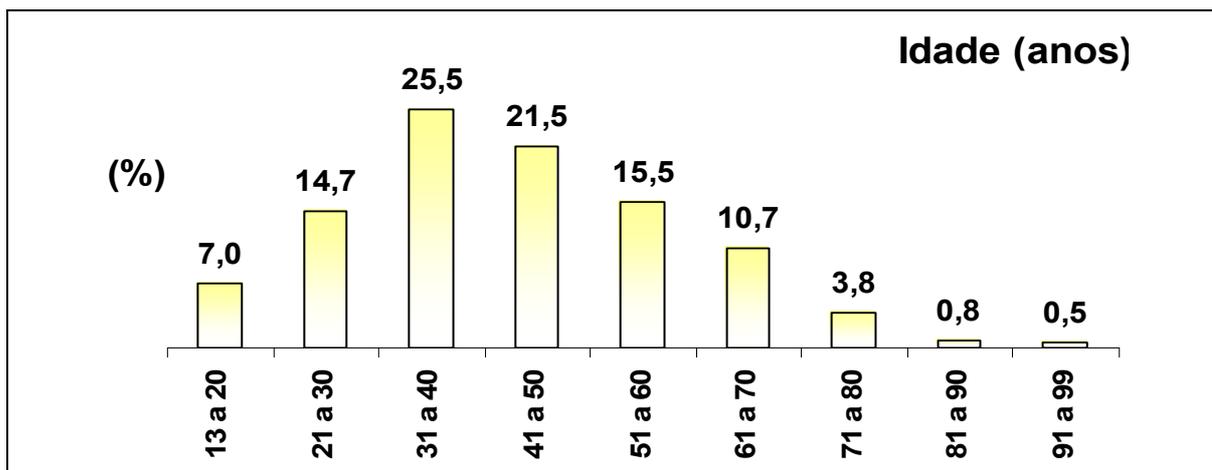


Gráfico 15: Faixa etária dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares – 2008
 Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

A maioria dos respondentes se enquadra nos níveis de escolaridade de 1ª a 4ª série e 5ª a 8ª série incompletos. As mulheres superam nas mesmas categorias no estágio completo; no entanto, os homens estão à frente em relação ao 2º grau e principalmente com referência ao curso superior, mesmo com índice expressivamente baixo (apenas 0,5%). Os índices de não alfabetizados são elevados, 4,7% para homens e 9,0% para mulheres, sendo que a maioria se enquadra com idade acima de 40 anos (Gráfico 16).

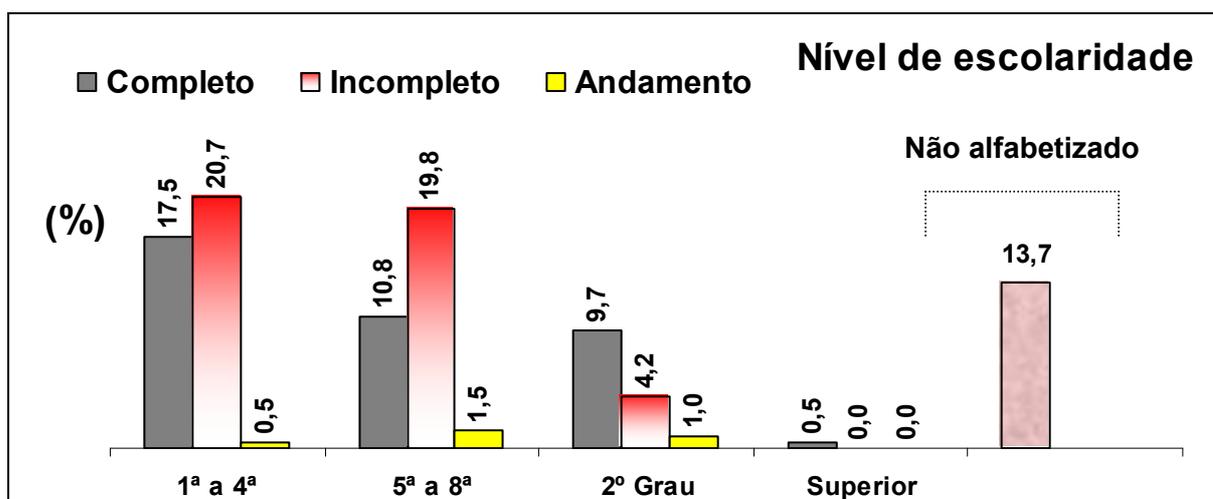


Gráfico 16: Nível de escolaridade dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares – 2008
 Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

A não alfabetização das mulheres em maior grau, conforme seus relatos, é justificada pelas dificuldades das suas famílias, pelas atribuições com o lar (as filhas ajudavam a tomar conta da casa e dos irmãos) e pela vivência na roça, dentre outras causas. Aos filhos, por sua vez, atribuíam-se um emprego com renda, inclusive pela imposição social de que os homens precisavam manter suas famílias.

Muitos dos pesquisados demonstram interesse em concluir os estudos; no entanto, por motivos diversos, principalmente com relação a emprego, acabam relegando esta necessidade para segundo plano. Não é o caso dos mais idosos, para os quais, segundo sua própria interpretação, já não há mais tempo para esta atividade.

A Tabela 11 identifica a ocupação profissional dos entrevistados. Aposentados representam 12,3% do total; um pouco abaixo estão os desempregados, com 11,5%. Para a indústria, comércio e funcionalismo público, tem-se as proporções de 5,0%, 8,0% e 0,5%, respectivamente, condições em que é encontrado o maior número de moradores empregados formalmente.

Tabela 11: Resultados de ocupação profissional dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares

Ocupação profissional (400 moradores)	Nº	Homens		Mulheres		Total (%)
		Nº	(%)	Nº	(%)	
Aposentado*	49	28	7,0	21	5,3	12,3
Pensionista	12	0	0,0	12	3,0	3,0
Desempregado	46	10	2,5	36	9,0	11,5
Indústria	20	16	4,0	4	1,0	5,0
Comércio	32	17	4,3	15	3,7	8,0
Funcionário Público	2	1	0,3	1	0,3	0,5
Agricultura	3	2	0,5	1	0,3	0,7
Serviços						
• Pedreiro / Servente / Auxiliar de pedreiro	34	34	8,5	0	0,0	8,5
• Diarista / Empregada doméstica	28	0	0,0	28	7,0	7,0
• Serviços gerais / auxiliar / copeira	13	4	1,0	9	2,3	3,3
• Cozinheira / Auxiliar de cozinha	9	0	0,0	9	2,3	2,3
• Segurança / Vigilante	9	7	1,7	2	0,5	2,3
• Pintor	8	7	1,7	1	0,3	2,0
• Mecânico / Lataria / Pintura / Estofador de automóvel	8	8	2,0	0	0,0	2,0
• Vendedor autônomo	7	3	0,7	4	1,0	1,7
• Marceneiro / carpinteiro	4	3	0,7	1	0,3	1,0
• Costureira	4	0	0,0	4	1,0	1,0
• Zelador	3	0	0,0	3	0,7	0,7
• Caminhoneiro / Carreteiro / Motorista	3	2	0,5	1	0,3	0,8
• Eletricista / Ajudante	3	3	0,7	0	0,0	0,7
• Recepcionista / Secretária(o)	2	1	0,3	1	0,3	0,6
• Entregador de jornal / mercado	2	2	0,5	0	0,0	0,5
• Cabeleireira / Manicure / Pedicure	2	0	0,0	2	0,5	0,5
• Caseiro	1	1	0,3	0	0,0	0,3
• Lavador de carro	1	1	0,3	0	0,0	0,3
• Funileiro / Metalúrgico	1	1	0,3	0	0,0	0,3
• Barbeiro	1	1	0,3	0	0,0	0,3
• Enfermeira	1	0	0,0	1	0,3	0,3
• Professor	1	1	0,3	0	0,0	0,3
Outros						
• Do lar	42	0	0,0	42	10,5	10,5
• Carrinheiro	26	13	3,3	13	3,3	6,6
• Artesanato	5	1	0,3	4	1,0	1,3
• Babá	5	0	0,0	5	1,3	1,3
• Jardineiro / Horta / Roça	4	2	0,5	2	0,5	1,0
• Eventos para festas / Confeção de brindes	2	0	0,0	2	0,5	0,5
• Estudante	2	1	0,3	1	0,3	0,6
• Dependente (menor)	2	0	0,0	2	0,5	0,5
• Auxílio doença	1	0	0,0	1	0,3	0,3
TOTAL	400	171	42,7	229	57,3	100,0

100,0

Fonte: Elaborada com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Nota: * = o índice expressivo de aposentados reflete no número significativo de entrevistados que alegaram aposentadoria por invalidez.

Na categoria de serviços, são encontrados em maior grau aqueles que trabalham como pedreiro, servente e auxiliar de servente, representando 8,5% dos moradores entrevistados do sexo masculino; em seguida, tem-se 7,0% de mulheres no trabalho de diarista e empregada doméstica. No geral, praticamente todos os ocupantes em serviços dizem respeito a emprego informal, ou seja, sem regularização contratual de trabalho. Muitos relatam que atribuem sua ocupação profissional como “bicos”, havendo dias em que conseguem trabalho, enquanto em outros, não.

Cabe ressaltar na tipologia de outros, a taxa de 10,5% que diz respeito a mulheres do lar. Esta situação reflete, em muitos casos, a dificuldade de deixar os filhos para desempenho de uma ocupação profissional, pois não há vagas suficientes nas creches, o que ocasiona a sua permanência em casa junto às suas crianças.

Ainda se destaca a ocupação de carrinheiro (catadores), correspondendo a 6,5% do total dos entrevistados, com relatos das dificuldades pelas quais passam no momento em que há queda nos preços de vendas com a crise financeira e a marcante preocupação com as condições de sobrevivência. Porém, não se pode negar que esta é uma situação global que afeta todas as camadas sociais, inclusive, a de baixa renda. O relato de um senhor de origem gaúcha revela que a situação está muito crítica para os que trabalham como carrinheiro por conta da queda nos preços, o que gera uma cadeia de problemas, pois muitos dos que compravam os materiais estão parализando suas atividades em função do baixo custo. A situação deste cidadão, em particular, envolve uma esposa com deficiência visual e uma moradia extremamente precária, o que acentua significativamente suas dificuldades.

As barreiras para inserção num emprego formal e de renda fixa mensal desta população pobre sugerem ocupações informais e de rendimento mínimo (DEDECCA et al., 2006). A questão colocada mostra que essas pessoas sobrevivem por conta de atividades pouco representativas financeiramente, o que gera preocupação do ponto de vista de sobrevivência humana, pois a batalha cotidiana para pouca arrecadação monetária pode desestimular os anseios na busca de melhores oportunidades.

Os dados da Tabela 12 reforçam as condições inadequadas de situação profissional dos entrevistados, pois apenas 23,5% trabalham formalmente enquanto que 61,3% na informalidade; destes, 35,5% já tiveram emprego formal e 25,7% nunca trabalharam com registros contratuais (Gráfico 17). Por esta questão, foi possível abordar um número expressivo de moradores, tanto do sexo feminino como do masculino, durante os dias úteis da semana, sendo possível encontrar vários homens nas suas residências no período diurno, bem como circulando pelas ruas. No entanto, esta questão da informalidade é preocupante uma vez que não garante renda fixa mensal, estabilidade profissional e, por decorrência, melhores condições de vida.

A pouca qualificação profissional acaba sujeitando a população de baixa renda ao subemprego ou, até mesmo, a desocupação (AZEVEDO, 2002). Portanto, o desenvolvimento econômico e as condições de vida de uma comunidade como a Vila Zumbi dos Palmares, por exemplo, são atrelados ao expressivo número de moradores em situação ociosa de ocupação.

Segundo Nigro (2007), esta é uma circunstância que requer estímulos e iniciativas de agentes para geração de cadeia sustentável e potencialização de dinâmica econômica de base local.

Nessa percepção, discute-se que há necessidade de se integrar ações e recursos capazes de aferir melhores condições dessa população para o campo profissional, com o objetivo de elevar o nível de vida e o desenvolvimento econômico local. No entanto, resta a questão sobre as atividades que poderiam contribuir realmente para a melhoria da renda desta camada social.

Fica evidente a necessidade de realização de pesquisas sobre o assunto preliminarmente a um processo de intervenção, como o ocorrido na Vila Zumbi dos Palmares, por exemplo, que tem em seu escopo de metas o aumento de renda familiar.

Tabela 12: Resultados de situação profissional dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares

Situação (400 moradores)	Nº	Homens		Mulheres		Total (%)		
		Nº	(%)	Nº	(%)			
Aposentado* / Pensionista	61	28	7,0	33	8,3	15,3	100,0	
Emprego formal	94	60	15,0	34	8,5	23,5		
Emprego informal	245	83	20,7	162	40,5	61,2		
Informal	Já trabalhou formalmente	142	66	16,5	76	19,0	35,5	61,3
	Nunca trabalhou formalmente	103	17	4,3	86	21,5	25,8	

Fonte: Elaborada com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.
 Nota: * = o índice expressivo de aposentados reflete no número significativo de entrevistados que alegaram aposentadoria por invalidez.

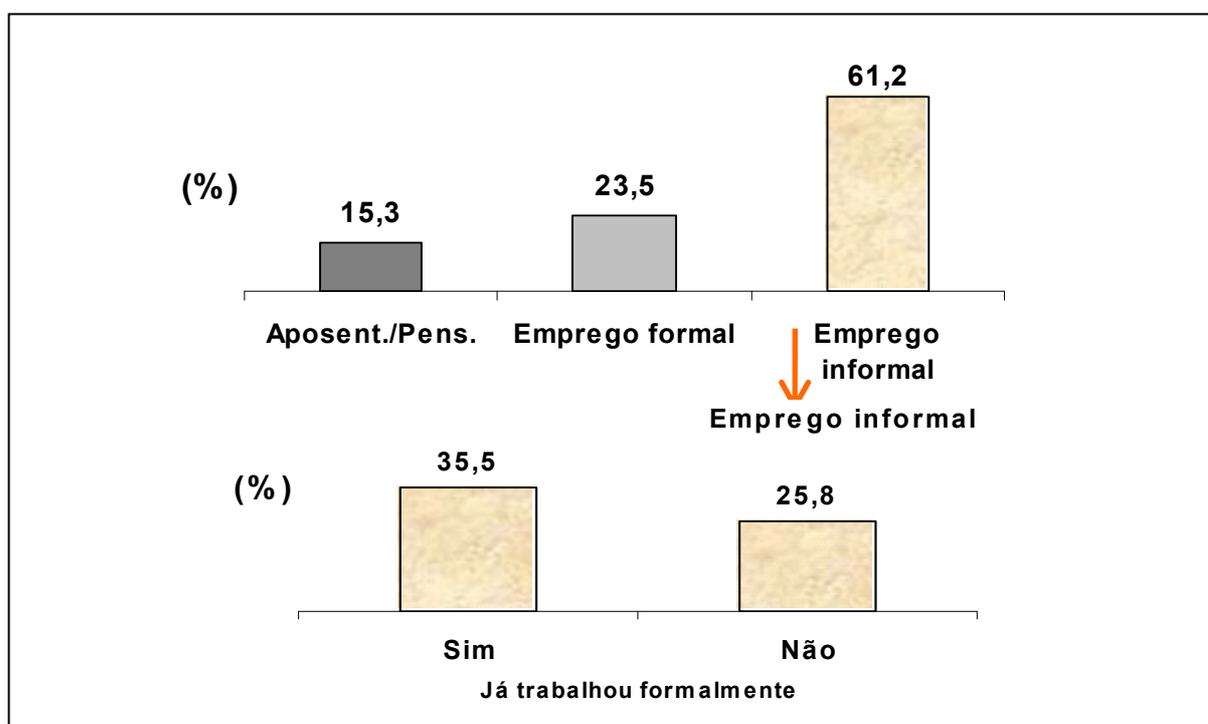


Gráfico 17: Ocupação profissional dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares – 2008

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

De acordo com a Tabela 13, mais da metade dos entrevistados se enquadra na categoria de até 1 salário mínimo de renda familiar, representando 60,3% do total (Gráfico 18).

Tabela 13: Resultados de renda familiar dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares

Renda Familiar (Salário Mínimo)*	400 moradores	RESULTADOS (%)	
Até 1	241	60,3	100,0
De 1 a 2	126	31,5	
De 2 a 3	19	4,7	
De 3 a 4	5	1,3	
De 4 a 5	3	0,7	
Acima de 5	5	1,3	
Não informou	1	0,2	

Fonte: Elaborada com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Nota: * = Considerado o piso salarial em nível federal de R\$ 415,00 e em nível regional de R\$ 527,00 (menor valor) e de R\$ 548,00 (maior valor) no Estado do Paraná, de acordo com a categoria de ocupação do entrevistado.

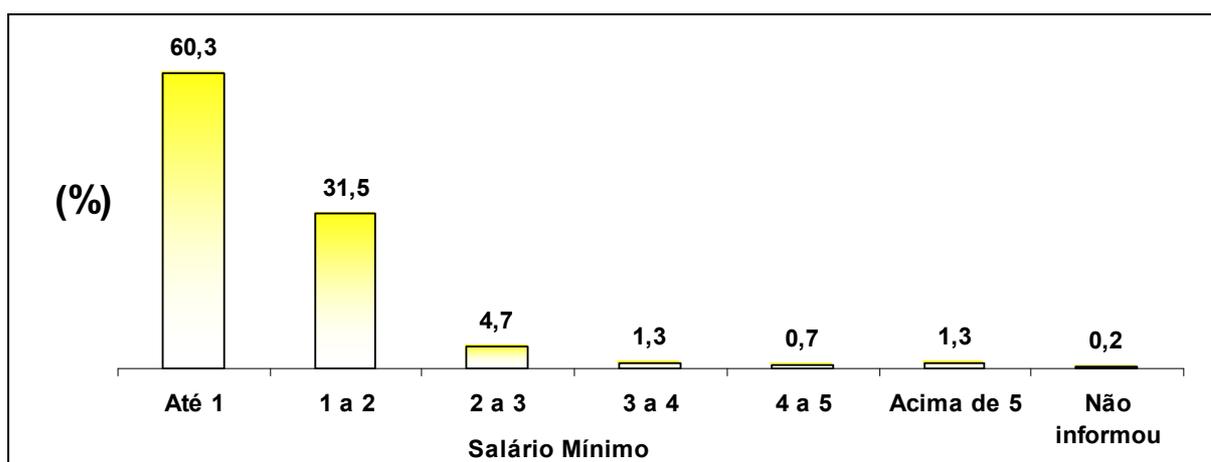


Gráfico 18: Renda familiar dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares em 2008

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Dos entrevistados com renda familiar mensal de até 1 salário mínimo, algumas pessoas responderam que nem todos os meses possuem renda. Em algumas ocasiões, chegam a arrecadar mensalmente até 1 salário mínimo; em outras, nem a metade, o que significa que compreendem a categoria de emprego informal, a camada mais pobre da população e o baixo nível de escolaridade da comunidade local.

A população de baixa renda em geral se instala em áreas de fragilidade ambiental e em precárias condições de vida, uma vez que não possuem renda suficiente para aquisição de moradia legal (MARICATO, 1996; MAUTNER, 1999; RODRIGUES, 2003), como ocorreu na Vila Zumbi dos Palmares, por exemplo. Sua reduzida qualificação profissional permite o acesso apenas a empregos com salários inferiores (AZEVEDO, 2002; MOREIRA, 2000), tanto porque se enquadra num perfil de baixo nível de escolaridade (GIORGETTI, 2008), só lhes restando, portanto, atividades profissionais na informalidade (DEDECCA et al., 2006).

Dessa forma, percebe-se que o emprego formal possui estreita relação com a pobreza e com o nível de escolaridade; em outras palavras, a população de baixa renda, por falta de oportunidades de estudo e de capacitação profissional, se envolve com trabalhos na informalidade e vinculados a salários reduzidos.

É importante enfatizar na Tabela 14, o tempo de residência dos entrevistados, pois 59,3% moram na Vila há mais de 10 anos. Todavia, 19,7% residem no local de 5 a 10 anos, enquanto 10,0% de 2 a 5; neste último grupo, a maioria se enquadra entre 2 e 3 anos, com 5,0% para 1 a 2 anos e 6,0% para menos de 1 ano, constatando-se, inclusive, a presença de pessoas que encontram-se há menos de 1 mês residindo na área (Gráfico 19).

Tabela 14: Resultados de tempo de residência dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares

Tempo de residência (ano)	400 moradores	RESULTADOS (%)	
Menos de 1	24	6,0	
De 1 a 2	20	5,0	
De 2 a 5	40	10,0	100,0
De 5 a 10	79	19,7	
Mais de 10	237	59,3	

Fonte: Elaborada com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

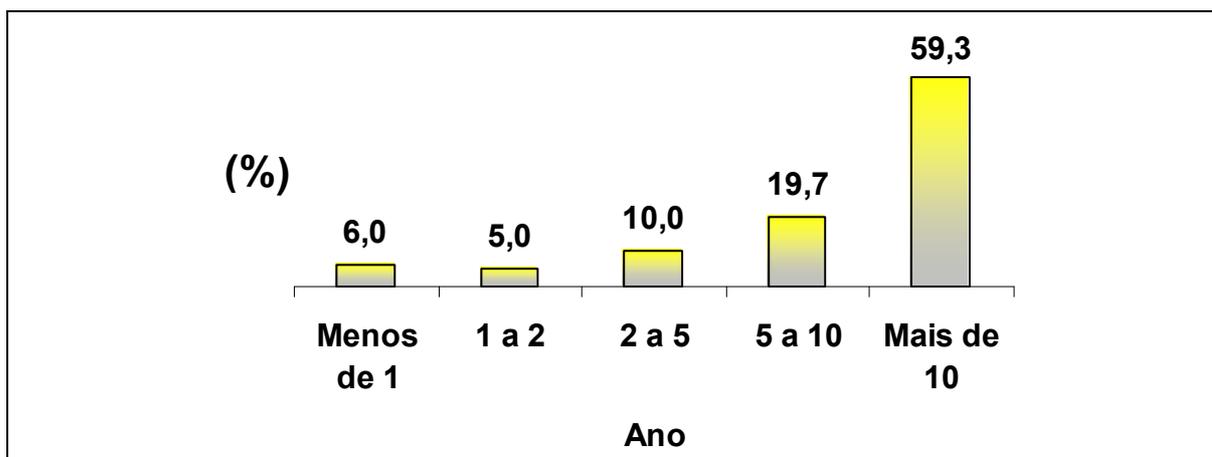


Gráfico 19: Tempo de residência dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares – 2008
 Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Com este perfil, tem-se indicativos de que há uma parcela significativa de 79,0% da população residindo no local desde o início da ocupação, passando por todos os períodos e processos até a regularização fundiária. Assim, pode-se dizer que 21,0% dos entrevistados praticamente se instalaram após todos esses encaminhamentos, ou seja, são novos moradores, instalados após a intervenção.

É importante ressaltar que após um processo de intervenção, o preço de comercialização dos imóveis é expressivamente elevado para sua compra por população de baixa renda em curto espaço de tempo. Por este motivo, o financiamento para esta camada social conta com prazo de pagamento entre 20 a 25 anos (RODRIGUES, 2003); no entanto, nem todos podem pagar (SPOSITO, 2005).

Esta discussão envolve alguns aspectos importantes como o custo de vida dessas famílias, evidenciando que um processo de intervenção pode afetar a permanência destas pessoas no local, pois não ganham o suficiente para viver e ainda passam a contar com contas para pagar.

A Tabela 15 apresenta resultados que apontam os moradores residindo nas novas unidades habitacionais, ou seja, nos sobrados construídos pela Cohapar, correspondendo a 24,0% do total. Destes, mais da metade reside na vila há mais de 10 anos e se mantém na nova residência, o que significa que permaneceram no local após a regularização fundiária. Por outro lado, há os que se instalaram posteriormente a este processo, incidindo em famílias recém chegadas na localidade. Assim, outras se retiraram e estas provavelmente faziam parte da

população relocada expulsa com o processo de intervenção, ou seja, os mais pobres (Gráfico 20).

Tabela 15: Resultados de moradores entrevistados residentes nas novas unidades habitacionais na Vila Zumbi dos Palmares

Residente / N° de moradores		Há quanto tempo mora na nova unidade (sobrado)		Há quanto tempo mora no local (Vila)		RESULTADOS (%)		
		Período	N° pessoas	Período (anos)	N° pessoas	Entrevistados totais		
Sim	96	Menos de 1 ano	13	Menos de 1	7	24,0	100,0	
		1 ano e pouco	25	De 1 a 2	9			
		2 anos	58	De 2 a 5	15			
		-	-	De 5 a 10	20			
		-	-	Mais de 10	45			
Não	304	-	-	-	-	76,0		
Já morou?	Sim	Até 1 mês	3	De 2 a 5	1	1,5	76,0	
		Menos de 1 ano	1	Mais de 10	5			
	Não	De 1 a 2 anos	2	-	-	-	74,5	
		-	-	-	-	-		

Fonte: Elaborada com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

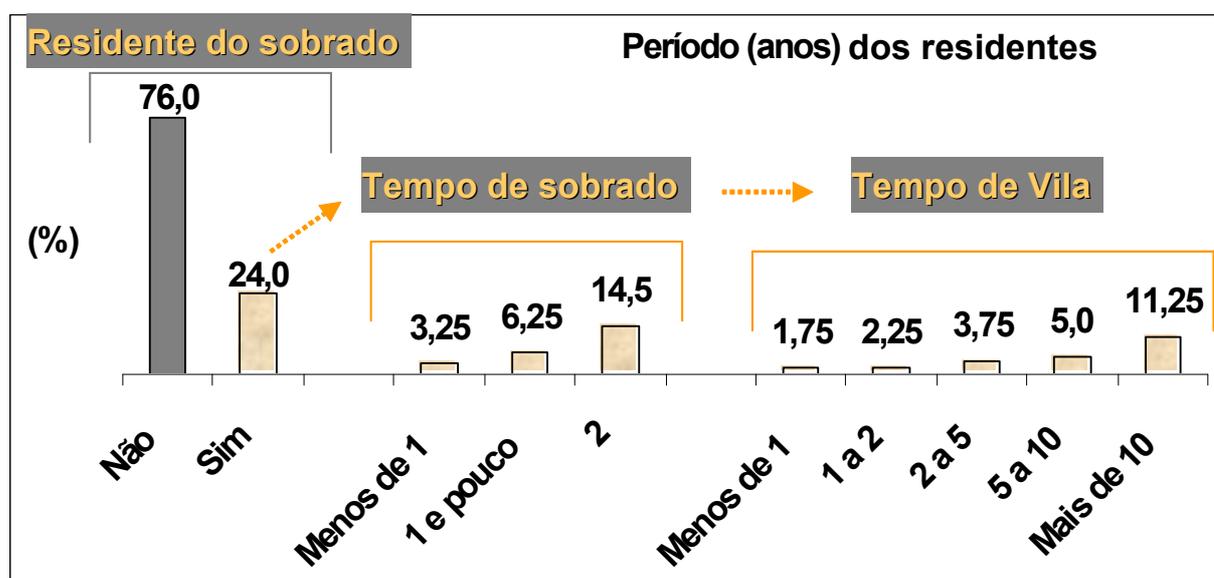


Gráfico 20: Moradores entrevistados das novas unidades habitacionais na Vila Zumbi dos Palmares – 2008

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Vale enfatizar que o número de moradores na Vila pelo período de até dois anos é inferior ao número de pessoas que residem no sobrado com o mesmo tempo, o que aponta para indícios de trocas, ou vendas, dentre outras situações. Em outras palavras, estes moradores se instalaram num local destinado a outras pessoas, ou seja, única e exclusivamente para a população que sofreu o processo de relocação.

O fato de troca dos sobrados é reforçado com o índice de moradores que não residem no sobrado, mas que, de uma forma ou de outra, já moraram, representando um total de 1,5% dos entrevistados em sua maioria, com mais de 10 anos de vila (Gráfico 21). No caso destes, permaneceram na comunidade, porém não mais nas novas unidades habitacionais destinadas à população objeto da relocação. Diagnostica-se, então, que não houve permanência absoluta da população relocada nos sobrados destinados para este fim; assim como descrito nos dados quantitativos, a intervenção expulsou uma camada populacional do local, um dos motivos pode ser provavelmente por questão de ordem financeira, por ter que arcar com custos até então inexistentes, ou por vários outras razões.

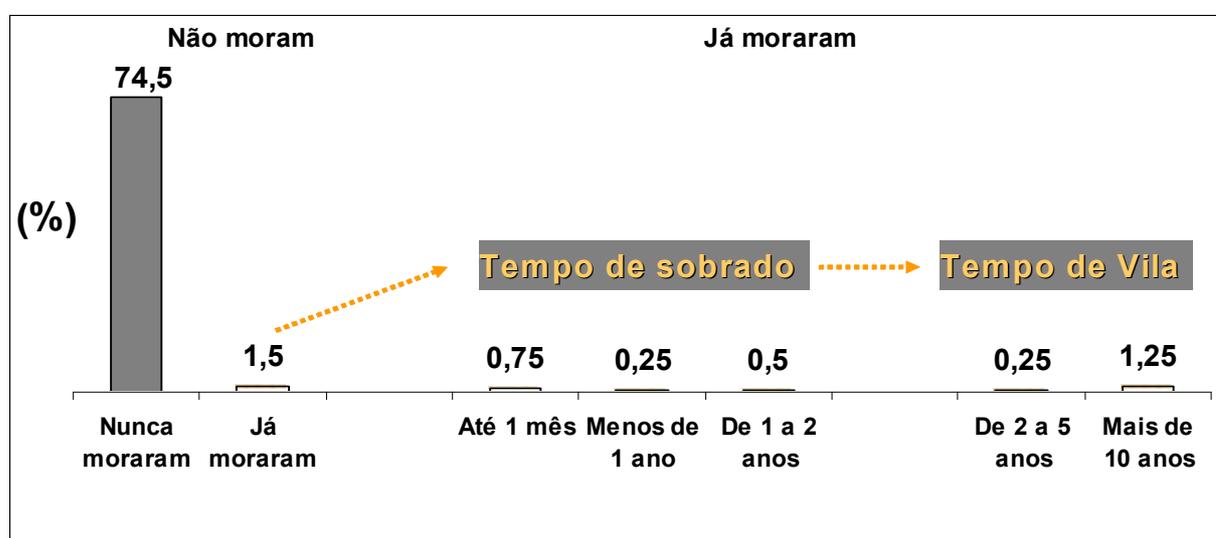


Gráfico 21: Moradores entrevistados já residentes nas novas unidades habitacionais na Vila Zumbi dos Palmares – 2008

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Uma vez que há dificuldades da população pobre para pagamento da casa própria (SPOSITO, 2005), as implicações rebatem na permanência das famílias nas novas unidades habitacionais pela insuficiência de renda.

É interessante notar que, ao mesmo tempo em que um processo de intervenção promove acesso à moradia para esses grupos de menor renda, outras favelas se proliferam nas periferias das cidades (NIGRO, 2007; RODRIGUES, 2003). No entanto, não se pode deixar de intervir nessas áreas porque não há como negar sua existência (DENALDI, 2004).

Com as famílias retirantes de uma localidade que sofreu processo de intervenção constituindo sua moradia em outra ocupação irregular como forma de isentar-se dos custos de aquisição da casa própria, tem-se, como consequência, a inserção de novos moradores na comunidade. No caso da Vila Zumbi dos Palmares, estes passaram a ocupar as casas que eram destinadas aos moradores alvos de relocação. Ressalta-se, então, a importância do enfrentamento dessa questão, pois se as soluções aplicadas em ocupações irregulares não forem condizentes com a realidade do local, sempre haverá constituição de novas favelas.

De acordo com os resultados contidos na Tabela 16, 100% dos entrevistados possuem acesso às redes de abastecimento de água e coleta de esgotos, bem como ao serviço de coleta de lixo domiciliar, o que se deve à intervenção ocorrida no local. O mesmo não se pode falar da rede de energia elétrica, pois 0,7% responderam não ter fornecimento regular do serviço, usufruindo irregularmente do mesmo. Dentre os demais 99,3%, pode haver casos semelhantes, como já abordado anteriormente nos dados quantitativos sobre o índice de famílias com acesso a estes serviços básicos (Gráfico 22).

Tabela 16: Resultados de situação de infra-estrutura básica na residência dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares

Serviço (400 moradores)	RESULTADOS (%)		
	Sim	Não	Total
Rede de energia elétrica	99,3	0,7	100,0
Rede de abastecimento de água	100,0	0,0	100,0
Rede de esgotamento sanitário	100,0	0,0	100,0
Coleta de lixo domiciliar	100,0	0,0	100,0

Fonte: Elaborada com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

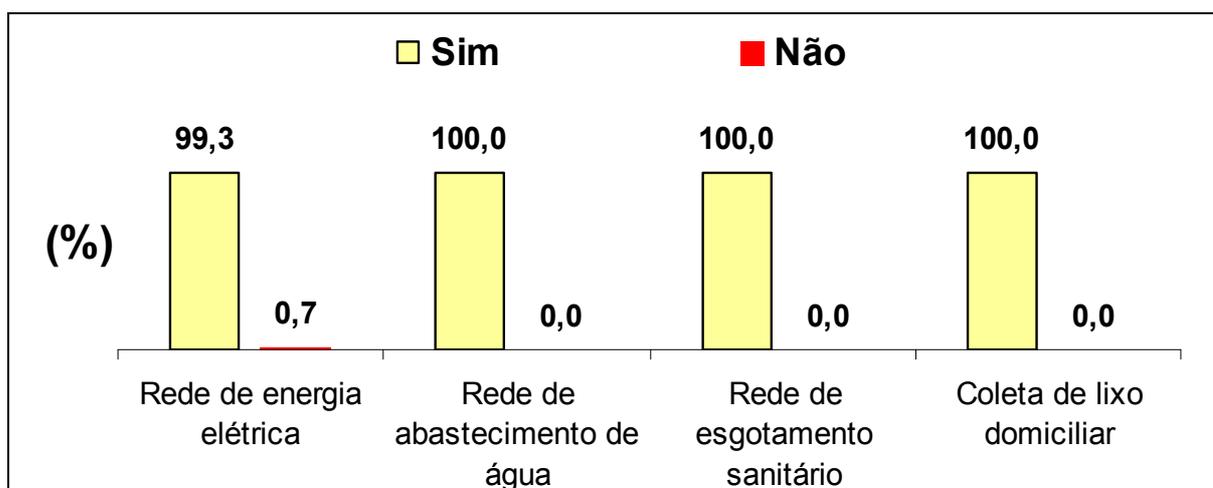


Gráfico 22: Situação de infra-estrutura dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares – 2008

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

A importância de um processo de intervenção é que também se constitui de implantação de infra-estrutura (FERNANDES, 2005), a fim de melhorar as condições de vida da comunidade beneficiada e do ambiente (KRAN; FERREIRA; 2006). Esta questão é relevante, pois a ausência desses serviços pode se converter em degradação ambiental (ARAÚJO; ALMEIDA; GUERRA, 2005) e afetar a saúde da população (KRAN; FERREIRA, 2006).

Verifica-se, portanto, a relevância de implantação de infra-estrutura para a população de baixa renda, nesse caso, da Vila Zumbi dos Palmares. Sob este ponto de vista, um processo de intervenção em ocupações irregulares é primordial, pois eleva as condições de vida dos moradores, os quais, até então, conviviam em situações muito precárias.

A Tabela 17 demonstra os resultados de participação dos entrevistados em cursos, sendo a representatividade feminina mais expressiva (21,7% do total). Destes, 15,3% referem-se a programas profissionalizantes, sendo que 12,5% dos frequentadores já concluíram o curso, 1,0% se encontram em estágio de desenvolvimento e 1,7% desistiram ou nunca foram retirar o certificado, provavelmente não concluindo as atividades. Cursos ocupacionais representam 6,5%. Dos respondentes, 78,3% nunca tiveram participação, alguns responderam não ter tempo ou interesse, outros desejam frequentar cursos e inclusive ditam o que gostariam de aprender, porém apenas como pretensões futuras. Em geral, a parte mais interessada refere-se em maior proporção às mulheres (Gráfico 23).

Tabela 17: Resultados de participação em cursos profissionalizantes dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares

Participação em cursos / N° de moradores				Homens (%)	Mulheres (%)	RESULTADOS (%)		
Sim		87		7,0	14,7	21,7	100,0	
Não		313		35,7	42,5	78,3		
SIM (87)	Cursos profissionalizantes		61	5,3	10,0	15,3	21,7	
	Certificado	Sim	50	4,5	8,0	12,5		
		Não		11	0,7	2,0		2,7
			Em andamento	4	-	1,0		1,0
			Desistência / nunca retirou	7	0,7	1,0		1,7
	Cursos ocupacionais		26	1,7	4,7	6,5		
	Certificado	Sim	15	1,0	2,7	3,7		
		Não		11	0,7	2,0		2,7
			Em andamento	4	0,3	0,7		1,0
			Desistência / nunca retirou	7	0,5	1,3		1,7

Fonte: Elaborada com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

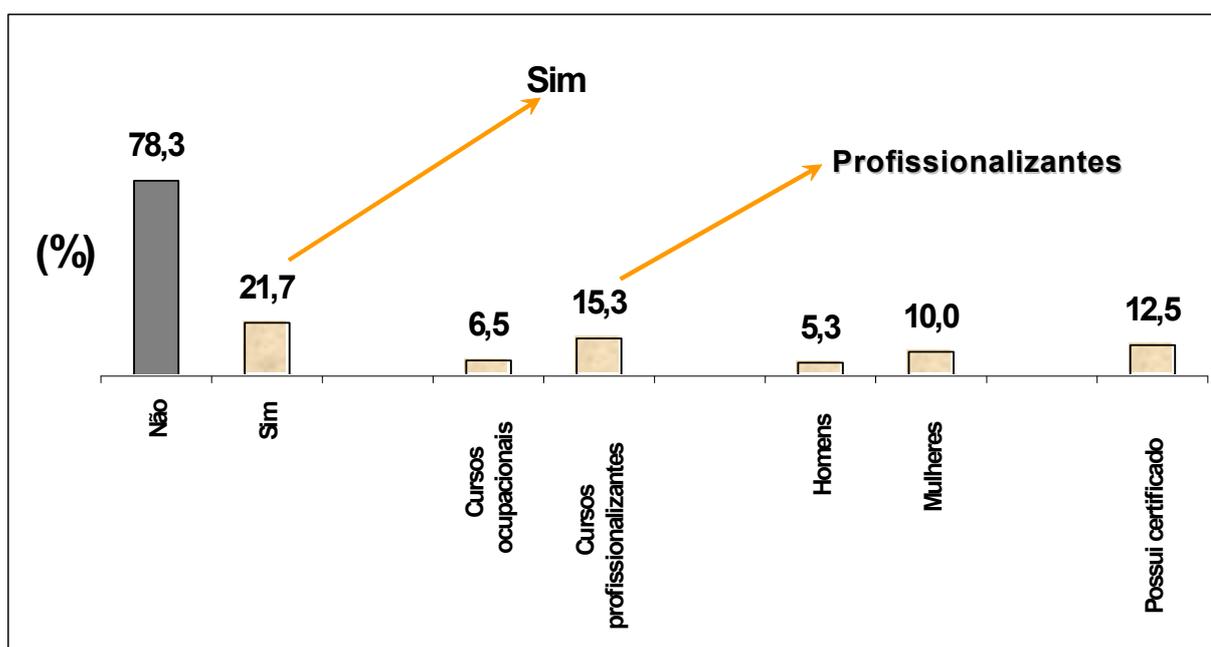


Gráfico 23: Participação nos cursos profissionalizantes dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares – 2008

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Num contexto geral, identifica-se resistência por parte da população para sua participação em cursos profissionalizantes. Cabe destacar que os moradores mais humildes, a exemplo de carrinheiros que moram em residências ainda extremamente precárias, não estão representados como participantes em cursos quase em sua totalidade. Estas pessoas são as mais carentes e sentem falta de outras necessidades básicas que um curso não supera, como alimentação e vestuário, por exemplo. Esta questão ainda não assumiu relevância para estas pessoas, uma vez que se encontram desmotivadas pela dura jornada de sobrevivência. Há necessidade, portanto, de rompimento desse círculo vicioso.

Nigro (2007) alerta para a difícil tarefa de despertar as pessoas de menor renda para as possibilidades e vantagens de se capacitarem e se desenvolverem. Muitos programas são desenvolvidos visando à formação profissional; no entanto, as maiores dificuldades são relacionadas aos esforços para garantir a participação das pessoas, além da falta de recursos para se manterem.

Apesar da importância da participação dessas pessoas em cursos profissionalizantes, pois lhes assegura, sem dúvidas, melhores condições para o mercado de trabalho na busca de emprego formal, detecta certa resistência por parte da população e dificuldades para a continuidade dos programas. A questão está vinculada às tentativas de longo prazo, pois trata-se de um processo lento em que os resultados se mostrarão mais expressivos a partir do momento em que os programas se consolidarem. Acredita-se que, para isso, é preciso manter as atividades e o empenho nos projetos voltados ao desenvolvimento local.

Conforme a Tabela 18 e o Gráfico 24, 59,0% do total dos entrevistados não morariam em outro local; 12,0% representam residentes dos sobrados. O motivo mais relevante para tal situação é relacionado a apegos; 27,75% afirmam gostar do local (Gráfico 25). As demais indicações dizem respeito principalmente à estabilidade e aos vínculos e laços familiares. Destacam-se também, alguns moradores que não saem pela falta de condições financeiras. Vale comentar que um dos entrevistados já morou fora por três vezes e acabou retornando.

Um ponto de destaque consiste na expressiva parcela (11,0%, sendo 3,25% de sobrados) que não respondeu ou não soube dizer o motivo pelo qual permaneceria no local, muito provavelmente por constrangimento ou receio, além de outros motivos não identificados, sendo a maioria destes respondentes do sexo feminino.

Tabela 18: Resultados sobre a opção dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares de moradia em outro local

	Moraria em outro local / 400 moradores			Nº de moradores				RESULTADOS (%)		
				Homens		Mulheres				
				M.S.*		M.S.*		M.S.*		
Sim	164	48 M.S.*	82	22	82	26	41,0	12,0	100,0	
Não	236	48 M.S.*	89	12	147	36	59,0	12,0		
SIM – MOTIVO	Por melhor oportunidade (vida, saúde, emprego, estudo)	47	27	8	20	5				
	Por um lugar melhor e mais tranquilo (ambiente melhor)	24	17	4	7	0				
	Não respondeu	11	7	3	4	1				
	Não gosta do local	11	3	0	8	5				
	Voltar a cidade de origem/natal	9	4	1	5	1				
	Em chácara / Sítio	9	5	0	4	0				
	Falta de espaço (é apertado)	7	3	3	4	4				
	Muita violência (local perigoso)	7	2	0	5	3				
	Ficar mais perto de parentes	5	1	0	4	1				
	Por um local com casa própria	5	2	0	3	1				
	Muita burocracia/complicação para regularização da propriedade	4	0	0	4	2				
	Local não tem muita segurança nem limpeza (muito lixo)	4	3	1	1	1	41,0	12,0		
	Não acostumou no local	3	1	0	2	0				
	Assassinato de familiar (filho)	3	1	0	2	0				
	Ficar mais próximo do emprego	2	0	0	2	0				
	Não cooperação dos moradores	2	1	0	1	0				
	Muito som / barulho no local	2	0	0	2	1				
	A intervenção não fez bem para os antigos (não gostou)	2	0	0	2	1				
	Sente discriminação por ser morador do local / local mal visto	2	1	0	1	0				
	Faltam equipamentos comunitários	1	0	0	1	0				
	Tem coisas que deixam a desejar	1	1	1	0	0				
	Dificuldades de subir escadas	1	1	1	0	0				
	Falta de casa para alugar no local	1	1	0	0	0				
	Falta de compromisso do governo	1	1	0	0	0			100,0	
	NÃO – MOTIVO	Gosta do local	111	45	6	66	16			
		Não respondeu / Não soube dizer	44	14	3	30	10			
Acostumou / Estabilizou no local		34	14	1	20	5				
Vínculos / Laços familiares		13	3	0	10	1				
Está bom no local / vive bem		8	2	0	6	1				
Adquiriu casa / terreno no local		6	2	0	4	0				
Não tem condições financeiras para ir para outro local		4	1	0	3	2				
Gosta da vizinhança / pessoas		3	1	0	2	0	59,0	12,0		
Tem tudo o que precisa no local		3	1	0	2	0				
Depende de ajuda / tem idade		2	2	0	0	0				
Lugar é sossegado		2	0	0	2	1				
Pelas benfeitorias do local		1	0	0	1	0				
Situação de vida melhor que antes		1	1	1	0	0				
Acabou de chegar		1	1	0	0	0				
Não tem interesse em sair		1	1	1	0	0				
Já lutou muito pelo que tem hoje		1	1	0	0	0				
Já morou fora e voltou	1	0	0	1	0					

Fonte: Elaborada com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.
 Nota: * = refere-se aos moradores das novas unidades habitacionais (sobrados).

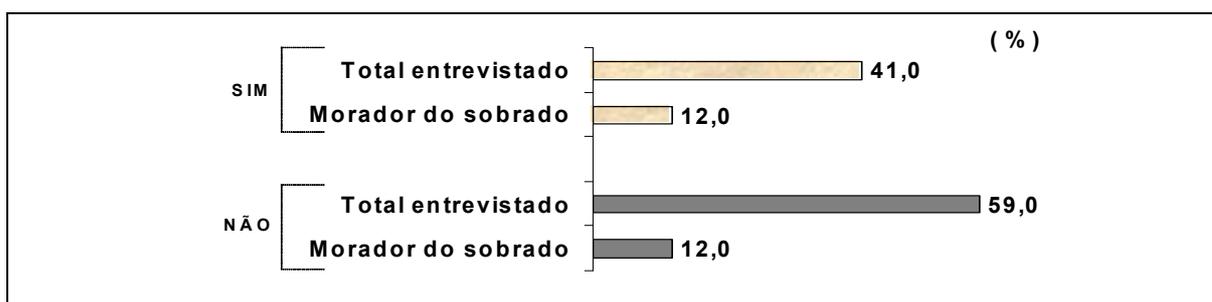


Gráfico 24: Opção dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares de moradia em outro local

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

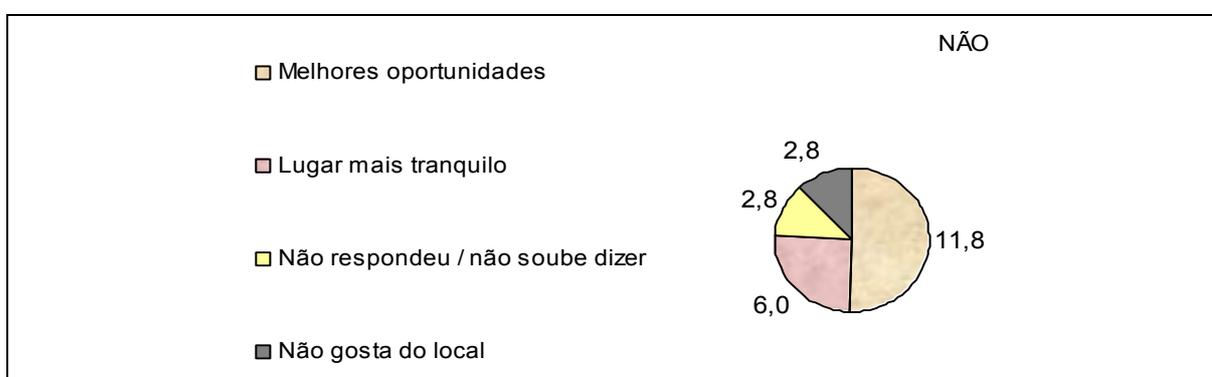


Gráfico 25: Proporção de moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares que não morariam em outro local

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Por outro lado, 41,0% dos respondentes, sendo 12,0% de sobrados, morariam em outro local (Gráfico 26). Dos motivos apontados, os mais expressivos referem-se à busca de melhores oportunidades, tanto de vida como de saúde, emprego e até mesmo de estudo, representando 11,7% (3,3% residentes nas novas unidades habitacionais). Em segundo plano, 6,0% gostariam de um local mais tranquilo para viver. A parcela que não respondeu representa 2,7%, a mesma proporção de moradores que não gostam do local, sendo 1,0% e 1,3%, respectivamente, moradores de sobrados.

Outro ponto de destaque é o desejo em voltar para a cidade de origem, Alguns dos residentes nos sobrados construídos pela Cohapar relatam tanto a falta de espaço, principalmente as famílias com maior número de pessoas, quanto a dificuldade em subir escadas.

Destacam-se também a violência do local (inclusive assassinato de familiares), a falta de cooperação dos moradores, a insuficiência de zelo com o lixo, a indignação com o plano de regularização da propriedade (até mesmo com a intervenção ocorrida) e a discriminação por ser morador da Vila Zumbi dos Palmares, dentre outros aspectos.

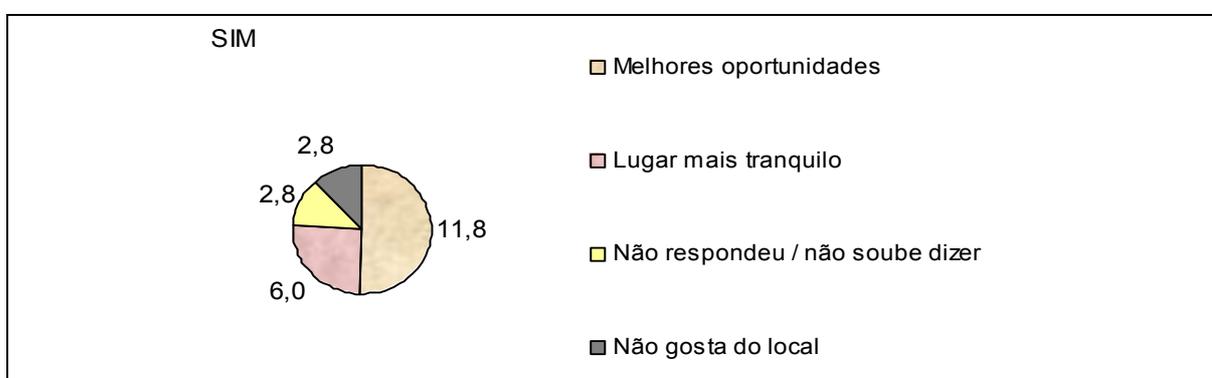


Gráfico 26: Proporção de moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares que morariam em outro local

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Apesar do índice dos entrevistados que não morariam em outro local superar em 18,0% os que preferem esta opção, é notável a parcela expressiva dos respondentes que, por vários motivos, desejaria uma outra localidade para vivência. Considerando os motivos de maior destaque, pode-se afirmar que, embora tenha ocorrido a intervenção, famílias tenham se retirado e outras se inserido na Vila, ainda assim os moradores almejam melhores oportunidades de vida e um lugar mais tranquilo para viver.

As pessoas idealizam seus valores humanos e cada cidadão internaliza seus anseios e necessidades por melhores oportunidades, como qualidade de vida e um ambiente mais harmonizado, de casa, família, felicidade e conforto, dentre vários outros desejos de realizações (RIBEIRO, 2005).

Esse pressuposto demonstra que todo ser humano, indiferentemente se rico ou pobre, leva consigo sentimentos de algo que deseja. A questão é que nem todos conseguem satisfazer essas necessidades, como os moradores da Vila Zumbi dos Palmares, por exemplo, que almejam melhores oportunidades, como outro local para viver. No entanto, permanece uma condição restrita em função da situação financeira. Em síntese, as pessoas buscam por realizações que nem sempre estão ao alcance de todos.

Essa população não almeja apenas o ganho da habitação como solução para seus problemas, mesmo porque ela pagará pelo imóvel; portanto, a questão vai além de um local para vivência. Porém, é evidente que esta camada pobre mais espera por oportunidades do que busca. Ou seja, por ser carente, adotou um conceito desvirtuado de que a iniciativa deve partir de outros agentes; assim, não assume atitude própria, estabilizando-se nas condições em que vive.

A Tabela 19 sintetiza os resultados do levantamento de indicações dos elementos que os entrevistados sentem falta na Vila Zumbi dos Palmares (Gráfico 27). Considerando a ordem quantitativa das respostas, em primeiro lugar está a carência de segurança, pois 24,3% dos respondentes clamam por policiamento mais intensivo no local, afirmando que embora haja a presença de um módulo policial localizado junto às instalações do escritório da Cohapar, há necessidade de reforço.

Os motivos pelos quais os moradores gostam ou não de uma localidade são expostos por Wacquant (2001), ao expressar que certos constrangimentos por morar em um determinado local, causam aborrecimentos e podem até possibilitar afastamento ou dissolução do sentimento de pertencimento ao lugar. No caso da Vila, trata-se da questão de segurança.

Percebe-se certa insegurança na realidade dos moradores da Vila Zumbi dos Palmares pela falta de policiamento no local, motivo este que pode justificar a necessidade de transferência de algumas famílias para outra região mais tranqüila. Esta questão é muito complexa, na medida em que abrange uma situação vivenciada em todos os lugares que não somente na Vila. No entanto, cabe ressaltar que uma área com indícios de marginalidade, não pode ficar em situação de negligência em termos de policiamento.

Na segunda posição, aparece o Posto de Saúde 24 horas, com 16,3% das indicações. Atualmente, a região conta com um posto de saúde mantido pelo Município no Centro Industrial Mauá, localizado na divisa com a parte alta da Vila. Dentre os vários motivos de restrição para o seu funcionamento 24 horas, estão as insuficientes condições de segurança do local¹².

O acesso aos serviços de saúde para a população urbana é um componente importante de qualidade de vida, pois a atenção básica possibilita cuidado e prevenção de doenças, sendo necessário, portanto, promover e estender este benefício ao alcance de todos (IANNI; QUITÉRIO, 2006).

Por esta assertiva, todas as pessoas têm direito ao atendimento nos postos de saúde do seu município; todavia, vale questionar se estes locais abrangem mais especificamente a população de baixa renda.

Estas pessoas certamente encontram dificuldades para serem atendidas, pois determinados locais, como a Vila Zumbi dos Palmares, por exemplo, contam com expressiva demanda e apenas um equipamento com profissionais da área. Verifica-se, assim, que a abertura para funcionamento 24 horas traria benefícios, porém cabe lembrar que trata-se de necessidade artificial, pois nem o próprio município conta com esse tipo de serviço.

Além da questão de segurança, a discussão também se reverte ao contexto de localização e mobilidade, pois se os moradores não conseguem atendimento local necessitam se deslocar para outro ambiente de saúde e precisarão de condução. Em período noturno, quando muitas vezes há necessidade de utilização de serviço de táxi, dificilmente será possível em função da baixa renda.

¹²

Informações obtidas em contato com Coordenadora do Posto de Saúde, Sra.Terezinha Nunes de Almeida, em 23 de outubro de 2008.

Tabela 19: Resultados sobre elementos faltantes na Vila Zumbi dos Palmares na opinião dos moradores entrevistados

O que sente falta?	Nº indicações*	Nº de moradores		RESULTADOS (%)
		Homens	Mulheres	
Segurança (mais policiamento)	97	40	57	24,3
Posto de saúde 24 horas	65	27	38	16,3
Creche	52	15	37	13,0
Não respondeu	52	24	28	13,0
Área de lazer e recreação	41	15	26	10,3
Correio aberto em período integral	28	12	16	7,0
Posto de saúde mais perto	18	7	11	4,5
Local para pagar conta (lotérica)	17	7	10	4,3
Calçamento nas vias públicas	17	11	6	4,3
Nada	16	6	10	4,0
Serviço de carteiro (residências)	11	5	6	2,7
Escola / Colégio	10	3	7	2,5
Mais oportunidade de emprego na região	10	2	8	2,5
Limpeza pública	9	4	5	2,3
Sistema de transporte público integrado com terminais	8	5	3	2,0
Iluminação pública	7	5	2	1,7
Coleta de lixo mais freqüente	7	3	4	1,7
Melhor atendimento e mais médicos especialistas no Posto de Saúde	7	4	3	1,7
Manutenção / Restauração das vias públicas (muito buraco nas ruas)	7	5	2	1,7
Passarela / Viaduto / Trincheira na BR116 (rodovia)	6	1	5	1,5
Posto de saúde mais equipado	4	3	1	1,0
Mais assistência da Associação dos Moradores (Associação mais atuante)	4	3	1	1,0
Mais cuidado e zelo (higiene) dos moradores (falta interesse)	4	1	3	1,0
Mais fiscalização da Prefeitura	4	3	1	1,0
Mais ponto de ônibus	3	2	1	0,7
Tem tudo	3	2	1	0,7
Parque esportivo	3	0	3	0,7
Circulação de ônibus em mais ruas	3	1	2	0,7
Conclusão do projeto / obras prometidas com a intervenção	3	2	1	0,7
Campo de futebol (cancha)	3	3	0	0,7
Zelador de rua	2	2	0	0,5
Melhor educação de jovens e adultos	2	1	1	0,5
Manutenção rede de energia elétrica pública (fiação precária)	2	2	0	0,5
Creche mais perto (parte baixa vila)	2	1	1	0,5
Farmácia popular	2	0	2	0,5
Melhoria na rede de esgoto	2	2	0	0,5
Armazém da família	2	1	1	0,5
Não sabe (recém chegado)	2	1	1	0,5
Hospital / Pronto socorro	2	0	2	0,5
Legalização dos terrenos	1	1	0	0,3
Supermercado	1	1	0	0,3
Incentivo aos catadores	1	1	0	0,3
Lombadas nas ruas	1	1	0	0,3
Lojas de eletrodomésticos	1	1	0	0,3

(Continua)

(Continuação da Tabela 19)

O que sente falta?	Nº indicações*	Nº de moradores		RESULTADOS (%)
		Homens	Mulheres	
Pessoas de bom caráter	1	1	0	0,3
Mais cursos profissionalizantes	1	1	0	0,3
Atividade física para idosos	1	0	1	0,3
Algo para idoso passar tempo	1	1	0	0,3
Cursos e atividades para jovens	1	1	0	0,3
Apoio governamental	1	0	1	0,3
Escola / Colégio mais próximo	1	0	1	0,3
Terreno maior (para uma horta)	1	0	1	0,3
Atividades artísticas	1	0	1	0,3
Cursos mais completos	1	0	1	0,3
Barracão de reciclagem	1	1	0	0,3
Ônibus escolar	1	1	0	0,3
Casa própria	1	1	0	0,3
Posto de saúde com dentista	1	0	1	0,3
Lixeiras públicas	1	0	1	0,3
Antes faltava agora está ótimo	1	0	1	0,3
Tampar o valetão (córrego)	1	1	0	0,3
Mais arborização	1	1	0	0,3
Presença do conselho tutelar mais freqüente na comunidade	1	0	1	0,3

(Conclusão)

Fonte: Elaborada com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.
 Nota: * = muitos entrevistados indicaram mais de um item.

O terceiro ponto representativo diz respeito à creche, com 13,0% das indicações dos entrevistados, em maior grau representado pelas mulheres, que sentem necessidade deste equipamento dadas às muitas dificuldades para conseguir vagas para seus filhos; por conseguinte, a maioria que se enquadra nesta situação fica sem ocupação profissional. Na região, a população conta com duas creches localizadas no Centro Industrial Mauá, na divisa com a parte alta da Vila: a Creche Girassol, mantida pelo Município, e o Centro de Educação Betânia, financiado pela Alemanha, o qual mantém parceria com a Prefeitura Municipal de Colombo; ambas contam com fila excessiva de espera¹³. A Creche Girassol atende 100 crianças e possui uma fila de espera de 172; a Betânia atende 120 crianças (educação infantil) e possui 400 na fila de espera. Atualmente, esta última encontra-se em fase de ampliação das instalações para, no ano de 2009, atender mais 100 crianças.

13

Informações obtidas em visita às instalações em 03 de novembro de 2008.

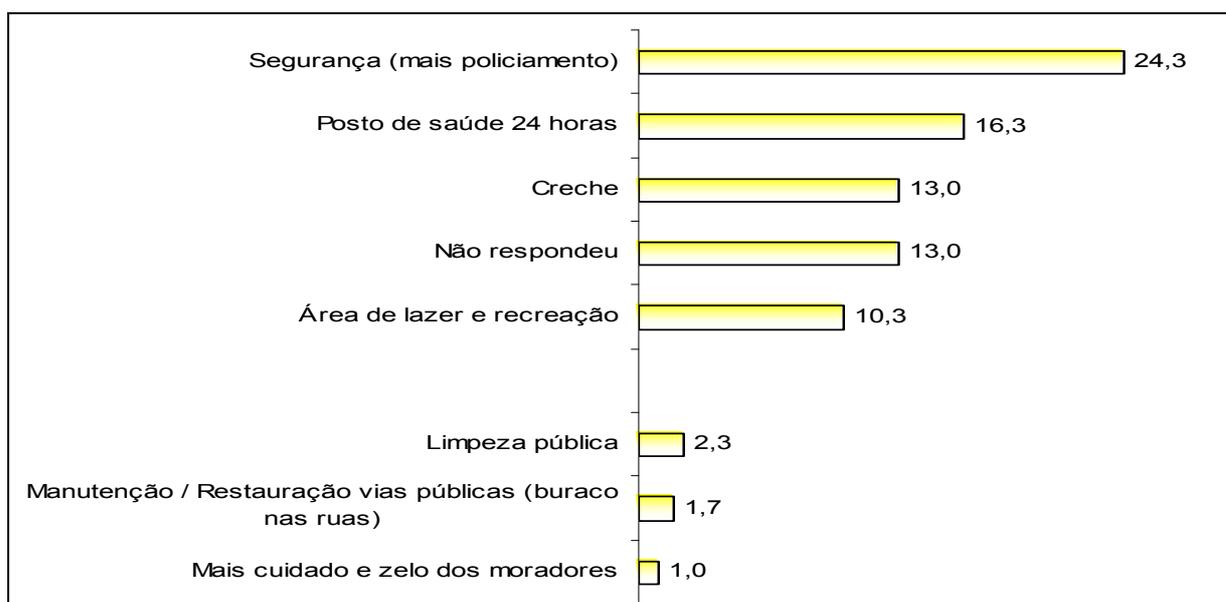


Gráfico 27: Proporção de principais elementos faltantes na opinião dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares – 2008

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Recentemente, o desenvolvimento das famílias e suas crianças apresenta significativas transformações. Uma característica importante diz respeito ao atendimento e educação infantil, compondo a primeira parte de conhecimento e aprendizado básico. Porém, quando o alvo refere-se às camadas mais pobres da população, esse processo configura-se com determinadas carências. O principal exemplo é o de mulheres com crianças menores de seis anos, que muitas vezes não podem trabalhar, pois, em função da expressiva demanda e da baixa renda, não conseguem um local para deixar seus filhos (FERREIRA; RAMON; SILVA, 2002).

Verifica-se que esta questão é uma problemática que atinge toda a população de baixa renda, inclusive a Vila Zumbi dos Palmares. Discute-se, então, a necessidade de redefinição das propostas e alternativas para o atendimento de crianças pequenas pobres, pois representa uma abertura para as mães trabalharem regularmente e, por conseguinte, aumentarem a renda da família.

Repetitivamente, os que não responderam representam índices expressivos (13,0%). Área de lazer e recreação representa 10,3% das necessidades apontadas, em maior grau pelas mulheres em função da preocupação com seus filhos nas ruas pela falta de locais mais adequados ou que ofereçam atividades apropriadas.

A solicitação de abertura dos serviços de correio em período integral corresponde a 7,0%, pois são disponíveis para a população local apenas das 08h00 às 11h00, e não possui serviço de entrega por carteiro nas residências, devendo todas as correspondências, inclusive contas, ser retiradas pessoalmente. Muitas pessoas não conseguem resolver suas questões neste período de tempo, em função do horário de trabalho ou por outros motivos.

A Tabela 19 mostra que a população coleciona um catálogo de desejos de substituição inesgotável, com índices inferiores como 0,3%. Pode-se deduzir, portanto, que quanto maior fosse o número de entrevistados, maior seria a lista de elementos faltantes.

Calçamento nas vias públicas representa 4,3% das reivindicações dos moradores entrevistados. Também merece destaque a questão ambiental (Figuras 19 e 20).

Segundo os entrevistados, há necessidade de limpeza pública (2,3% das indicações) e de coleta de lixo mais freqüente (1,7%), dada a quantidade excessiva de detritos nas ruas e valas. Todavia, surpreende a reclamação de que há desinteresse dos próprios moradores com a higiene e zelo (1,0%), pois descartam resíduos em locais impróprios ou os mantêm na frente ou nos fundos de suas residências. Este fato ocorre principalmente com aqueles que trabalham com materiais recicláveis, como os carrinheiros, e pela falta de opção de destinação do lixo não servível para reaproveitamento, pois não é coletado pelo Município.



Figura 19: Vistas de locais de descarte de lixo pelos moradores na Vila Zumbi dos Palmares em 2008

Fonte: KERDER (2008)

A – margens do córrego Santa Mônica, em 28 de outubro.

B – margens da BR116, em 27 de outubro.

Jacobi (2006) relata que muitas vezes os problemas ambientais de uma região também se agravam por descuido dos próprios moradores. No caso da Vila Zumbi dos Palmares, a recíproca é verdadeira, pois há evidências da ausência de zelo por parte das pessoas. Portanto, há necessidade de reforço das atividades institucionais no local, principalmente com relação à educação ambiental.



Figura 20: Vistas de residência de carrinheiro na Vila Zumbi dos Palmares em 2008

Fonte: KERDER (2008)

A – frente da residência em 27 de outubro.

B – frente da residência em 31 de outubro.

Cabe destacar a quantidade de lixo descartado, como pode ser observado nas Figuras 19 e 20, um risco tanto ambiental como para saúde da população, pois o acúmulo incide na presença de animais vetores de doença. Outra observação diz respeito ao risco de incêndio pelos vestígios expostos na Figura 20, em que o morador resolveu a problemática do lixo acumulado no seu terreno com a queimada do mesmo.

Vale comentar, ainda, sobre a existência de buracos nas vias públicas (Figura 21), pois 1,75% dos entrevistados sentem falta de manutenção e restauração viária. Porém, como a pavimentação é recente, ainda não necessita de manutenção¹⁴. No entanto, no decorrer das entrevistas ficou perceptível que várias ruas transversais e paralelas à principal estão em condições insatisfatórias, pois a falta de impermeabilização e a tipologia do terreno comprometem a estrutura em função da passagem de veículos, tendo início um processo de degradação do pavimento.



Figura 21: Vistas de ruas com buracos na Vila Zumbi dos Palmares em 2008

Fonte: KERDER (2008)

A – buracos na rua a frente de sobrados, em 27 de outubro.

B – buracos ao longo da rua, em 27 de outubro.

É interessante notar que os resultados mais expressivos dos aspectos que os entrevistados consideram positivos na Vila Zumbi dos Palmares, conforme Tabela 20, apontam 30,0% para a pavimentação das vias públicas, contrariando as condições de precariedade anteriormente apresentadas; 19,0% são voltados para a infra-estrutura básica (Gráfico 28). Estes resultados indicam que a população, em geral, embora haja necessidade de manutenção de várias ruas, considera importantes as benfeitorias realizadas pelo processo de intervenção, demonstrando a percepção de melhoria significativa da estrutura do local e das condições de vida dos moradores.

¹⁴ Informação obtida em contato com o Diretor de Obras da Prefeitura Municipal de Colombo, Engenheiro Eduardo Ueda, em 05 de novembro de 2008.

Vale lembrar que os respondentes que apontaram os buracos nas vias públicas (Tabela 19 e Figura 21) correspondem a moradores da parte baixa da Vila, ou seja, o local onde a fragilidade é mais expressiva em função da calha do rio Palmital.

Como se repete nas outras questões, há um número expressivo de entrevistados que não responderam a pergunta (14,3%), ou por não saberem ou por serem indiferentes a elas.

Tabela 20: Resultados dos aspectos positivos na Vila Zumbi dos Palmares na opinião dos moradores entrevistados

O que considera bom?	Nº indicações*	Nº de moradores		RESULTADOS (%)
		Homens	Mulheres	
Pavimentação das vias públicas	120	47	73	30,0
Infra-estrutura básica	76	39	37	19,0
Não respondeu	57	27	30	14,3
Vizinhos / Amizades / Pessoas	42	24	18	10,5
Colégio / Escola	26	3	23	6,5
Posto de saúde	23	4	19	5,7
Tudo	23	12	11	5,7
Supermercado / Mercado	18	5	13	4,5
Ônibus / Linhas de ônibus	17	6	11	4,3
Comércio local	14	8	6	3,5
Nada	14	1	13	3,5
Intervenção – planejamento e organização da vila	8	3	5	2,0
Antes era ruim agora é bom	7	4	3	1,7
Cursos profissionalizantes ofertados	6	0	6	1,5
Tranquilidade / sossego do local	6	4	2	1,5
Creche	6	2	4	1,5
Localização da vila	5	4	1	1,3
Farmácia	4	1	3	1,0
Igrejas	3	2	1	0,7
Projeto de urbanização - moradias	3	2	1	0,7
Não sabe (recém chegado)	2	0	2	0,5
Policimento / segurança	2	1	1	0,5
Apoio institucional	2	1	1	0,5
Cursos gratuitos	2	1	1	0,5
Desenvolvimento da vila	1	1	0	0,3
Benfeitorias realizadas	1	1	0	0,3
Comunidade unida	1	1	0	0,3
Empresas da região	1	1	0	0,3
Parou um pouco a matança	1	0	1	0,3
Apoio da Associação dos Moradores	1	1	0	0,3
Custo de vida	1	1	0	0,3
Laços familiares	1	0	1	0,3
Nunca foi assaltado	1	0	1	0,3
Iluminação pública	1	0	1	0,3

Fonte: Elaborada com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Nota: * = muitos entrevistados indicaram mais de um item.

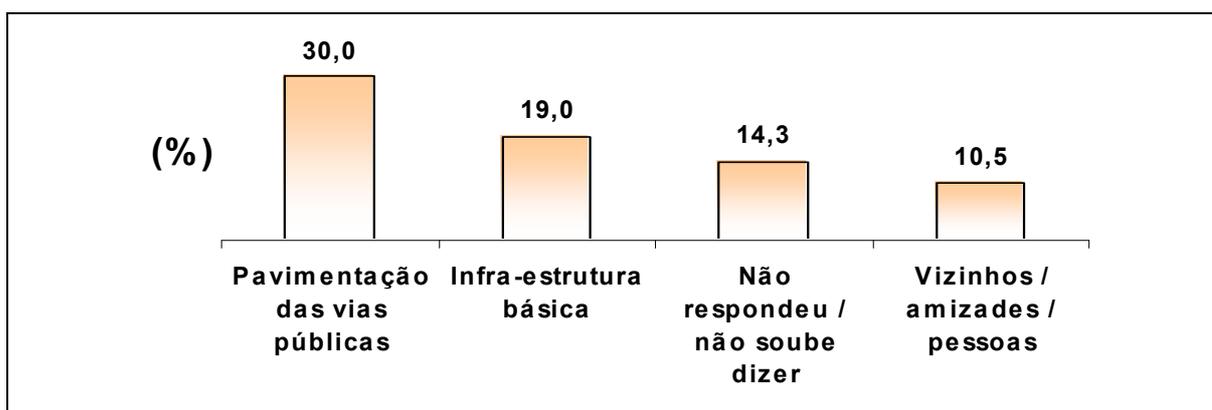


Gráfico 28: Principais aspectos positivos na opinião dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares – 2008

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Nesse contexto, os vínculos sociais ganham destaque, pois 10,5% consideram importantes seus vizinhos, amigos e as pessoas da comunidade em geral. As outras indicações transcorrem em menor grau, porém torna-se importante ressaltar que 2,0% citam o planejamento do local com a intervenção ocorrida, 0,7% o projeto de urbanização (moradias), 0,5% o apoio institucional e 0,3% tanto o desenvolvimento da Vila como as benfeitorias realizadas. Estes não são números expressivos; no entanto, demonstram que, embora haja alguns descontentamentos, há também os que consideram que a intervenção ocorrida melhorou o estilo e as condições do local.

Porém, é importante ressaltar que a maioria das respostas indicam o que está adequado, mas concluem que é preciso melhorar muitas coisas ainda, como, por exemplo, concluir as obras iniciadas com a regularização fundiária; algumas delas consistem nos acabamentos, calçadas, manutenção nas vias públicas e rede elétrica e execução dos equipamentos comunitários, como creche, dentre várias outras.

É preciso cuidar para que as obras de um processo de intervenção não acabem incompletas (MARICATO, 2003a), assim como na Vila Zumbi dos Palmares, pois se nota que determinados trabalhos ficaram inacabados, à espera da sua conclusão. Esta questão pode gerar descontentamentos por parte da comunidade e uma impressão negativa do processo, com a população passando a desacreditar nas propostas institucionais.

Discute-se, portanto, a necessidade de verificação das responsabilidades das instituições envolvidas para a continuidade e finalização das implementações em andamento.

Acredita-se também, na importância do acompanhamento e monitoramento, bem como do estabelecimento de contato direto com a comunidade, pois muitas transformações podem ocorrer sem a devida atenção, correndo-se o risco de perda do investimento aplicado no local.

A Tabela 21 apresenta os resultados dos aspectos considerados negativos pelos entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares (Gráfico 29). Os mais expressivos, contando com 19,7% das indicações, se referem à reduzida condição de segurança do local. Muitos dos respondentes relatam que os assaltos são freqüentes e ainda há outras situações de violência, principalmente à noite, razão pela qual evitam sair de casa neste período.

Na segunda posição, tem-se novamente o índice expressivo dos não respondentes (18,7%). Neste caso, há de se considerar que as pessoas consultadas não queriam falar, ou não sabiam, ou não se sentiram suficientemente seguras, dentre vários outros motivos. Vale ressaltar, também, os índices destacados para marginalidade do local (6,5%) e violência, crimes, tiros e balas perdidas (5,7%), tráfico de drogas e vícios (3,0%), vandalismo e maloqueiros (2,3%).

Tabela 21: Resultados dos aspectos negativos na Vila Zumbi dos Palmares na opinião dos moradores entrevistados

O que considera ruim?	Nº indicações*	Nº de moradores		RESULTADOS (%)
		Homens	Mulheres	
Pouca segurança (policimento)	79	31	48	19,7
Não respondeu	75	35	40	18,7
Muito lixo nas ruas, valas, beira da BR116	29	11	18	7,3
Marginalidade (ladrão, bandido)	26	9	17	6,5
Nada	25	9	16	6,3
Violência /crimes /tiros e balas perdidas	23	9	14	5,7
Atendimento precário do Posto de Saúde (ruim, fraco, demora conseguir ficha para consulta)	23	7	16	5,7
Anterior era ruim agora está bom	13	6	7	3,3
Muitos cachorros nas ruas	13	5	8	3,3
Plano de pagamento da regularização do terreno / pagar pelo sobrado	13	9	4	3,3
Sistema de transporte público (intervalo longo, poucas linhas, não tem integração, rota não atende a todos)	13	10	3	3,3
Trafico de drogas / Vícios	12	5	7	3,0
Vandalismo/maloqueiros/malandragem	9	4	5	2,3
Muitos buracos nas vias públicas	9	3	6	2,3
Iluminação pública / rede é falha	9	6	3	2,3
Pouca coleta de lixo	8	3	5	2,0
Não tem calçamento nas vias públicas	8	5	3	2,0
Funcionamento precário do correio	7	5	2	
Não tem vagas na creche	7	0	7	1,7
Falta de cuidado (higiene) e zelo dos moradores com o depósito de lixo	7	4	3	1,7
Acesso (travessia) a BR116 (perigoso)	6	5	1	1,5
Muitas crianças nas ruas	6	2	4	1,5
Bares / Barulho a noite / som alto	6	3	3	1,5
Não tem área de lazer e recreação para as crianças	4	2	2	1,0
Não terminaram o que começaram (promessas não cumpridas)	3	0	3	0,7
Moradores jogam muito lixo na lagoa, córrego, rio, beira da BR116	3	1	2	0,7
Muitas pessoas desocupadas / adolescentes	3	3	0	0,7
Deslocamento para pagar contas (dificuldades)	3	0	3	0,7
Posto de Saúde distante	3	0	3	0,7
Pouca oportunidade de emprego na região	2	0	2	0,5
Colégio / Escola	2	2	0	0,5
Rede de esgoto mal feito (odores)	2	1	1	0,5
Cultura das pessoas do local	2	0	2	0,5
Pouca educação / instrução das pessoas	2	1	1	0,5
Tudo	1	0	1	0,3
Pouca assistência das autoridades	1	0	1	0,3
Taxa de energia elétrica muito alta	1	0	1	0,3
Vizinhos	1	1	0	0,3
A terra entope as canaletas / bueiros	1	1	0	0,3
Animais vetores de doença com tanto lixo nas ruas / valas / beira da BR116	1	0	1	0,3
Brigas e intrigas dos rapazes da parte alta com os da parte baixa	1	1	0	0,3
Revistas dos guardas na entrada e saída da escola	1	0	1	0,3
A convivência com as pessoas	1	0	1	0,3
Administração do local	1	0	1	0,3
Aparência das residências na parte baixa da vila (desagradável)	1	1	0	0,3
Prostituição infantil	1	0	1	0,3

Fonte: Elaborada com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Nota: * = Muitos entrevistados indicaram mais de um item.

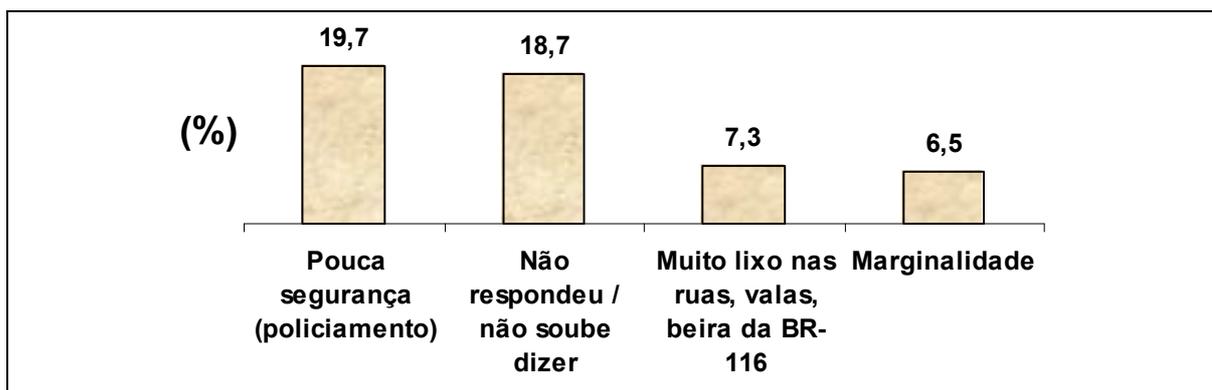


Gráfico 29: Principais aspectos negativos na opinião dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares – 2008

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Uma questão importante a destacar são as condições de segurança da população que vive em favelas, pois as pessoas que convivem com problemas da pobreza também presenciam situações de violência, marginalidade e movimentos de tráfico de drogas, dentre outras. Os conflitos associados a esta situação na vida diária desses moradores causam insegurança, ameaçando seu bem-estar e sua sobrevivência (DIMENSTEIN; ZAMORA; VILHENA, 2004).

Portanto, a insegurança pela violência urbana também é presenciada pela população pobre, como os moradores da Vila Zumbi dos Palmares, pois, conforme demonstra a pesquisa, convivem com esta situação. É interessante notar nesta questão que na própria comunidade há os que vivenciam e os que praticam os atos de delinquência. Diagnostica-se, portanto, a existência de conflitos sociais internos.

Cabe destacar novamente a citação do lixo nas ruas e valas, bem como às margens da BR-116, com indicação de 7,3% dos respondentes, havendo muitas reclamações nesse sentido. Para 2,0%, a coleta é insuficiente e 1,7% reforçam que há falta de cuidado e zelo por parte dos próprios moradores. Como decorrência, surge a problemática dos animais vetores de doença, citada por 0,3% dos entrevistados.

Também é mencionada a frequência de muitos cães nas vias públicas da Vila (Figura 22), conforme 3,3% das indicações, os quais transitam livremente, muitas vezes em grupos e principalmente na sua porção mais baixa, acarretando, em alguns casos, perigo de ataque aos transeuntes.

Conforme Romero (2003), se a dinâmica de uso de determinado espaço urbano promove alterações no ambiente, certamente vai refletir em degradação com implicações na saúde da população. Assim, embora a Vila Zumbi dos Palmares tenha passado por processo de intervenção com a finalidade de melhorar as condições socioambientais da região, ainda convive com sérios problemas como a presença do lixo e de animais vetores de doenças.



Figura 22: Vistas de cães em ruas da Vila Zumbi dos Palmares em 2008
Fonte: KERDER (2008)

Cabe ressaltar, também, algumas questões abordadas sobre a intervenção; 3,3% dos entrevistados dizem que a situação anterior era pior, enquanto a mesma proporção (3,3%) contesta o plano de pagamento pela regularização do terreno e pelo sobrado. Para 0,7%, houve promessas não cumpridas e 0,3% se preocupa com a aparência das residências da parte baixa da Vila, pois várias delas ainda encontram-se em condições precárias e outras concentram muito lixo nos seus terrenos e à frente das suas casas.

Promover regularização fundiária em ocupações irregulares é um grande desafio, porém não se pode evitar o enfrentamento do problema dos assentamentos informais (FERNANDES, 2005). Assim, além do desafio do projeto ter ultrapassado a fase de identificação dos problemas e ter sido aplicado na Vila Zumbi dos Palmares, há de se manter contato e retorno constante junto à comunidade, a fim de suprir suas deficiências e necessidades, e mantê-la informada, principalmente, no que diz respeito a questões financeiras.

Outra abordagem envolve a questão social, com 1,5% dos respondentes considerando inadequada a permanência de muitas crianças nas ruas. Como não existem áreas de lazer e recreação para a população, segundo 1,0% dos entrevistados, elas acabam realizando suas brincadeiras nas vias públicas, uma vez que as residências em geral são pequenas e sem jardim ou quintal. Outras causas para este fato vêm da própria família, ou porque a mãe trabalha fora e não tem onde deixar os filhos, ou porque não há uma organização familiar, dentre várias outras. Demais respostas sobre o contexto social envolvem as pessoas desocupadas (0,7%), principalmente adolescentes, a cultura das pessoas do local (0,5%), pouca educação e instrução (0,5%) e prostituição infantil (0,3%), além de um dado interessante, relativo a indícios de conflitos existentes entre rapazes das partes alta e baixa da Vila (0,3%), informação prestada inclusive por jovem de 18 anos.

De acordo com Nigro (2007), o desenvolvimento local pressupõe um conjunto de fatores, dentre eles, educação, ambiente social, cultura e lazer, com vistas ao alcance de um modelo de vida mais sustentável.

No entanto, avalia-se que, para as famílias de baixa renda, esta conquista não parece nada fácil, pois as dificuldades são excessivas e as oportunidades restritas. Esse é o caso da permanência das crianças nas ruas da Vila Zumbi dos Palmares, por exemplo, reflexo da carência de programas infantis e de área para lazer e recreação na comunidade.

Para Araújo (2006), é imprescindível a instituição para esta população de programas de inclusão social e econômica que facilitem o atendimento às suas necessidades. Tollini (2006) exemplifica o caso de adolescentes moradores nessas comunidades, em que muitos freqüentam a escola, mas continuam sem orientação porque não há ajuda no sentido de desenvolver suas capacidades essenciais para mudar sua precária condição de vida.

Para encorajar mudanças de atitudes e de comportamentos, no caso dos adolescentes da Vila, com vistas à sua preparação para uma profissão, por exemplo, preliminarmente serão necessárias intervenções e ajuda para superação da sua condição de pobreza.

Pelo levantamento realizado em 2004, os principais problemas enfrentados pela população nas áreas da várzea do rio Palmital e naquelas próximas a BR116, segundo os moradores, eram: lama (87%), inundações dos afluentes (77%), animais vetores de doenças e mau cheiro de esgoto (70%), insegurança representada pela rodovia BR116 (67%), odor desagradável do lixo não recolhido (60%) e poeira (57%) (COHAPAR, 2005).

Atualmente, nota-se que os problemas da lama, inundações dos afluentes, poeira e mau cheiro de esgoto foram, a princípio, resolvidos ou minimizados. No entanto, os animais vetores de doenças, o montante de lixo concentrado e depositado no local, ou mesmo descartado em locais impróprios, e a insegurança representada pela rodovia BR-116, são problemáticas que ainda permanecem.

Na concepção de Araújo (2006), um projeto é uma experiência a ser aperfeiçoada ao longo do tempo de modo a lançar bases para novos planos. Pode-se dizer, então, que a partir do momento que um trabalho tem início, seu desenvolvimento será constante.

Portanto, não se pode confirmar que os trabalhos referentes ao processo de intervenção na Vila foram concluídos, pois a comunidade ainda convive com problemas de ordem ambiental e de qualidade de vida, sendo necessária a instituição de programas para a resolução das questões remanescentes.

Os comentários mais relevantes dos moradores entrevistados estão contemplados nos Quadros 10 a 13, apresentados na seqüência.

O Quadro 10 destaca comentários sobre aspectos da intervenção ocorrida na Vila Zumbi dos Palmares. Pode-se afirmar que, em geral, é bem aceita pela comunidade, pois, para a maioria dos moradores, a situação atual é melhor que a anterior.

Comentários originais	
O local já foi ruim; agora com tudo que foi feito o ambiente está melhor.	F
A intervenção não fez bem para os antigos.	F
Está melhor do que quando vim morar a quatro anos atrás.	F
A intervenção melhorou a situação de vida (anterior era muito difícil).	M
Ruim estava antes da intervenção.	M
A intervenção fez bem para todos, antes as ruas eram muito ruins.	M
Antes era ruim, agora está melhor.	F
Antes as ruas eram muito ruins, agora está bom.	F
Tudo o que fizeram melhorou bastante.	F
Antes era ruim, não tinha rede de esgoto e abastecimento de água. Agora tem.	F
Precisa melhorar muito ainda, fazer calçadas, trincheira para atravessar a BR116.	M
Para quem mora na vila a tempo melhorou bastante.	M
Os fundos (espaço interno dos sobrados) é vago, um espaço aberto que ainda não foi definido. Falaram que ia ser uma área de lazer e recreação mas por hora, às pessoas só estão jogando lixo.	F
A intervenção foi boa mas a comunidade precisa fazer a parte dela.	M
Melhorei de vida após a intervenção. Antes pagava aluguel, agora tenho casa própria.	F
Antes era ruim, tinha muita lama, agora está tudo asfaltado.	F
Não sofro mais com enchentes.	F
Rede de esgoto não ficou muito boa, quando chove sai água dos bueiros.	M

Quadro 10: Comentários relevantes dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares sobre aspectos da intervenção

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Notas: M = entrevistado do sexo masculino

F = entrevistado do sexo feminino

Destaca-se o comentário sobre o espaço livre interior ao terreno dos sobrados, ainda vago e indefinido (Figura 23), com potencial de utilização para outras atividades, como lazer e recreação, por exemplo. Porém, não há indicativos do que será feito do local; por hora, se presta ao descarte de lixo, como tantas outras localidades da vila.



Figura 23: Vistas do espaço livre do interior de concentração de sobrados na parte alta da Vila Zumbi dos Palmares em 2008

Fonte: KERDER (2008)

Um espaço utilizado de forma inadequada expressa condições impróprias de uso e gera uma paisagem peculiar, muitas vezes em contradição ao que se deseja de um ambiente organizado. A realização de trabalhos envolvendo projetos arquitetônicos e urbanísticos, além dos aspectos construtivos, tecnológicos e de infra-estrutura urbana, também deve integrar atividades e funções dos espaços internos e externos da habitação (CARVALHO; AMORIM; ALVES, 2004).

A indefinição do espaço livre interno ao conjunto de sobrados na Vila Zumbi dos Palmares condiciona ao uso inadequado pelos próprios moradores. Esta é uma atitude inadequada por parte da população, mas que ocorre pela ausência de atividades e funções deste ambiente até o presente momento. Ainda subsistem dúvidas, mesmo após o processo de intervenção, quanto à execução de algum empreendimento neste local.

Ao contrário do Quadro 10, em que são apresentados aspectos favoráveis à intervenção, o Quadro 11 evidencia descontentamentos em relação à forma de legalização da propriedade. Conforme a maioria dos respondentes, o contrato envolve complicações e sofreu alterações, bem como há dificuldades dessa população de baixa renda para o pagamento das prestações. Desta forma, percebe-se que falta maior clareza da Cohapar nas tratativas com os moradores, gerando dúvidas e conflitos, tornando-se necessárias alternativas para amenização da situação.

Comentários originais	
Tem muita burocracia para legalizar a propriedade.	F
Tenho dívidas com a regularização do terreno que desconhecia, não sabia que tinha conta para pagar e agora tenho que pagar as pendências com multa.	F
O acordo para regularização do terreno está complicado, era um agora é outro.	F
A cobrança para regularização do terreno está fora do combinado, ta confuso, tem dois contratos.	F
A regularização do terreno está complicada, foi falado uma coisa e agora é outra.	M
A modificação do trato de pagamento não me agradou, quero pagar em menos tempo mas não posso porque o plano não aceita.	F
Ta complicado pagar as prestações, antes era um valor agora é outro. Penso em sair do sobrado.	M
Me tiraram da beira do rio e agora tenho que pagar. O valor era um agora é outro.	F
O contrato das prestações da regularização do terreno foi alterado.	F
As condições de pagamento das casas ficou muito ruim, foi alterado o tempo de financiamento de 6 para 20 anos e não agradou às pessoas.	M
Aumentaram as minhas despesas com o pagamento do terreno.	M

Quadro 11: Comentários relevantes dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares sobre aspectos de legalização da propriedade

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Notas: M = entrevistado do sexo masculino
F = entrevistado do sexo feminino

A situação dos contratos é complexa e até mesmo entre esclarecidos existem problemas de interpretação de determinadas cláusulas.

Permanece a questão sobre o plano de regularização fundiária aplicado na Vila Zumbi dos Palmares, de que a legalização da propriedade certamente aconteceria posteriormente. Acredita-se na importância de observação deste ponto preliminarmente ao processo propriamente dito, pois trata-se de população de baixa renda, a qual enfrenta muitas dificuldades financeiras. Por esta razão, discute-se que a pós-intervenção é um momento para reforçar o canal de comunicação junto a esta população, ou seja, é neste período que a atenção provavelmente deve ser redobrada.

O Quadro 12 pode ser considerado crítico, pois trata de problemas muito complexos. Pode-se dizer que há muito a ser desenvolvido em relação às questões socioeconômicas junto a esta população, principalmente no encaminhamento de crianças, adolescentes e jovens. Durante as pesquisas, constatou-se a existência de expressiva quantidade de crianças nas ruas e de várias meninas novas grávidas, assim como de muitos jovens e adolescentes em locais denominados “bocas-de-fumo”. Além disso, muitas pessoas ainda vivem em situação de extrema miséria, sem condições mínimas até para sua alimentação, o que diminui as suas possibilidades de busca por melhores condições de vida.

Comentários originais	
Tem muitas crianças que ficam na rua, falta conduzi-las para algo.	M
A violência diminuiu.	F
O que precisa melhorar é a cultura do povo da Vila.	M
As crianças ficam nas ruas por falta de organização das famílias.	F
O pessoal de baixo nível precisava de mais instrução, por exemplo, tem muitas mulheres grávidas aqui, meninas novas.	M
Se eu não ganhar ajuda na rua e de parentes fico sem comer.	M
Falta projeto para as crianças saírem das ruas.	F
Reduziu os bandidos.	M
Nós aqui da parte baixa da vila sofremos porque o Posto de Saúde é longe, tudo é longe.	F
Sou de baixa renda não posso ir morar em outro local, não tenho condições.	F
Só fico na vila porque não tenho condições de ir para outro local, é um local que tem muita gente que não é de bem, pessoas mau caráter.	F
Não saio da vila, não vendo para ir morar em outra invasão.	M
Me candidatei para ter um sobrado da Cohapar.	F
Só estou na vila porque não tenho para onde ir.	F
Já saí três vezes da vila e acabei retornando.	F
Algumas propriedades aqui da vila estão muito precárias.	M

Quadro 12: Comentários relevantes dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares sobre aspectos socioeconômicos

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Notas: M = entrevistado do sexo masculino
F = entrevistado do sexo feminino

Como já dito anteriormente, é preciso empenho nos programas sociais junto a esta população (ARAÚJO, 2006), pois a habitação e transporte, por exemplo, são condições apenas materiais; há de se trabalhar com afinco a realidade vivenciada por estas pessoas (EGLER, 2006).

Dessa forma, pode-se perceber ao longo da pesquisa realizada sobre o perfil dos moradores da Vila Zumbi dos Palmares que há muito ainda com que se trabalhar para o desenvolvimento socioeconômico local. Como comentado, não são apenas as necessidades materiais que necessitam de resolução; por isso, discute-se mais uma vez que a atenção deva ser redobrada após o processo de intervenção, pois este momento é fundamental para proporcionar a elevação das condições de vida da população.

Os comentários do Quadro 13 fortalecem a questão da falta de conscientização do próprio morador da Vila Zumbi dos Palmares, evidenciando a necessidade de reforços institucionais sobre educação ambiental. Esta é uma população que, por força do destino, espera apoio externo. Assim, não se pode esperar que tome consciência por si mesma, tornando-se necessário intervir e insistir para que tenha em mente a importância da manutenção de um local ambientalmente limpo e sadio. Todavia, é preciso oferecer condições para tanto.

De acordo com Mota (2003), um aspecto importante a considerar em uma política de conservação ambiental diz respeito à participação da comunidade no processo.

É necessária a formação de uma consciência de que não só o poder público é responsável, mas também toda a população deve trabalhar pela manutenção da qualidade de nosso ambiente de vida (MOTA, 2003, p.309).

Portanto, o processo educativo assume um papel de relevância em atividades de conservação ambiental, mas deve envolver toda a comunidade (MOTA, 2003), bem como, estimular a expansão dos meios de acesso a estas informações, que geralmente são dispersas e de difícil compreensão, como parte de uma política de fortalecimento social (JACOBI, 2004).

Percebe-se, no entanto, que há deficiências de conscientização sobre os aspectos ambientais por parte da população da Vila Zumbi dos Palmares. Este processo ocorreu somente anteriormente e no decorrer da intervenção; assim, pode-se afirmar que há urgências na retomada do trabalho para o desenvolvimento de educação ambiental após a regularização fundiária.

Comentários originais	
A coleta de lixo é muito pouca, é só duas vezes por semana mas quando chove não tem.	F
As pessoas não se conscientizam sobre o lixo, há descuido das pessoas, e também não há separação dos recicláveis com os orgânicos na coleta da prefeitura municipal.	F
Muita sujeira na rua, muito lixo, falta de consideração do próprio morador.	F
O projeto de arborização urbana foi desorganizado, faltou alinhamento.	M
A própria população joga lixo nas ruas, valetas, no rio, também vem gente de fora para jogar aqui.	M
Quanto mais as pessoas cuidarem melhor vai ser, as pessoas que fazem o local.	F
As pessoas precisam se interessar mais pela limpeza dos seus terrenos, da frente das suas casas, das ruas.	F
Tem muita gente que bagunça, tem muita sujeira.	F
A coleta de lixo é muito irregular, às vezes passa nos dias certo, outras não, às vezes nem passa.	F
Os moradores não se organizam, não cuidam do lixo, jogam nas ruas, na beira da BR116, no córrego, no rio, junta bichos, ratos, mosquitos, cachorros...	M
Os vizinhos deveriam ser mais caprichosos com seus lixos.	M

Quadro 13: Comentários relevantes dos moradores entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares sobre aspectos socioambientais

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Notas: M = entrevistado do sexo masculino

F = entrevistado do sexo feminino

É importante ressaltar que, após a intervenção, novos moradores chegaram ao local e muitos daqueles que acompanharam suas várias etapas saíram da Vila. Nesse sentido, os novos não tiveram ao seu alcance todo o processo. Pode-se dizer que alguns comentários sobre a falta de higiene e zelo por parte do morador são de novos habitantes, como também dos mais antigos sobre os recentes.

Com a finalidade de abranger a totalidade da área da Vila Zumbi dos Palmares para melhor compreensão dos resultados, a estratégia de aplicação dos questionários junto à população para identificação do perfil dos moradores foi traçada por regiões (Figura 24). Assim, foi possível percorrer e conhecer toda a sua extensão.

É interessante apresentar nesta estrutura de pesquisa, a análise intra-urbana, pois, conforme a dinâmica de aplicação do questionário considerando os moradores de acordo com a área de localização de sua moradia, foi possível identificar alguns aspectos relevantes entre as regiões, ou seja, determinadas áreas, pelas suas características físico-ambientais e de ocupação, apresentam diferenças importantes a serem destacadas.

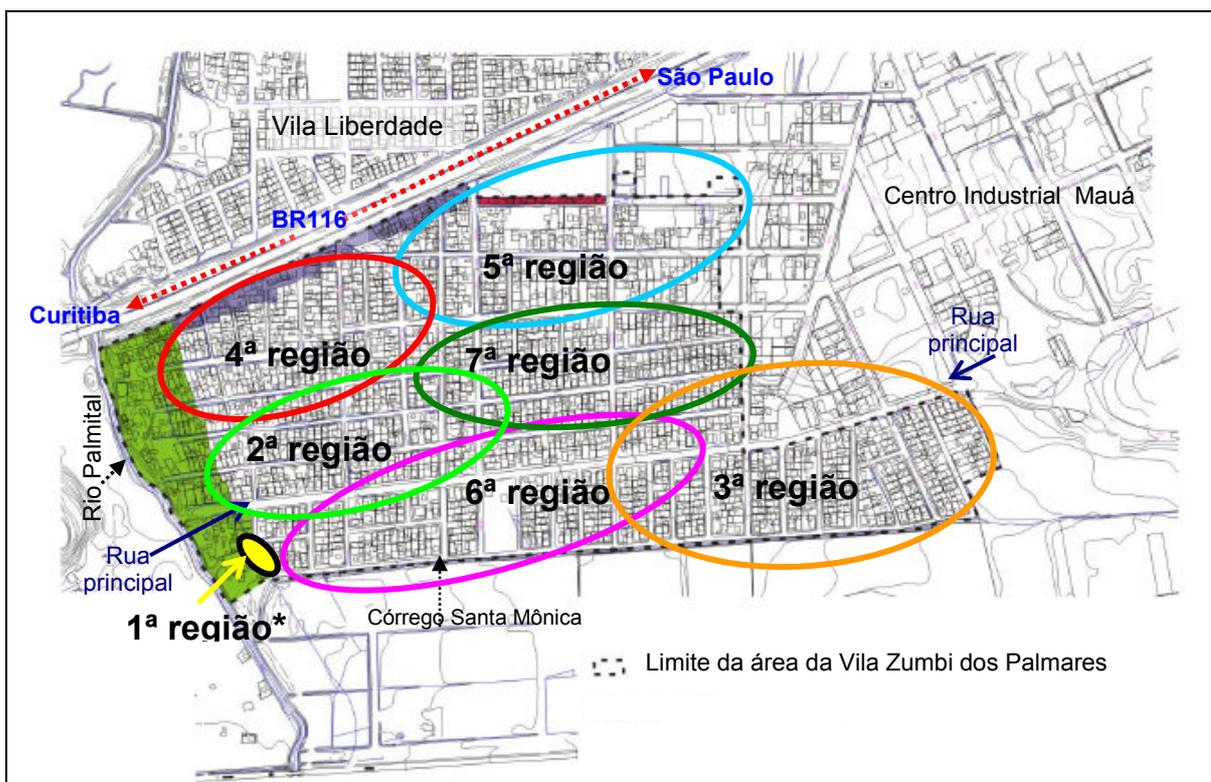


Figura 24: Planta de ocupação da dinâmica das abordagens dos moradores na Vila Zumbi dos Palmares em 2008

Fonte: Adaptada de Cohapar (2005) e elaborada com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Nota: * = perfil dos moradores dessa região se enquadra no contexto geral, pois trata-se de entrevista com moradores na fila de espera de atendimento do escritório local da Cohapar

No quesito de residentes dos sobrados, a 5ª região, situada na parte alta da Vila, concentra o maior índice das novas unidades habitacionais (8,0%), seguida da 4ª, localizada na parte baixa (6,0%).

Ressalta-se que os índices dos entrevistados dessas localidades que morariam em outro local são proporcionais à concentração de sobrados em cada região, o que explica as maiores taxas para a 5ª (4,5%) e a 4ª (3,0%).

A 4ª região lidera o número de desempregados (4,0%), seguida da 2ª, (2,0%). Os menores valores de concentração para emprego formal são encontrados na 5ª região, com apenas 1,0%, e na 4ª, com 1,7%.

Considera-se a 2ª e 4ª regiões as mais críticas por se manterem com os maiores índices de desempregados; sob outro aspecto, a 4ª e 5ª, por concentrarem as menores taxas de emprego formal. Pode-se afirmar, no entanto, que dentre as áreas, a 4ª encontra-se em um patamar inferior às demais.

A renda mensal de até 1 salário mínimo concentra 11,7% na 2ª região, e 10,0% na 4ª, locais onde se encontra o número mais expressivo de carrinheiros entrevistados, com 2,3% cada uma, num total de 4,6%.

A 2ª e a 4ª regiões, localizadas na parte baixa da Vila, concentram a população mais carente, provavelmente as que merecem maior atenção. Também foi possível verificar nestas áreas no decorrer das pesquisas, uma quantidade expressiva de residências ainda em precárias condições.

Estas localidades também registram o maior número de entrevistados desempregados e de carrinheiros (catadores). Por se tratar dessas condições, um fator preocupante diz respeito à idade, pois a 4ª região registra o maior índice de pessoas na faixa entre 13 a 30 anos (5,5%), o que significa que expressivo contingente de residentes deste local faz parte de população jovem.

Outro dado importante sobre a 4ª região consiste no registro de menor número de participantes em cursos profissionalizantes, apenas 1,0% do total dos entrevistados na Vila Zumbi dos Palmares.

Cabe destaque ao relato de algumas observações relevantes no decorrer da aplicação dos questionários. Na 4ª região, constata-se a quantidade mais expressiva de meninas novas grávidas e de jovens e adolescentes em “bocas-de-fumo”, que nada mais são que determinadas vias públicas de acesso, em plena luz do dia.

Esta análise intra-urbana relacionada ao perfil dos moradores por regiões da Vila Zumbi dos Palmares auxiliou na constatação de que a 4ª é provavelmente a mais crítica, merecendo significativa atenção no que se refere a projetos de desenvolvimento socioeconômico.

4.3.3 Síntese comparativa dos resultados quantitativos e qualitativos

Após a apuração dos resultados quantitativos e qualitativos, são apresentadas comparações dos dados obtidos, para verificação da hipótese de que a intervenção ocorrida na ocupação irregular, não alcançou efetivamente os objetivos propostos no projeto implantado, especialmente aqueles relacionados com a permanência das famílias relocadas nos novos lotes, com a participação da população nos cursos ofertados pelas instituições locais, com o aumento da renda

familiar, com a redução de descarte de lixo nas margens do rio Palmital e com a melhoria da qualidade hídrica deste curso d'água.

Comparando os resultados apurados, com relação à faixa etária, os dados quantitativos apontam para o maior número de pessoas em torno de 22 a 60 anos, seguido da classe de 11 a 21 anos. Pelos moradores entrevistados, constata-se que esta informação é nivelada, pois a maioria se encontra na faixa de 31 a 40 anos, seguida da de 41 a 50 anos e de 21 a 30 anos.

Na pesquisa quantitativa, o nível de escolaridade indica maior frequência para 5^a a 8^a séries; já nas entrevistas com os moradores, para a 1^a a 4^a séries. Portanto, neste quesito há relativa contradição nos resultados.

Quanto à ocupação profissional, em ambos os casos os índices apontam maior expressividade para a informalidade. No que compete à renda familiar, entretanto, também ocorrem diferenças, pois nos dados quantitativos as maiores taxas apontam para 1 a 2 salários mínimos, seguido de até 1 salário mínimo, enquanto que nos dados qualitativos ocorre o inverso. Porém, esta característica não é significativa frente à proximidade dos valores.

Um ponto de destaque é o tempo de residência na Vila Zumbi dos Palmares. Os resultados quantitativos demonstram queda expressiva da população com mais de seis anos de Vila e acréscimo significativo de até um ano. Já nos resultados qualitativos, os maiores índices são registrados para moradores com mais de 10 anos (Gráfico 30). Neste caso, é oportuno considerar alguns comentários¹⁵ que indiquem explicações para esta diferença.

Em geral, houve expressiva mobilidade da população (com vários moradores entrando ao mesmo tempo em que muitos saíram da Vila). A maioria das pessoas que atualmente vivem no local negligencia tal informação por receio de que por algum motivo, como pouco tempo de permanência na Vila, possam perder suas propriedades. Assim, para a obtenção desses dados com maior precisão e confiabilidade, torna-se fundamental o estabelecimento de contatos informais com a população, mesmo sem representatividade estatística, tampouco com maiores formalidades, pois há neles muitas desconfianças.

¹⁵ Comentários do Presidente da Associação dos Moradores, Sr. Genésio Medeiros Filho, em 31 de outubro de 2008; e do Agente Socioambiental da Sanepar, Sr. Ismael Epifanio da Silva, em 10 de novembro de 2008.

Das 288 famílias residentes nas novas unidades habitacionais, foram entrevistadas 96. Destas, 13 moram na Vila há menos de um ano, 25 até dois anos e 58 desde que os sobrados foram construídos. Com esses dados, é possível verificar que não houve permanência absoluta das famílias relocadas. Portanto, diagnosticou-se novamente que a intervenção não atendeu toda a população de baixa renda que passou pelo processo de reassentamento.

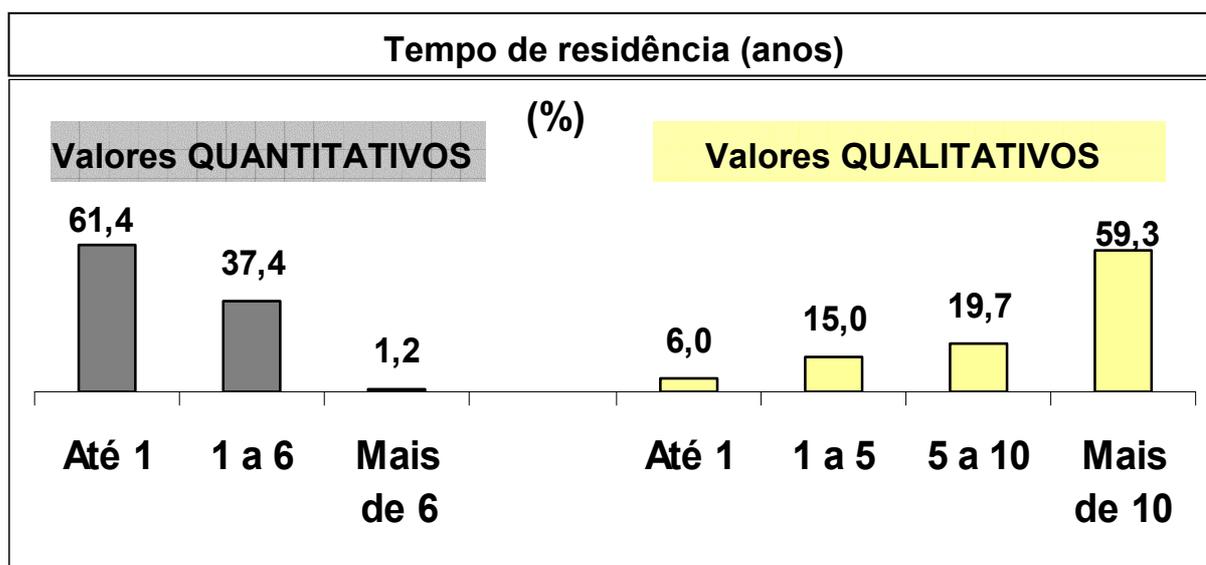


Gráfico 30: Comparação de valores quantitativos e qualitativos de tempo de residência dos moradores na Vila Zumbi dos Palmares

Fonte: Elaborado com base em Cohapar (2008) e em entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Por outro lado, os serviços de infra-estrutura básica conferem a totalidade de população atendida, exceto aqueles relacionados à rede de energia elétrica, pois ambas as pesquisas apontam a existência de irregularidades.

Tanto a pesquisa quantitativa como a qualitativa apontam a participação da comunidade ainda de forma tímida nos cursos profissionalizantes.

Mais da metade dos entrevistados não moraria em outro local e as mais expressivas indicações sobre o que ainda falta na Vila Zumbi dos Palmares se direcionam para a segurança, posto de saúde 24 horas, creche e áreas de lazer e recreação.

Vale ressaltar que os residentes interpretam que os melhores resultados da intervenção são vinculados à pavimentação das vias públicas e à infra-estrutura básica. Por sua vez, as reduzidas condições de segurança (policimento), excesso de lixo nas ruas, valas e margens da rodovia BR-116, marginalidade e violência são os principais aspectos negativos levantados.

Em termos gerais, diagnostica-se que a intervenção ocorrida na Vila Zumbi dos Palmares contribuiu para a melhoria das condições de vida dos moradores, proporcionando serviços de infra-estrutura básica, e drenagem (com ênfase para área de contenção de cheias). Porém, esta situação se contrapõe ao acúmulo de lixo e seu descarte impróprio, à reduzida frequência do serviço de coleta domiciliar de resíduos sólidos e à questão do policiamento precário. Outra pendência diz respeito à execução de equipamentos comunitários e de áreas de lazer e recreação.

A intervenção contribuiu para a organização da ocupação com as ruas pavimentadas, retirada das residências dos locais impróprios e o aproveitamento dos espaços vagos para as novas unidades habitacionais às famílias relocadas, plantio de mata ciliar para recuperação ambiental às margens do rio Palmital. No entanto, as vias necessitam de manutenção e o calçamento não foi concluído; havendo também necessidade de continuidade dos trabalhos de recuperação ambiental.

Não se pode afirmar, contudo, que o processo de intervenção contribuiu para a permanência total das famílias relocadas das áreas de risco e reassentadas nos sobrados, pois os resultados apurados indicam sua retirada em grau considerável (Gráfico 31).

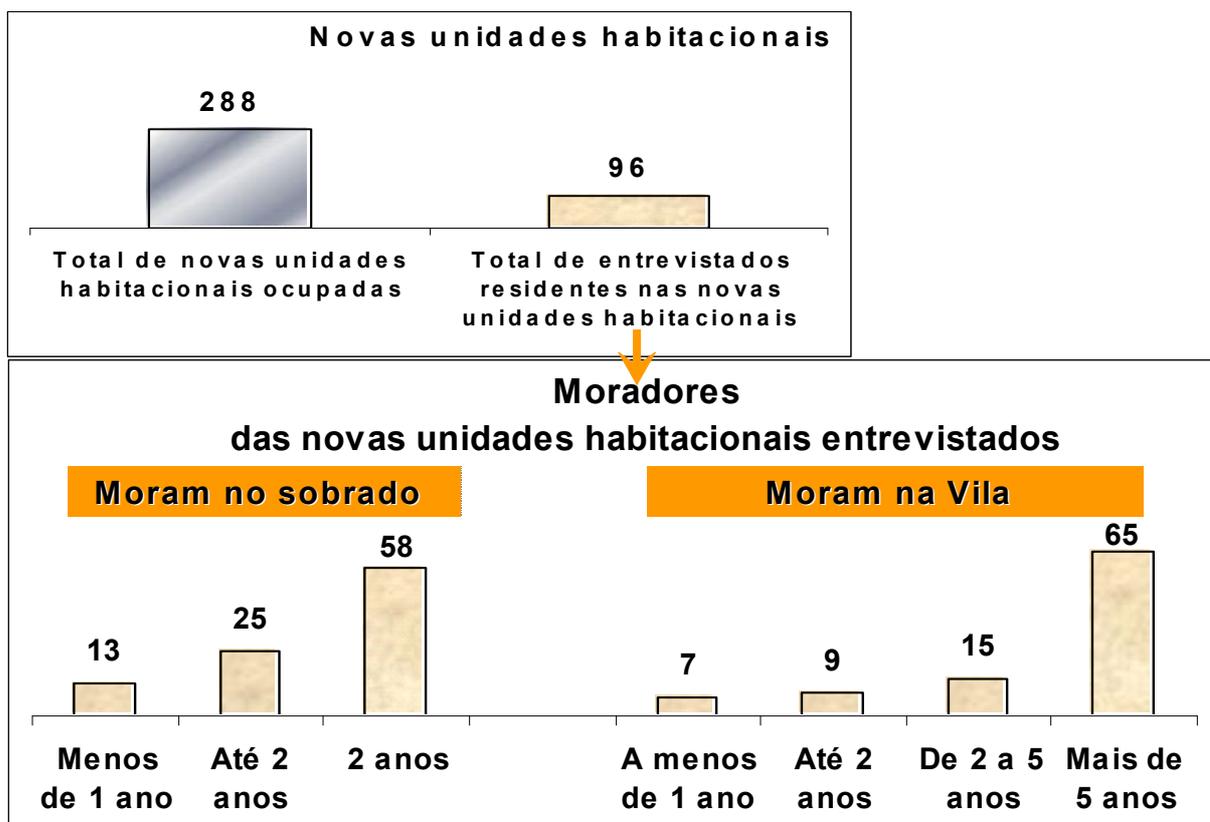


Gráfico 31: Permanência dos moradores entrevistados nas novas unidades habitacionais na Vila Zumbi dos Palmares

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores da Vila Zumbi dos Palmares.

Questiona-se, portanto, se a forma de intervenção na Vila Zumbi dos Palmares pode ter sido equivocada desde o início, pois, pelos resultados apresentados, constata-se que os objetivos propostos no projeto implantado não foram efetivamente alcançados, uma vez que as análises demonstram inúmeros aspectos que se contrapõem às metas pretendidas.

Um dos aspectos diz respeito à permanência das famílias na área, embora nenhum sistema de intervenção garanta realmente que as pessoas permaneçam na área após o processo, pois não é possível enraizá-las. Outro se refere ao fato de que a vila ainda convive com problemas diversos que ainda não foram solucionados ou minimizados, como, por exemplo, o acúmulo de lixo no local. O programa também atraiu novos integrantes, havendo, portanto, alteração das suas reais intenções, uma vez que esta atração não fazia parte das pretensões do projeto. Desta forma, restam dúvidas se um processo de regularização fundiária em assentamentos informais pode, em determinadas circunstâncias, solucionar ou agravar ainda mais o problema.

Destaca-se, neste contexto, o que expõe Nigro (2007, p.140), pois sob o ponto de vista da gestão por resultados, “as melhores práticas e a viabilização dos custos passam a ser favoráveis à gestão municipal, uma vez que trazem outros benefícios [...]” como necessidade de valorização em relação às potencialidades de um determinado local, por exemplo. No entanto, para que isso ocorra,

o gestor responsável pelas tomadas de decisões não deve ter interesses próprios e imediatistas (que visam retorno em curto prazo) envolvidos nos projetos urbanos. Só assim, ele estará em condições de enfrentar o problema com a missão de minimizar as crises ambientais a partir do pronto-atendimento das demandas sociais, econômicas e culturais que se materializam no espaço, por exemplo, em forma de ocupações irregulares, e pela demanda de serviços públicos decorrentes dessas anomalias (NIGRO, 2007, p.142-143).

Nesta concepção de práticas de gestão, no caso de ocupações irregulares, pode-se dizer que os custos empreendidos em um processo de intervenção devem promover inúmeros benefícios para a comunidade, de forma a minimizar a problemática do local, considerando sua identidade e potencialidades. Deve-se tomar, como ponto de partida, um projeto de longo alcance e este, acima de tudo, deve permitir a obtenção de resultados satisfatórios, tanto em nível de gestão como para a população beneficiada.

No entanto, com a síntese comparativa dos resultados do processo de intervenção aplicado na Vila Zumbi dos Palmares, percebe-se que as ações necessárias para viabilizar o planejado, talvez não tenha sido formulada conforme concepção de práticas de gestão de longo prazo acima citado, pois, os índices apontam queda de permanência total das famílias, bem como, nota-se rompimento na continuidade de alguns trabalhos e empreendimentos.

Sob a ótica de gestão por resultados, considera-se fundamental no planejamento de planos e propostas para intervenções em ocupações irregulares, traçar diretrizes considerando primordialmente o produto final em questão, ou seja, os próprios moradores, pois, expressivas revelações em um processo nesta instância se manifestam após a implantação do empreendimento.

Importante destacar que o planejamento urbano estrutura-se de forma sistêmica, de acordo com o processo, o qual, engloba vários aspectos que devem ser considerados (LIMA, 2000), como as variáveis quantitativas e qualitativas, por exemplo; e, para que um plano municipal possa ser bem sucedido (REZENDE; CASTOR, 2006), no caso como o qual foi aplicado na Vila Zumbi dos Palmares, é preciso colocar em prática a eficiência e manutenção do projeto, principalmente, a

continuidade do que foi planejado inicialmente (GOUVÊA, 2005).

Portanto, é fundamental a continuidade, sob todos os aspectos, do projeto implantado na Vila Zumbi dos Palmares para que se possa alavancar resultados favoráveis tanto ao município como para a população, pois, de nada adianta os esforços empreendidos no plano se ele não prosperar. Porém, fica a questão de que embora haja a seqüência dos trabalhos na comunidade, é pouco provável que as famílias que não permaneceram na Vila após a intervenção retornem ao local. Um comentário relevante sobre assunto é a concepção de que o período final como este em que o empreendimento já foi implantado seja na verdade, o início de tudo, talvez, o momento que mais necessita de atenção por parte dos envolvidos no processo.

4.4 PROPOSTAS FUTURAS

Em síntese comparativa do processo de reestruturação da Vila Zumbi dos Palmares, verifica-se que, na fase de pré-ocupação, a população de baixa renda ocupou irregularmente a área considerada frágil em termos ambientais, pela falta, a princípio, de opções e condições financeiras. Muitas das famílias se instalaram em áreas de risco, como as margens do rio Palmital e da rodovia BR-116. Para estas em especial, a infra-estrutura era precária e não havia sistema de esgotamento sanitário, razão pela qual os efluentes corriam direto em valas e escoavam para o rio Palmital. O abastecimento de água era realizado por meio de torneiras comunitárias e inexistia a coleta de lixo domiciliar pelas dificuldades de acesso, principalmente nas áreas de fundo de vale, onde eram relativamente freqüentes as inundações e a energia era fornecida de forma irregular.

O diagnóstico dessa situação deu origem a um plano de regularização fundiária, urbanização e desenvolvimento socioambiental para atendimento à população de baixa renda no local, com as finalidades precípuas de relocar famílias das áreas de risco e viabilizar melhorias das instalações de moradias já existentes na área consolidada. Assim, na fase de intervenção, foram construídas novas unidades habitacionais para reassentamento da população a ser relocada, utilizando-se áreas vagas na própria Vila Zumbi dos Palmares. Também foi construído o sistema de drenagem da área, inclusive com lagoa de contenção de cheias e executados os sistemas de esgotamento sanitário e de abastecimento de

água em torneiras individualizadas, além de ser implantada a pavimentação das vias públicas. O plano contava, ainda, com projetos de arborização urbana e de recuperação ambiental da área degradada, com edificação de duas creches, um centro comunitário e um barracão de reciclagem de lixo. Também eram previstas ações para construção social de alternativas de enfrentamento da pobreza, por meio de programas socioambientais e fortalecimento de instituições locais existentes.

Após o processo de intervenção, os sobrados foram ocupados e as áreas de risco foram desocupadas. Atualmente, as famílias possuem acesso à infraestrutura básica, as vias públicas encontram-se pavimentadas, a problemática de inundações foi solucionada e foram executados o plantio para recuperação da mata ciliar nas margens do rio Palmital e a arborização urbana. Também foram oferecidos novos cursos profissionalizantes pelas entidades não governamentais locais, desenvolvidos vários projetos socioambientais e efetivado o contrato para financiamento para regularização da propriedade.

Após o processo de regularização, identifica-se que nem todas as ações foram efetivamente realizadas e outras precisam ser fortalecidas. Os equipamentos comunitários ainda não foram executados, a área a ser recuperada ambientalmente necessita de acompanhamento constante e manutenção do plantio até seu fortalecimento, as vias públicas necessitam de restauração, faltam calçadas e a população sofre com as dificuldades para pagamento das prestações de regularização da propriedade. Maricato (2003a) alerta para os cuidados que se deve ter com as implantações num processo de intervenção para não acabar incompleta. Portanto, discute-se que, para o êxito de um projeto de regularização fundiária, os empreendimentos ainda não executados na Vila Zumbi dos Palmares devem ser concluídos, mesmo por que estavam previstos no programa desenvolvido pela Cohapar.

Porém, é importante destacar nesta síntese comparativa a percepção de que um processo de regularização fundiária em uma área frágil como a Vila Zumbi dos Palmares, pode, na verdade, deslocar o foco da questão ambiental, com o quesito ambiente sendo ultrapassado pela questão social.

Os Quadros 14 e 15 apresentam as atividades realizadas e propostas futuras das instituições partícipes do processo de regularização fundiária na Vila Zumbi dos Palmares.

ATIVIDADES				
REALIZADAS			A REALIZAR	
Intervenção – Regularização fundiária			Situação atual	Propostas futuras
Anterior	Durante o processo	Pós-intervenção	Em realização (Periodicidade e prazo de execução)	Pretensões / previsões
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR)				
Levantamento cadastral da área	Reordenamento territorial da área Edificação de 289 unidades habitacionais Relocação e reassentamento de famílias Melhoria das instalações da área consolidada Pavimentação das vias públicas Participação em programas sócioambientais	Titularidade (transferência) da propriedade (financiamento) das novas unidades habitacionais e dos terrenos (lotes) da área consolidada Paisagismo (projeto de arborização urbana)	Comercialização dos lotes e sobrados (novas unidades habitacionais) Todas às segundas-feiras, das 09h30 às 15h00 no escritório montado no local Estimativa de duração do processo por mais de dois anos Participação e parceria em projetos socioambientais Processo constante	Previsão da execução dos equipamentos comunitários (creche, barracão de reciclagem de lixo e centro comunitário) Participação e apoio em projetos sociais e ambientais
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR)				
10 torneiras comunitárias (com hidrômetro) para abastecimento da população	Participação em todo o processo de regularização fundiária Execução da rede coletora de esgoto Participação em programas socioambientais	Implantação de sistemas de abastecimento de água (torneiras individualizadas) e de rede coletora de esgoto (hoje elas pagam as dívidas das torneiras comunitárias) Trabalho em conjunto no projeto de arborização urbana	Sensibilização da população sobre educação ambiental: abordagem casa-a-casa, reuniões e trabalho com crianças (em grupos – verificação do antes e do depois) A abordagem casa-a-casa para negociação, inclusive de dívidas (inadimplências) Processo constante e contínuo	Diminuição da inadimplência (maioria das famílias com benefício do parcelamento) Continuidade de projetos socioambientais; (ações mais efetivas com crianças) Manutenção de 100% de rede coletora de esgoto e de abastecimento de água
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO (PMC)				
Coleta de lixo (sem atendimento à toda a população) Creche.	Participação em todo o processo de regularização fundiária (como apoio na área de topografia, fornecimento de material para aterro e diversos equipamentos de apoio) Trabalho com comunidade, cooperativa de reciclagem de lixo e associação dos moradores	Ampliação das creches Coleta de lixo para toda população	Fiscalização para contenção de novas invasões no local Fornecimento de serviços básicos (especialmente coleta de lixo) Apoio socioambiental e desenvolvimento de programas sociais em parceria com o Governo Federal Processo contínuo e indeterminado	Construção de mais uma creche para a comunidade no primeiro semestre de 2009 Revitalização da coleta de lixo Ampliação do Parque Linear do Palmital para alcance da área Desmembramento em 2009 da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente com criação da secretaria exclusiva de Meio Ambiente Regularização fundiária na Vila Liberdade (nas vizinhanças) Execução de trincheira nos próximos quatro anos, com apoio da concessionária do pedágio da BR116 Participação, parceria e apoio em projetos sociais e ambientais

(Continua)

Quadro 14: Atividades realizadas e pretensões futuras das instituições governamentais partícipes do processo de regularização fundiária na Vila Zumbi dos Palmares

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto às instituições.

(Continuação do Quadro 14)

ATIVIDADES				
REALIZADAS			A REALIZAR	
Intervenção – Regularização fundiária			Situação atual	Propostas futuras
Anterior	Durante o processo	Pós-intervenção	Em realização (Periodicidade e prazo de execução)	Pretensões / previsões
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL)				
Cadastramento dos moradores	Ampliação do atendimento ao programa Luz Legal, facilitando o pagamento das pendências em até 12 vezes sem juros Agilização do processo de ligações para residências cadastradas	Aceleração do processo de cadastramento para implementação do programa Luz Fraterna, de isenção do pequeno consumidor (consumo até 100 kW mês) cadastrado no programa Bolsa Família do Governo Federal	Programa de conscientização para o consumo consciente de energia Programa de prevenção no contato com a energia elétrica Processo constante e efetivo	Manutenção dos programas já existentes Ampliação dos programas para maior alcance da população local Disponibilização, em parceria com a Secretaria de Educação Estadual, do software Luz das Letras, ferramenta auxiliar do Projeto Paraná Alfabetizado, para combate ao analfabetismo da região

(Conclusão)

Basicamente, a Cohapar realizou a programação anteriormente elaborada. Resta pendente a execução dos equipamentos comunitários, porém não há previsão para a sua concretização. A Sanepar pretende manter a totalidade dos serviços prestados e a continuidade de negociação das dívidas dos moradores, que segundo a instituição, é expressiva. A PMC revela inúmeras ações futuras, dentre as quais são destacadas tanto a construção de mais uma creche em 2009 para atendimento às necessidades da comunidade, a ser instalada em terreno vago (Figura 25), localizado atrás da igreja católica, próximo a rua principal, quanto a revitalização da coleta de lixo. A Copel pretende manter e ampliar programas já existentes. Todavia, não há informações acerca do atendimento integral da rede de fornecimento de energia regular.



Figura 25: Vista da área destinada para futura implantação de creche pela Prefeitura Municipal de Colombo na Vila Zumbi dos Palmares

Fonte: KERDER (2008)

Como exposto acima, é possível a identificação de pretensões futuras. Todas as instituições pretendem dar continuidade aos seus respectivos programas socioambientais; porém, não se tem indicativos claros das atividades que serão desenvolvidas, principalmente no que compete à questão ambiental, que, por sua vez, aparenta ser esquecida no contexto de pós-intervenção. Também percebe-se que várias outras necessidades da população da Vila Zumbi dos Palmares ainda não serão atendidas de prontidão, ou não foram informadas, a exemplo do calçamento nas vias públicas e das áreas de lazer e recreação, dentre outras.

Quanto à execução do barracão de reciclagem, as dúvidas dizem respeito ao fato de que a metodologia de atuação de um empreendimento como este é individualista, ou seja, não tem o espírito de cooperativa e, portanto, talvez não venha a beneficiar a população interessada.

A falta de continuidade de procedimentos de planejamento inicial provoca a desestruturação do plano (GOUVÊA, 2005), podendo, até mesmo, romper perspectivas futuras tanto de empreendimentos como de desenvolvimento pessoal. Portanto, é fundamental a seqüência de atividades na Vila Zumbi dos Palmares para o crescimento e fortalecimento da comunidade, uma vez que foi alvo de um processo de regularização fundiária com o objetivo de melhorar suas condições socioambientais.

A discussão se baseia, então, na assertiva de que os programas de regularização fundiária só têm sentido se forem concebidos num contexto amplo de políticas públicas (FERNANDES, 2005). Acredita-se que um conjunto ampliado de ações também deve atender a todas as necessidades de uma comunidade carente, até mesmo após a intervenção. Acima de tudo, deve instruí-la para que consiga se desenvolver por conta própria. No entanto, para que isto aconteça, é preciso dar condições e suporte a este grupo.

O Quadro 15 demonstra a continuidade da manutenção e previsão dos cursos ofertados, o incentivo para maior participação dos moradores e as abordagens sobre sustentabilidade, parcerias, apoio em projetos, palestras e ampliação de cooperados, dentre outras pretensões expostas. No que compete à Associação dos Moradores, identifica-se que toda e qualquer ação futura pretendida não será tarefa fácil.

ATIVIDADES				
REALIZADAS			A REALIZAR	
Intervenção – Regularização fundiária			Situação atual	Propostas futuras
Anterior	Durante o processo	Pós-intervenção	Em realização (Periodicidade e prazo de execução)	Pretensões / previsões
CENTRO DE CONVIVÊNCIA E APRENDIZADO GRACIOSA – FUNDAÇÃO ALPHAVILLE (fundado em 2001)				
Oferta de cursos profissionalizantes de eletricista e porteiro	Oferta de cursos profissionalizantes e ocupacionais	Continuidade e ampliação de oferta de cursos Parceria com a PMC (parte dos colaboradores do Centro assumidos pelo município)	Cursos com o objetivo de formar grupos de trabalho – geração de renda (produção da própria renda) Associação Projeto Geração de Renda (50 cadastrados) com objetivo de oportunizar emprego com o curso de artesanato Apoio e parceria em projetos socioambientais Trabalho com a comunidade com metodologias de educação para sustentabilidade Processo contínuo e efetivo	Continuidade e apoio aos cursos com a meta de geração de renda em casa, ou empresa, ou ainda, na associação, como garantia de qualidade de vida à população Ampliação dos cursos ofertados Fortalecimento do entendimento da comunidade sobre sustentabilidade Manutenção da participação, parceria e apoio em projetos sociais e ambientais Incentivo à participação crescente da população em cursos
ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ORIENTAÇÃO, INTEGRAÇÃO E OFÍCIOS – APOIO (fundada em 1992)				
Inicialmente, distribuição de sopa por um grupo de amigos e, após, de cestas básicas Em seguida, oferta de cursos de pintura, tricô e crochê em um trailer, até a compra de um terreno para construção da sede em parceria com outras instituições não governamentais	Oferta de cursos Convênio com a Cohapar na oferta de cursos de pedreiro e azulejistas para o Projeto Canteiro-Escola (moradores participes das obras de intervenção) Auxílio e disponibilidade das salas das instalações para cursos e palestras	Atuação na oferta de cursos profissionalizantes e ocupacionais como ponto de referência Parceria com a PMC (parte dos colaboradores – administrativos e instrutores de cursos – assumidos pelo município) Tentativa de parceria com a Cohapar para trabalho com cozinha comunitária (preparação e aproveitamento de alimentos), não viabilizada pela falta de recursos da Cohapar	Oferta de cursos profissionalizantes e ocupacionais, de segunda-feira a sábado Apoio, parceria, em projetos socioambientais Processo por tempo indeterminado	Continuidade dos cursos ofertados Ampliação de cursos Incentivo à participação da população nos cursos Parcerias, apoio e participação em projetos socioambiental Projeto da cozinha e horta comunitárias Parceria para contratação de professor de esportes (disponibilidade de adequada estrutura para atividades esportivas - com quadra e vestiário)
COOPERATIVA DE CARRINHEIROS ZUMBI DOS PALMARES (CoopZumbi – fundada em 2005)				
-	Comercialização de materiais recicláveis – classificação – com carrinheiros associados	Continuidade da comercialização de materiais recicláveis e carrinheiros associados (separação e o refinamento do material na cooperativa realizados por carrinheiros)	Comercialização dos materiais – trabalho semanal (somente materiais recicláveis) Integração com os cooperados (atividades, programas, eventos etc.) Processo contínuo	Ampliação do número de cooperados – carrinheiros - (atualmente com 62) Manutenção da autonomia do grupo na busca da auto-sustentabilidade Envolvimento com parcerias com vistas à formação de rede de cooperativas

(Continua)

Quadro 15: Atividades realizadas e pretensões futuras das instituições não governamentais partícipes do processo de regularização fundiária na Vila Zumbi dos Palmares
Fonte: Elaborado com base nas entrevistas realizadas junto às instituições.

(Continuação do Quadro 15)

ATIVIDADES				
REALIZADAS			A REALIZAR	
Intervenção – Regularização fundiária			Situação atual	Propostas futuras
Anterior	Durante o processo	Pós-intervenção	Em realização (Periodicidade e prazo de execução)	Pretensões / previsões
SANTA MÔNICA CLUBE DE CAMPO				
-	Apoio e participação em projetos ambientais (implantação de horta e jardim, recuperação da mata ciliar, plantio de árvores)	Palestras sobre cultivo orgânico Cursos de jardinagem Apoio e participação em projetos socioambientais	Palestras Cursos Apoio e participação em projetos socioambientais Processo desenvolvido de acordo com encaminhamentos dos projetos	Continuidade das palestras; cursos, apoio e participação em projetos socioambientais
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA ZUMBI DOS PALMARES				
Solicitação de materiais (terra, manilhas etc.) Busca por soluções para melhorias para a comunidade	Discussão com as instituições sobre ações previstas para a Vila Realização de reuniões semanais para discussão de assuntos relativos à intervenção	Esforços de busca pela conclusão do projeto (execução das duas creches, barracão de reciclagem de lixo e centro comunitário)	Assistência à população Busca por doações para ajuda à população	Continuidade com os esforços pela busca da conclusão dos projetos prometidos Luta para resolução da regularização da propriedade (existência de dúvidas e complicações com a questão contratual)

(Conclusão)

Dos projetos sociais e ambientais, destaca-se o Projeto Zumbi Mauá – Ação Ecológica¹⁶, coordenado por instituições não governamentais e que lidera vários programas na comunidade, dentre os quais se destaca a Feira do Produtor (Figura 26), iniciada recentemente com o objetivo de alavancar o empreendedorismo, a geração de renda, a integração e convivência, o serviço à comunidade e a elevação da sua auto-estima. A feira acontece quinzenalmente, aos sábados, com apoio da PMC, a qual cede e monta as barracas para os feirantes, os quais vendem produtos de fabricação própria.

16

Informações obtidas em participação na reunião sobre a Feira do Produtor, realizada em 23 de outubro de 2008, no Centro de Convivência Graciosa, na Vila Zumbi dos Palmares.



Figura 26: Vistas da Feira do Produtor na Vila Zumbi dos Palmares em 2008
Fonte: KERDER (2008)

Outro projeto diz respeito ao Programa Esporte e Lazer das Cidades (PELC)¹⁷, que visa suprir carências de políticas públicas e sociais, estruturado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com recursos da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, a ser iniciado em janeiro de 2009. Inicialmente, serão oferecidas à população da Vila Zumbi dos Palmares, oficinas de música, capoeira, dança, expressão corporal, artes, esportes, recreação e educação ambiental, além de atividades físicas para hipertensos, existindo pretensões para sua ampliação. Deverá ser desenvolvido por bolsistas acadêmicos da UFPR, tendo, como pressuposto, a autonomia da comunidade, ou seja, a formação de agentes sociais como garantia de continuidade do projeto. As atividades serão realizadas nas instalações das entidades locais existentes.

Vale ressaltar que essas entidades localizam-se na divisa entre a Vila Zumbi dos Palmares e o Centro Industrial Mauá. Assim, a população do programa deverá incentivar a da parte baixa da Vila à participação.

Merece destaque, ainda, a assistência prestada pela Associação de Moradores da Vila Zumbi dos Palmares, podendo ser citado o caso de uma família que perdeu a casa no incêndio de outubro de 2008, havendo mobilização social por

¹⁷ Informações obtidas em participação na reunião de lideranças para apresentação do programa, realizado na Escola Municipal Mauá, realizada em 23 de outubro de 2008, na Vila Zumbi dos Palmares.

parte da associação para auxílio à família. Há, portanto, responsabilidades, mas também cabe à sociedade a resolução dos problemas.

Se as propostas futuras realmente forem efetivadas, é possível que após determinado período de tempo, a população da Vila participe mais ativamente de programas sociais e ambientais. Acredita-se que com empenhos institucionais, a população terá maior representatividade.

No entanto, identifica-se que as entidades não governamentais são as que mais trabalham em prol dessas atividades. Resta, porém, a questão da necessidade de ampliação da parceria das instituições governamentais nesse empreendimento.

Em geral, se todas as propostas futuras forem realizadas, pode-se ditar a tendência positiva dos aspectos socioambientais, bem como o local poderá se tornar mais atrativo sob diversas óticas.

Mas é importante ressaltar alguns comentários sobre os cursos profissionalizantes ofertados à população, uma vez que há pretensões de sua continuidade e ampliação. Restam dúvidas quanto à forma seletiva dos mesmos, pois não se tem clareza dos critérios de seleção e das justificativas de que determinados cursos possam contribuir para melhoria das condições de renda das famílias da comunidade.

Também não se tem informações condizentes das formas de avaliação da efetividade dos cursos ofertados, nem tampouco de seus reais objetivos, os quais deveriam estar associados às soluções dos problemas desta população.

De forma geral, argumenta-se que o baixo índice de participação da comunidade nos cursos profissionalizantes talvez esteja associado ao fato de que os mesmos não assumem verdadeiramente o papel estimulador da melhoria das condições de renda local.

5 CONCLUSÃO

Pelo desenvolvimento do estudo focado nas ocupações irregulares em áreas de suscetibilidade ambiental e com o objetivo precípua de investigar o processo de intervenção especificamente implementado na Vila Zumbi dos Palmares, diagnostica-se a existência de conceitos e teorias consistentes sobre a origem desses assentamentos e sobre os problemas decorrentes da sua existência e da sua localização nesses ambientes frágeis.

São várias as referências teórico-conceituais que abordam a população empobrecida residente em áreas periféricas das cidades e em precárias condições, sob a forma de ocupações irregulares, uma situação que repercute na qualidade de vida e ambiental. As diversas abordagens sobre o tema evidenciam expressivos desafios, havendo, de fato, consenso que o enfrentamento dessa realidade depende incondicionalmente de empenho por parte do poder público, assim como de envolvimento da sociedade.

Também é relativamente constante a incorporação da dimensão ambiental nos fundamentos do processo de gestão e planejamento de cidades e regiões, evidenciando a necessidade de equilíbrio entre as condições físicas e biológicas e as questões sociais e econômicas.

Conclui-se, portanto, sobre o imperativo da conjugação de esforços aplicáveis ao meio urbano visando à garantia da conformação de ambientes saudáveis, diretamente relacionados ao estilo de vida e às condições financeiras das comunidades envolvidas. Porém, ficam evidentes as dificuldades para a concretização de tal meta frente ao ritmo acelerado de crescimento das cidades, pois as condicionantes são expressivas, tornando imprescindível a adoção de modelos inovadores e eficientes.

Assim, há necessidade de que os gestores urbanos, acima de tudo, se coloquem à frente da realidade, trabalhando com vários planos e inúmeras alternativas. Os empenhos não podem ser modestos e os processos devem ser ousados, levando-se em consideração todos os aspectos relacionados, bem como a

participação efetiva de todos os envolvidos. Conclui-se também que estes são aspectos relevantes a serem complementados e aprofundados em pesquisas futuras.

Cabe destacar, ainda, no âmbito das abordagens sobre gestão, as diligências do planejamento urbano e regional visando à reurbanização de espaços degradados pela ação humana, em especial aquelas relacionadas a moradias em ocupações irregulares estabelecidas em áreas ambientalmente frágeis.

O reordenamento torna-se imprescindível para a recuperação desses espaços e a regularização fundiária se configura como solução imediata para a sua resolução, mas é preciso cautela quanto à sua implementação, atentando-se, inclusive, para que as ações previstas sejam concluídas. De forma geral, conclui-se que a intermediação desse tipo de intervenção pode provocar fortes impactos tanto para o processo de gestão quanto para a população afetada. Considera-se, dessa maneira, importante a consideração de opiniões diversas como alicerce para a construção de alternativas que possam ser bem sucedidas. Este aspecto pode ser aprofundado em estudos futuros, tomando-se como base vários exemplos para análise das soluções aplicadas e seus respectivos resultados, com vistas à identificação mais precisa das causas do seu sucesso ou fracasso.

A constante interligação de fatos relativos à evolução do contexto geral da urbanização com características da região metropolitana de Curitiba também ocorre quando se trata do surgimento das ocupações irregulares em áreas suscetíveis em termos ambientais. Colombo representa um dos municípios da RMC com mais expressivo crescimento populacional e de ocupações irregulares, dentre as quais se destaca a Vila Zumbi dos Palmares. Fica evidente, portanto, que conceitos e teorias abordados sobre a área de estudo correspondem aos apresentados na fundamentação teórica, ou seja, é confirmada a complexidade da dinâmica do surgimento de assentamentos informais.

Considerando aspectos teóricos e conceituais da área de estudo como base de estrutura para o encaminhamento da pesquisa, foram abordadas quatro fases relevantes para análise: pré-ocupação, processo de intervenção, pós-intervenção e propostas futuras, consideradas suficientes para a avaliação pretendida.

A realização da pesquisa sobre a fase de pré-ocupação possibilitou a averiguação de informações sobre o contexto histórico e sobre vários aspectos importantes da área de estudo, como características da comunidade e suas respectivas questões sociais, econômicas e ambientais. A Vila Zumbi dos Palmares atraiu uma população carente, usualmente sem emprego formal, de baixo nível escolar e salarial, vivendo em precárias condições de vida.

Com o estudo dessa etapa, conclui-se que o surgimento da Vila ocorreu de forma intensa e paulatina. Foi possível perceber que, quando uma área é invadida por população de baixa renda, a ocupação irregular tende a se alastrar e a se agravar, pois aos poucos, de maneira quase imperceptível, tende à consolidação, muitas vezes irreversível. Torna-se evidente, destarte, a relevância de atitudes e ações de controle deste processo, tanto em nível federal quanto estadual e, principalmente, municipal. É importante destacar que a situação de pré-ocupação revelou a necessidade de intervenção na Vila Zumbi dos Palmares, motivo pelo qual a presente pesquisa foi realizada com a finalidade básica de estudar o processo aplicado.

Com a fase de avaliação da intervenção implementada, verifica-se que os aspectos mais relevantes dizem respeito à relocação das famílias. O plano, embora considerado piloto, não incorpora muitas novidades neste sentido; na verdade, traz consigo estratégias similares às aplicadas em outros assentamentos. Mediante o estudo desta etapa, constata-se, conforme informações sobre as condições dessa comunidade e sobre a situação da área, a real necessidade da intervenção no local. Constata-se a integração entre várias entidades, relacionada, inclusive, à participação da população no processo, ocorrendo a edificação de novas unidades habitacionais para reassentamento das famílias relocadas, pavimentação das vias públicas e implantação de serviços de infra-estrutura, em um conjunto de esforços para tornar o local propício à vivência das pessoas.

O plano também contemplou a recuperação ambiental da área degradada; no entanto, percebe-se que ainda permanecem tanto a problemática do lixo, com despejos inadequados de resíduos, quanto a necessidade de proteção das margens do rio Palmital, a fim, inclusive, de que animais mantidos por alguns moradores não se alimentem das mudas de espécies nativas ali plantadas. Outros aspectos relevantes dizem respeito aos impactos oriundos da forma pela qual foi

edificado o sistema de drenagem, ou seja, o canal de concreto junto ao córrego Santa Mônica e o dique de contenção ao longo do rio Palmital. Outra questão consiste na construção e instalação dos equipamentos comunitários propostos no projeto, ainda não executadas.

Com base na avaliação dessa etapa, pode-se concluir que a problemática socioambiental ainda é uma realidade. Recomenda-se, assim, atenção por parte dos envolvidos com relação a estas questões, uma vez que os objetivos do projeto também subscrevem tanto a recuperação do ambiente local como a edificação dos equipamentos comunitários. No caso de eventual adoção do modelo de plano aplicado na Vila Zumbi dos Palmares como base para outros assentamentos irregulares, torna-se fundamental a análise precisa destas questões, para que não se incida nas mesmas incorreções. Esses pontos apurados com o estudo servem como exemplos e discussões para a formulação de subsídios à gestão urbana, recomendando-se precaução no tratamento de regularização fundiária em área ambientalmente frágil, pois atitudes imperfeitas podem acarretar vários transtornos no futuro, e até mesmo no presente.

É importante destacar a suposição de que a regularização fundiária realizada na Vila Zumbi dos Palmares possa estar relacionada a influências de outros empreendimentos. Se essa ótica for verdadeira, poder-se-ia concluir que o processo foi condicionado a outros fatores que não somente as necessidades da população ali instalada; se for falsa, os interesses apresentados realmente contavam com melhorias de condições de vida da população e do ambiente da região. Todavia, não existem indícios consistentes no presente estudo que possam comprovar a veracidade de qualquer das alternativas, subsistindo a necessidade da sua constatação em investigações futuras.

Da etapa de análise do processo de intervenção, resta a discussão ampla acerca do balanço dos impactos positivos e negativos da intervenção ocorrida na Vila.

A fase de pós-intervenção contemplou resultados quantitativos e qualitativos representativos para a pesquisa. Os primeiros apontam para a queda de permanência das famílias e para a constatação de novos integrantes residindo na Vila Zumbi dos Palmares. Com estes dados, conclui-se que a intervenção expulsou moradores ao mesmo tempo em que atraiu outros habitantes para o local,

percebendo-se que, de fato, a meta proposta de permanência das famílias não foi efetivamente alcançada, bem como não houve controle de ocupação após o processo.

Outros questionamentos se relacionam com as constatações de que, após o processo de intervenção, a maior parte da população ainda vive na informalidade e a freqüente comercialização dos sobrados pelos próprios moradores indica a nova unidade habitacional como um produto de troca e venda. Neste contexto, deve-se levar em consideração que, anteriormente à intervenção, as famílias relocadas não pagavam taxas relativas à sua moradia.

Após o processo de intervenção, suas receitas financeiras se mantiveram nos mesmos patamares, porém suas despesas aumentaram com o financiamento dos sobrados e com as faturas relativas aos serviços de infra-estrutura básica. Diagnostica-se ser este um dos prováveis motivos da queda de permanência no local, pois estas pessoas não estão suficientemente preparadas para suportar a regularização.

Outro aspecto relevante diz respeito à participação da população nos cursos ofertados pelas instituições locais, verificando-se que ainda devem ocorrer maiores investimentos e dispensados amplos esforços para que haja índices mais relevantes de moradores participantes. Por outro lado, não é possível afirmar com precisão a realidade de melhoria das condições ambientais apenas pelos dados quantitativos.

Conclui-se pela falta de indicadores de avaliação ambiental na leitura realizada após o processo, a exemplo da recuperação da área degradada, não sendo possível o aprofundamento da investigação deste tópico na presente pesquisa. A ausência desse resultado indica uma fragilidade da própria intervenção, pois as questões relacionadas ao ambiente foram muito valorizadas no projeto, porém com reduzidas realizações na prática.

Pelos resultados qualitativos, percebe-se a existência de valores de considerável relevância e complementares aos dados quantitativos. Durante o desenvolvimento da pesquisa com os moradores e da apuração das suas respostas, ficou evidente que somente variáveis quantitativas não são suficientes para argumentação ou conclusão sobre o processo de regularização fundiária aplicado na Vila Zumbi dos Palmares. Durante as entrevistas, os residentes se mostraram, em

geral, interessados e disponíveis, sendo todas as perguntas respondidas com facilidade e sem maiores problemas de interpretação, inclusive daquelas consideradas abertas.

As variáveis representativas dessa etapa demonstram tratar-se, de fato, de uma comunidade carente e à espera da continuidade do processo, pois os trabalhos e empreendimentos referentes à regularização fundiária estabilizaram; no entanto, como comentado, ainda existem atividades complementares não concluídas ou sequer iniciadas, como os equipamentos comunitários, por exemplo. Porém, não se pode afirmar que os mesmos poderiam representar um fator de apoio à sobrevivência e permanência da população.

Questiona-se a forma de treinamento da população para a continuidade de sua residência no local, bem como a extensão do cadastro a todas as famílias sobre as quais incidiram as ações.

Argumenta-se também até que ponto e de que forma as informações sobre as obras do projeto foram repassadas e compartilhadas com os moradores, bem como se o envolvimento e a comunicação entre entidades e população local foram eficientes e se as ações pendentes dependiam da disponibilidade de recursos. Outra questão remanescente consiste na ausência da participação comunitária neste processo.

Essa situação parece indicar a presença uma população mais passiva do que ativa nos encaminhamentos, enquadrada num caráter mais informativo do que participativo, a qual mais espera do que participa ou promove ações concretas.

É possível perceber algumas contradições entre as informações oficiais das instituições (variáveis quantitativas do sistema lógico) e as respostas das entrevistas (variáveis qualitativas do sistema simbólico), muitas vezes por insegurança dos respondentes. Portanto, para melhor nível de comparação, torna-se necessário o aprofundamento desses aspectos em investigações futuras.

Com a leitura das variáveis qualitativas, identifica-se o elevado nível de aceitação à intervenção e o apego ao local; porém, também se nota a existência de uma parcela insatisfeita, principalmente com o plano de pagamento da regularização. Os pontos positivos relacionam-se a serviços de infra-estrutura básica e à pavimentação das vias públicas, enquanto os negativos, à falta de segurança e de equipamentos comunitários, dentre vários outros. Cabe reforçar que o método de

aplicação do questionário junto aos moradores também contribuiu para o conhecimento em detalhe do local, com a percepção de que algumas ações parecem ter sido abandonadas pelo projeto, ou seja, ficaram a cargo da própria comunidade, restando a argüição sobre os reais responsáveis por essas questões.

Pode-se afirmar que a percepção ambiental revela maior falta de conscientização por parte dos próprios moradores, pois se observa inexistência de cuidados e de colaboração em prol de um ambiente mais saudável. É importante reforçar o papel da comunidade nesse processo, cabendo-lhe o zelo pelo local. A forma pela qual as pessoas convivem e se manifestam traçam a sua identidade; porém, a ocorrência de descuidos após a intervenção evidenciam o fato de que somente o ambiente construído foi modificado.

Por outro lado, o modelo de regularização fundiária adotado na Vila Zumbi dos Palmares pode ter sido executado com equívocos, pois não foi criada nenhuma opção de local para acondicionamento de resíduos pela comunidade, já que grande parte da população desempenha as funções de carrinheiro (catador), originando significativo montante de lixo na área. Portanto, não cabe somente a estes moradores o zelo pela limpeza do local.

Ressalta-se nesse contexto, a reduzida ênfase dispensada ao papel social da comunidade, principalmente no que se refere ao trabalho dos carrinheiros, frente ao ínfimo pagamento pelo material coletado e à inexistência de apoio governamental para o incentivo à atividade de seleção e reciclagem de resíduos.

Outro ponto importante consiste na existência de diferenças sociais marcantes diagnosticadas pela leitura realizada por regiões da Vila Zumbi dos Palmares, concluindo-se pela necessidade de esforços diferenciados em projetos sociais em algumas áreas distintas do local, com ênfase naquelas com concentração de grupos menos favorecidos e com envolvimento ilícitos. A realização da análise intra-urbana possibilitou o alcance de resultados expressivos, de modo que a simples leitura técnica do contexto geral não seria suficiente para determinar necessidades específicas. Questiona-se, então, a logística de assentamento no processo de intervenção que permitiu que uma área se tornasse – ou permanecesse – mais crítica do que outra.

Cabe aos gestores urbanos, a responsabilidade de repensar situações como a queda de permanência após o processo de regularização fundiária, a qual pode gerar ocupações irregulares em outras áreas. Há de se refletir até que ponto esse tipo de intervenção favorece um local em detrimento de outro, pois há probabilidades desses retirantes serem deflagrados por nova intervenção em outro assentamento informal.

Conclui-se, também, que para a análise da questão ambiental se faz necessário, além dos indicadores de alcance dos objetivos da intervenção, a avaliação técnica qualitativa e a realização de visitas à localidade para observações objetivas.

Recomenda-se, portanto, que o processo de gestão urbana leve em conta a importância do acompanhamento sistemático e do monitoramento constante após a intervenção de determinada área, com vistas à manutenção da qualidade local e ao controle dos problemas. Caso contrário, a tendência se voltará à geração de situações críticas – ou até mesmo irreparáveis –, com conseqüente comprometimento dos esforços empreendidos.

Sobre os resultados qualitativos, conclui-se que o modo de leitura de um projeto nessa instância constitui ferramenta essencial e imprescindível para o planejamento urbano. Recomenda-se, portanto, a consideração, em um projeto de habitabilidade urbana, da abrangência da pesquisa em valores numéricos e subjetivos, visando à aproximação dos atores diretamente envolvidos no enfrentamento das questões pertinentes.

Recomenda-se também aos gestores, técnicos e planejadores urbanos, em todo e qualquer projeto em ocupações irregulares, tomar por base pesquisas de informações das mais diversas fontes, pois lhes serão úteis e argumentativas. Na concepção de um plano voltado à urbanização de ocupação irregular, também se fazem necessários estudos para identificação das diferenças sociais existentes, fundamentando a seleção de técnicas e métodos apropriados ao trabalho.

Assim, conclui-se que todas as etapas de um processo de regularização fundiária devem ser concretizadas para não perder sua efetividade, bem como deve constar claramente nas propostas as intenções específicas e os reais beneficiários das medidas propostas. A implementação do processo de regularização fundiária requer, em muitos casos, altos investimentos e envolve grandes desafios,

principalmente relacionados às questões sociais, a exemplo da forma de comunicação com a população beneficiada; caso contrário, os resultados tendem à insatisfação pessoal e coletiva.

A realização das pesquisas quantitativa e qualitativa teve o intuito de apurar resultados de curto prazo. Já a etapa de propostas futuras, possibilitou a identificação de ações e pretensões de médio e longo prazo para a Vila Zumbi dos Palmares. Essa leitura é relevante na medida em que visa à construção de cenários futuros de uma ocupação irregular sujeita a determinado processo de regularização fundiária. Pode-se afirmar que, se houver garantia de efetivação das propostas, torna-se possível a projeção de perspectivas positivas para a Vila Zumbi dos Palmares. No entanto, para que isto realmente aconteça, é preciso considerar algumas observações.

A primeira trata de conflitos circunstanciais, como dificuldades e reclamações acerca do pagamento das parcelas do plano de regularização, pois essa questão ainda poderá expulsar muitos moradores. Recomenda-se, então, a análise cuidadosa do caso.

Outro ponto que merece destaque corresponde à atenção a ser necessariamente dispensada à regularização fundiária que será realizada na Vila Liberdade – apontada nas previsões futuras da PMC -, vizinha a Vila Zumbi dos Palmares, dada a probabilidade de ocorrência de alguns impactos – positivos e negativos. Frente aos vínculos entre ambas as ocupações, recomenda-se a elaboração de pesquisas futuras a esse respeito.

Por outro lado, o modelo aplicado na Vila Zumbi dos Palmares poderá servir de exemplo para a ocupação vizinha, obviamente após ajustes que se façam necessários, para não se incidir nos mesmos erros e, principalmente, contemplar efetivamente a população pobre. Porém, permanecem as dúvidas sobre até que ponto realmente um processo de regularização fundiária resolve os problemas da população de baixa renda assentada em ocupações irregulares.

Nesse contexto, foi alcançado o objetivo geral da presente pesquisa, pois se obteve êxito na investigação do processo de intervenção ocorrido na Vila Zumbi dos Palmares, com avaliação dos resultados a curto, médio e longo prazo pelas soluções aplicadas à comunidade beneficiada e ao ambiente. Também os objetivos específicos foram atendidos, mesmo que muitas informações tenham sido de acesso

dificultado e muitos procedimentos, como os de pesquisa em campo, tenham envolvido riscos de diversas ordens.

As vantagens das técnicas e métodos empregados, principalmente para a gestão urbana, residem nas formas de desenvolvimento do estudo. Visando, sempre que possível, à fácil assimilação e ao adequado entendimento para o desdobramento das suas fases, a pesquisa foi baseada numa seqüência lógica, uma vez que transcende para maior compreensão e conhecimento mais aprofundado do assunto, ao mesmo tempo em que garante o retorno das informações e dados necessários.

Também vale destacar o caráter interdisciplinar e multissetorial da pesquisa, estruturada em bases diversas, as quais garantem dados para análises mais concretas. Dessa maneira, recomenda-se a utilização de algumas técnicas adotadas por planejadores urbanos em suas pesquisas, os quais poderão atualizá-las e adaptá-las à realidade vivenciada, na certeza de que as informações colhidas lhes trarão resultados confiáveis e de grande valia para a tomada de decisões.

Vale destacar a importância do tema da pesquisa, especialmente para a gestão urbana, pois o Brasil e a América Latina convivem cotidianamente com a problemática das ocupações irregulares nas cidades. Seu constante crescimento compreende um dos maiores desafios a serem enfrentados pelos gestores públicos no presente e no futuro, uma vez que os assentamentos espontâneos tendem a se alastrar caso medidas eficazes não sejam tomadas para resolução dos problemas.

Não se trata apenas de solucionar a problemática dos assentamentos ilegais, mas de atender as demandas básicas de toda população pobre e sem condições financeiras para viver legalmente. Os problemas de uma área ocupada irregularmente são frutos de vários outros, de ordem social, econômica e ambiental, pois muitas vezes colocam em risco a qualidade do ambiente e de vida. Dessa forma, o tema incorpora alto teor de importância tanto pela sua atualidade como pelo seu constante questionamento nos meios científico, técnico e político, dentre outros.

Quanto às principais contribuições do estudo para a área científica e para o processo de gestão urbana, podem ser mencionadas:

- a) os procedimentos metodológicos utilizados podem ser replicados em outros trabalhos e em qualquer projeto urbano, desde que sejam realizadas as devidas adaptações de acordo com a realidade de estudo;
- b) a técnica de apuração de dados quantitativos e qualitativos permite a análise mais integrada dos resultados;
- c) o método de leitura dos resultados de aplicação de questionário junto à população de determinada localidade, utilizando-se de abordagens intra-urbanas, favorece a identificação de características complementares relevantes para análise;
- d) o envolvimento direto da população beneficiada nos procedimentos de investigação facilita a caracterização do seu perfil e das suas condições de vivência, sendo impossível a análise integral dos resultados de um plano de regularização fundiária aplicado em uma localidade sem a apuração dessas informações;
- e) a integração de medidas das esferas governamentais e não-governamentais, com envolvimento comunitário constante, permite o desenvolvimento aprofundado de qualquer trabalho com população de baixa renda;
- f) o estudo de caso – processo de intervenção na Vila Zumbi dos Palmares – se presta como experiência para a formulação de novos planos em assentamentos informais;
- g) a possibilidade de reflexão crítica acerca dos programas de regularização fundiária permite a exposição de pontos negativos e positivos do processo, o que contribui para a prevenção de falhas e para a utilização de medidas acertadas na formulação de novos planos, os quais precisam ser bem formulados e ajustados à realidade da comunidade envolvida para não incorrer em riscos de queda de permanência e de ocorrência de novas invasões;

- h) o diagnóstico da ciência acerca do custo da regularização fundiária como fator determinante de dificuldades para uma população de baixa renda possibilita a assunção de alternativas para a intervenção e áreas similares;
- i) a percepção da necessidade de reforço da importância de incorporação da conscientização ambiental como tarefa primordial no cotidiano das pessoas, especialmente daquelas inseridas em regiões de elevada fragilidade do meio.

Apesar do alcance dos objetivos do estudo e do aprofundamento teórico e metodológico da investigação, vários aspectos abordados e comentados podem ser detalhados em pesquisas futuras, gerando subsídios na seqüência de outros trabalhos a serem desenvolvidos sobre o tema.

Como sugestões para estudos futuros, podem ser destacadas:

- a) a avaliação de diferenciados processos de regularização fundiária em áreas de invasão;
- b) a análise de tipologias habitacionais a serem adotadas em urbanizações de assentamentos irregulares, levando-se em conta usos desejáveis e alternativas para os beneficiários;
- c) a interpretação das atividades com contribuições para a melhoria de renda da população atingida pelas intervenções;
- d) a determinação do grau de mobilidade da população de baixa renda, incluindo parâmetros de normalidade e freqüência.

Cabe, por fim, reforçar a relevância da recomendação acerca da importância da avaliação de ocupações irregulares embasada na utilização de técnicas analíticas sob a ótica de variáveis numéricas e subjetivas.

REFERÊNCIAS

- ABIKO, Alex Kenya. Quanto custaria urbanizar uma favela no Brasil? In: ABRAMO, Pedro. (Org.). **A cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2003. p.225-236.
- ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 1994. p.199-281.
- ALFONSIN, Betânia. O estatuto da cidade e a concepção de cidades sustentáveis, justas e democráticas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MEIO AMBIENTE, 2º, 2001, Canela. **Anais...** Canela, 2001. p.1-5. CD-Rom.
- AMARAL, Sônia Burmester do; MENDONÇA, Francisco de Assis. Recursos hídricos e urbanização: a problemática da RMC / Curitiba-Pr. **Mercator** – Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, v. 1, n. 2, p.91-103. ago./dez. 2002.
- ANDRADE, Rui Otávio Bernardes; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros. **Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.
- ALVA, Eduardo Neira. **Metrópoles (in)sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- ALVES, Júlia Falivene. **Metrópoles: cidadania e qualidade de vida**. São Paulo: Moderna, 1992.
- ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 1998.
- ARAÚJO, Eloísa Carvalho de. Projeto de urbanização integrada como experiência da gestão urbana na metrópole. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. (Orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p.193-203.
- ARAUJO, Gustavo Henrique de Souza; ALMEIDA, Josimar Ribeiro; GUERRA, Antonio José Teixeira. **Gestão ambiental de áreas degradadas**. Rio de Janeiro: Bertland Brasil, 2005.

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães. **As áreas de preservação permanente e a questão urbana.** Estudo Técnico. Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa. Brasília/DF, p.1-12, ago/2002.

AZEVEDO, Roberto. **Passageiros da ilegalidade:** história de uma luta pela moradia. Cascavel: Editora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Edunioeste), 2002.

BACELLAR, Regina Maria Bueno. Sustentabilidade e terceiro setor, uma visão de progresso. In: CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de; VIOLIM, Tarso Cabra. (Orgs.). **Direito do terceiro setor:** atualidades e perspectivas. Curitiba: Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, 2006. p.139-145.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade.** 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BODSTEIN, Regina; ZANCAN, Lenira; RAMOS, Célia Leitão; MARCONDES, Willer Baumgarten. Avaliação da implantação do programa de desenvolvimento integrado em Manguinhos: impasse na formulação de uma agenda local. **Ciência & Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p.593-604, jul./set. 2004.

BORGES NETTO, Marco Antonio Souza. Regularização fundiária em áreas de interesse ambiental como garantia do direito de cidadania: o caso do aglomerado da serra. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (CONPEDI), XIV, 2005, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: 2005, p.1-16.

BRAGA, Benedito; HESPANHOL, Ivanildo; CONEJO, João Gilberto Lotufo; MIERZWA, José Carlos; BARROS, Mario Thadeu Leme; SPENCER, Milton; PORTO, Mônica; NUCCI, Nelson; JULIANO, Neusa; EIGER, Sérgio. **Introdução à engenharia ambiental.** São Paulo: Prentice Hall, 2002.

BRANCO, Adriano Murgel; MARTINS, Márcio Henrique Bernardes. **Desenvolvimento sustentável na gestão de serviços públicos:** responsabilidade socioambiental e informe social. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BRUNACCI, Atílio; PHILIPPI JR, Arlindo. Dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. (Eds.). **Educação ambiental e sustentabilidade.** Barueri/SP: Manole, 2005. p.257-283.

CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. Os desafios da sustentabilidade no período pós-Rio-92: uma avaliação da situação brasileira. In: CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. (Orgs.). **Meio ambiente Brasil:** avanços e obstáculos pós-Rio-92. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2004. p.27-50.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos.** 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente.** 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de; AMORIM, Ivana Costa; ALVES, Patrícia Layne Alves. Projeto habitat: proposta de ação no bairro de Nova Viçosa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2º, 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2004. p.1-8.

CASTRO NETO, Vicente de. Grande Curitiba: um olhar sobre a evolução urbana. **Metrópolis em Revista.** Curitiba, v. 4, n. 1, p.15-27, 2002.

CMMAD – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1988.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos ambientais em áreas urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. (Orgs.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.19-45.

COHAPAR – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ. **Plano de relocação e reassentamento de parte da população da Vila Zumbi dos Palmares – Município de Colombo (PR):** Plano básico de regularização fundiária, urbanização e desenvolvimento sócio-ambiental. Curitiba, jul. 2005.

COHAPAR – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ. **Zumbi:** evolução dos trabalhos. Curitiba, jan. 2007. CD-Rom.

COHAPAR – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ. **Análise sócio-econômica da demanda:** sistema de controle de crédito imobiliário. Curitiba, mar. 2008. Relatório.

COHEN; Simone Cynamon; BODSTEIN, Regina; KLIGERMAN, Débora Cynamon; MARCONDES, Willer Baumgarten. Habitação saudável e ambientes favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.191-198, jan./mar. 2007.

COMEC – COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. **Levantamento das ocupações irregulares na Região Metropolitana de Curitiba.** Curitiba, 1992.

COMEC - COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. **Parque Regional do Palmital:** município de Colombo. Curitiba, out. 1995.

COMEC – COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.

Levantamento das ocupações irregulares na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba, 1997.

COMEC - COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.

Cadastro socioeconômico: Vila Zumbi dos Palmares. Curitiba, 2001a.

COMEC - COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. **Plano**

de relocação: Vila Zumbi dos Palmares. Curitiba, 2001b.

COMEC - COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. **Plano**

de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Curitiba – PDI.

Curitiba, 2002.

COMEC - COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. **Plano**

de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Curitiba – PDI.

Curitiba, 2006.

CONAMA – CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução nº 001**, de

23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental. Disponível

em:<<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 28 set. 2008.

CONAMA – CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução nº 303**, de

20 de março de 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de área de preservação permanente. Disponível

em:<<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302.html>>. Acesso em: 28 set. 2008.

CONSTANTINO, Reginaldo; BRITZ, Ricardo Miranda de; CERQUEIRA, Rui; ESPINDOLA, Evaldo Luiz Gaeta; GRELLE, Carlos Eduardo de Viveiros; LOPES, Ana Tereza Lyra; NASCIMENTO, Marcelo Trindade; ROCHA, Odete; RODRIGUES, Antonio Augusto Ferreira; SCARIOT, Aldicir; SEVILHA, Anderson Cássio; TIEPOLO, Gilberto. Causas naturais. In: RAMBALDI, Denise Marçal; OLIVEIRA, Daniela América Suárez de. (Orgs). **Fragmentação de ecossistemas:** causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas. 2. ed. Brasília/DF: Ministério do Meio Ambiente (MMA) / Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), 2005. p.43-63.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; BRAGA, Tânia Moreira. Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental. In:

SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, X, 2002, Diamantina. **Anais** Políticas públicas: desafios e fatos. Diamantina: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), 2002. p.1-23.

CUNHA, José Marcos Pinto. Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória. **Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p.218-233, dez. 2003.

DEÁK, Csaba. Prefácio – O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp); Fundação para a Pesquisa Ambiental (Fupam), 1999. p.11-18.

DEDECCA, Cláudio Salvadori; ROSANDISKI, Eliane Navarro; BARBIERI, Carolina Veríssimo; JUNGBLUTH, Adriana. Salário mínimo, benefício previdenciário e as famílias de baixa renda. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo. v. 23, n. 2, p.317-329, jul./dez. 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**. 2. ed. Campinas/SP: Papyrus, 2004.

DENALDI, Rosana. Santo André: urbanização de favelas e inclusão social. **Ambiente Construído**. Porto Alegre, v. 4, n. 4, p.7-20, out./dez. 2004.

DESCHAMPS, Marley Vanice. **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba**. 2004. 176f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

DIAS, Genebaldo Freire. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. São Paulo: Gaia, 2002.

DIMENSTEIN, Magda; ZAMORA, Maria Helena; VILHENA, Junia. Da vida dos jovens nas favelas cariocas: drogas, violência e confinamento. **Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense**. Rio de Janeiro. v. 16, n. 1, p.23-40, 2004.

DINIZ FILHO, Luis Lopes; VICENTINI, Yara. Teorias espaciais contemporâneas: o conceito de competitividade sistêmica e o paradigma da sustentabilidade ambiental. In: MENDONÇA, Francisco. (Org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2004. p.129-147.

DRESNER, Simon. **The principles of sustainability**. London: Earthscan, 2002.

EGLER, Tamara Tânia Cohen. Espaço social na metrópole In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. (Orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p.237-250.

ESTATUTO DA CIDADE. **Guia para implementação pelos municípios e cidades**. 2. ed. Brasília/DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. (Lei Federal Nº 10.257 de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da Política Urbana).

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FENIANOS, Eduardo Emílio. **Almanaque Kurytyba**. Curitiba: UniverCidade, 2002.

FERNANDES, Edésio. Impacto socioambiental em áreas urbanas sob a perspectiva jurídica. In: MENDONÇA, Francisco. (Org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2004. p.99-127.

FERNANDES, Edésio. Políticas de regularização fundiária: confrontando o processo de crescimento informal das cidades latino-americanas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO REGISTRAL, I, 2005, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2005, p.1-10. CD-Rom.

FERRARINI, Sebastião. **O município de Colombo**. Curitiba: Champagnat, 1992.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti; RAMON, Fabiola; SILVA, Ana Paula Soares. Políticas de atendimento à crianças pequenas nos países em desenvolvimento. **Cadernos de Pesquisa**: Departamento de Psicologia e Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo. n. 115, p.65-100, mar. 2002.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. O leste do aglomerado metropolitano de Curitiba: da intenção de preservação à efetiva ocupação. In: MENDONÇA, Francisco. (Org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2004. p.271-286.

FISZON, Judith Tiomny et al. Causas antrópicas. In: RAMBALDI, Denise Marçal; OLIVEIRA, Daniela América Suárez de. (Orgs). **Fragmentação de ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas**. 2. ed. Brasília/DF: Ministério do Meio Ambiente (MMA) / Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), 2005. p.65-99.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOLADORI, Guillermo. Avances y limites de la sustentabilidad social. **Economía, Sociedad y Territorio**. [S.l.], v. 3, n. 12, p.621-637, dez. 2002.

FONTANELLE, Miriam. Direito à moradia em área urbana. In: ENCONTRO PREPARATÓRIO DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (CONPEDI), XVI, 2007, Campos dos Goytacazes. **Anais...** Campos dos Goytacazes, 2007. p.1-17. CR-Rom.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Annablume; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), 2001.

FREIRE, Soraia Marcela. **Conseqüências ambientais dos loteamentos irregulares**: casos especiais da Região Metropolitana de Curitiba / PR. 2004. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Ambiental) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, 2004.

FREITAS, Waldomiro Ferreira de. **História de Paranaguá: das origens à atualidade.** Paranaguá: Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá (IHGP), 1999.

GARCIAS, Carlos Mello. A palavra é: favela. **Lócus: Revista do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).** Curitiba, v. 1, n. 1, p.206-216, set. 2000.

GARCIAS, Carlos Mello; ANDREOLI, Fabiana De Nadai; MERKL, Cristina. Dinâmica das ocupações irregulares em mananciais. In: ANDREOLI; Cleverson Vitório (Ed.). **Mananciais de abastecimento: planejamento e gestão. Estudo de caso do Altíssimo Iguaçu.** Curitiba: Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar); Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), 2003. p.135-176.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIORGETTI, Camila. O papel da televisão brasileira na sensibilização da população de baixa renda sobre os problemas ambientais In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, IV, 2008, Brasília/DF. **Anais...** Brasília/DF: ANPPAS, 2008. p.1-20. CD-Rom.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre; SOARES, Beatriz Ribeiro. Reflexões sobre qualidade ambiental urbana. **Estudos Geográficos.** Rio Claro, v. 2, n. 2, p.21-30, jul./dez. 2004.

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. **A questão metropolitana no Brasil.** 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2005.

GRAZIA, Grazia de; QUEIROZ, Lêda Lucia dos Reis Falcão de. A sustentabilidade do modelo urbano brasileiro: um desafio. **Brasil Sustentável, Cadernos temáticos,** n. 5 – Urbano (3), p.1-45, 2001. Disponível em: <http://www.brasilsustentável.org.br/cad_temático.htm>. Acesso em: 18 jun. 2007.

GROSTEIN, Marta Dora. MetrÓpole e expansão urbana: a persistência de processos “insustentáveis”. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, v. 15, n. 1, p.13-19, jan./mar. 2001.

HAMESTER, Paulo Rudolfo; VOLPI, Julio César; JOBIM, Gilda Franco. A Região Metropolitana de Porto Alegre. **Metrópolis em Revista.** Curitiba, v. 3, n. 1, p.33-40, out. 2001.

HARDT, Carlos. **Gestão metropolitana: consequência dos paradigmas das políticas públicas na qualidade ambiental do Compartimento Leste da Região Metropolitana de Curitiba.** 2004. 313f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2004.

HARDT, Letícia Peret Antunes. **Subsídios à gestão da qualidade da paisagem urbana**: aplicação a Curitiba, Paraná. 2000. 323f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2000.

HARDT, Letícia Peret Antunes. Gestão do desenvolvimento metropolitano sustentável. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. (Orgs.). **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p.157-170.

HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. Contexto histórico de intervenção na paisagem e espaços urbanos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL (ENEPEA), VIII, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2006. p.1-9. CD-Rom.

HOGAN, Daniel Joseph. Demographic dynamics and environmental change in Brazil. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, n. 9, p.43-73, jul/dez. 2001.

HOUGH, Michael. **Naturaleza y ciudad**: planificación urbana y procesos ecológicos. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.

IANNI, Aurea Maria Zöllner; QUITÉRIO, Luiz Antonio Dias. A questão ambiental urbana no programa de saúde da família: avaliação da estratégia ambiental numa política pública de saúde. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. 9, n. 1, p.169-180, jun. 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos Brasileiros de 1970, 1980 e 1991**. Rio de Janeiro, [199-].

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem populacional de 1996**. Rio de Janeiro, 1996.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro de 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano**: instrumentos de planejamento e gestão urbana: Curitiba; Brasília/DF, 2001.

JACOBI, Pedro Roberto. Dilemas socioambientais na gestão metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana. **Política e Trabalho**. João Pessoa, n. 25, p.115-134, out. 2006.

JACOBI, Pedro Roberto. O Brasil depois da Rio+10. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, n. 15, p.19-29, dez. 2002.

JACOBI, Pedro Roberto. Impactos socioambientais urbanos – do riso à busca de sustentabilidade. In: MENDONÇA, Francisco. (Org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2004. p.169-184.

JACOBS, Gerson Antonio; RIZZI, Nivaldo Eduardo. O uso dos mananciais da Região Metropolitana de Curitiba – a ocupação do espaço físico da bacia do altíssimo Iguaçu. In: ANDREOLI; Cleverson Vitorio (Ed.). **Mananciais de abastecimento: planejamento e gestão**. Estudo de caso do Altíssimo Iguaçu. Curitiba: Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar); Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), 2003. p.87-132.

KERDER, Raquel. **Registro fotográfico da Vila Zumbi dos Palmares**. Colombo, 2008.

KERDER, Raquel; HARDT, Letícia Peret Antunes. **Reflexões sobre relações entre ocupações irregulares e questões ambientais no Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, IV, 2008, Brasília/DF. **Anais...** Brasília/DF: ANPPAS, 2008. p.1-17. (CD-Rom)

KLEINKE, Maria de Lourdes Urban; DESCHAMPS, Marley Vanice; MOURA, Rosa. Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 95, p.27-50, jan./abr. 1999.

KLEINKE, Maria de Lourdes Urban; WERNECK, Débora Zlotnik; MOURA, Rosa; DESCHAMP, Marley Vanice. Movimento migratório na Região Metropolitana de Curitiba 1986-1991 e 1991-1996. **Metrópolis em Revista**. Curitiba, v. 2, n. 1, p.21-29, dez. 2000.

KLIGERMAN, Débora Cynamon; COHEN, Simone Cynamon; CYNAMON, Szachna Elias; SILVA, Cintia Ribeiro da; SEABRA, Lilia dos Santos. A experiência do programa universidade aberta e suas contribuições para a transformação social. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 10, p.195-205, set./dez. 2005.

KRAN, Faída; FERREIRA, Frederico Poley Martins. Qualidade de vida na cidade de Palmas / TO: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. 9, n. 2, p.123-141, jul./dez. 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1999.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LEROY, Jean Pierre; BERTUCCI, Ademar de Andrade; ACSELRAD, Henri; PÁDUA, José Augusto; SCHLESINGER, Sergio; PACHECO, Tania. **Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?** Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

LIMA, Cristina de Araújo. **A ocupação de áreas de mananciais na Região Metropolitana de Curitiba: do planejamento à gestão urbana-metropolitana.** 2000. 406f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2000.

LIMA, Cristina de Araújo. Considerações sobre ocupações irregulares e parcelamento urbano em áreas de mananciais da Região Metropolitana de Curitiba / PR. **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, n. 3, p.97-114, jan./jun. 2001.

LIMA, Cristina de Araújo. Sustentabilidade e gestão urbana na Grande Curitiba: considerações sobre instrumentos de gestão, planos e propostas de planejamento e a dimensão social da sustentabilidade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, II, 2004, Indaiatuba/SP. **Anais...** Indaiatuba/SP: ANPPAS, 2004. p.1-14. CD-Rom.

LIMA, Cristina de Araújo; MENDONÇA, Francisco. Planejamento urbano-regional e a crise ambiental - região metropolitana de Curitiba. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, v. 15, n. 1, p.135-143, jan./mar. 2001.

LOURENÇO, Marcus Santos. Políticas públicas e desenvolvimento. In: SILVA, Christian Luiz da; MENDES, Judas Tadeu Grassi. (Orgs.). **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2005. p.41-58.

MAGLIO, Ivan. Cidades sustentáveis: prevenção, controle e mitigação de impactos ambientais em áreas urbanas. In: PHILIPPI JR, Arlindo (Orgs.). **Municípios e meio ambiente: perspectivas para a municipalização da gestão ambiental no Brasil.** São Paulo: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA), 1999. p.80-85.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. (Orgs.) **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. p.121-192.

MARICATO, Ermínia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. (Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas.** Belo Horizonte: C/Arte, 2003a. p.78-96.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 17, n. 48, p.151-166, maio/ago. 2003b.

MARQUES, Sonia; LOUREIRO, Claudia. Duas safenas e uma memória: a história recente do pátio de São Pedro dos Clérigos, no Recife. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. (Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003. p.233-243.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp); Fundação para a Pesquisa Ambiental (Fupam), 1999. p.245-259.

MENDONÇA, Francisco. Abordagem interdisciplinar da problemática ambiental urbano-metropolitana: esboço metodológico da experiência do doutorado em MA&D da UFPR sobre a RMC – Região Metropolitana de Curitiba. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, n. 3, p.79-95, jan./jun. 2001.

MENDONÇA, Francisco. S.A.U. – sistema ambiental urbano: uma abordagem dos problemas socioambientais da cidade. In: MENDONÇA, Francisco. (Org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2004. p.185-207.

MENEZES, Claudino Luiz. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente: a experiência de Curitiba**. 2. ed. Campinas/SP: Papyrus, 2001.

MINEROPAR – MINERAIS DO PARANÁ. **Guia de prevenção de acidentes geológicos urbanos**. Curitiba, 1998.

MINEROPAR - MINERAIS DO PARANÁ. **Plano diretor de mineração para a Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Instruções específicas para desenvolvimento de trabalho social em intervenções de urbanização de assentamentos precários**. Programa de Urbanização Regularização e Integração de Assentamentos Precários. Brasília/DF: Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Outras fronteiras: novas especialidades na urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. (Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003. p.260-271.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A cidade desencantada – entre a fundamentação geográfica e a imaginação artística. In: MENDONÇA, Francisco. (Org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2004. p.13-78.

MOREIRA, Igor. **O espaço geográfico: geografia geral e do Brasil**. 46. ed. São Paulo: Ática, 2000.

MORENO, Antônio Luiz Trindade. Planos diretores: estratégias recentes para a produção de espaço produtivo no vetor oeste da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. (Orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p.117-136.

MORETTI, Ricardo de Sousa. Transformações em cursos nas cidades brasileiras e seus impactos na qualidade da água no meio urbano. In: MENDONÇA, Francisco. (Org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2004. p.209-218.

MOTA, Suetônio. **Urbanização e meio ambiente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (Abes), 2003.

MOURA, Rosa. Políticas públicas urbanas: ausências e impactos. In: MENDONÇA, Francisco. (Org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2004. p.149-168.

MOURA, Rosa; ULTRAMARI, Clovis. **O que é periferia urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

MOYSÉS, Aristides. A questão metropolitana no Brasil: desafios e perspectivas. In: MOYSÉS, Aristides. (Coord.). **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiânia (UCG), 2005. p.318-346.

MULDER, Karel. **Sustainable development for engineers: a handbook and resource guide**. The Netherlands: Delft University of Technology, 2006.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes: 1998.

NIGRO, Carlos Domingos. **(In)sustentabilidade urbana**. Curitiba: Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (Ibplex), 2007.

NORONHA, Maria Glícia Rocha da Costa e Silva; CENTA, Maria de Lourdes. Compreensão das famílias de área de ocupação irregular sobre o meio ambiente e a saúde ambiental. **Família, Saúde e Desenvolvimento**. Curitiba, v. 7, n. 3, p.238-249, set./dez. 2005.

PALOMO, Pedro Jose Salvador. **La planificación verde en las ciudades**. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.

PANZINI, Raquel Gehrke; ROCHA, Neusa Sicca da; BANDEIRA, Denise Ruschel; FLECK, Marcelo Pio de Almeida. Qualidade de vida e espiritualidade. **Revista de Psiquiatria Clínica**. São Paulo, v. 34, supl. 1, p.105-115, mai./jun. 2007.

PARANÁ. Decreto Estadual Nº 2.964, de 19 de setembro de 1980. Declara como de Interesse e Proteção Especial as Áreas da Região Metropolitana de Curitiba que especifica. **Diário Oficial [do] Estado do Paraná**. Curitiba, 1980.

PARANÁ. Lei Estadual Nº 12.248, de 31 de julho de 1998. Cria o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba. **Diário Oficial [do] Estado do Paraná**. Curitiba, 1998.

PARANÁ. Decreto Estadual Nº 6.390, de 5 de abril de 2006. Declara as Áreas de Interesse de Mananciais de Abastecimento Público para a Região Metropolitana de Curitiba e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Paraná**. Curitiba, 2006.

PARANÁ. Decreto Estadual Nº 3.411, de 10 de setembro de 2008. Declara as Áreas de Interesse de Mananciais de Abastecimento Público para a Região Metropolitana de Curitiba e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Paraná**. Curitiba, 2008.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; PHILIPPI JR, Arlindo. Bases políticas, conceituais, filosóficas e ideológicas da educação ambiental. In: PHILIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. (Eds.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri/SP: Manole, 2005. p.3-12.

PEREIRA, Gislene. A natureza (dos) nos fatos urbanos: produção do espaço e degradação ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, n. 3. p.97-114, jan./jun. 2001.

PHILIPPI JR, Arlindo; ZULAUF, Werner Eugênio. Estruturação dos municípios para a criação e implementação do sistema de gestão ambiental. In: PHILIPPI JR, Arlindo (Orgs.). **Municípios e meio ambiente: perspectivas para a municipalização da gestão ambiental no Brasil**. São Paulo: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA), 1999. p.47-55.

PMC – Prefeitura Municipal de Colombo. **Guia histórico-cultural de Colombo**. Colombo: Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes; Departamento de Cultura, 2008.

POLLI, Simone Aparecida. **Curitiba, metrópole corporativa: fronteiras da desigualdade**. 2006. 178f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2006.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

REIGOTA, Marcos; SANTOS, Rosely Ferreira dos. Responsabilidade social da gestão e uso dos recursos naturais: o papel da educação no planejamento ambiental. In: PHILIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. (Eds.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri/SP: Manole, 2005. p.849-863.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Planejamento estratégico municipal**: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

RIBEIRO, Maurício Andrés. **Ecologizar**: pensando o ambiente humano. 3. ed. Brasília/DF: Universa, 2005.

ROCHEFORT, Michel. **Redes e sistemas**: ensinando sobre o urbano e a região. São Paulo: Hucitec, 1998.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. A sustentabilidade do ambiente urbano da capital. In: PAVIANI, Aldo; GOUVÊA, Luiz Alberto (Orgs). **Controvérsias ambientais**. Brasília/DF: Editora da Universidade de Brasília (UNB), 2003. p.267-299.

ROSSETO, Adriana Marques; ORTH, Dora Maria; ROSSETTO, Carlos Ricardo. Gestão ambiental integrada ao desenvolvimento sustentável: um estudo de caso em Passo Fundo (RS). **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, p.809-840, set./out. 2006.

SABADINI, Mauricio de Souza; NAKATANI, Paulo. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Venezuelana de Análisis de Coyuntura**. Venezuela. v. 8, n. 2, p.265-290, jul./dez. 2002.

SANEPAR – COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ. **Metodologia de intervenção socioambiental em ocupações irregulares** – estudo de caso: Zumbi dos Palmares. Curitiba, 2007.

SANTOS, Alexandre Mello; MOTTA, Athayde. Desafios para a sustentabilidade no espaço urbano brasileiro. **Brasil Sustentável**, Cadernos temáticos, n. 5 – Urbano (2), 2001. Disponível em: <http://www.brasilsustentavel.org.br/cad_temático.htm>. Acesso em: 18 JUN. 2007.

SANTOS, Cleon Ricardo dos; ULTRAMARI, Clóvis; DUTRA, Cláudia Martins. Artigo-base sobre meio ambiente urbano. In: CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. (Orgs.). **Meio ambiente Brasil**: avanços e obstáculos pós-Rio-92. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2004. p.348-366.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHMIDT, Elisa Maria. **Regularização fundiária**: um processo de inclusão social? O caso do município de Colombo – Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba: Torre de Papel, 2003.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: WITTMANN, Milton Luiz; BECKER, Dinizar Fermiano. (Orgs.) **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul (Edunisc), 2003. p.137-156

SILVA, Catia Antonia. Tendências da metropolização brasileira e dissociação entre construção teórico-conceitual e política. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. (Orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p.389-402.

SILVA, Christian Luiz da. Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. In: SILVA, Christian Luiz da; MENDES, Judas Tadeu Grassi. (Orgs.). **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005. p.11-40.

SOUZA, Ana Carolina Sommer de. **As contribuições da percepção ambiental para os projetos urbanos: o caso da Vila Zumbi dos Palmares na Região Metropolitana de Curitiba**. 2008. 144f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, 2008.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Reconstituo a história da região metropolitana: processo, teoria e ação. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. (Orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p.27-40.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TOLLINI, Ignez Martins. Liderança e mudança: o caso educacional de jovens moradores de favelas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro. v. 14, n. 51, p.223-247, abr./jun. 2006.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; ÁVILA, Jorge Luís Teixeira. Urbanização da pobreza e regularização de favelas em Belo Horizonte. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, XII, 2006, Diamantina/MG. **Anais...** Diamantina/MG: CEDEPLAR/UFMG, 2006. p.1-20. CD-Rom.

TUCCI, Carlos Eduardo Morelli. Artigo-base sobre recursos hídricos. In: CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. (Orgs.). **Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2004. p.276-292.

ULTRAMARI, Clovis. A respeito do conceito de sustentabilidade. In: IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (Org.). **Monografias premiadas no Terceiro Concurso de Monografias sobre relação Universidade Empresa**. Curitiba, 2003. p.2-22.

ULTRAMARI, Clovis. **O fim das utopias urbanas**. São Paulo: Studio Nobel, 2005.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1988.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MODELO DE QUESTIONÁRIO DE PESQUISA JUNTO AOS MORADORES DA VILA ZUMBI DOS PALMARES

DADOS PESSOAIS

- 1 Sexo**
 Masculino Feminino
- 2 Idade**
 _____ anos
- 3 Nível de escolaridade**
- | | Completo | Incompleto | Em andamento |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1ª a 4ª série | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> 5ª a 8ª série | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> 2º grau | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Superior | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Não alfabetizado | | | |

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS

- 4 Qual é a sua ocupação profissional atual?** _____
- 5 Tem carteira de trabalho assinada /ou contribuição previdenciária ?**
 Sim
 Não Já teve? Sim Não
- 6 Qual é a sua renda familiar (em salário mínimo)?R\$** _____
- 7 Há quanto tempo mora na Vila Zumbi dos Palmares?**
 Menos de 1 ano De 2 a 5 anos Mais de 10 anos
 De 1 a 2 anos De 5 a 10 anos
- 8 É morador do sobrado?**
 Sim Há quanto tempo? _____
 Não Já morou? Sim Durante quanto tempo? _____
 Não
- 9 Na sua casa tem:**
- | | | |
|--------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Rede de energia elétrica | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| Rede de água | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| Rede de esgoto | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| Coleta de lixo | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
- 10 Participa ou já participou de algum curso profissionalizante na Vila Zumbi dos Palmares?**
 Sim Qual? _____ Onde? _____
 Você possui certificado? Sim Não Em andamento
 Não

11 Você moraria em outro local?

- () Sim Por qual motivo? _____
() Não Por que? _____

13 Do que sente falta na Vila Zumbi dos Palmares? _____

14 O que considera bom na Vila Zumbi dos Palmares? _____

15 O que considera ruim na Vila Zumbi dos Palmares? _____

16 Comentários

APÊNDICE B – MODELO DE QUESTIONÁRIO DE PESQUISA JUNTO A REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÃO ATUANTE NA VILA ZUMBI DOS PALMARES

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome:
Cargo:
Instituição:

DADOS SOBRE INTERVENÇÃO

1 Quais as atividades da Instituição realizadas na Vila Zumbi dos Palmares:

- 1.1 Anterior à intervenção

- 1.2 Durante o processo de intervenção

- 1.3 Após a intervenção

2 O que ainda está sendo realizado?

- 2.1 Qual a periodicidade e por quanto tempo?

3 Existem por parte da Instituição pretensões futuras para a Vila Zumbi dos Palmares?

- () Sim
- () Não

- 3.1 Quais?

4 Comentários

ANEXOS

ANEXO A – DADOS DA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA VILA ZUMBI
DOS PALMARES REALIZADA PELA COMPANHIA DE
HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR) EM MARÇO DE 2008

CIA. DE HABITACAO DO PARANA - COHAPAR Pag : 1
SECRETARIA ESPECIAL DA POLITICA HABITACIONAL
GOVERNO DO ESTADO DO PARANA RELPT12R(DB)
MUNICÍPIO/DISTRITO - COLOMBO / ZUMBI dos PALMARES Prognun Informática
ANÁLISE SÓCIO-ECONOMICA DA DEMANDA
Sistema de Controle de Crédito Imobiliário - 7.62 / PT12BD Emitido em 3/Abr/2008

```

+-----+
| COMPOSIÇÃO FAMILIAR | N. DE FAMÍLIAS | PERCENTUAL |
+-----+
| 1 PESSOA | 172 | 10.42 |
+-----+
| 2 PESSOAS | 276 | 16.73 |
+-----+
| 3 PESSOAS | 385 | 23.33 |
+-----+
| 4 PESSOAS | 386 | 23.39 |
+-----+
| 5 PESSOAS | 225 | 13.64 |
+-----+
| 6 PESSOAS | 112 | 6.79 |
+-----+
| ACIMA DE 6 PESSOAS | 94 | 5.70 |
+-----+
| MÉDIA 3.56 TOTAL | 1650 | 100,00 |
+-----+
| RENDA FAMILIAR | N. DE FAMÍLIAS | PERCENTUAL |
+-----+
| Até 1 S.M. COM LOTE | 0 | 0.00 |
+-----+
| Até 1 S.M. SEM LOTE | 529 | 32.06 |
+-----+
| 1,01 a 2,00 S.M. COM LOTE | 0 | 0.00 |
+-----+
| 1,01 a 2,00 S.M. SEM LOTE | 679 | 41.15 |
+-----+
| 2,01 a 3,00 S.M. COM LOTE | 0 | 0.00 |
+-----+
| 2,01 a 3,00 S.M. SEM LOTE | 326 | 19.76 |
+-----+
| 3,01 a 5,00 S.M. COM LOTE | 0 | 0.00 |
+-----+
| 3,01 a 5,00 S.M. SEM LOTE | 105 | 6.36 |
+-----+
| 5,01 a 10,00 S.M. COM LOTE | 0 | 0.00 |
+-----+
| 5,01 a 10,00 S.M. SEM LOTE | 8 | 0.67 |
+-----+
| ACIMA DE 10 S.M. COM LOTE | 0 | 0.00 |
+-----+
| ACIMA DE 10 S.M. SEM LOTE | 3 | 0.19 |
+-----+
| TOTAL | 1650 | 100,00 |
+-----+

```

(Continua)

(Continuação do Anexo A)

CIA. DE HABITACAO DO PARANA - COHAPAR Pag : 2
SECRETARIA ESPECIAL DA POLITICA HABITACIONAL
GOVERNO DO ESTADO DO PARANA RELPT12R(DE)
MUNICÍPIO/DISTRITO - COLOMBO / ZUMBI dos PALMARES Prognum Informática
ANÁLISE SÓCIO-ECONOMICA DA DEMANDA
Sistema de Controle de Crédito Imobiliário - 7.62 / PT12BD Emitido em 3/Abr/2008

OCUPAÇÃO PROFISSIONAL	N. DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL
AGROPECUÁRIA	3	0.18
INDUSTRIA	13	0.79
COMÉRCIO	17	1.03
SERVIÇOS	120	7.27
FUNC. PÚBLICO	0	0.00
DESEMPREGADO	50	3.03
APOSENTADO/PENSIONISTA	102	6.18
OUTROS	1345	81.52
TOTAL	1650	100,00

CONDIÇÕES DO IMÓVEL	N. DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL
PRÓPRIO	30	1.82
CEDIDO	1	0.06
ALUGADO	1	0.06
COM AGREGADO	0	0.00
OUTRO	1618	98.06
TOTAL	1650	100,00

(Continua)

(Continuação do Anexo A)

CIA. DE HABITACAO DO PARANA - COHAPAR Pag : 3
SECRETARIA ESPECIAL DA POLITICA HABITACIONAL
GOVERNO DO ESTADO DO PARANA RELPT12R(DE)
MUNICÍPIO/DISTRITO - COLOMBO / ZUMBI dos PALMARES Prognum Informática
ANÁLISE SÓCIO-ECONOMICA DA DEMANDA
Sistema de Controle de Crédito Imobiliário - 7.62 / PT12BD Emitido em 3/Abr/2008

```

+-----+
| NÍVEL DE ALUGUEL | N. DE FAMÍLIAS | PERCENTUAL |
+-----+
| OUTROS | 1545 | 93.64 |
+-----+
| DE 0,01 A 0,50 S.M. | 0 | 0.00 |
+-----+
| DE 0,51 A 1,00 S.M. | 0 | 0.00 |
+-----+
| DE 1,01 A 1,50 S.M. | 0 | 0.00 |
+-----+
| DE 1,51 A 2,00 S.M. | 0 | 0.00 |
+-----+
| ACIMA DE 2,00 S.M. | 105 | 6.36 |
+-----+
| TOTAL | 1650 | 100,00 |
+-----+
| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | N. DE PESSOAS | PERCENTUAL |
+-----+
| PRE-ESCOLAR | 172 | 2.65 |
+-----+
| 01 A 04 SERIE | 2066 | 31.87 |
+-----+
| 05 A 08 SERIE | 1781 | 27.48 |
+-----+
| 2 GRAU | 767 | 11.83 |
+-----+
| SUPERIOR | 57 | 0.88 |
+-----+
| NÃO ALFABETIZADO | 416 | 6.42 |
+-----+
| NÃO INFORMADO | 1223 | 18.87 |
+-----+
| TOTAL | 6482 | 100,00 |
+-----+

```

(Continua)

(Continuação do Anexo A)

CIA. DE HABITACAO DO PARANA - COHAPAR Pag : 4
 SECRETARIA ESPECIAL DA POLITICA HABITACIONAL
 GOVERNO DO ESTADO DO PARANA RELPT12R(DE)
 MUNICÍPIO/DISTRITO - COLOMBO / ZUMBI dos PALMARES Prognum Informática
 ANÁLISE SÓCIO-ECONOMICA DA DEMANDA
 Sistema de Controle de Crédito Imobiliário - 7.62 / PT12BD Emitido em 3/Abr/2008

FAIXA ETÁRIA	N. DE PESSOAS	PERCENTUAL
SEM DATA DE NASCIMENTO	576	8.89
ATÉ 01 ANO	100	1.54
DE 01 ATÉ 05 ANOS	668	10.31
DE 06 ATÉ 10 ANOS	780	12.03
DE 11 ATÉ 17 ANOS	1094	16.88
DE 18 ATÉ 21 ANOS	412	6.36
DE 22 ATÉ 30 ANOS	825	12.73
DE 31 ATÉ 40 ANOS	865	13.34
DE 41 ATÉ 50 ANOS	603	9.30
DE 51 ATÉ 60 ANOS	323	4.98
ACIMA DE 60 ANOS	236	3.64
TOTAL	6482	100,00
TEMPO DE RESIDÊNCIA	N. DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL
ATÉ 01 ANO	1013	61.39
MAIS DE 01 A 02 ANOS	611	37.03
MAIS DE 02 A 04 ANOS	1	0.06
MAIS DE 04 A 06 ANOS	5	0.30
MAIS DE 06 A 10 ANOS	9	0.55
ACIMA DE 10 ANOS	11	0.67
TOTAL	1650	100,00

(Continua)

(Continuação do Anexo A)

CIA. DE HABITACAO DO PARANA - COHAPAR Pag : 5
SECRETARIA ESPECIAL DA POLITICA HABITACIONAL
GOVERNO DO ESTADO DO PARANA RELPT12R(DE)
MUNICÍPIO/DISTRITO - COLOMBO / ZUMBI dos PALMARES Prognum Informática
ANÁLISE SÓCIO-ECONOMICA DA DEMANDA
Sistema de Controle de Crédito Imobiliário - 7.62 / PT12BD Emitido em 3/Abr/2008

TIPOLOGIA DA EDIFICAÇÃO	N. DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL
MADEIRA	250	15.15
ALVENARIA	1235	74.85
MISTA	150	9.09
SUBABITAÇÃO	0	0.00
OUTROS	15	0.91
TOTAL	1650	100,00

(Conclusão)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)